

**“Ilítia Ciborguiana”:  
o parto ativo à luz da atuação de parteiras e doulas  
brasileiras nos *medias* digitais**

**Danielle Andrade Souza**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação**

**Abril de 2018**

**DANIELLE ANDRADE SOUZA**

**“ILÍTIA CIBORGUIANA”:  
O PARTO ATIVO À LUZ DA ATUAÇÃO DE PARTEIRAS E DOULAS  
BRASILEIRAS NOS *MEDIAS* DIGITAIS**



**O nascimento de Heracles, com o auxílio de Ilítia**

**LISBOA - PORTUGAL**

**2018**

**DANIELLE ANDRADE SOUZA**

**“ILÍTIA CIBORGUIANA”:  
O PARTO ATIVO À LUZ DA ATUAÇÃO DE PARTEIRAS E DOULAS  
BRASILEIRAS NOS *MEDIAS* DIGITAIS**



**Deusa da Nova Vida**  
**(divindade dos partos e das gestantes)**

**LISBOA - PORTUGAL**

**2018**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação científica do  
Phd Prof. Jorge Manuel Martins Rosas.

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
Seu conteúdo é original, e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no  
texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata

---

Lisboa, 11 de dezembro de 2017.

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O Orientador

---

Lisboa, 11 de dezembro de 2017.

## ***Dedicatória***

*Dedico esta tese a todos aqueles que, em alguma medida, lutam por uma transformação cultural com uma forma de nascer menos violenta e mais humana.*

## **Agradecimentos**

Sabemos que a escrita de uma tese, é por vezes, demasiadamente solitária, mas é incrível perceber o quanto estava eu acompanhada, nessa jornada. Salutar mesmo é lembrar das pessoas, lugares e instituições, que contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista. Vamos à elas:

A Portugal, em especial, à cidade das sete colinas, Lisboa, que nós chamávamos, carinhosamente, de “a Lisboa amarela”, fazendo menção à cor das luzes dos candelabros dispostos pelas ruas da cidade no período da noite. A esse País, que, durante dois anos, tão bem me deu abrigo e me proporcionou uma rica experiência de conhecimento e de vida. De Portugal, pude redimensionar o meu olhar sobre o Brasil e ampliar minha compreensão acerca de nós. Obrigada, Portugal! Eternas saudades.

Ao Prof. Jorge Martins Rosas, meu orientador, pelo olhar sempre atento e minucioso e por me capacitar em cada observação realizada. Um pesquisador nato, que caminhou comigo durante esses quatro anos, com muita competência e disponibilidade, mas com uma simplicidade cativante. Jorge Rosas abraçou minhas inquietações de pesquisa desde o início, sem medir esforços para me atender, especialmente, nesses dois últimos anos, quando a orientação, forçosamente, foi feita a distância. Por isso, minha profunda admiração e meus sinceros agradecimentos!

À Profa. Cristina Ponte, que, ao perceber minhas ideias de investigação, tão sabiamente, logo me encaminhou ao encontro com Jorge Martins e me apontou, desde o início, a luz para uma orientação certa.

À Profa. Helena Barbas, pelas inspiradoras aulas de “Artes da Memória”, recheadas de ricos conteúdos, de uma imensa troca de conhecimentos e experiências e muita paixão.

Aos Professores Adriano Duarte e Michel Binet, pela convivência amistosa durante as aulas de Etnometodologia.

Aos funcionários da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em especial, ao Frederico, secretário do departamento, que, independentemente do dia ou da hora, sempre se mostrou muito bem disposto a ajudar no que fosse necessário.

A Soraya Barreto e a Daniel Meirinho, amigos queridos que me proporcionaram todo o apoio para a seleção e chegada ao velho Continente.

A todos os colegas de turma, em especial, a Jair Rattner, Victor Braga e Cristina Benedita, pela leitura atenta dos trabalhos académicos e seminários em nossas reuniões matinais, pelos debates e pelas contribuições críticas acerca de nossos objetos de estudo.

A Tarcineide Mesquita, que chegou a minha jornada e ofertou-me uma bonita e verdadeira amizade, que considero um presente de Deus.

A Alexandra Conuts, pela empatia e pelas afinidades, inclusive, pelas trocas de conhecimentos em campos do saber, que aconteciam depois das aulas, no café da lanchonete da Avenida de Berna, ou mesmo no caminho do metrô de volta para casa.

A Isabela Salim, pela amizade que surgiu, pela companhia diária, pelas trocas reflexivas que tecíamos noites a fio, regadas de boas gargalhadas nas madrugadas lisboetas.

A Bubacar Djabaté, uma linda paixão encontrada nas terras *d'além-mar* e que se traduziu numa lembrança muito especial de dias muito felizes.

A Milena, a Walter e a Tomás, que, juntos, partilharam seis meses de vizinhança, recheados de muita alegria e amor, na costa do Castelo de São Jorge em Alfama, nossa amada morada.

A Juliana Doreto, outra vizinha querida, que me cativou desde sempre. Uma garota talentosa, de coração sensível, que me surpreendeu (quando eu fechava as malas e me despedia de todos para regressar ao Brasil), minutos antes de eu sair em direção ao aeroporto, naquela manhã



chuvosa e nublada, ao postar no facebook que Lisboa chovia e, portanto, chorava, por se encontrar mais triste, simplesmente por que eu a deixava.

A Vera, Fred, Caroline e Samara, família de longe, *que ficou mais perto*, e que, muito carinhosamente, acolheram-me, desde sempre.

Aos colegas brasileiros que fui encontrando ao longo da jornada (Alex de Lima, Edilene Portilho, Adriana Niemeyer, Fernanda Borba, Vanina Dias), com quem partilhei experiências em comum, brindando os belos momentos que vivíamos ali nas ladeiras da cidade velha, em dezenas de tasquinhas, ou ao experimentar o bacalhau e as sardinhas portuguesas nos jantares íntimos na casa de alguém, nos inesquecíveis cafés na “Brasileira”.

A Rosildo Brito, Graça Amaro e Paulo Júnior (amigos do coração) que, muitas vezes, ainda que virtualmente, dividiram comigo o peso da distância, da saudade e das emoções de um coração que se encontrava bem distante de suas raízes.

A dois amores (mais que especiais), Rafael Guimarães e Ana Luiza Paulino, que estiveram ao meu lado em momentos muito difíceis, especialmente, ao longo desses dois últimos anos. A vocês dois, dedico meu amor e gratidão. Amo vocês!

A minha mãezinha, Maria do Socorro (*in memoriam*) que, sem dúvida alguma, zela por mim em algum lugar deste universo.

Ao meu amado *pai*, Ailton Elisiário, a quem não sei como agradecer simplesmente porque me faltam palavras. Elas realmente seriam insuficientes aqui, para traduzir a grandeza desse homem em minha vida. Te amo, paiho!

A minhas queridas irmãs, Isabelle e Michelle, pela compreensão acerca de minha ausência por muitas vezes, afinal, devido à necessidade de me isolar para escrever um trabalho desse porte, forçosamente, privei-me de suas companhias e de muitos momentos importantes.

A toda a família - sobrinhos, tias, tios, primas, primos, cunhado, madrastra – pelo carinho e positividade de sempre torcendo para que tudo caminhasse bem.

Às tias, Ivanilde e Conceição, pelo apoio, pela fé e pelo incentivo desde o início do processo até o dia da viagem de ida.

A Casa Ilê Asé Omilodé, na pessoa de Mãe Chaguinha, e aos meus irmãos de fé, o meu especial agradecimento.

À pesquisadora Daphne Rattner, professora da Universidade de Brasília e Presidente da Rede Brasileira de Humanização do Parto e do Nascimento, não só pela disponibilidade e pelo empenho em colaborar conosco, desde o primeiro contato, como também pelo pronto atendimento e o total apoio durante toda a investigação, especialmente, quando do levantamento de informações acerca do campo de pesquisa.

Ao grupo de Parteiras e Doulas, que se disponibilizou a participar desta pesquisa acadêmica.

À Universidade Federal de Campina Grande, *lôcus* de meu trabalho de magistério superior, desde 2009, para onde regresso com a missão de fazer valerem, em cada aula, os conhecimentos adquiridos nestes últimos quatro anos.

Ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vicemário Simões, por ter me liberado para participar desta qualificação, o que reforçou seu compromisso em melhorar a qualidade do ensino dessa instituição.

Aos colegas docentes da Unidade Acadêmica de Arte e Mídia, aos técnicos administrativos, aos ex-alunos do Curso de Educomunicação. Em especial, aos atuais alunos do curso, pois estes, já me fizeram “vibrar” logo nos primeiros dias de aula, quando da minha volta.

Ao Prof. Gilberto Matos, responsável pelo Lanest - Laboratório de Análises Estatísticas - da UFCG, por ter colaborado com as análises finais deste trabalho.

Ao querido Jonathan Lisboa, pelo apoio técnico durante a aplicação *on line* do questionário, mas em todos os momentos que eu o procurava, por ter estado sempre disposto a auxiliar-me com uma positividade renovadora.

À Universidade Nova de Lisboa, por ter me acolhido como aluna do Ciclo de Doutoramento em Ciências da Comunicação.

Aos membros da banca examinadora deste trabalho de tese, os professores Helena Barbas, Filipa Subtil, Vânia Baldi e José Washington de Moraes Medeiros.

Ao Professor João Mário Grilo, pela competente condução na presidência da mesa avaliadora deste trabalho.

## RESUMO

O foco desta investigação é um estudo sobre como o parto ativo se constitui nos *medias* digitais, a partir da atuação de parteiras e de doulas brasileiras, e de que maneira esses dois grupos de mulheres acionam as demandas ciberativistas sobre a causa do parto ativo no Brasil, notadamente no terreno das redes sociais. No Brasil, a cultura contemporânea naturaliza a dimensão do humano, através da adesão ao mundo virtual, a qual inaugura e potencializa um novo status existencial. No contexto dessas novas configurações socioculturais e comunicacionais, a pesquisa procurou analisar, sob a ótica da atuação de parteiras e de doulas, as relações entre o fenômeno do parto ativo e o do ciberativismo nos *medias* digitais e construir o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa; descrever a concepção de parteiras e doulas brasileiras sobre o fenômeno do parto ativo e averiguar o movimento dessas mulheres articulado a ações ciberativistas. A partir da construção de fundamentos conceituais em Haraway (2013), procuramos construir bases para compreender o ciborgue e suas implicações no cotidiano dos sujeitos. A tese que norteou a investigação foi: o parto ativo é uma causa, que fomenta a atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos *medias* digitais, mas que não se caracteriza como ciberativismo. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa de campo, subsidiada pela abordagem quali-quantitativa. Por meio da Rede Brasileira de Humanização do Nascimento (ReHuNa), identificamos, em um universo de 1099 sujeitos, entre parteiras e doulas, uma amostra com 211 respondentes - 166 doulas, nove parteiras e 36 respondentes, que não se identificaram nem como parteiras nem como doulas. Como principal instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com 59 questões. Através de correlações entre algumas variáveis, recorremos à análise de conteúdo de Bardin (1977) para interpretar os resultados qualitativos. Os resultados apontaram algumas contradições na relação dos sujeitos com o fenômeno e alguns indícios de que as parteiras e as doulas brasileiras emergem numa realidade virtual com um *'ethos ciborguiano'*, na medida em que se propõem à missão de *'servir'* e ressignificam sua forma de existir nas redes digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parto ativo. Parteiras e doulas. *Medias* digitais. Ações ciberativistas.

## **ABSTRACT**

The present research focuses on a study about how active birth is constituted in the digital media, from the performance of Brazilian midwives and doulas, in which way these two groups of women, trigger the cyber-activist demands about the cause of the active birth in Brazil, especially in the field of social networks. In this context, contemporary culture naturalizes the dimension of the human, through adherence / adherence to the virtual world, inaugurating and enhancing a new existential status. In the context of these new socio-cultural and communication configurations, the research sought to analyze, through the midwives and doulas, the relationships between the phenomenon of active birth and cyber-activism in digital media; also sought to build the socio-demographic profile of the research subjects; describing the conception of Brazilian midwives and doulas about the phenomenon of active birth, verifying the movement of midwives and doulas articulated to cyber-activist actions. From the construction of conceptual foundations in Haraway (2013) we seek to build bases for the understanding of the cyborg and its implications in the subjects' daily lives. The thesis that guided the investigation was: active labor is a cause, which encourages the performance of Brazilian midwives and doulas in digital media, but is not characterized as cyber-exploitation. Methodologically, a field research was carried out, subsidized by the qualitative-quantitative approach, where through the Brazilian Network of Humanization of Birth, ReHuNa, it was possible to identify a sample of 1099 subjects, among midwives and doulas, as subjects of the research with 211 respondents, of whom 166 doulas, 9 midwives, and the other 36 respondents, who identified themselves neither as midwives nor as doulas. As a main instrument of data collection, a questionnaire was used with 59 questions, and through correlations between some variables, we searched through content analysis (Bardin, 1977) for the interpretation of qualitative results. As results, some contradictions in the subjects' relationship with the phenomenon were outlined, as well as in some tendencies, some introductory elements were pointed out to affirm that Brazilian midwives and doulas emerge in a virtual reality with a 'cyborgian ethos', as far as in which they propose to the mission to 'serve', even rename their way of existing in digital networks.

**KEY WORDS:** Active birth. Midwives and doulas. Digital media. Cyber-activist actions.

## ABSTRAIT

Cette recherche porte sur une étude sur la façon dont le travail actif constitue les médias numériques, du rôle des sages-femmes et doulas brésiliennes, comment ces deux groupes de femmes, conduire les demandes de cyberactivistes sur la cause du travail actif au Brésil , en particulier dans le domaine des réseaux sociaux. Dans ce contexte, la culture contemporaine naturalise la dimension de l'humain, par l'adhésion / l'adhésion au monde virtuel, inaugurant et valorisant un nouveau statut existentiel. Dans le cadre de ces nouveaux paramètres socio-culturels et de la communication, la recherche était d'analyser à travers l'objectif de la performance des sages-femmes et doulas, les relations entre le phénomène du travail actif et l'activisme cyber dans les médias numériques; a également cherché à construire le profil socio-démographique des sujets de recherche; décrivant la conception des sages-femmes brésiliennes et des doulas sur le phénomène de la naissance active, en vérifiant le mouvement des sages-femmes et des doulas articulées aux actions cyber-activistes. À partir de la construction de fondements conceptuels dans Haraway (2013), nous cherchons à construire des bases pour la compréhension du cyborg et de ses implications dans la vie quotidienne des sujets. La thèse qui a guidé l'enquête était la suivante: le travail actif est une cause qui encourage la performance des sages-femmes brésiliennes et des doulas dans les médias numériques, mais qui n'est pas qualifiée de cyber-exploitation. Sur le plan méthodologique, une enquête sur le terrain a été réalisée, soutenue par une approche qualitative et quantitative, où par le Réseau brésilien de naissance Humanisation, ReHuNa, ont été identifiés dans un total de 1099 sujets entre les sages-femmes et doulas, un échantillon en tant que sujets de recherche avec 211 répondants, dont 166 doulas, 9 sages-femmes et les 36 autres répondants, qui ne se sont identifiés ni comme des sages-femmes ni comme des doulas. Comme l'instrument de collecte de données primaires a été utilisé un questionnaire avec 59 questions, et par des corrélations entre les variables, nous avons cherché à travers l'analyse de contenu (Bardin, 1977) bases pour l'interprétation des résultats qualitatifs. Les résultats ont été présentés quelques contradictions dans la relation des individus avec le phénomène, ainsi que devant certaines tendances, ont souligné certains éléments d'introduction à la demande que les sages-femmes et doulas brésiliennes apparaissent dans la réalité virtuelle avec une « éthique ciborguiano » dans la mesure où dans lequel ils proposent à la mission de «servir», même renommer leur façon d'exister dans les réseaux numériques.

**MOTS CLÉS:** Naissance active. Sages-femmes et doulas. Médias numériques. Actions cyber-activistes.

*O parto ativo é uma revolução cuja hora chegou, aqui e em todo o mundo. É uma revolução feminina que acontece com um parto de cada vez.*

*(Janete Balaskas, 2014)*

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
<b>1 Capítulo 1. Percorso Metodológico .....</b>	<b>21</b>
1.1 Pesquisas recentes referentes ao tema.....	22
1.2 Problematização do Fenômeno .....	30
1.3 Caracterização da Pesquisa .....	39
1.4 Objetivos .....	42
1.5 Campo Empírico .....	43
1.6 Universo e Sujeitos da Pesquisa .....	45
1.7 Instrumento de Coleta dos Dados .....	48
1.8 Perspectiva de Análise e Interpretação dos Dados .....	51
<b>2 Capítulo 2. Ciberativismo, e Articulações Feministas em Rede: nuances de uma atuação social no ciberespaço .....</b>	<b>56</b>
2.1 Ciberespaço e Cibercultura: dimensões da sociedade em rede .....	56
2.2 Ação Ciberativista e os <i>Medias</i> Digitais: o lugar da comunicação na aldeia global .....	67
2.3 Ciberativismo e ação ciberativista: pressupostos para o ciborgue feminino na cultura digital .....	79
2.4 A Cultura Feminina no Espiral Digital: o ciborgue como uma forma de emancipação .....	93
<b>3 Capítulo 3. Ciberativismo e Parto Ativo no Século XXI: interfaces da atuação em rede .....</b>	<b>110</b>
3.1 Parto ativo: do conceito ao movimento social .....	110
3.2 O movimento do parto ativo no Brasil .....	115
3.3 O fenômeno do parto e o “auxílio” das parteiras.....	123
3.4 Ascensão da doula: a mulher “serve”.....	135
3.5 “Doulas na tradição”: a síntese da contradição ciborguiana .....	140
3.6 Autonomia feminina e a tessitura das redes de auxílio ao parto ativo .....	145



<b>4</b>	<b>Capítulo 4. “A missão de Ilítia”: o parto ativo sob a ótica de parteiras e de doulas brasileiras nos <i>medias</i> digitais .....</b>	<b>155</b>
4.1	Construindo o perfil dos sujeitos da pesquisa .....	155
4.2	Descrevendo a concepção de parteiras e doulas sobre o fenômeno do parto ativo .....	184
4.3	Averiguando o movimento de parteiras e de doulas articuladas a ações ciberativistas .....	198
4.4	Correlacionando as principais variáveis em torno do uso da rede (s) .....	243
	<b>Considerações Finais .....</b>	<b>252</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>258</b>
	<b>Apêndices .....</b>	<b>266</b>
	<b>Anexos .....</b>	<b>279</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas de busca, recuperação, seleção e utilização de fontes de periódicos .....	23
Quadro 2 - Esquema de análise .....	53
Quadro 3 - Modelo esquemático do percurso da pesquisa .....	54
Quadro 4 - Identificação sobre “outra” situação laboral .....	160
Quadro 5 – Demonstração de quem não se identificou como parteira e/ou doula .....	165
Quadro 6 – Satisfação com a atividade profissional exercida (em números absolutos) .....	171
Quadro 7: Correlação sobre grau de escolaridade e conhecimento do projeto de lei .....	180
Quadro 8: Correlação entre grau de escolaridade e conhecimento da lei .....	181
Quadro 9 – Onde postou informações sobre a causa em formato de fotografias .....	230
Quadro 10 – Correlação entre o uso de internet e a mudança de comportamento .....	243
Quadro 11 - Correlação entre usa a internet e sentir-se moralmente recompensados .....	244
Quadro 12: Correlação entre usar a internet e esperar ser reconhecido socialmente .....	245
Quadro 13: Medidas Simétricas A .....	245
Quadro 14: Correlação entre uso da internet e o comprometimento com a causa .....	246
Quadro 15: Medidas Simétricas B .....	246
Quadro 16: Correlação entre o uso da internet e a garantia dos direitos das mulheres .....	247
Quadro 17: Medidas Simétricas C .....	247
Quadro 18: Correlação entre usar a internet e sentir-se motivado a “educar” .....	248
Quadro 19: Medidas Simétricas D .....	248
Quadro 20: Correlação entre usar a internet e ter dado instruções pela rede .....	249
Quadro 21: Medidas Simétricas E .....	249
Quadro 22: Correlação entre uso da internet e linguagem mais utilizada .....	250
Quadro 23: Medidas Simétricas F .....	250
Quadro 24: Correlação entre ter dado instruções pela rede e usar a internet para “educar” .....	251
Quadro 25: Medidas Simétricas G .....	251

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interface da página principal “Maternidade Ativa” pelo Facebook .....	44
Figura 2 – Site da Rede Brasileira pela Humanização do Parto e do Nascimento .....	45
Figura 3 – Site do GAMA (Grupo de Apoio à Maternidade Ativa) .....	47
Figura 4 – Modelo de Plano de Parto (disponibilizado pela Ong Amigas do Parto) .....	279
Figura 5 - Modelo de Plano de Parto (disponível para <i>download</i> no site da empresa) .....	279
Figura 6 – Interface da página principal do “queroserparteira” no Instagram .....	280
Figura 7 – Interface do Vídeo do Nascimento de Rebeca postado pelo YouTube .....	280
Figura 8 – Interface da página principal do Congresso Virtual (Nascer Melhor) .....	281
Figura 9 – Interface da página principal do Portal Comparto.....	281
Figura 10 - Marcha das mulheres pelo parto natural e contra a violência obstétrica .....	282
Figura 11 - Petição pública em favor da inclusão da Ciência do Início da Vida nas Universidades .....	282

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 - Atividade ao ar livre do Grupo Parto na Praça junto à comunidade .....	283
Fotografia 2 – Dinâmica de trabalho do Grupo Parto na Praça junto a comunidade .....	283

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sobre a faixa etária (de cinco em cinco anos) dos respondentes.....	146
Gráfico 2 – Sobre o grau de escolaridade dos respondentes .....	157
Gráfico 3 – Percentual relativo ao vínculo empregatício .....	159
Gráfico 4 – Autoidentificação dos sujeitos da pesquisa .....	164
Gráfico 5 - Satisfação pessoal ao ajudar outras mulheres .....	167
Gráfico 6 – Prestação de serviço para alguma instituição .....	168
Gráfico 7 – Satisfação com a atividade profissional exercida .....	170
Gráfico 8 – Outros depoimentos que justificam a escolha da profissão .....	177
Gráfico 9 – Conhecimento da lei que regulamenta o exercício da atividade de parteira tradicional no SUS .....	179
Gráfico 10 – Conhecimento da lei que permite a presença de doulas em maternidades e hospitais na hora do parto .....	183
Gráfico 11 - Sobre o conhecimento dos sujeitos acerca da expressão “parto ativo”.....	184
Gráfico 12 – Sobre a compreensão do conceito “A” de parto ativo .....	189
Gráfico 13 – Sobre a compreensão do conceito “B” de parto ativo .....	190
Gráfico 14 - Sobre a compreensão do conceito “C” de parto ativo .....	191
Gráfico 15 - Sobre a compreensão do conceito “D” de parto ativo .....	192
Gráfico 16 - Sobre a compreensão do conceito “E” de parto ativo .....	193
Gráfico 17 - Sobre a compreensão do conceito “F” de parto ativo .....	194
Gráfico 18 - Compreensão do conceito “G” de parto ativo .....	195
Gráfico 19 - Sobre a compreensão do conceito “H” de parto ativo .....	196
Gráfico 20 – Sobre se sentir pessoal/moralmente recompensados por apoiar a causa.....	198
Gráfico 21 – Espera ser reconhecido/a ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil .....	200
Gráfico 22 – Mesmo sem reconhecimento social, é dever ajudar na causa do parto ativo .....	201

Gráfico 23 – Sobre a repercussão/punição por apoiar a causa .....	202
Gráfico 24 – Sobre se, na atividade profissional, contribuem para garantir os direitos das mulheres .....	203
Gráfico 25 - Visão dos respondentes sobre o papel da sociedade civil .....	205
Gráfico 26 – Se outras colegas parteiras ou doulas executam ações de conscientização/mobilização semelhantes às ações delas .....	207
Gráfico 27 – Sobre a parcela de responsabilidade com o desconhecimento da população sobre os direitos reprodutivos, sexuais e de saúde integral da mulher .....	208
Gráfico 28 – Sobre a questão da violência obstétrica no Brasil .....	209
Gráfico 29 – Crença na possibilidade de transformar comportamentos e mentalidades por meio do compartilhamento de informações nas redes sociais .....	211
Gráfico 30 – Uso da internet como ferramenta de apoio à causa do parto ativo .....	213
Gráfico 31 – Sobre se sentir motivada a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil .....	214
Gráfico 32 – Tempo de dedicação às redes sociais em prol da causa do parto ativo .....	216
Gráfico 33 – Demonstrativo do tempo médio de uso das redes sociais .....	217
Gráfico 34 – Sobre usar outra identidade nas redes sociais para defender a causa do parto ativo .....	219
Gráfico 35 - Justificativa dos que usaram/usam outra identidade nas redes .....	220
Gráfico 36 – Sobre terem dado instruções a mulheres pela internet de como deveriam parir ativa e naturalmente .....	222
Gráfico 37 – Expectativa em relação às mulheres optarem pelo modelo de assistência aos partos ativos .....	223
Gráfico 38 – Da escolha de canais para postar informações.....	224
Gráfico 39 – Sobre a utilização de algum/ns canal/is para divulgar os atendimentos profissionais .....	226

Gráfico 40 – Linguagem predominantemente utilizada nas redes sociais .....	227
Gráfico 41 – Formato de produção das informações relacionadas à causa .....	228
Gráfico 42 – Identificação dos <i>medias</i> digitais .....	229
Gráfico 43 – Onde postou informações sobre a causa em formato de vídeos .....	231
Gráfico 44 - Sobre ter usado/usar sites pela internet para ler ou estudar o modelo de assistência ao parto ativo .....	232
Gráfico 45 – Sobre ter orientado pelas redes outra/os colegas em relação a como atender a uma mulher que se encontra em trabalho de parto no modelo humanizado de assistência .....	233
Gráfico 46 – Participação em eventos relacionados à causa do parto ativo .....	237
Gráfico 47 – Participação em grupos de discussão com a finalidade de aproximar as realidades culturais e distintas do país .....	239

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Localidades onde há parteira e/ou doula .....	161
Tabela 2 - Justificativa para “gostar” da atividade desenvolvida .....	172
Tabela 3 – Causas que levaram à escolha da profissão .....	174
Tabela 4 – Principais categorias relacionadas ao fenômeno de pesquisa .....	186
Tabela 5 – Sobre o motivo da escolha destes canais .....	225
Tabela 6 – Tipos de sites usados para se conhecer o modelo de assistência ao parto ativo .....	234
Tabela 7 – Demonstrativo de participação (virtual) em grupos de discussão .....	240
Tabela 8 – Demonstrativo de participação (presencial) em grupos de discussão .....	241



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Entender o nascimento como um evento social e humano, e não, apenas médico, é reconhecê-lo como um evento apical da feminilidade, sobre o qual atuam forças sociais, emocionais, - psicológicas, afetivas, espirituais e – acima de tudo – numa configuração subjetiva, única e intransferível.*

*(Ricardo Hebert Jones, 2015 - Obstetra)*

A maternidade gera ônus considerável para quem a vivencia. Assim, entendemos que as questões que orbitam o direito de nascer se processam no corpo da mulher e desencadeiam sentimentos importantes. Segundo Rodrigues (2008: 53), a maternidade envolve problemas físicos, emocionais, econômicos e políticos. Para ela, “existem princípios diretamente relacionados à dimensão simbólica do comportamento humano que estabelecem várias diferenças entre a reprodução da espécie humana e a dos outros animais”.

Por essa razão, a mulher, muitas vezes, sente-se motivada a procurar meios de impedir a concepção, interromper a gravidez ou, até, eliminar o bebê depois que ele nasce, com a justificativa de não têm condições físicas, para levar a gravidez a termo, ou psíquicas, para superar as pressões emocionais ou socioeconômicas que envolvem a criação de um filho. Por essa razão, a maternidade, especialmente na sociedade moderna, é um dilema para a mulher. Sob o ponto de vista de Rodrigues (2008: 54),

a maternidade encerra um grande dilema, expresso nos ditos populares que apontam a presença simultânea de amor e ódio, alegria e sofrimento, força de vida e risco de morrer, os filhos como importante conquista out terrível problema, Isso desencadeia muitos conflitos, trazidos em expressões como filhos, nem tê-los, nem perdê-los; ser mãe é padecer no paraíso; é preferível ver um filho morto do que no

---

<sup>1</sup> Esta tese foi escrita no português do Brasil e seguiu as regras do Acordo Ortográfico de 1990; palavras e expressões de uso particular, tanto no português do Brasil quanto no europeu, receberam sinônimos para que leitores de ambos os países possam compreender o texto.

mau caminho, que apontam o grau de dificuldades da condição de mãe.

Sem querer justificar o aborto, mas reconhecer o ônus que a maternidade traz para a vida de uma mulher, escolhemos o pensamento da professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Débora Diniz, vinculada ao Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, como antropóloga e documentarista, para afirmar que julgamos importante o debate sobre as questões que permeiam o universo da maternidade feminina, especialmente, desde a jornada de gravidez.

Em seu texto, intitulado “Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos”, Diniz (2000) afirma: “Não é a vida que é ameaçada quando a mulher aborta, mas a ordem simbólica que a reduz ao útero e ao dever da gestação. É o regime patriarcal que sobrepõe reprodução biológica e social. As mulheres são mães em potencial, e esse é o lugar sagrado em que se deveriam manter, as mulheres que abortam desafiam o Estado que insiste em as reduzir ao útero impondo-lhes o dever da gestação”. Essa afirmação nos impele a refletir sobre as imposições do Estado brasileiro, sobre a vida e sobre a saúde da mulher.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, “a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5, caput, assegura a inviolabilidade do direito à vida, ou seja, a integralidade existencial, consequentemente, a vida passa a ser um bem jurídico tutelado como direito fundamental básico desde a concepção, momento específico, comprovado cientificamente, da formação da pessoa”. A vida humana é protegida juridicamente desde o momento da fecundação, natural ou artificial, do óvulo pelo espermatozoide e integra-se à pessoa até seu óbito, tendo em vista seu direito de nascer, de continuar vivo e de subsistir, mediante trabalho honesto ou prestação de alimentos, independentemente de ser idosa, nascitura, criança, adolescente, portadora de deficiência física, entre outros.

Além disso, a vida exige que seu próprio titular o respeite, porquanto ela não é domínio da vontade livre e deve ser sempre respeitada ante a prescrição constitucional de sua inviolabilidade absoluta, pois, do contrário, isso pode destruir ou suprimir a própria Constituição Federal e acarretar a ruptura do sistema jurídico. É e sempre será dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a inviolabilidade do direito à vida (art. 227, CF/88).

Assim, a vida humana deve ser protegida contra tudo e todos, porque está acima de qualquer lei e de quaisquer atos dos Poderes Públicos, portanto é igual para todos os seres humanos. Além de ser garantida pelas normas constitucionais, recebe tutela civil, contida no Art. 2 do novo Código Civil de 2002, resguarda os direitos do nascituro, desde sua concepção, protege seus direitos à existência e impõe a responsabilidade civil do lesante em razão de danos morais e patrimoniais por atentado à vida humana, fato bem recorrente no aborto.

Esse debate nos leva a pensar não só no direito de nascer, mas também de controlar o nascimento. Como afirma Rodrigues (2008: 63), “as mulheres esperam controlar sempre sua capacidade reprodutiva e buscam os recursos com o incentivo da sociedade ou à sua revelia”. A autora referencia Polgar (1972: 209), quando aponta as decisões a partir das diferenças culturais: “As japonesas preferem o aborto, as esquimós optam pelo infanticídio, as brasileiras interessam-se pela esterilização, e as europeias privilegiam a contracepção”.

Enfim, considerando questões como a regulação ou não dos nascimentos, o evento do parto é sobremaneira relevante, em todas as sociedades. Em pouco mais de um século, deixou de ser uma experiência da esfera familiar e íntima, compartilhada entre mulheres, e se tornou uma prática dominada pela Medicina, institucionalizada nos hospitais e regulada por políticas públicas. Todavia, a garantia da saúde materna continua sendo uma questão problemática.

No Brasil, houve uma importante inflexão nas políticas voltadas para a saúde da mulher, a partir de meados dos anos 1980, quando um novo paradigma, que reivindicava atenção integral em todas as fases da vida, começou a se contrapor ao modelo existente, que privilegiava o binômio ‘mãe-bebê’ e só enfocava a atenção à mulher no ciclo gravídico e puerperal. De acordo com Maia (2010: 13), posteriormente, “o próprio modelo de atenção à gravidez e ao parto passou a ser questionado. Tanto a reivindicação da atenção à saúde integral quanto a de um novo modelo de assistência à gravidez e ao parto têm os mesmos pressupostos: empoderar a mulher, priorizar e promover a saúde e garantir o livre exercício dos direitos sexuais e reprodutivos”.

Ainda hoje, alguns grupos da classe médica tradicional não se alinham à política<sup>2</sup> de humanização do nascimento, que se espalhou por vários estados brasileiros desde 1970. Mas,

---

<sup>2</sup>Inspirados nas práticas das parteiras e das índias, alguns profissionais, como Galba de Araújo, no estado do Ceará, Moisés Paciornik, no Paraná, e algumas instituições, como o Hospital São Pio X, em Goiás, e o Instituto Aurora, no Rio de Janeiro, impulsionaram esse movimento. Já na década de 80, vários grupos prestavam assistência e propunham mudanças, como o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, da Associação Monte Azul, em São Paulo, o Grupo Curumim e o Cais do Parto, no estado de Pernambuco. Em 1993, com a Carta de Campinas, foi fundada a Rede pela Humanização do Parto e do

independentemente de críticas e visões distintas sobre o movimento de humanização, em 1980, iniciou-se um movimento mais organizado e centrado em priorizar as tecnologias apropriadas ao parto, a qualidade da assistência à parturiente e a desincorporação das tecnologias danosas. No Brasil, esse movimento foi denominado de humanização do parto<sup>3</sup> ou do nascimento. No livro de Balaskas (2015), Jones (2012: 32) afirma:

A humanização do nascimento vem trazer a síntese entre as conquistas recentes da ciência, que nos oferecem segurança, com as forças evolutivas e adaptativas dos milênios que nos antecederam. Essa releitura do nascimento humano se faz necessária para acomodar as necessidades afetivas, psicológicas e espirituais das mulheres e filhos com as conquistas que o conhecimento trouxe através da aquisição crescente da tecnologia.

Dentre as práticas adotadas na humanização do parto e do nascimento, está a possibilidade de a parturiente escolher a posição mais confortável e a pessoa que a acompanhará, além de outros manejos. Mas essa emergente política de humanização do nascimento se construiu e ainda se constrói com modelos conflitantes, por se originar de sistemas culturais distintos. Hoje, no Brasil, assiste-se a uma agudização na disputa pelo modelo de assistência ao parto. Como prática institucionalizada, a legitimidade do modelo tecnocrático é confrontada pelo modelo humanístico ou humanizado, que vem orientando as políticas públicas e as normativas governamentais desde 2000, mas tem enfrentado inúmeros embates para ser implementado. Sobre esse aspecto, vejamos o que diz Maia (2010: 14-15):

Fato é que parir e nascer, definitivamente, não são processos ‘naturais’ nem meramente fisiológicos. São eventos sociais e culturais

---

Nascimento (REHUNA), uma organização pioneira dentro do movimento nacional. Outros marcos aconteceram, como a criação do Prêmio Galba de Araújo, em 1998, a proposição das Casas de Parto, o Programa de Humanização no Pré-natal e no Nascimento (PHPN) e o Programa de Humanização dos Hospitais em 2000. Em Fortaleza, aconteceu, em 2000, a Conferência Internacional pela Humanização do Parto, e em 2005, no Rio de Janeiro, a segunda edição da Conferência promovida pela REHUNA, o que demonstrou que o Brasil está inserido no âmbito internacional em defesa dessa causa.

<sup>3</sup> Na Inglaterra, a forma mais comum de se referir à humanização do parto é chamá-lo de “parto ativo”.

complexos, que envolvem interações entre indivíduos, grupos sociais e organizações (hospitais e maternidades), com poderes e legitimidades diferenciados. A disputa pelo modelo de assistência ao parto articula uma disputa de políticas públicas, uma disputa organizacional e uma disputa de *ethos* profissional. Embasando essas disputas, tanto o modelo tecnocrático quanto o humanizado partem de representações específicas acerca da mulher, da gestação e do parto.

Nesse cenário, identificamos o protagonismo de parteiras e de doulas, cuja atuação junto com as parteiras parece provocar a reconfiguração de toda uma cultura existente, que traz à tona a necessidade de se repensar e de se recriar o modelo atual de assistência ao parto e, propriamente, à saúde da mulher. Braga (2008: 18) afirma que

a cultura feminina, entendida como processo dinâmico, instável, em fluxo, registra modificações nas formas de controle e autoridade no interior da família, nos comportamentos, visões de mundo e valores morais ao longo das décadas. [...] Todo esse processo provocou impacto sobre as subjetividades e fez surgir novas práticas sociais.

A alternativa do parto em casa, por exemplo, é vista como segura por essas mulheres. As doulas resgatam as práticas do início do Século XX, quando a maioria dos partos eram realizados no próprio domicílio da parturiente. Elas defendem que o parto deixe de ser visto como um procedimento médico ou uma patologia e passe a ser tratado como algo natural e social. Contudo, o avanço da Medicina e o surgimento da tecnologia propiciaram o aumento dos partos hospitalares apoiados nos ideais médicos, ao considerar o hospital como o local mais seguro para o parto.

Ao longo de décadas, essa filosofia médica se sustentou, e os altos índices de parto hospitalar aconteciam, via de regra, em todo o País, ainda contrariando a recomendação da Organização Mundial da Saúde.

Os defensores do parto humanizado, que protagonizam a iniciativa para um parto respeitoso com a mulher, recomendam o modelo de

atenção oferecido pelas parteiras, que respaldam e protegem o processo normal do nascimento, como o mais apropriado para a maioria das mulheres durante a gestação e o parto (Jucá e Moulin, 2002: 09-10).

No Brasil, nos últimos anos, devido a mais visibilidade das casas de parto e das maternidades de referência, houve um crescimento no número de partos ditos humanizados. Para alguns médicos, o parto sempre deveria ter sido humanizado. Por essa razão, já se considera um novo modelo de atendimento para os planos de saúde no futuro, quando o médico responsável pelo pré-natal não será, necessariamente, o encarregado do parto. Sobre esse aspecto, Maia (2010: 13), citando Castiel & Póvoa (2001), ressalta:

A reorientação, no sentido de romper com o tradicional isolamento imposto à mulher, na hora do parto, bem como de adotar medidas e procedimentos sabidamente benéficos para o acompanhamento do parto e do nascimento, evitando práticas intervencionistas desnecessárias, está norteadas, também, por uma proposta de assistência à saúde baseada em evidências científicas, que traz importantes subsídios nas tentativas de diminuir as margens de incerteza das decisões clínicas, bem como de demarcar parâmetros para estabelecer a má prática clínica.

A escolha pelo tema deste trabalho se justifica a partir da minha trajetória como professora universitária, e naturalmente na condição de pesquisadora, em contato com militantes da causa, no ano de 2007, fui contratada pelo Instituto Nômades<sup>4</sup> para integrar um

---

<sup>4</sup> Organização não governamental, com sede na cidade de Recife - Pernambuco, Brasil - trabalha com o objetivo de empoderar grupos fragilizados da sociedade brasileira, promovendo seus direitos humanos e aumentando sua visibilidade. A organização desenvolve dois programas institucionais: o *Programa Boa Hora*, cujo objetivo é o de promover uma gestação saudável; humanizar o parto e o nascimento; valorizar os conhecimentos das parteiras tradicionais e proporcionar a equidade de gênero e a maternidade e paternidade responsáveis, e o *Programa Culturas Tradicionais*, cuja missão é de contribuir para salvaguardar e valorizar os saberes tradicionais comunitários, considerando a relevância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e reconhecer a importância da diversidade cultural para a plena realização dos direitos humanos.

grupo de pesquisadoras que se apropriaram da metodologia do Inventário<sup>5</sup> Nacional das Referências Culturais (INRC) e fizeram um rico levantamento, por meio da pesquisa intitulada “*Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Estado de Pernambuco*”. O trabalho contou com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e foi financiado pelo Programa Petrobrás Cultural, que, posteriormente, foi homenageado na categoria ‘Preservação e Memória - Patrimônio Imaterial’ da edição de 2006/2007.

Naquele momento, eu me surpreendi com o fato de saber que esse trabalho ainda era executado por parteiras que, até então, eu pensava que não existiam mais. E foi no mergulho investigativo daquele momento que redescobri a importância da atividade que essas mulheres ainda desempenhavam e da própria existência delas.

Ainda para minha surpresa, já naquele período, essas mulheres representavam uma parte importante do patrimônio cultural imaterial<sup>6</sup> brasileiro, por serem detentoras de vasto saber

---

<sup>5</sup> No inventário e no registro dos saberes e das práticas das parteiras tradicionais, organizadas em associações e núcleos no estado de Pernambuco, empregou-se a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), visando contribuir para salvaguardar e difundir esse bem cultural do patrimônio imaterial brasileiro. Para esse inventário, foram localizadas e entrevistadas 165 parteiras residentes nas localidades abarcadas pelas quatro associações e pelos dois núcleos de parteiras existentes em todo o Estado (ver <http://www.institutonomades.org.br/parteiras-equipe>).

<sup>6</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Essa definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito às práticas e aos domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado, em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração para geração, constantemente recriado por comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, o que contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados para o reconhecimento e a preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 – que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan, com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010, foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9

empírico sobre parturição e plantas medicinais, conhecedoras de rituais de cura da tradição religiosa afroindígena brasileira, líderes e referências em suas comunidades. Portanto, legítimas representantes da rica diversidade cultural que detém o Brasil.

E foi diante dessa realidade desafiadora<sup>7</sup>, em termos de pesquisa, que saltou aos meus olhos e, a partir de então, redescobri-me instigada a explorá-la mais de perto. Para isso, parti do trabalho de assistência ao parto, que, historicamente, foi conduzido por parteiras<sup>8</sup> e descobri a existência e o trabalho das doulas<sup>9</sup> nesse contexto.

No rol de pessoas chamadas de parteiras, estão também mulheres sem formação acadêmica ou científica que atuam na assistência e atuam no âmbito de outros sistemas de cura, que não se enquadram nos moldes médicos, por isso chamadas de leigas e/ou tradicionais (Tornquist, 2005: 64).

Considerando o contato com as parteiras leigas, em pesquisa anterior, e por conhecer o trabalho de doulas, senti-me desafiada a desbravar o cenário que se apresentava, na tentativa

---

de dezembro de 2010, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecer e valorizar as línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

<sup>7</sup> Inicialmente tínhamos o objetivo de fazer um estudo comparativo do fenômeno entre Brasil e Portugal, uma vez que eu estava aprovada na seleção do núcleo de doutoramentos da Universidade Nova de Lisboa, mas diante da inexpressividade do parto ativo em Portugal, redimensionamos o nosso recorte de investigação, e consequentemente centramos nosso estudo portanto, no Brasil, onde constatou-se um maior desenvolvimento do movimento. Em Portugal, o número de partos domiciliares ainda não é significativo, de acordo com Dolores Sardo, presidente da Associação Portuguesa de Enfermeiros e Obstetras (APEO) e docente na Escola Superior de Enfermagem do Porto, admite que “se houver uma rede de suporte, essa possibilidade pode ser reabilitada”. No entanto, faz questão de frisar que, “a humanização do parto não é necessariamente sinônimo de nascer em casa. Acho que podemos fazê-lo também nos hospitais”. Na visão desta profissional, ela explica que para isso os enfermeiros precisam de ser mais autônomos. Segundo ela, a APEO tem buscado mais autonomia junto da Ordem dos Enfermeiros, mas as coisas demoram o seu tempo.

<sup>8</sup> No caso da atuação de parteiras leigas, elas operam usando um saber acumulado pelas experiências, que se encontra sob a ameaça de desaparecimento, devido à oralidade na transmissão desse saber, ao desinteresse das novas gerações pelo ofício e à sua pouca valorização em nossa sociedade.

<sup>9</sup> As doulas são mulheres capacitadas para dar suporte físico e emocional a outras mulheres, antes, durante e após o parto. Ver no capítulo 3 desta tese, de maneira mais delineada, os conceitos e as diferenciações entre doulas e parteiras.



de contribuir para ampliar a bibliografia e o estado da arte. Assim, com as definições teórico-conceituais e a exploração empírica do objeto, pretendo apresentar novas reflexões sobre a atuação de parteiras e de doulas brasileiras, que socializam ideologias em um ambiente de rede (de partejar, de doular, de “ciber-militar”), e de trazer incremento da literatura sobre o referido assunto em nível de pós-graduação.

Não se pode negar que as redes, além de contribuir para desmistificar a militância como algo subversivo, por permitir que as discussões e as resoluções sejam feitas em tempo real, muitas vezes, otimizam a solução de problemas da comunidade em um menor tempo possível. Nesse contexto, surgiu a sociedade contemporânea, com uma nova configuração cultural (Martín-Barbero, 2004) de articulações de identidades baseadas em uma racionalidade tecnológica, que se constitui como motor de um novo projeto de sociedade: a sociedade da informação, que traz novo paradigma com a sociedade da informação. De acordo com Lemos (2010: 28), “surtem aqui novos formatos de produção, de distribuição e de consumo da palavra pública”.

### **Sociedade da informação: do projeto político às mudanças sociais**

Há 17 anos, 189 países assinaram um pacto com a Organização das Nações Unidas (ONU) para mudar o mundo. O documento estabelecia metas para que, até o ano de 2015, cada nação melhorasse a si mesma e, conseqüentemente, o planeta. O Brasil cumpriu suas metas, algumas até com antecedência, como a erradicação da fome, o combate à Sida, a valorização da mulher, a sustentabilidade, entre outros. Mas houve uma meta que não foi alcançada: a mortalidade materna.

O Brasil se comprometeu, diante do mundo, a reduzir seus índices de mortalidade materna, mas não chegou nem perto. De outro lado, no mesmo ano, mais precisamente em 2000, assumiu outro compromisso e, ao que parece, conseguiu êxito: o de gestar a Sociedade da Informação<sup>10</sup>. O objetivo do ‘programa sociedade da informação’ era de integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, com o fim de contribuir para promover a inclusão social de todos os brasileiros na nova

---

<sup>10</sup> O advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, que redefine a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial.

sociedade e, ao mesmo tempo, para que a economia do País pudesse competir no mercado global.

Buscava-se, de forma efetiva, construir uma sociedade mais justa, em que fossem observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade; a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeitasse as diferenças e visasse ao equilíbrio regional; e a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política. A sociedade da informação é uma realidade mundial. De acordo com Lemos (2010), a internet já é uma realidade mundial, que interliga todos os países do planeta; os telefones celulares estão se expandindo significativamente; os serviços de governo eletrônico são implementados ao redor do mundo; comunidades e redes sociais nascem com as ferramentas sociais da Web 2.0, e formas de ativismo político e protestos emergem utilizando as tecnologias e as redes informacionais como suporte.

Na sociedade da informação, a internet é vista como “uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo” (Marcuschi, 2004: 13). Com a implantação do projeto político da sociedade da informação no Brasil, a engrenagem da Internet tornou-se mais popular.

A explosão de informação que marca a época atual nos tornou mais conscientes das inter-relações de todas as coisas da vida e das estruturas do mundo em torno de nós, possibilitando o estabelecimento de relações específicas com outras realidades no universo e ambiente humanos. (Braga, 2008: 14)

Foi feita uma ampla consulta pública a todos os segmentos sociais, nos setores da indústria, da educação, da saúde, dos transportes, entre outros, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, percorreu as maiores cidades brasileiras, com a seguinte pergunta: O que é necessário para que o Brasil entre na sociedade da informação?

Dessa consulta, resultou o Livro Verde<sup>11</sup>, que representou um marco histórico no País e contempla um conjunto de ações para impulsionarmos a Sociedade da Informação em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos

---

<sup>11</sup> <https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>

humanos, incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, comércio eletrônico e desenvolvimento de novas aplicações. Foi um documento que mostrou as ações que eram necessárias, inclusive a Internet, com a infraestrutura de informação que era preciso implantar no Brasil para que houvesse o princípio básico: a conectividade. Em termos históricos, podemos dizer que a “democratização” dessa infraestrutura e da conexão dos brasileiros com a Internet chegou ao Brasil no ano de 2000, depois do Livro Verde.

Desde aquele momento até os dias atuais, com a chegada da TV digital, no Brasil, todas as transformações e os avanços, em termos de educação a distância, a maneira com que as multinacionais se instalaram no Brasil, as inovações relacionadas aos negócios, a expansão das universidades, a oferta de qualificação e o próprio desenvolvimento da Medicina foram frutos desse processo, que foi, antes de tudo, um processo político. Na sociedade da informação, segundo Lemos (2010: 23), “o mundo da cibercultura está longe de ser uma utopia, e o futuro aponta para o desafio de uma ciberdemocracia global”. E “pensar a ciberdemocracia do futuro deve partir do reconhecimento dos rumos da democracia não apenas em uma sociedade de *fluxo massivo industrial informacional*, mas em uma sociedade planetária, em que ao fluxo massivo juntam-se *funções pós-massivas e pós-industriais conversacionais*” (Lemos, 2010: 28).

Pensando, ainda, no Livro Verde, no Brasil, as estimativas do número de usuários da rede Internet têm variado muito, em razão da diversidade de fontes e de critérios. As estimativas mais conservadoras foram dimensionadas a partir da contagem dos pontos de conexão à Internet, enquanto as demais se baseiam em estimativas variadas de usuários por máquina ou em pesquisas de mercado. O número estimado de usuários individuais na Internet tem variado, para este ano, de quatro a sete milhões, a depender da fonte.

Em números absolutos, o Brasil ocupa um lugar significativo em termos de usuários da Internet – que varia entre o 12º e o 14º lugar no ranking mundial, a depender do critério. Em números relativos, a quantidade de usuários em relação ao total da população coloca o País em quarto lugar na América Latina. Caminhamos hoje por mais uma das transições sociais que vêm transformando a sociedade ao longo dos tempos. Nesse sentido, surgiram novas concepções e novas práticas, ocupações, e tudo mudou em pouco tempo. Fala-se em Sociedade Midiática, em Era Digital, Era do Computador; a sociedade passou a ser denominada não pelo que é ou por seus feitos, mas por causa dos instrumentos que passou a utilizar para evoluir (Rudiger, 2015). As tecnologias de informação e as redes telemáticas fornecem o elemento material de interligação.

A Sociedade da Informação estrutura-se, em primeiro lugar, com um contexto de aceitação global, em que o desenvolvimento tecnológico reconfigurou o modo de ser, de agir, de se relacionar e de existir dos indivíduos e, principalmente, propôs os modelos comunicacionais vigentes. “A chamada sociedade da informação se imiscui na passagem de uma a outra fase, participando como mote teórico do novo conjunto de meios de legitimação do paradigma informacional” (Mattelart, 1986: 80). Para compreender esse processo, é preciso entender não só as mudanças da própria sociedade, sejam em seu modo de agir, de pensar e de se relacionar, como também a evolução dos dispositivos que propuseram e/ou fizeram parte dessas modificações. Então, as transformações sociais estão diretamente ligadas às transformações tecnológicas das quais a sociedade se apropria para se desenvolver e se manter.

Não se pode separar a informação da tecnologia, que vem sendo remodelada e institucionalizada com os avanços na área do conhecimento e das técnicas. Referendando essa ideia, recorreremos ao pensamento de Lemos (2010: 22), segundo o qual, “com a tradução informacional do mundo, tudo, desde o comportamento de partículas até os formatos midiáticos, pode ser transformado em bits, processado em computadores e distribuído em redes telemáticas em tempo real para todo e qualquer lugar do planeta”. Webster (1995) assevera que a sociedade da informação é representada por uma sociedade onde a informação é utilizada intensamente como elemento da vida econômica, social, cultural e política, a depender de um suporte tecnológico para se propagar. Isso demonstra que esse processo se tornou um fenômeno social, instaurado dentro da sociedade.

A sociedade se situa hoje no que se convencionou denominar de Era Digital. Os computadores ocupam espaço importante e essencial no atual modelo de sociabilidade que configura todos os setores da sociedade - o comércio, a política, os serviços, o entretenimento, a informação e os relacionamentos. Os resultados desse processo são evidentes, e essas transformações mudaram o cenário social na busca pela melhoria e pela facilitação da vida e das práticas dos indivíduos. Assim, afirma Lemos (2010: 22), “os impactos da cibercultura se fazem presentes em todos os países do globo, e só um pensamento global pode dar conta dos desafios da emergente sociedade da comunicação e da informação planetária”.

No que se refere às tecnologias de comunicação, o destaque vai para a microeletrônica, que parece funcionar como um grande maestro, orquestrando todas as ações socioculturais e comunicacionais dos indivíduos (Haraway, 2013). Os estados modernos, as corporações multinacionais, o poder militar, os aparatos de bem-estar, os sistemas de satélite, os processos

políticos, a fabricação de nossas imaginações, os sistemas de controle de trabalho, as construções médicas de nossos corpos, a pornografia comercial, a divisão internacional do trabalho e o evangelismo religioso dependem, estreitamente, da eletrônica.

A microeletrônica está no centro do processo que faz a tradução do trabalho em termos de robótica e de processamento de texto, do sexo em termos de engenharia genética e de tecnologias reprodutivas e da mente em termos de inteligência artificial e de procedimentos de decisão. As novas biotecnologias têm a ver com mais coisas do que simplesmente reprodução humana. (Haraway, 2013: 66)

No que diz respeito à convergência dos meios de comunicação, é voltada, essencialmente, para o fluxo de conteúdos, através de múltiplas plataformas de *media* que dependem fortemente da participação ativa dos “consumidores”. A cultura participativa (Jenkins, 2009: 30), por sua vez, contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação, por exemplo. Isso quer dizer que, em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia, como ocupantes de papéis separados, podemos, agora, considerá-los como participantes que interagem de acordo com um novo conjunto de regras “que nenhum de nós entende por completo”.

As transformações fundamentais na estrutura do mundo passam hoje, necessariamente, pelas tecnologias da comunicação e pela convergência dos meios de comunicação. O contexto da cibercultura traz inúmeras mudanças, inclusive, nas formas de ‘aprender’, e os *medias* digitais surgem como potencializadores do processo educativo. Brennand, Soares e Fernandes (2014: 30) asseveram que os *medias* digitais trouxeram “implicações para a educação quanto à reconfiguração de seus processos, especialmente no que tange aos recursos e aos papéis desempenhados pelos sujeitos envolvidos e a necessidade de favorecer aprendizagens significativas”.

Esse é um campo desafiador e até difícil de estudar, porquanto a pesquisa em comunicação traduz o texto da obra de Edgar Morin, que discute sobre a teoria complexa da comunicação (intitulado de “a comunicação pelo meio”). Como afirma Machado (2008: 11-10), a comunicação “exige sempre o exame da interface da comunicação com outras áreas do

conhecimento., e onde a complexidade da comunicação continua a enfrentar o desafio da compreensão”.

Os diferentes *medias* possibilitam que as mensagens sejam geradas e transmitidas em formato analógico ou digital. O tráfego de informação, através da Internet, é feito em formato digital (Braga, 2008: 45). Os *medias* digitais arquivam e distribuem informações, e a rede, por sua natureza, permite que as pessoas distribuam mensagens rapidamente pelo mundo e se estende ao alcance da comunicação humana.

É importante reforçar que a internet, com sua natureza híbrida, que pode ser usada como suporte de comunicação, reforça e estende redes sociais por interconectar indivíduos num diálogo de proporções globais e alterar a maneira como muitas pessoas trabalham, aprendem, jogam e se comunicam, deixando cada vez mais difícil a compreensão de um mundo sem Internet (Braga, 2008: 41). Então, é importante verificar o fator de convergência dos *media*, pois ele é mais do que uma mudança tecnológica. A convergência dos *media* altera a relação entre as tecnologias existentes, as indústrias, os mercados, os gêneros e os públicos. Parafraseando Jenkins (2009), parece que a convergência propriamente dita ocorre dentro dos cérebros dos indivíduos e em suas interações sociais com os outros.

Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. (Jenkins, 2009: 30)

A construção de uma suposta mitologia pessoal se tece no espaço de uma cultura política que visa tratar dos interesses de grupos específicos e dar visibilidade às expressões individuais. Nas mais diversas sociedades, o espaço da política, da discussão e do debate entre pares tem sido reservado historicamente para o gênero masculino (Braga, 2008: 59). Portanto, avanços significativos em direção à emancipação feminina só começaram a acontecer em meados do século passado, quando as mulheres começaram a questionar, por meio de movimentos sociais, seus lugares de subordinação, com destaque para a instituição remota e fundante da própria humanidade: a maternidade.

Na medida em que a maternidade, como tópico de conversa, parece ter perdido espaço no contexto social, a Internet parece surgir como local de encontro e tematização da maternidade, livre da conotação pejorativa, uma vez que se articula aos significados positivamente valorados da atualização tecnológica e participação na esfera pública. (Braga, 2008: 61)

Corroborando o pensamento vanguardista e crítico de Haraway (2013) e, conseqüentemente, a reflexão levantada por ela, no que diz respeito à “reconstrução da política feminista-socialista, um dos importantes caminhos se dará por meio de uma teoria e de uma prática voltadas para as relações entre ciência e tecnologia, incluindo-se, de forma fundamental, os sistemas de mito e de significado que estruturam nossas imaginações”. Para Haraway (2013: 63-64), “o ciborgue é um tipo de eu – pessoal e coletivo – pós-moderno, um eu desmontado e remontado”. Portanto, ser parteira, ser doula e, ao mesmo tempo, militar no ciberespaço em prol de uma causa pode se traduzir na gestação de um novo “ser”, que já nasce de uma concepção alterada do feminino, numa condição ciborguiana, que busca nessa construção bases para a realização de sua missão, a missão “ilitiana” de atuar, contudo, de “lutar” pelo fazer-se “viva” ou mesmo revivificada.

Isso se justifica porque essa missão vai muito além de se atuar como auxiliar no evento do nascimento, o ato de partejar/doular não apenas pessoas (outras mulheres), mas também, fundamentalmente, de partejar/doular ideologias (em e na rede). “O ciborgue simula a política, uma característica que oferece um campo muito mais potente de atividades”, como refere Haraway (2013: 63).

O uso da rede integrada de computadores entre as pessoas e as empresas tornou-se indispensável nos dias atuais. É possível ter acesso a uma vasta rede de informações em tempo real e trocar e cruzar dados em qualquer momento. Com o uso do computador, os serviços foram agilizados e facilitados e houve uma redução da mão de obra em ocupações que substituíram o trabalho humano, mas que abriram portas para novas ocupações especializadas no ramo da informática (programadores, webdesigners, administradores de rede) e das comunicações (marketeiros e jornalistas virtuais).

Lévy (1993) expõe que a interface digital alarga o campo do visível e evidencia a emergente evolução que diversificou, facilitou e transmitiu as informações instantânea e

amplamente. As tecnologias digitais possibilitaram uma nova dimensão dos produtos, da transmissão, do arquivo e do acesso à informação e alteraram o cenário econômico, político e social. Porém, a dimensão mais importante do computador não é ele, em si mesmo, mas a capacidade de interligar, de formar rede.

Assim, com o surgimento do uso civil da internet no final dos anos 1990, as ideias de liberdade e de imaterialidade passam a revolucionar a leitura e a comunicação em rede. Assim, foi possível arquivar, copiar, desmembrar, recompor, deslocar e elaborar textos, assim como exibi-los e ter acesso a todo tipo de informação, de qualquer variedade, a todo instante. De acordo com a autora,

a comunicação em um ambiente de Internet parece não substituir a comunicação em outros âmbitos da rede ou em encontros face a face, mas participar como mais um recurso técnico a serviço da sociação. (Braga, 2008: 18)

O avanço crescente do ritmo com que as tecnologias evoluem é uma das marcas da contemporaneidade. Enquanto o intervalo entre a invenção da prensa e a do jornal escrito foi de quase três séculos, o intervalo entre a invenção da Internet e sua popularização, como veículo de comunicação em massa, foi de menos de 20 anos.

Há que se ressaltar que os *media* digitais passaram a ser importantes na vida social brasileira depois que foi lançado o Livro Verde. No Brasil<sup>12</sup>, o segmento de redes sociais *online* seguiu a tendência mundial e se rendeu ao fenômeno *Facebook*. Só para se ter uma noção, em apenas um ano, quase 24 milhões de novos internautas brasileiros aderiram ao Facebook, que se tornou o *site* de rede social mais utilizado no País, com mais de 36 milhões de usuários brasileiros. Na sequência, vêm o *Orkut*, em segundo lugar (34 milhões); o *Windows Live Profile*, em terceiro (13 milhões), e o *Twitter*, em quarto (12,5 milhões).

---

<sup>12</sup> Precedendo as ações que viriam em anos subsequentes - um levantamento realizado no ano de 2010 e publicado em abril do ano seguinte - a comScore apontou o Brasil como o oitavo país no ranking mundial de acesso à Internet. A audiência da Internet brasileira teve um crescimento de quase 20% - passou de 33,3 milhões de usuários, em dezembro de 2009, para quase 45 milhões em 2010. De acordo com o mesmo estudo, o Sudeste é a região brasileira com o maior número de pessoas conectadas, representando 68% da audiência *online* de todo o país. Em seguida, vem a Região Sul, com 13%; a Região Nordeste, com 11%; e as Regiões Centro-Oeste e Norte, com, respectivamente, 6% e 2% dos internautas brasileiros. Em 2011, os dados da mesma empresa apontaram um crescimento de 15% na audiência total de Internet no Brasil. Isso significa que, atualmente, já são mais de 51 milhões de brasileiros conectados à rede.



Considerando a série histórica de 2005 e 2010 da pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil, nota-se que, de forma geral, os hábitos dos brasileiros têm mudado, e as redes de relacionamentos apoiadas na Internet têm conseguido mais adeptos. Porém isso não quer dizer que a internet está totalmente apta a enfrentar os desafios do debate político. Só para citar, em 2010, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, o Brasil presenciou a importância do uso de ferramentas de marketing virtual<sup>13</sup>, que foram utilizadas para divulgar propostas, manter contato e mobilizar eleitores em torno dos projetos políticos daquele momento, e de *website* e *e-mail marketing*, instrumentos que já se tornaram tradicionais nos períodos de campanha eleitoral no Brasil, os candidatos (a presidente, a senador e outros) criaram seus perfis no *Twitter* para pedir voto, divulgar agenda de campanha, apresentar propostas e discutir sobre elas.

Em 2011, organizações sociais de diversas áreas divulgaram e mobilizaram, nos *sites* de redes sociais, a “Marcha da Liberdade”, que aconteceu, simultaneamente, em mais de 40 cidades brasileiras, com a participação popular na luta por liberdade, e se configurou como uma das maiores manifestações populares desde a campanha das “Diretas já”<sup>14</sup>. Em 2014, com as eleições presidenciais, as redes sociais continuaram a ganhar mais força no que se refere às campanhas de marketing político de caráter virtual e viral.

Sabe-se, no entanto, que a educação e a infraestrutura computacional hoje disponíveis fazem um corte claro entre quem está habilitado a participar ou não desse debate. Mas é certo também que a situação é melhor do que a que vivíamos apenas com os meios de comunicação de massa, em que, na prática, a comunicação possível era majoritariamente unilateral e mercantilizada. Já na sociedade da informação/comunicação, segundo Lemos (2010: 22), “a tradução do mundo em dados binários vai inserir o domínio técnico na esfera do discurso e da

---

<sup>13</sup> Conjunto de estratégias e ações em que se utilizam ferramentas de tecnologia (a maioria através de sistemas informáticos e internet), visando a mais eficácia na busca de novos caminhos para se comunicar com o público. Sensivelmente, a partir de 1995, a Internet se tornou um novo meio de comunicação. Características como acesso livre à informação e ferramentas de interação (e-mail) tornavam “esse sistema” (internet) capaz de evoluir sem limites. O marketing virtual também pode associar-se ao conceito de marketing viral, que é trabalhado pela publicidade, com estratégias e propagação rápida da informação.

<sup>14</sup> Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas, no Brasil, ocorrido em 1983-1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, e isso frustrou a sociedade brasileira. Ainda assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial, em janeiro do ano seguinte, quando Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral.

comunicação de forma radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a pólis, a política, por outro”.

Hoje o Brasil é o quarto país, no *ranking* mundial, de tempo gasto nos *media* sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*<sup>15</sup>, entre tantas outras. E foi a partir do uso das redes sociais que inúmeros profissionais da área de saúde, educadores e, até, mães brasileiras e tantos outros militantes, inclusive, parteiras e doulas passaram a se organizar pela causa do parto ativo no Brasil, cuja principal bandeira é a noção de que a maternidade<sup>16</sup> deve ser exercida em um processo consciente e socialmente ativo.

Com o intuito de empreender essa compreensão desafiadora, objetivamente, propusemos uma reflexão sobre o fenômeno do parto “ativo” no campo da comunicação e da cultura digital. Ao fazer isso, descobrimos que o ativismo relacionado ao “movimento do parto ativo” acontece nos *media* digitais<sup>17</sup>, portanto, a expressão dos grupos nos espaços da rede social e a participação política denotam que precisamos entender essas redes emergentes. Parafraseando Salganic e Watts (2009), Recuero (2015: 112) afirma:

Essa é uma das áreas que julgamos particularmente interessante, dada a influência das redes sociais (compreendidas aqui como os grupos sociais aos quais os indivíduos estão filiados em sua vida cotidiana) nos processos decisórios individuais.

É justamente nesse ponto convergente da discussão em que se configura o fenômeno de nossa pesquisa ao campo da comunicação. Nesse sentido, nesta tese, objetivamos contribuir com o tema ‘parto ativo no Brasil’. Para isso, pretendemos compreender o parto ativo a partir da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos *media* digitais.

---

<sup>15</sup> <http://www.statista.com/statistics/270229/usage-duration-of-social-networks-by-country/>

<sup>16</sup> Convém destacar o papel dos homens que se tornaram pais. Muitos deles, engajados no movimento, operam sua ação por meio do conceito de “paternidade consciente”. Esse termo também é identificado no discurso pelas redes, especialmente, discutido no trabalho da psiquiatra Eleonor Luzes (2007).

<sup>17</sup> Nesta pesquisa, o termo ‘*medias* digitais’ é diretamente associado à concepção do termo ‘mídias sociais’. Recuero, citando Boyd (2010: 132), refere que “a mídia social é um espaço de produção, circulação e legitimação de discursos. Assim, enquanto os atores determinam quais informações serão reproduzidas, quais serão reverberadas, quais receberão visibilidade e quais serão debatidas, eles também produzem e reproduzem diferentes discursos”.

No que diz respeito à estrutura, esta tese contém cinco capítulos. O Capítulo 1 traz uma discussão sobre o percurso metodológico da pesquisa e os motivos que justificaram sua escolha.

Nos Capítulos 2 e 3, intitulados respectivamente de, Ciberativismo e articulações em rede: nuances de atuação social no ciberespaço, e Ciberativismo e Parto Ativo no Século XXI: Interface da atuação em rede, criamos uma sinergia nos moldes conceituais da tese e articulamos as principais categorias teóricas que se organizam em torno da discussão. Também tecemos considerações sobre o ciberativismo e o parto ativo no Século XXI, em que procuramos construir bases inter-relacionais entre o fenômeno de pesquisa e as categorias teóricas envolvidas diretamente com ele: o ciberativismo, o parto ativo, a atuação de parteiras e das doulas nas redes digitais.

No Capítulo 4 - A missão de Ilítia: o parto ativo sob a ótica da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos *media* digitais - descrevemos os dados colhidos, o tratamento dado a eles e as análises referentes aos dados levantados, procurando dar conta de respostas satisfatórias para nossa investigação.

No Capítulo 5 – o das considerações finais – trazemos esclarecimentos sobre as respostas possíveis para as questões de pesquisa e apontamos alguns caminhos que acreditamos que sejam promissores no que se refere a novos estudos a respeito dessa temática.

Por fim, a principal fonte de inspiração para o título desta tese: “*Ilítia Ciborguiana*”: *o parto ativo à luz da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos medias digitais*, originou-se de duas narrativas. A helênica, da mitologia grega, que atribui à figura da deusa Ilítia<sup>18</sup> a missão de ajudar a aliviar ou auxiliar as mulheres durante o parto. A segunda advém da antropologia do ciborgue, escrita por Donna Haraway, em seu texto, *O Manifesto Ciborgue - ciência, tecnologia e feminismo no final do Século XX*, em que a autora, ao tratar da transição das velhas e “confortáveis” dominações hierárquicas para as novas e “assustadoras” redes,

---

<sup>18</sup> Ilítia era filha de Zeus e de Hera, irmã de Hefesto, Ênio, Ares e Hebe, e meia irmã de vários deuses e semideuses, como Hércules e Hermes. Na mitologia grega, era a única deusa que não tinha origem latino-europeia em seu nome, que provém do grego, ‘eleutho’, e significa ‘auxílio’ ou ‘alívio’. Portanto, seu nome significa “aquela que vem em auxílio”. Ilítia é a deusa grega protetora das mães durante o período de gestação; é aquela que envia auxílio às mulheres em trabalho de parto. Na mitologia romana, é conhecida pelo nome de Lucina. Essa deidade é muito cultuada por gestantes e seus companheiros e considerada como a deusa dos partos, porque ajuda, no momento do nascimento, para que tudo aconteça de maneira favorável e até sem dor. O local de culto mais famoso da deusa Ilítia era a Caverna de Ilítia, encontrada na cidade de Amnisos, no estado de Cnossos em Creta.

que ela chama de “informática da dominação”, tece uma provocativa crítica à origem divina do humano, especialmente, quando afirma que a “deusa”<sup>19</sup> está morta.

---

<sup>19</sup> A autora também afirma que tanto a deusa quanto o deus estão mortos, mas nada está perdido, visto que, para a autora, é possível vê-los revificados nos mundos das políticas microeletrônica e biotecnológica.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

*O termo ‘parto’ deriva do verbo ‘parir’ e, uma vez que o verbo expressa sempre uma ação, tal termo designa um movimento ativo. Os partos na água em meu consultório sempre foram muito ativos e emocionantes. (Cornelia Enning, 2000: 13)*

Considerando que não é fácil escolher um método que dê o real “norte” de uma pesquisa científica, especialmente uma tese, é necessário estabelecer o caminho a ser percorrido e garantir seus grandes fundamentos. Segundo Gil (2010: 26), “a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são evidenciados”.

Nesse sentido, os interesses pessoais são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer investigação (Vasconcelos, 2002). O trabalho de pesquisa é exigente e requer um grande investimento de energia pessoal e de recursos, e se o pesquisador não for hábil, ele será somente um processo mecânico, para cumprir exigências externas, acadêmicas ou não. Dito de outra forma, a pesquisa científica traz toda uma complexidade entre o investigador e a investigação, concernente a tecer/fazer o trabalho, cujos elos compõem uma espécie de amálgama difícil de evitar a fusão ou a separação entre o sujeito e o objeto, conforme condições positivistas. Fundamentando-se em Barbier (1985) e Baremblytt (1992), Vasconcelos (2002: 141) diz que,

[...] se assumirmos o princípio do paradigma da complexidade de que produção de conhecimento requer também um processo de autoconhecimento e de interpelação de dimensões subjetivas e estético-expressivas do pesquisador, a análise da implicação psicoafetiva, estética e sócio-histórica do pesquisador com o tema e com as demandas de realização da pesquisa [...] são fundamentais para a definição do objeto de investigação.

A trilha metodológica definida para atender aos objetivos elencados nesta pesquisa sugere que é preciso criar estratégias e entrelaçar caminhos que se desdobram em processos e

etapas pertinentes à lógica própria da investigação. Assim, neste capítulo, apresentamos conceitos relacionados à classificação, à abordagem, aos tipos, ao universo e aos sujeitos da investigação, situamos o campo empírico e a problematização do fenômeno e tecemos considerações sobre o fundamento da análise que subsidiou a interpretação dos resultados. Portanto, o método pode ser considerado um conjunto de processos que possibilitam conhecer determinada realidade, produzir objeto ou desenvolver procedimentos e comportamentos (Oliveira, 1997).

Definir um método de pesquisa, enfim, é apenas um início, no sentido de guiar o pesquisador para que possa conduzir seu trabalho e ajudá-lo a garantir que sua investigação tenha, de fato, as respostas que espera para responder ao problema suscitado.

### **1.1 Pesquisas recentes sobre o tema**

Para iniciar o trabalho de mapeamento de pesquisas recentes sobre o tema, tivemos uma primeira etapa, que objetivou identificar publicações científicas referentes ao tema, e esta foi subdividida em duas partes: a busca pelas fontes de publicação na base de dados escolhida e a filtragem no banco bruto de artigos levantados. Assim feito, na etapa seguinte, visamos buscar o conhecimento de estudos já realizados e que trouxeram resultados sobre o tema em estudo. Depois de concluir essas duas etapas, correlacionamos os conhecimentos necessários para elaborar o problema da pesquisa e traçar os objetivos do trabalho de construção da tese.

Para encontrar e selecionar as fontes, fizemos uma pesquisa por artigos que tivessem alinhamento com as palavras-chave do trabalho investigativo. Para selecionar os dados, recorremos ao Portal de Periódicos da Capes, por meio dos seguintes critérios:

- a) Do acesso a fontes: artigos de periódicos;
- b) Do acesso linguístico: idiomas português e espanhol
- c) Do acesso temporal: só foram considerados artigos publicados no período de 2012 a 2017, ou seja, relativos aos últimos cinco anos.

A primeira busca foi realizada no mês de outubro de 2016 e se repetiu em outubro de 2017, dessa vez, apenas com o intuito de garantir uma atualização mais precisa acerca das publicações existentes. Para tanto, definimos e utilizamos os seguintes descritores: “parto ativo”; “parteiras”; “doulas”; “parteiras e doulas”, “*medias* digitais” e “ciberativismo”. Ao

longo de todas as buscas, todos os descritores foram escritos com aspas, para garantir que só aparecessem resultados em que se utilizaram as expressões exatas e evitar artigos não relacionados ao tema.

Os resultados da busca foram submetidos aos critérios de inclusão ‘acesso temporal’ e ‘acesso linguístico’ e aos critérios de exclusão ‘alinhamento pelo título/resumo’ e ‘alinhamento com o fenômeno de pesquisa’. Esses últimos eram realizados simultaneamente ao estudo integral dos artigos escolhidos. Para evidenciar mais o trabalho realizado, elaboramos um quadro esquemático com todas as etapas realizadas para selecionar os artigos que compuseram o estado da arte desta investigação. Vejamos a seguir, no quadro 1, disposto logo abaixo:

**Quadro 1:** Etapas da busca, da recuperação, da seleção e da utilização de fontes de periódicos

<b>Etapa 1: BUSCA NO PORTAL PERIÓDICOS CAPES</b>						
<b>Descritores</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
	‘parto ativo’	“parteiras”	‘doulas’	‘parteiras e doulas’	‘medias digitais’	‘ciberativismo’
<b>Banco de artigos (recuperação bruta)</b>	347	400	5.117	17	1.148	85
<b>Etapa 2: SELEÇÃO – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO</b>						
<b>Por acesso temporal (de 2012 a 2017)</b>	118	96	644	2	246	43
<b>Por acesso idiomático (línguas portuguesa e espanhola)</b>	108	77	18	0	212	33
<b>Etapa 3: SELEÇÃO - CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO</b>						
<b>Por alinhamento com o título/resumo</b>	7	6	7	0	19	24

<b>Por alinhamento com o fenômeno de pesquisa</b>	4	3	3	0	6	14
<b>ETAPA 4: UTILIZAÇÃO</b>						
<b>Estado da arte do fenômeno</b>	1	0	0	0	2	7
<b>TOTAL</b>	<b>10 artigos alinhados com o fenômeno de pesquisa</b>					

**FONTE:** Dados da pesquisa (2017)

No que se refere à terceira etapa do trabalho de busca e seleção de fontes, foram selecionados apenas os artigos que atenderam, concomitantemente, aos dois critérios definidos.

Depois das etapas de busca e de seleção – utilizando-se os critérios de inclusão e exclusão – fizemos uma revisão bibliográfica composta de dez artigos. A seguir, descrevemos essa etapa. Usamos apenas um artigo relacionado diretamente ao primeiro descritor - ‘parto ativo’; depois, não foi possível escolher algum artigo relacionado ao segundo descritor - ‘parteiras; numa etapa subsequente, também se apresentou da mesma forma o que estava relacionado ao terceiro descritor - ‘doulas’. Avançando com o trabalho de seleção para o descritor ‘parteiras e doulas’, também não encontramos nenhum artigo; em seguida, selecionamos mais dois artigos com o descritor ‘*medias* digitais; e por fim, sete relacionados ao descritor ‘ciberativismo’.

No quarto passo, utilizando os mesmos parâmetros, realizamos uma pesquisa complementar em mais duas bases importantes: o Google Acadêmico e o PubMed, que nos auxiliariam indiretamente a partir de outras informações. Por fim, para compreender bem mais como se apresenta o atual estado da arte deste trabalho de tese, dissertamos sobre os estudos e os elencamos por ano de publicação, título e autores, conforme segue. Reforçamos que a busca recuperou os seguintes resultados/estudos elencados a seguir.

O primeiro trabalho selecionado foi o estudo dos autores Salgado, Santos e Progianti (2013), intitulado *Revelando arquétipos ativos na vivência de mulheres no parto hospitalar: estudo sociopoético*, que objetivou identificar os arquétipos ativos que influenciam o comportamento feminino no parto hospitalar, através da dimensão imaginativa da mulher



referente à vivência dessa modalidade de parto. Trata-se de uma pesquisa sociopoética, desenvolvida com um grupo pesquisador formado de oito puérperas, que aplicaram a técnica de modelagem das deusas em um ambulatório de puericultura do Rio de Janeiro, em 2009. Como resultados, as puérperas significaram suas modelagens e revelaram as deusas gregas: Ártemis, Deméter, Perséfone e Héstia, a Virgem Maria e a deusa egípcia da destruição, Seckhmet. As autoras dessas modelagens mostraram seu potencial, suas necessidades e seus desejos de liberdade e de autonomia no parto. Também demonstraram que sentiam solidão e isolamento, a ligação com seu filho, doação amorosa, poderosas e com autoestima. Por fim, o estudo alertou para a abordagem sensível no cuidado integral das pessoas, visando ampliar ações que privilegiassem subjetividades e singularidades.

O estudo de Marques (2013) - *Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos* - objetivou analisar exclusivamente as diferenças no ciberativismo de movimentos organizados da sociedade civil em defesa do parto humanizado e pela descriminalização do aborto. Através das informações publicadas nos sites e utilizando a análise de conteúdo, foram analisadas as categorias ‘religião’, ‘classe social’, ‘mortalidade’ e ‘consumo’. Ao avaliar o conteúdo dos nove sites analisados, concluímos que a religião e a classe social são pouco mencionadas na discussão sobre a descriminalização do aborto. A mortalidade materna, por sua vez, é uma preocupação nas duas causas, e a questão do consumo está mais relacionada ao movimento a favor do parto humanizado.

Em *Relatos da Partolândia: as narrativas em primeira pessoa e os novos sentidos possíveis para o parto*, Miller & Pimentel (2013) concluíram que o modelo biomédico atual de assistência ao parto segue uma lógica que vê na mulher uma natureza falha, para a qual a tecnologia atua como mediadora do cuidado. Esse modelo tecnocrático, padronizante e disciplinador foi elaborado com dispositivos de colonialidade e, hoje, é questionado por uma parcela crescente de mulheres que o veem como um produtor de violência obstétrica, ao desprezar particularidades pessoais, questões emocionais e não permitir a vivência de experiências que respeitem a fisiologia do parto e seu caráter social e da sexualidade feminina. É no âmbito da humanização do parto e do nascimento que proliferam os relatos feitos em primeira pessoa, em que as mulheres narram suas experiências, e são publicados vídeos e fotografias de partos. As redes sociais e os blogs são o principal veículo de circulação de informações sobre parto humanizado. Os autores concluíram que essas

narrativas individuais, além de contribuir para diminuir a violência obstétrica - porque são uma forma de popularizar essas informações – podem mostrar uma polissemia na experiência de parturição, de reposicionamento do sujeito feminino e de ressignificação da estética do nascimento.

No ano de 2014, Gonçalves (2014) realizou a pesquisa *Da Internet às ruas: a marcha do parto em casa*, que abordou, por meio de um viés comunicacional, a Marcha do Parto em Casa, uma ação coletiva organizada nas redes sociais virtuais, realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2012, em 30 cidades brasileiras. A partir da discussão sobre o papel da comunicação e dos atores coletivos na sociedade, o trabalho objetivou observar se as pessoas envolvidas na defesa da humanização do parto conseguiram ampliar a discutibilidade e a visibilidade social do tema, utilizando ferramentas disponíveis na internet e acionando a mídia. O uso da rede social *Facebook* teve papel central nesse processo, por isso, a metodologia do estudo foi focada nas apropriações da internet e das redes sociais. Procedeu-se a uma análise documental, cujo *corpus* foi composto de peças de comunicação relacionadas ao conflito estabelecido entre as pessoas que defendem o parto humanizado e o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ) e a análise de conteúdo de uma página de evento no *Facebook*, usada para organizar a Marcha. Foram realizadas entrevistas em profundidade com algumas das articuladoras da ação coletiva e considerados os pressupostos teóricos relacionados à comunicação como prática social (Wolton, Gamson, França), às ações coletivas (Melucci, Touraine, Pleyers), à sociedade em rede (Castells) e aos processos de mobilização (Toro e Werneck, Henriques). Verificou-se, ainda, que as pessoas envolvidas na mobilização se uniram para defender uma causa – o direito da mulher de escolher o tipo de parto diante de um opositor – o CREMERJ. Para isso, os ativistas realizaram ações de comunicação e mobilização, visando sensibilizar a sociedade a exigir o cumprimento dos direitos das gestantes e mudanças do modelo de assistência obstétrica no Brasil.

O trabalho de Medeiros (2014) - *Rotas de fuga no ciberespaço: itinerários de mulheres em busca do parto desejado* - traça uma cartografia do movimento social pela humanização do parto e do nascimento no Brasil, que surgiu por volta de 1970 e ganhou ampla adesão das mulheres usuárias de sistemas de saúde duas décadas depois, em um processo intimamente relacionado à democratização da internet e, mais especificamente, do ciberespaço. Depois de retomar os processos históricos do movimento, a dissertação ocupou-se de acompanhar, especialmente, os fluxos de luta estabelecidos pelas mulheres no ciberambiente, abordando as

diferentes produções que nele emergem e seus desdobramentos na sociedade. A partir do aporte conceitual da esquizoanálise, a pesquisa visou compreender como se articulam fluxos individuais e coletivos de luta e busca pelo parto humanizado e de que modo eles vêm incidindo no cenário da assistência obstétrica no Brasil. Os resultados indicaram que os itinerários individuais e coletivos se produzem em um plano comum e têm incidido na ampliação do diálogo sobre a assistência à parturiente. Tais fluxos parecem abrigar muitas potências, dentre as quais, a contribuição para modificar o modelo de atenção ao parto vigente além e fortalecer o próprio movimento de humanização do parto.

Em seu trabalho, *Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais*, Luz & Gico (2015) discutem sobre o parto normal na contemporaneidade e apresentam os três modelos de assistência obstétrica, a partir de categorização proposta pela antropóloga norte-americana, Davis-Floyd. Os autores apontam as consequências do modelo tecnocrático, que se tornou hegemônico nas sociedades contemporâneas e naturalizou a violência obstétrica, e contextualizam a problemática na realidade brasileira, a partir da análise do *blog Cientista que virou mãe*, que articula o movimento entre mulheres brasileiras nas redes sociais, com o intuito de defender e dar visibilidade a iniciativas de parto natural e humanizado, atuando contra a violência obstétrica. De acordo com os resultados do estudo, as ferramentas da *internet* têm proporcionado uma mobilização inédita em prol do respeito aos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil e transformado esses canais em vias alternativas de comunicação e informação para alcançar formas mais democráticas de organização social. Além de desnaturalizar a violência obstétrica, as blogueiras lançam ações que visam pavimentar o caminho para uma assistência humanizada e para as iniciativas de parto domiciliar planejado.

Já em “*Se não fosse a internet, eu tinha ido pra faca*”: *considerações sobre ciberespaço e parto “humanizado”*, Amaral (2015) teve o objetivo de revisar a bibliografia acerca do ciberespaço, do ciberativismo e da inteligência coletiva e fazer as conexões pertinentes entre esse campo e a efetivação do projeto de ter um parto domiciliar, entendido aqui como um tipo de parto dito “humanizado”. A casa de parto David Capistrano Filho, no Rio de Janeiro, é um exemplo disso. Como foi fechada uma vez e ameaçada de fechamento outras vezes, essa casa resiste porque as pessoas resistem, inserindo na agenda pública as discussões sobre parto humanizado e direito ao corpo. Mulheres e homens foram às ruas na marcha pelo parto humanizado e na manifestação pela reabertura da casa de parto, em

movimentos convocados pelas ciberativistas. Para as mulheres que querem um parto humanizado, mas têm medo de não conseguir, que têm plano de saúde e sabem que 88% dos partos no sistema de saúde complementar são cesarianas, os fóruns, as redes sociais e os blogs oferecem informações que elas consideram indispensáveis para alcançar seu objetivo. Contudo, o autor julga necessário fazer uma leitura crítica, porque perceber problemas e contradições não faz esse espaço menos relevante para as mulheres, e considera que prova disso é que, mesmo as entrevistadas que perceberam contradições nas comunidades virtuais, continuam nessas comunidades participando ativamente. Assim, assevera que o ciberativismo oferece alternativas para os modelos convencionais de associação e de reivindicação e tem efeitos relevantes no mundo *off-line*.

Em *Validação de um vídeo educativo para o conhecimento, a atitude e a prática de gestantes na preparação para o parto ativo*, Andrade (2016) objetivou validar um vídeo educativo para o parto ativo com o público-alvo; verificar os conhecimentos, as atitudes e as práticas de gestantes acerca da preparação para o parto ativo; avaliar as implicações da utilização de uma tecnologia educativa para promover conhecimentos, atitudes e práticas de gestantes sobre o parto ativo; correlacionar a adequação do conhecimento, da atitude e da prática com os dados sociodemográficos e obstétricos do grupo-controle e do grupo-intervenção; e avaliar a experiência e a satisfação de mulheres com o parto, por meio de contato telefônico. Trata-se de um estudo do tipo quase experimental, composto de grupo-intervenção e de grupo-controle, desenvolvido em dez Unidades Básicas de Saúde da Família, do município de Eusébio, Ceará e dividido em dois territórios, e cuja população foi composta de gestantes no último trimestre. Os dados foram coletados por meio de um instrumento construído e validado, composto de quatro partes: dados sociodemográficos, saúde reprodutiva, parto e inquérito CAP, durante o período de setembro de 2015 a fevereiro de 2016. Para o grupo-intervenção, foi aplicado o inquérito sobre a preparação para o parto, acompanhado de uma sessão educativa, com exposição de um vídeo. No grupo-controle, as atividades foram aplicadas por meio do questionário de conhecimento, atitude e prática sobre a preparação para o parto e a consulta pré-natal de rotina. Ambos os grupos foram avaliados no pós-parto, por meio de ligação telefônica, a fim de certificar o nível de satisfação quanto ao uso do QESP. Os dados foram tabulados, processados e analisados em tabelas. O estudo foi realizado procurando atender aos preceitos éticos legais, recomendados pela Resolução 466/12, conforme parecer de número 1.148.019. Os resultados apontaram que o grupo-intervenção atendeu bem mais à pesquisa em relação ao conhecimento, à atitude e à prática.

Os resultados com estatística significativa em todas as variáveis, quando associadas ao grupo que recebeu a tecnologia, apontam o vídeo educativo como um estímulo para a ideologia do parto ativo.

Em relação ao nível de satisfação das mulheres com o parto, em quase todos os itens, o Grupo-intervenção demonstrou um nível mais alto de satisfação do que o Grupo-controle, ou seja, as gestantes que assistiram ao vídeo ficaram mais satisfeitas no período do trabalho de parto, do parto, do pós-parto e em relação ao nível da dor. Portanto, os cuidados e as orientações realizados no pré-natal na preparação para o parto, atrelados a uma tecnologia educativa, são mais eficazes, quando comparados com os cuidados de rotina de forma isolada. Concluiu-se que a intervenção utilizada promoveu, positivamente, o aumento do nível de conhecimento, de atitude e de prática de gestantes no parto ativo.

Em seu estudo intitulado *Mães de suas decisões: o papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação*, Oliveira & Pinto (2016) questionaram: qual a importância do ciberfeminismo para o empoderamento da mulher em relação a questões do parto e os reflexos sociais e jurídicos desse empoderamento? Para isso, utilizaram a abordagem dedutiva, o procedimento funcionalista e as técnicas de pesquisa bibliográfica e de observação sistemática participativa e não participativa. Os autores concluíram que, além do empoderamento feminino a partir do acesso à informação, a mudança da percepção em relação ao parto levou à criação de políticas públicas e de leis que tutelassem os direitos da mulher.

Por fim, em *Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências*, Sena & Tesser (2017) objetivaram relacionar o enfrentamento da violência obstétrica no Brasil ao ciberativismo de mulheres, em especial, de mulheres mães. Para isso, primeiramente, introduziram o tema ‘a violência obstétrica brasileira’ e as principais pesquisas acadêmicas a seu respeito. Em seguida, a questão do ciberativismo foi abordada como uma nova estratégia e proposta de mobilização social contemporânea. Na sequência, os autores relataram duas experiências pioneiras de ciberativismo para o enfrentamento da violência obstétrica no Brasil e exemplificaram tal relação. No final, apresentaram uma discussão sobre a necessidade de novas pesquisas a respeito do tema e a relevância do uso da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação como

ferramentas metodológicas para pesquisa, ativismo e participação política, que são estratégias para a promoção da saúde da mulher.

### **2.1.2 Problemática do fenômeno**

Na segunda metade da década de 50, a economia brasileira incrementou a urbanização que implicou, inevitavelmente, as transformações do sistema de parentesco, na própria economia doméstica, no mercado de trabalho e, especialmente, nos papéis femininos. Todas essas variáveis afetaram diretamente o comportamento reprodutivo (Rodrigues, 2008: 187).

De um lado, houve a convergência da pressão internacional, no sentido de difundir uma nova teoria médica sobre reprodução humana e a mudança na relação custo-benefício para criar filhos. Pela primeira vez, manifestou-se o desejo feminino milenar por uma pequena prole. Isso tornaria viável a revisão das metas reprodutivas da sociedade para atingir um regime de baixa fecundidade, mesmo que ainda houvesse um quadro de submissão da mulher.

O regime de baixa fecundidade não seria atingido sem coação sobre a maior parcela da população. A modernização estava se processando em regiões bem definidas e beneficiava as classes mais favorecidas. Assim, a acentuada desigualdade social incentivava a formulação de propostas para um vigoroso programa de planejamento familiar como solução mais adequada para os problemas socioeconômicos do Brasil.

A expansão da rede hospitalar, por sua vez, coincide com as mudanças na organização socioeconômica brasileira, pois, devido às novas condições de vida, era preciso adotar um novo modo de reprodução. “Até meados do Século XX, as brasileiras tinham prole numerosa, pois se casavam jovens e não usavam métodos de contracepção com regularidade, acatando as determinações da igreja católica sobre sexo fecundo ou de maridos desejosos de muitos filhos” (Rodrigues, 2008: 184-185). Nesse período, os médicos só atuavam nas principais cidades do País e, em geral, a obstetrícia ficava sob a responsabilidade das parteiras leigas (mulheres múltiparas, idosas e, geralmente, benzedeiras<sup>20</sup>).

---

<sup>20</sup> No Brasil, historicamente, a figura das benzedeiras (rezadeiras) é típica das regiões remotas, onde os médicos são escassos e os remédios alopáticos quase inacessíveis. A origem nos pajés indígenas é patente - na Região Amazônica, ambos os conceitos são sinônimos - com a aplicação de elementos próprios da religião cristã. Não se pode descartar, também, a influência da cultura africana nas regiões onde predominou a colonização com mão de obra escrava. Apesar da resistência da ciência, a atividade, muitas vezes, impressiona por efeitos que são atribuídos pelos cientistas por um componente subjetivo, que é a fé dos que se submetem à cura. Ao contrário dos curandeiros, dos charlatões e de outros aproveitadores, a benzeira (ou benzedor), em geral, é alguém da própria

Na sua grande maioria, os partos aconteciam na casa das parturientes. O médico era chamado apenas quando surgia uma complicação ou quando existia relação de parentesco ou amizade entre ele e a família, embora a vida da mulher dependesse muito mais da normalidade do parto do que das técnicas e da destreza da assistente. (Rodrigues, 2008: 185)

A assistência médica, nesse período, trazia uma mensagem moderna sobre o direito que as pessoas tinham de evitar filhos, insistia no desgaste orgânico das múltiparas e apresentava métodos anticoncepcionais eficientes. Assim, cresceu muito e avançou significativamente (Rodrigues, 2008: 185). Com a ampliação do parto hospitalar, surgiram técnicas para aliviar as dores do parto, e a taxa de mortalidade materna e fetal foi reduzida, porque as crianças nasciam em ambiente asséptico e era possível fazer cesariana em casos considerados como perdidos.

O parto domiciliar tornou-se raro, até em algumas áreas mais rurais do Nordeste do Brasil, porque as mulheres eram removidas para o hospital mais próximo logo quando começavam a sentir as primeiras contrações. Enquanto crescia o parto hospitalar, ampliava-se uma vasta bibliografia sobre a contracepção disponível no Brasil, já na segunda metade do Século XX (Rodrigues, 2008: 186). Até o ano de 1980, nas escolas médicas brasileiras, o ensino de técnicas de contracepção era muito limitado, e os médicos atendiam às parturientes e divulgavam informações sobre anticoncepcionais<sup>21</sup>.

Com vários argumentos, em pouco tempo, o recurso para a cesariana tornou-se rotina, e o principal deles consistia em aproveitar a oportunidade para fazer a ligadura tubária no terceiro ou no quarto parto. Outras justificativas surgiram depois, como a necessidade de compatibilizar o atendimento de uma mulher com o horário de trabalho de seu médico, a economia de tempo, a preservação da higidez do períneo, para não interferir na satisfação sexual, a redução do sofrimento do trabalho de parto, o acesso ao serviço de anestesia pela previdência social, entre outros.

---

comunidade, que recebeu os ensinamentos dos antigos, sempre de forma oral - razão pela qual não há registros sobre eventuais fórmulas - e mantém em segredo a oração que proferem. Geralmente não cobram por suas atividades (embora nada proíba que o faça).

<sup>21</sup> Naquele tempo, já havia manifestações de médicos pela descriminalização do aborto, e eles argumentavam poder fazê-lo sem riscos. Assim, esperavam que o Estado os autorizasse e acreditavam que a difusão de métodos anticoncepcionais reduziria a necessidade de praticá-lo.

Já ao final do Século XX, alguns médicos começaram a afirmar que o parto normal era obsoleto e que o procedimento adequado de um profissional moderno seria fazer uma cesariana com data previamente acertada com a paciente para mais comodidade de ambos. Então, podemos dizer que, no Brasil, a cultura da cesárea começou nos anos 70. Para facilitar o processo, oferta-se a laqueadura<sup>22</sup> nas mulheres.

Assim, cresceu o entusiasmo com a industrialização, essa abordagem se instalou nos serviços de saúde (Rattner, 2009), e o número de nascimentos por meio de cesárea aumentou e assumiu características de “bem de consumo” (Rattner, 1996). Nos dias de hoje, muitos são os fatores que influenciam a proporção de cesarianas no Brasil: a localização geográfica de residência da mãe, as condições socioeconômicas da clientela, as fontes de financiamento dos serviços de saúde e o modelo vigente de atenção ao parto.

Em 2007, no Sistema Público de Saúde, a proporção de cesariana era de 35%, enquanto, na Saúde Suplementar, era de 80% (percentuais estimados a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - Sinasc e Sistema de Informação Hospitalar SIH/SUS do mesmo ano). Quanto maior a população inserida no Sistema de Saúde Suplementar, maior é a proporção de cesariana. Segundo dados do Sinasc/MS, entre 1994 e 2007, a proporção de cesarianas aumentou 44% no país. Um dos motivos apresentados para justificar essa elevação tem sido uma mudança no perfil de risco das gestantes de tal forma que, atualmente, uma maior proporção seria de alto risco.

Em 2009, pela primeira vez, o número de cesarianas superou o de partos normais no país - 52%<sup>23</sup> em 2010 - um percentual muito superior ao limite máximo de 15% recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Fato é que o Brasil é, hoje, o país campeão mundial de cirurgias cesarianas, e esse número continua crescendo 1,2% ao ano. Podemos afirmar que, *de todos os seres vivos, em todas as localidades do planeta Terra, os brasileiros são os únicos que nascem por meio de uma cirurgia (52%)*.

---

<sup>22</sup> A ligadura de trompas, ou laqueadura, é uma cirurgia para a esterilização voluntária definitiva, na qual as trompas da mulher são amarradas ou cortadas, para evitar que o óvulo e os espermatozoides se encontrem. Há dois tipos de laqueadura: a abdominal e a vaginal. É um método contraceptivo definitivo. A laqueadura não altera o ciclo menstrual nem altera os níveis hormonais femininos. Acredita-se que esse procedimento diminui o risco de câncer de ovário. Apesar de ser raro, há casos em que o dispositivo contraceptivo falha, e a mulher engravida, mas essa taxa é pequena, 0,1 a 0,3 por 100 mulheres por ano. No Brasil, essa cirurgia pode ser realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas somente serão indicadas para mulheres com idades acima de 25 anos, que já tenham, ao menos, dois filhos vivos e façam um planejamento familiar (Freitas, 2011).

<sup>23</sup> De acordo com a coleta de dados realizada no período de fevereiro de 2011 até outubro de 2012, a pesquisa Nacer no Brasil, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz, traz os dados de que esse percentual se classifica em 46%, no Setor Público, e 88%, no Privado.



Por ser impossível datar, com exatidão, a idade gestacional, na melhor das hipóteses, há uma margem de erro de cerca de uma semana, ou seja, há casos em que a cirurgia é feita quando a criança ainda é, tecnicamente, prematura. Vários são os motivos que levam a isso, e o mais simples deles é o desejo da mãe: no início da gravidez, 15,4% das mães do Sistema Único de Saúde (SUS) e 36,1% das do sistema privado preferem ter os filhos por meio de cesariana. No fim, respectivamente, 44,8% e 89,9%, nascem dessa maneira. Assim, de acordo com dados do próprio SUS, 34,1% das mulheres brasileiras dão à luz sem sequer chegarem ao trabalho de parto. Os dados mostram que 35% dos brasileiros nascem entre 37 e 38 semanas de gestação.

Estudos mais recentes indicam que a idade de corte de uma gravidez a termo<sup>24</sup> talvez seja mais alta do que se pensava. Atualmente, 98% dos partos brasileiros acontecem em hospitais, e 91% das mulheres recebem a cobertura pré-natal, ou seja, o acesso à assistência existe. Os convênios, por sua vez, naturalizaram distorções como estas: existem maternidades que só atendem com hora marcada e obstetras que agendam a data de nascimento dos bebês na primeira consulta. Assim, a conveniência passou a ser a principal motivadora de cesarianas eletivas.

Então, a relação da mulher brasileira com o parto tem facetas complexas, que resultam de um misto de questões de ordem cultural<sup>25</sup>, falta de recursos, formação precária, e, mais especificamente, no que diz respeito à cesariana, a complicada matemática dos planos de saúde. Devido a esse último fato, para evitar cesáreas desnecessárias, algumas mães brasileiras com convênio privado têm procurado o sistema público. Entre 2008 e 2012, 96 mil mulheres com plano de saúde escolheram o Sistema Único de Saúde (SUS).

---

<sup>24</sup> Para o *American College of Obstetricians and Gynecologists*, entre 37 e 39 semanas, há uma categoria chamada de ‘termo precoce’ e só são considerados de fato, a termo, os bebês que nascem a partir de 39 semanas.

<sup>25</sup> Sabe-se que o mito da vagina larga paira na cabeça de muitas mulheres (e maridos). Mas é outra falácia que atrapalha sobremaneira as decisões da mulher brasileira e do casal, por consequência. O medo é infundado, e a mulher trata seu corpo como um objeto dos outros, a começar do próprio marido. Vale evidenciar que a vagina foi feita para parir e, salvo em casos de trauma extremo ou de episiotomia (corte feito entre a vagina e/ou o ânus), ela volta ao normal. Muita gente confunde esse mito com incontinência. Ainda que não seja uma causa, parir, assim como ficar grávida, gorda, ter tosse crônica, envelhecer ou praticar esportes de impacto é um fator de risco para algum nível de incontinência, muitas vezes temporária. Esse risco existe também na cesariana, ainda que seja menor.

Em um dos trabalhos da sua equipe, o médico brasileiro, César Victora<sup>26</sup> (1991), pesquisador da Universidade Federal de Pelotas, apresentou um relatório no Fórum da Parceria para Saúde Materna de Recém-nascido e de Crianças em Johannesburgo, na África do Sul, que tratava do assunto no Brasil e no mundo. Com base em sua pesquisa, o médico apontou o excesso de cesáreas eletivas como “o principal problema” para reduzir os índices nacionais de mortalidade materna.

Na ocasião, o estudo de Victora (1991) classificou, as instituições e regiões onde essa prática chega a 90% dos nascimentos, como “caso para Ministério Público”. Só que esse é o índice médio de todo o sistema privado do país. Ainda segundo Victora, mais de 10% dos planos de saúde brasileiros pagaram, literalmente, por zero de partos normais. Se, quando indicada, a cesariana salva vidas, o contrário também é verdade. Os riscos de morte materna triplicam na cirurgia.

Alguns estudos<sup>27</sup> que avaliaram os riscos maternos associados à cesariana têm apontado uma prevalência de febre no puerpério<sup>28</sup>, mais risco de ruptura uterina, hemorragia pós-parto,

---

<sup>26</sup> Na década de 80, o pesquisador da UFPel liderou o primeiro estudo epidemiológico que detectou a relação direta entre a amamentação exclusiva e a prevenção da mortalidade infantil. Por meio da revisão dos óbitos infantis ocorridos no período de dezembro de 1984 a dezembro de 1985, em dez cidades do Rio Grande do Sul, o estudo de casos e de controles revelou que o aleitamento exclusivo até os seis meses reduzia em 14 vezes o risco de óbito infantil por diarreia e, em 3,6 vezes, o risco de por infecções respiratórias. O estudo identificou, ainda, que o risco de mortalidade aumentava entre crianças que, além do leite materno, recebiam água, chás ou sucos. As descobertas levaram o Unicef e a OMS a estabelecerem políticas mundiais de recomendação do aleitamento exclusivo nos primeiros seis meses de vida. Em 2006, à frente da coorte de nascimento iniciada em 1982, em Pelotas (RS), Victora coordenou um consórcio internacional de pesquisa que incluiu cinco coortes de nascimentos em países de renda baixa e média. O estudo reuniu informações sobre a saúde de, aproximadamente, 11 mil crianças, monitoradas do nascimento até a idade adulta. A análise do impacto da nutrição precoce sobre o desenvolvimento de fatores de risco para doenças crônicas na vida adulta levou os pesquisadores a elaborarem o conceito de “janela de oportunidades”, que preconiza que intervenções nutricionais em saúde materno-infantil devem priorizar os primeiros mil dias – do início da gestação aos dois anos de vida. Os achados são uma das bases da campanha *1.000 Days*, conduzida como estratégia prioritária para a promoção da saúde de gestantes e crianças em países de baixa e média renda. O epidemiologista César Victora, de 64 anos de idade, tornou-se, em março deste ano (2017), o primeiro pesquisador brasileiro entre os vencedores do Prêmio Gairdner, a mais importante premiação científica do Canadá e uma das mais respeitadas mundialmente na área de Ciências da Saúde. O Prêmio Gairdner distingue, anualmente, sete cientistas, por causa de suas contribuições com as pesquisas feitas na área de Medicina e saúde global e, desde 1957, vem premiando mais de 360 pesquisadores em 30 países. Victora foi vencedor na categoria Saúde Global, com o prêmio-título *John Dirks Canada Gairdner Global Health Award*, que reconhece avanços científicos que produziram profundo impacto na saúde em países em desenvolvimento. Uma curiosidade do prêmio é que cada um dos premiados é considerado um potencial candidato ao prêmio Nobel – entre os laureados do Gairdner, 84 foram posteriormente agraciados pelo Nobel de Medicina ou Fisiologia.

<sup>27</sup> Nascimento et. al. (2015). Escolha do tipo de parto: fatores relatados por puérperas. Revista Gaúcha de Enfermagem.

remoção manual de placenta, infecção e admissão em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) depois de uma primeira gestação que tenha terminado com uma cesariana.

A razão da mortalidade materna relacionada com os nascimentos cirúrgicos continua sendo um dos indicadores que mais contribuem para esse aumento. As taxas brasileiras de cesariana correspondem a 52%, chegando a 88% na rede privada, números muito superiores ao limite máximo de 15% proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS)(4). Estudo realizado em 24 países e 372 instituições de assistência ao parto nos continentes Africano, Asiático e América Latina, coloca a taxa de cesárea sem indicação médica entre 0,01 a 2,10 %. (Nascimento, et. al., 2015, p. 120)

Além das questões relacionadas à episiotomia<sup>29</sup>, que, comumente, é tão assustadora quanto ineficaz. Ela é feita, ainda hoje, em 53% das mulheres brasileiras. Para a mãe, a decisão também é impactante, já que as cicatrizes uterinas poderão afetar, para sempre, sua saúde reprodutiva.

---

<sup>28</sup> Puerpério é o nome dado à fase pós-parto, em que a mulher experimenta modificações físicas e psíquicas e tende a voltar ao estado que a caracterizava antes da gravidez. O puerpério inicia-se no momento em que cessa a interação hormonal entre o ovo e o organismo materno. Geralmente, isso ocorre quando termina o descolamento da placenta, logo depois do nascimento do bebê, embora possa também ocorrer com a placenta ainda inserida, se houver morte do ovo e cessar a síntese de hormônios. O momento do término do puerpério é impreciso. Em geral, acredita-se que ele termina quando a ovulação e a função reprodutiva da mulher retornam. Nas puérperas que não amamentam poderá ocorrer a primeira ovulação seis a oito semanas depois do parto. Nas que estão amamentando, a ovulação retornará em momento praticamente imprevisível. Poderá demorar até entre seis e oito meses, a depender da frequência das mamadas. Isso impõe, entre outras medidas, a adoção de método anticoncepcional adequado.

<sup>29</sup> A episiotomia é uma incisão feita no períneo para ampliar o canal de parto. Sua prática foi introduzida por Sir Fielding Ould, obstetra irlandês, no Século XVIII, para ajudar o desprendimento fetal em partos difíceis. Essa recomendação não se baseou em algum estudo comparado, quer ensaio clínico ou observacional, apenas refletia o paradigma vigente na época de que o corpo feminino seria essencialmente defectivo e que intervenções seriam necessárias para que o parto pudesse se realizar de forma “segura”, sob obrigatórios cuidados médicos. No Século XX, passou a ser utilizada em maior escala, sobretudo nos Estados Unidos da América e nos países latino-americanos, inclusive no Brasil. A percepção do nascimento como um processo normal, que requer o mínimo de intervenção, foi substituída pelo conceito de parto como um processo patológico. Só a partir dos anos 70, foi que o número de episiotomias se reduziu, quando os movimentos de mulheres e as campanhas pró-parto ativo passaram a questionar o procedimento. Nesse período, também foram publicados os primeiros estudos clínicos bem conduzidos sobre o tema, em que se questionava sobre o uso rotineiro de episiotomia.

Socialmente falando, trava-se uma falsa polêmica, e sem respaldo, entre o parto normal e o cesáreo. A polêmica é falsa, por se basear no discurso que, em certo aspecto, *tratam-se o parto normal e o cesáreo como se fossem duas opções iguais*. Esse discurso propõe uma simetria que não existe. *Não há, no mundo, nenhuma associação de medicina, saúde ou ciência que trate a cesariana sem indicação médica como uma alternativa equivalente ao parto como duas coisas separadas apenas pela preferência pessoal*. Todos os órgãos, autoridades e evidências<sup>30</sup> concordam que as vantagens da cesariana acontecem nos casos em que ela é necessária.

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) defende a “abolição da violência obstétrica”, termo que inclui os seguintes procedimentos: episiotomia (corte vaginal), aplicação de ocitocina sintética ou de rotina (conhecida como “sorinho”), jejum e amniotomia (rompimento da bolsa). Mas essas práticas, consideradas violentas e que devem ser abolidas, são realizados comumente. A ocitocina sintética está em 36% dos partos; o jejum, em 75%; e a ruptura da bolsa, em 39%. Sabe-se que todas causam sofrimento e podem trazer complicações e a necessidade de novas intervenções, que, muitas vezes, resultam em uma espécie de “efeito dominó”.

O Ministério da Saúde brasileiro também condena a manobra obstétrica - conhecida como manobra de Kristeller<sup>31</sup> - que é executada durante o parto e consiste em aplicar pressão na parte superior do útero, com o objetivo de facilitar a saída do bebê. É feita em 36% dos

---

<sup>30</sup> De acordo com a cientista Eleonor Luzes (2007: 457), a “Medicina Baseada em Evidências foi definida, em 1996, como “consciente, explícito e judicioso uso das atuais melhores evidências nas tomadas de decisões a respeito do cuidado individual dos pacientes”. (SACKETT et al. *apud* SHERBEENY e ASHOUSH, 2004) Para alguns clínicos, isto tem sido interpretado pelo ato de ler artigos, mas, na verdade, nos últimos 30 anos este modo de atualização tornou-se falível. O que Sackett et al. incluem como essencial para uma Medicina Baseada em Evidência é: fazer as perguntas certas, achar as melhores evidências disponíveis, avaliar as evidências, implementar os resultados avaliados e avaliar as chances de por isto em prática. Existe uma escala de níveis de evidência, segundo o modo como foram obtidas, que prevê seis níveis. (SHERBEENY e ASHOUSH, 2004)”. A autora, pesquisadora brasileira e psiquiatra está ganhando espaço na política pública por defender desde 2007, a inserção da disciplina ‘Ciência do Início da Vida’, nas escolas e universidades. Para tanto, ela criou uma petição pública onde busca aval da sociedade civil para encaminhamento de um projeto de lei ao Senado Federal.

<sup>31</sup> A manobra foi idealizada pelo ginecologista alemão, Samuel Kristeller (1820-1900), que a descreveu em 1867, mas hoje é considerada perigosa e condenada. Os bebês, por sua vez, também sofrem com a aspiração gástrica, uma aspiração das vias aéreas que se faz como um procedimento em que sondas são inseridas na boca e nas narinas do bebê para desobstruir, assim que nasce. Em bebês saudáveis, causa dor e riscos. Os índices brasileiros mostram que 39,5% dos bebês saudáveis também sofrem aspiração gástrica. Esse procedimento pode salvar vidas, quando necessário, mas 71% dos recém-nascidos saudáveis são aspirados mesmo assim.

partos brasileiros<sup>32</sup>, mas há médicos e enfermeiras que ainda forçam e empurram as barrigas das mães para os bebês saírem.

Os casos de partos pélvicos (normais, com o bebê sentado), apesar de já serem realizados com sucesso, são outro ponto polêmico. Outra questão levantada recorrentemente é a de que mais de 90% das mulheres brasileiras dão à luz deitadas. Há quase 20 anos, a posição da Organização Mundial da Saúde declara que a rotina de colocar a mulher deitada de costas para parir é uma das práticas “prejudiciais ou ineficazes” que deve ser eliminada, pois o ideal é a mulher ter liberdade de posição. Essa ideia é defendida, por exemplo, pela Rede de Humanização do Nascimento (ReHuna), uma organização civil brasileira que defende, com veemência, o parto natural, porque entende que ele denota uma condição de empoderamento e que driblar as indicações de cesárea significa vencer e sair da esfera médica, além de se realizar um profundo resgate do “ser mamífero”.

Sabe-se que hoje, no Brasil, apenas 5% das mulheres brasileiras dão à luz com assistência, sem intervenções. Nesses casos, o parto é chamado de “natural”, quando se realiza por meio de um atendimento humanizado, que contraria o modelo em vigor, muito medicalizado e que parece, cada vez mais, escancarar o problema, acentuando-o. Assim, apesar da revolução tecnológico-comunicacional da sociedade informacional (Castells, 2016), contraditoriamente, o excesso e a facilidade de acesso à informação, somados com a intenção estratégica e com a ideologia de quem informa, chegam a causar desproporção, o que implica dizer que, em relação à grande parcela de mulheres brasileiras, atinge a autonomia sobre si mesmas e acentua o fato de que, *já há muito, os brasileiros estão nascendo mal*.

A visão que ainda predomina, é a de que, o parto é feito no hospital só por segurança.

O modelo tecnocrático é o preponderante atualmente. Baseia-se na visão cartesiana, enfatizando a separação entre mente e corpo (res cogitans versus res extensa), estabelecendo a máquina como a mais adequada metáfora para o corpo humano e privilegiando a percepção do paciente como objeto. Nessa acepção a mulher é dotada de máquina física defectiva em essência. Como consequência, a paciente aliena-se do processo de cura, as intervenções externas tecnológicas ampliam-se em intensidade e profundidade e ela termina por ser segmentada, particionada e desmembrada, como peças avulsas de

---

<sup>32</sup> <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/principais-resultados2/>

maquinaria sofisticada, porém passível de compreensão analítica. (Rattner, 2008: 111)

Contrariamente a essa visão do modelo tecnocrático, existem duas perspectivas para a assistência ao parto que se pautam em dois modelos: o humanista e o holístico. No modelo humanista, que extrapola a compreensão simplista do corpo como uma máquina complexa, “o corpo humano é caracterizado por expressões de ordem simbólica, que se manifestam na relação com seus iguais, por meio da troca infinita de conhecimento e histórias contadas, no que se convencionou chamar de ‘cultura’” (Rattner, 2008: 111). Já o modelo holístico, proposto por Davis-Floyd (1998; 2001), baseia-se na compreensão do corpo humano como formado por um campo energético em constante interação com outros campos de energia.

Mais que funções orgânicas, existem relações de “energias”, que perpassam na interação entre sujeitos. Para “holistas”, a origem das enfermidades está na desestabilização do sutil balanço que comanda essas energias que, ao se desarmonizarem, produzem doenças, buscando resgatar o equilíbrio perdido. Dessa maneira, as intervenções terapêuticas se dariam mais no nível “energético” e emocional que no veículo físico e denso, diminuindo, assim, os efeitos indesejáveis da intervenção mecânica ou de drogas sobre o organismo. (Rattner, 2008: 111)

Os humanistas do nascimento compreendem o parto como um fenômeno integrativo que engloba aspectos emocionais, psicológicos, fisiológicos, sociais e espirituais, que extrapola a visão limitante do biologicismo. O resultado expressa-se no resgate do afeto como ferramenta de trabalho e na valorização da conexão com as pacientes como fundamentais para a obtenção de resultados adequados para a mãe e para o bebê (Rattner, 2008: 111). Por outro lado, entendem a tecnologia como ferramenta essencial para resgatar casos patológicos que se afastam perigosamente da rota da fisiologia.

Assim, considerando a cultura de cesárea no Brasil, que, para nosso estudo, representa um grande palco para que possamos compreender todas as questões que permeiam o Movimento do Parto Ativo e as ações ciberativistas que, supostamente, visam transformar a realidade do país hoje, e a necessidade de refletirmos mais sobre a condição humana que envolve a natureza do nascimento e do direito à vida como fundamental, objetivamos, com

esta pesquisa, *compreender o parto ativo a partir da atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos medias digitais*.

Para isso, partimos da seguinte questão-problema: *Como o parto ativo se constitui a partir da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos medias digitais?*

Como resposta a essa questão central, segue a tese:

*O parto ativo é uma causa que fomenta a atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos medias digitais, mas que não se caracteriza como ciberativismo.*

### 1.3 Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo, com uma combinação multitécnica e abordagem quanti-qualitativa<sup>33</sup>. Fragoso (2015: 67) diz que “a pesquisa quantitativa faz-se adequada para a apreensão de variações, padrões e tendências, mas é frágil na apreensão de detalhes e singularidades, razão pela qual os problemas de pesquisa para os quais o aprofundamento é mais importante que a generalização dos resultados solicitam abordagens qualitativas”.

Complementando a pesquisa quantitativa, a escolha pela abordagem qualitativa foi relevante, visto que sua proposta busca “compreender a natureza de um problema social a partir de dados coletados no ambiente do participante” (Richardson, 2014: 102). Embora comumente os métodos quantitativos e os qualitativos sejam considerados incompatíveis e mutuamente excludentes, é possível entendê-los como abordagens complementares, a serem mobilizadas conforme os objetivos de cada pesquisa, de forma integrada ou em etapas sucessivas.

A considerar o pensamento de Rodrigues (2007: 34), a pesquisa quantitativa é “aquela investigação que se apoia predominantemente em dados estatísticos. Mais do que isso: referidos dados devem pertencer ao universo da Estatística inferencial”. Sendo assim, há uma espécie de via de mão dupla que desempenha caminhos legítimos. Rodrigues (2007: 35) assevera que “a linguagem matemática é perfeitamente idônea para expressar quantidades e

---

<sup>33</sup> Para Rodrigues (2007: 38), “o uso das duas linguagens numa mesma pesquisa não justifica o emprego da criativa expressão quanti-qualitativa. Explica-se: uma pesquisa demonstra, justifica ou fundamenta suas proposições e raciocínios por meio da Lógica matemática ou por meio da razão discursiva. No primeiro caso, ela será denominada quantitativa, conforme terminologia consagrada, no segundo, será considerada qualitativa”.

qualidades. Reciprocamente, o vernáculo é uma linguagem perfeitamente apta para expressar quantidades ou atributos outros, isto é, ambas as linguagens são relativamente fungíveis, podendo em muitos casos usar-se uma como outra”. Rodrigues (2007: 35) acrescenta que isso

não significa não poder incluir dados qualitativos. Também não quer dizer que deva se filiar à tradição teórico-metodológica positivista. Nem que esteja vinculada ao enunciado de hipóteses, ou que se destine à experimentação ou deixe de fazê-lo. Muitos equívocos são propalados sobre pesquisa quantitativa, a despeito da simplicidade do que é tal coisa.

Nesse sentido, utilizamos a técnica de *survey*, também denominada de inquérito, comumente utilizada como instrumento na pesquisa científica, mais notadamente, nas áreas organizacional, empresarial e de marketing, como forma de conhecimento e mapeamento dos diversos segmentos do mercado e de hábitos de consumo, ou de avaliar a qualidade de produtos e serviços junto à clientela. Sob a técnica de *survey* explica Vasconcelos (2002: 222):

A *survey* é montada na forma de um questionário ou formulário com perguntas estruturadas a serem respondidas de forma padronizada pelas próprias pessoas ou por entrevistadores diretos ou através do telefone, em amostras rigorosamente planejadas do ponto de vista estatístico, para serem representativas do universo desejado de pessoas e/ou situações. Os questionários geralmente são compostos por perguntas fechadas, ou seja, com as opções de resposta já apresentadas e pré-codificadas, e testadas de antemão. Entretanto, quando se deseja conhecer as sutilezas e aspectos subjetivos do tema, podem incluir perguntas abertas, cujas respostas são pós-codificadas a partir dos padrões e categorias exigidas do próprio discurso dos respondentes.

É importante ressaltar o cuidado que se deve ter com as avaliações dos resultados de *surveys*, pois as metodologias de *survey*, agilizadas e simplificadas por meio da computação eletrônica, podem gerar um imaginário de onipotência em relação ao conhecimento da população e suas características, como se o caráter multifacetado da vida social e econômica pudesse ser reduzido à expressão numérica de seus indicadores e a um simulacro da mídia.



Os fenômenos sociais e econômicos são muito complexos, e os resultados das *surveys* são sempre influenciados pela abordagem epistemológica e teórica, pelo processo metodológico utilizado, pela forma de construção do questionário, pela estratégia de amostragem e de aplicação na população etc. (Vasconcelos, 2002: 223)

Já a pesquisa qualitativa visa compreender, profunda e holisticamente, os fenômenos em estudo, por isso os contextualiza e reconhece seu caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social. De acordo com Rodrigues (2007: 38), “qualitativa é a pesquisa que – predominantemente – pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. Também não denota filiação teórico-metodológica, nem implica o uso de hipótese, de experimentação ou de qualquer outro detalhe. Sintetizando: qualitativa é a denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva”.

Quanto à tipologia, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo-explicativa, cuja finalidade é de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos. Nesse tipo de pesquisa, não pode haver interferência do pesquisador, que só deverá descobrir a frequência com que o fenômeno acontece ou como se estrutura e funciona um sistema, um método, um processo ou uma realidade operacional. Rodrigues (2007: 29) refere que

descritivo é o estudo que apresenta informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidades, indicando possíveis regularidades ou irregularidades, mensurando, classificando segundo semelhanças e diferenças, situando-o conforme circunstâncias.

O processo descritivo visa identificar, registrar e analisar as características, os fatores ou as variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo (Perovano, 2014). A pesquisa descritiva pode ser de diversos tipos, como documental, estudos de campo, levantamentos, desde que se estude a correlação de, no mínimo, duas variáveis. Por meio da descrição, o/a pesquisador/a pode buscar a totalidade do objeto estudado (Rodrigues, 2007) e dar as bases para as pesquisas analíticas de natureza explicativa ou compreensiva. Rodrigues (2007: 29)

assevera que “descrever não é algo que se vincule à natureza quantitativa ou qualitativa. O discurso descritivo é pictórico”.

Na pesquisa descritiva (aqui baseada na coleta dos dados quantitativos e qualitativos), o/a pesquisador estuda, analisa, registra e interpreta os fatos do mundo físico, sem interferir nele (Barros;Lehfeld, 2007), e identifica suas causas e consequências. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses, com uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica (Lakatos e Marconi, 2011). De acordo com Rodrigues (2007: 30), “a pesquisa explicativa busca as relações do tipo causa e efeito. Não basta que procure relações de quaisquer espécies. É preciso que vise àquelas relações pertinentes ao nexo da causalidade”.

Portanto, a pesquisa explicativa exige mais investimento em síntese, teorização e reflexão, a partir do objeto de estudo, visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos ou variáveis que afetam o processo, suas causas e consequências e, objetivamente, explicar o porquê das coisas.

#### **1.4 Objetivos**

Neste tópico, pretendemos chegar a um enunciado formal do tema, através de uma frase curta e objetiva, em que se definem o tipo de pesquisa, o quê, o onde e o quando do fenômeno em foco, que é o ponto de partida para todo o planejamento ou gestão coletiva da investigação (Vasconcelos, 2002: 134-135). A tradição brasileira de pesquisa em ciências humanas e sociais nem sempre aponta para uma apresentação formal do objeto de pesquisa, como se segue normalmente na tradição anglo-saxônica. Entretanto, de acordo com Vasconcelos (2002: 145), “o enunciado formal do objeto em uma frase curta e objetiva, indicando tipo de pesquisa, o tema ou problema e até alguns parâmetros espaciais e temporais mínimos, constitui uma estratégia metodológica importante para organizar e explicitar as intenções do pesquisador (a), para que seja possível realizar-se a gestão coletiva dessas intenções, para estabelecer o ponto de partida do planejamento inicial da investigação, bem como indicar certos detalhamentos a serem melhor desenvolvidos no desenho de pesquisa”

Quando visamos intertraduzir e tornar possível o diálogo/debate entre duas ou mais perspectivas diferentes de abordagem do objeto, isso aumenta muito o risco de uma dispersão teórica e metodológica (Vasconcelos, 2002). Na perspectiva do paradigma da complexidade e da pesquisa interdisciplinar (ou “interparadigmática”), uma necessidade fundamental

apresenta-se em termos de enquadramento, que deve ser muito bem focado e delimitado do objeto de investigação.

Para compensar essa tendência, é preciso operar com algumas estratégias, a saber: encontrar um enquadramento bastante preciso do objeto; definir, o mais claramente possível, o que se pretende com a investigação; tentar distinguir no objeto o que constitui o objeto principal e os temas de contextualização; e por fim, definir, precisamente, o tipo de pesquisa compatível com os objetivos propostos.

Comumente, a regra tem sido apresentar o objeto na forma de objetivo geral. A maioria das tradições de pesquisa propõe também a formulação dos objetivos específicos. Dito isso, tal como exige a técnica, apresentamos, a seguir, os objetivos (geral e específicos) desta pesquisa.

#### 1.4.1 Objetivo geral:

- Compreender o parto ativo, a partir da atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos *medias* digitais.

#### 1.4.2 Objetivos específicos:

- Construir o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa;
- Descrever a concepção de parteiras e de doulas brasileiras sobre o fenômeno do parto ativo;
- Averiguar o movimento de parteiras e de doulas articulado a ações ciberativistas.

### 1.5 Campo empírico

Apesar de a internet não ser o universo de observação, o campo empírico desta pesquisa elegeu-a como ponto de partida e situou-a, mais propriamente, na atuação de parteiras e de doulas nos *medias* digitais. Fragoso (2015: 55) refere que

a internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua escala (seus componentes contam-se aos milhões e bilhões), heterogeneidade (grande variação entre as

unidades e entre os contextos) e dinamismo (todos os elementos são permanentemente passíveis de alteração e a configuração do conjunto se modifica a cada momento).

A entrada no campo empírico da pesquisa não foi muito fácil. Para iniciar, criei uma estratégia para explorar primariamente esse campo, através de uma página no Facebook, denominada de “Maternidade Ativa”<sup>34</sup>, por meio da qual iniciei os contatos com as pessoas e as instituições, e ela funcionou como a interface mediadora dos contatos com os sujeitos da pesquisa. Foi também através dessa página que enviamos os questionários para várias associações de doulas e de parteiras que se organizavam na rede e descobri várias outras redes que se formavam paralelamente, como um grupo via Whatsapp, denominado de ‘Articulações’, que também foi contatado para responder à pesquisa. Também usamos endereços eletrônicos para enviar os questionários.

A página denominada de “Maternidade Ativa” ainda está funcionando como principal meio de interação com as respondentes, com o próprio campo e com outros sujeitos do universo, como demonstrado na figura 1:

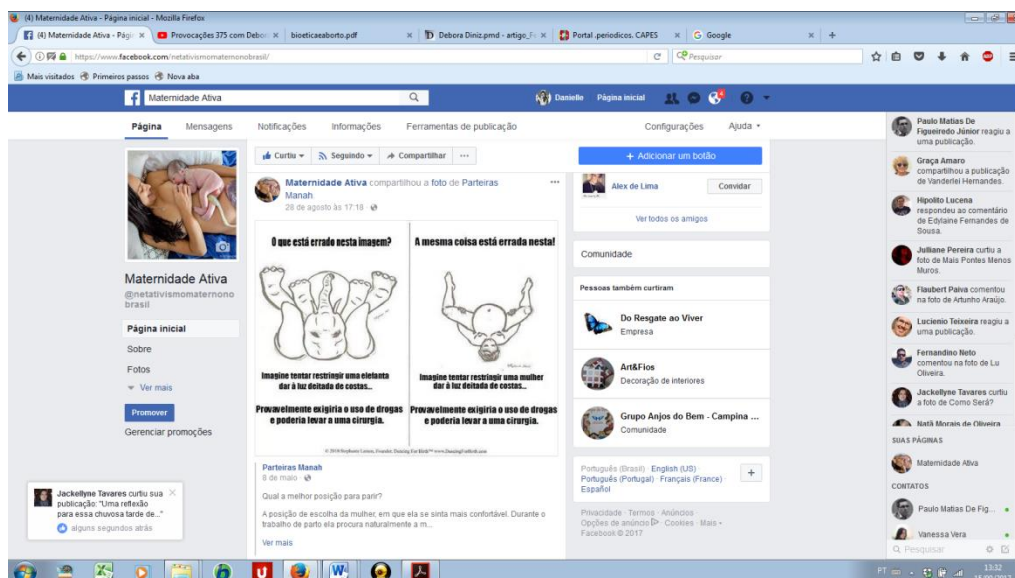


Figura 1 – Interface da página principal do Maternidade Ativa pelo Facebook

## 1.6 Universo e sujeitos da pesquisa

“O universo da pesquisa consiste no conjunto de elementos que possuem determinadas características” (Richardson, 2012, p. 157). Corroborando a afirmação de Richardson (2012), para esta investigação, o universo de pesquisa foi constituído com base nesse critério de características. Prioritariamente, o recorte se deu com foco na participação de membros da Rede de Humanização do Nascimento<sup>35</sup> (ReHuNa), uma organização da sociedade civil que reúne todos os interessados nas questões que permeiam a humanização da assistência ao parto no Brasil. A figura 2, logo abaixo, traz a interface do site da rede:



*Figura 2 – Site da Rede Brasileira pela Humanização do Parto e do Nascimento*

Inicialmente, o universo da pesquisa foi constituído de maneira relativamente difusa e, conseqüentemente, difícil. Contávamos com o apoio do ReHuNa, que se prontificou em divulgar a pesquisa em suas redes, mas, efetivamente, não sabíamos quantas pessoas seriam atingidas. Nesse momento, a principal preocupação era a de que pudéssemos compor o universo a contento, pois só dispúnhamos do Cadastro de Parteiras Leigas do Ministério da Saúde, em que estavam registradas 499 parteiras leigas e pouco mais de 600 doulas cadastradas pelo banco de dados da instituição, que é disponibilizado no próprio site para todas as pessoas interessadas. Em números reais, podemos dizer que foram 1099 sujeitos. Em

<sup>35</sup>

<http://www.rehuna.org.br/>

razão dessa amostra, que se configurou com 211 informantes, tivemos 166 doulas, nove parteiras e 36 pessoas que não se identificaram.

Esse tipo de amostragem é adequado para registrar a existência de situações ou elementos até então desconhecidos. Richardson (2014: 157) refere que, “se todos os elementos de uma população fossem idênticos, não haveria necessidade de selecionar uma amostra”. No que concerne à amostra, o autor (2014: 158) define como “qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população”. Para Fragoso (2015: 62), o “tamanho da amostra probabilística não pode ser definido de antemão, pois ele é uma consequência das características do universo da pesquisa, dos métodos de seleção e recorte utilizados e do grau de generalização pretendido”. Esse autor (2015: 63) acrescenta que “o importante não é trabalhar com quantidades ou proporções específicas, mas reconhecer e enfrentar a complexidade que a intenção de generalizar os resultados da pesquisa impõe ao dimensionamento da amostra”.

Nesse contexto, o número de componentes da amostra é menos importante que sua relevância para o problema de pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa. (Fragoso, 2015: 67)

O trabalho com amostras intencionais é importante nas novas áreas do conhecimento e nas pesquisas cujos objetos têm origem recente. Tão somente diante dessa condição, trata-se de uma “amostra não probabilística acidental”, que, conforme Richardson (2012: 160), “é um subconjunto da população formado pelos elementos obtidos, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo”. Sobre as características desse tipo de amostra, o autor reforça:

Com base em uma amostra acidental, não é possível generalizar em termos de população, visto que não se pode ter nenhuma certeza de que ela seja representativa do universo a que pertence. Tampouco, pode-se, com base nos resultados das medições nesse tipo de amostra, submetê-la á prova de hipóteses substantivas, visto que é difícil que

reúnam os requisitos para um plano experimental. (Richardson, 2012: 161)

Então, tínhamos um universo bem pulverizado, difícil de ser constituído. Entramos em contato com a Associação Brasileira de Obstetrícia, visando a um possível acesso ao banco de dados de profissionais associados, mas não obtivemos retorno satisfatório. Por repetidas vezes, apresentamos a intenção de pesquisa, pedimos apoio, porém continuávamos sem resposta. Diante da dificuldade, solicitamos da presidente do ReHuNa mediação e apoio para o avanço dessa relação que tentávamos empreender. Só então conseguimos uma resposta via e-mail muito superficial, que não foi nada satisfatória. Isso nos pareceu que a instituição não teve interesse em colaborar com a pesquisa.

Procuramos fazer um levantamento dos líderes engajados no movimento e obtivemos um apoio satisfatório, inclusive no que se referia à ampla divulgação da pesquisa. A Rede de Humanização do Nascimento foi a grande mediadora e o grande acesso que nos levou ao contato com as parteiras e as doulas. Apoiamo-nos também em um levantamento feito via *Facebook*, como já dissemos, e contamos com o cadastro do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA), conforme demonstra a figura 3:

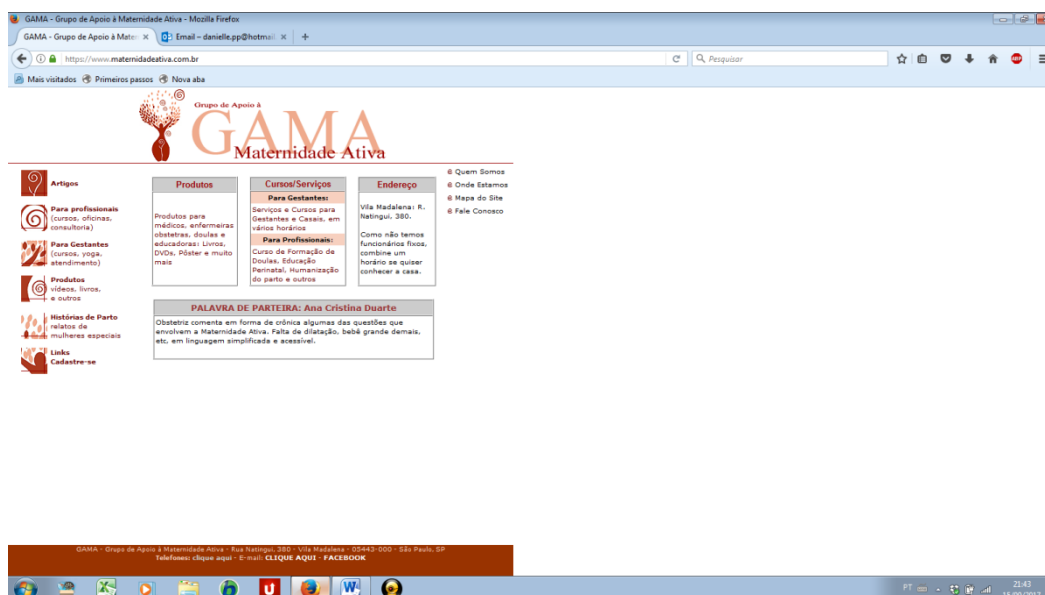


Figura 3 – Site do GAMA - Grupo de Apoio à Maternidade Ativa

Assim, tentamos capturar o máximo de indivíduos com o perfil que havíamos delineado e consideramos que um dos objetivos específicos da pesquisa passava pela construção do

perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa, que foram, exclusivamente, parteiras<sup>36</sup> e doulas que trabalhassem ou que haviam trabalhado, experienciado o evento do parto como assistentes. Por fim, em relação ao critério de escolha dos sujeitos, justificou-se a partir do protagonismo da atuação dessas mulheres na hora da assistência ao parto e no que se concentra em torno dele.

### **1.7 Instrumento de coleta dos dados**

Devido à natureza do objeto de estudo, optamos por uma abordagem metodológica que privilegiasse o uso de um questionário como instrumento principal de levantamento de respostas. Segundo Rodrigues (2007: 137), o questionário “é uma técnica de coleta de informações, constituído por indagações escritas. Destina-se aos sujeitos eleitos como informantes da pesquisa, seja por conhecerem o assunto sob investigação, por terem testemunhado algum aspecto daquilo que se quer estudar ou, ainda, por haver interesse em conhecer a percepção dos ditos sujeitos relativamente a alguma coisa”.

A confecção de questionários, que, à primeira vista, parece ser simples, exige um treinamento prévio e uma cuidadosa avaliação das características do tema, da cultura da população amostrada e da linguagem envolvida no fenômeno. Vasconcelos (2002: 222) afirma que

a justificativa e a montagem da situação de entrevista ou de questionário escrito, as perguntas, o tratamento dado ao informante, a linguagem usada e as respostas pré-codificadas sempre enquadram e motivam o conjunto de atitudes, valores e defesas dos informantes, direcionando as respostas, principalmente se o tema envolve aspectos econômicos, políticos, subjetivos, interculturais e disparidades substanciais nas relações entre pesquisadores e informantes.

---

<sup>36</sup> Das parteiras leigas com quem tivemos contato, algumas se recusaram a participar da pesquisa porque não se reconhecem na linha de trabalho de humanização da assistência ao parto, pois faziam parte do Grupo Curumim, um coletivo de parteiras leigas, muito tradicional na região do estado de Pernambuco, Nordeste brasileiro.



Os questionários podem ser abertos, fechados e mistos, abertos ou dissertativos (Rodrigues, 2007). Quanto à tipologia do questionário desta pesquisa, desenhou-se de forma mista e pode ser classificado em misto ou combinado. Também contou com a estruturação de algumas questões dentro da escala de Likert<sup>37</sup>, pois não foi constituído completamente no formato Likert, uma escala (1932) de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários e a mais usada em pesquisas de opinião. Ao responder a um questionário baseado nessa escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Segundo Dalmoro e Vieira (2014), na escala de Likert, os respondentes só escolhem um dos pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos), partindo de “aprovo fortemente” até “desaprovo fortemente”.

Fundamentando-se em Krosnick, Berent (1993), Matos, Trez (2012), Dalmoro e Vieira (2014: 162) asseveram:

Para essas medições, os pesquisadores geralmente utilizam escalas de mensuração multi-ítem. A utilização de tais escalas tem sido apontada como requerente de cuidados essenciais para o alcance de resultados satisfatórios, confiáveis e que permitam conclusões apropriadas.

Um conjunto de estratégias deve ser empreendido para avaliar os problemas embutidos na confecção de um questionário. E a principal delas é fazer com que suas primeiras versões sejam experimentadas previamente nos chamados testes-piloto, por meio dos é possível analisar sua construção e adequação diante dos problemas acima citados. Então, para que pudéssemos identificar possíveis erros e fazer os ajustes necessários a um trabalho com o menor número de falhas, realizamos, num período de dez dias, um pré-teste do instrumento a ser utilizado.

Buscávamos, ainda, analisar a eficácia da estruturação das questões, a fim de, posteriormente, aumentar as chances de sucesso no processo de aplicação do questionário

---

<sup>37</sup> Segundo Dalmoro e Vieira (2014: 162), “desde que Rensis Likert introduziu seu método em 1932, pesquisadores de áreas como Psicologia, Educação e Marketing têm se valido do uso de diferentes formatos de escalas do tipo Likert. Contudo, em uma revisão da literatura, Preston e Coleman (2000) colocam que, mesmo depois de décadas de pesquisa, não existe um consenso em termos do número de opções de respostas em uma escala de mensuração”.

com os respondentes. Assim, nos precavíamos de perder tempo, dinheiro, credibilidade, entre outras (Minayo, 2005). A apresentação do questionário expunha o porquê e para quem a pesquisa estava sendo conduzida. O objetivo era de mostrar sua importância e de garantir a confidencialidade, informando o que (e quando) fazer com o questionário preenchido também e com quem contatar, caso desejassem informações adicionais.

O pré-teste foi realizado com 10 respondentes contatados pelo Facebook, escolhidos aleatoriamente. A ação foi significativa não apenas para testar e validar a estruturação das perguntas, mas também para exercitar a autocrítica, o que é necessário para o/a pesquisador/a. A autorreflexão, nesse sentido, dos passos, das atitudes, do domínio da temática, do alcance dos objetivos, entre outros, é fundamental quando se vai criar um instrumento desse porte, que tinha como missão reunir condições estruturais para apreender o máximo do fenômeno em questão.

Depois de aplicar o pré-teste, fizemos ajustes e correções, inclusive recebidas pelo *feedback* dos primeiros respondentes. Posteriormente, deixamos o questionário pronto e o disponibilizamos *on line*, durante o período de 14 de junho a 14 de julho de 2017. Portanto, o ficou aberto na rede durante trinta dias. O questionário foi elaborado com 59 questões e dividido por etapas, que foram sendo construídas de forma referenciada com conteúdos temáticos previamente estabelecidos, que foram pensados da seguinte forma: *perfil sociodemográfico; perfil profissional; atualização distintiva sobre aspectos legais da profissão dos sujeitos; concepção sobre parto ativo; aderência/identificação com a causa/movimento; atuação dos sujeitos em rede e ações ciberativistas*.

Oficialmente, o questionário foi amplamente divulgado em diversas redes sociais, diretamente para várias associações de parteiras e doulas, para os diversos envolvidos na causa, militantes e pesquisadores, para que multiplicassem em suas redes. Nossa intenção foi de captar o máximo possível de interessados em colaborar com o processo de investigação. Para tanto, fizemos três chamadas em maior escala, e só depois dos 30 dias, fechamos o questionário e finalizamos a coleta.

Os participantes da pesquisa foram contatados via redes sociais. A maioria recebia o questionário por e-mail, e vários outros, eventualmente, pelas próprias redes, como *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*. Ao apresentar nossa intenção, pedíamos que participassem. Quando eles confirmavam, logo em seguida o enviávamos o link com o questionário. Finalmente, aplicamos o principal instrumento da investigação: o questionário *online*, com forma personalizada, boa diagramação, do ponto de vista da visualização, buscando toda descrição

necessária para elaborar um instrumento dessa natureza, porém com certa dose de atratividade visual.

No processo de recebimento dos questionários, alguns e-mails voltaram - os *spams*, naturalmente - por questões de desatualização de cadastro e de provedores com algum problema ou coisa que o valha. Esse registro também foi nos dando uma boa noção de como caminhava o trabalho de coleta dos dados ao longo do percurso.

## **1.8 Perspectiva de análise e interpretação dos dados**

Os dados foram coletados no ciberespaço - a grande rede - de maneira preponderantemente quantitativa. Também recorremos a fundamentos da abordagem qualitativa, principalmente por causa das circunstâncias em que a compreensão dos sentidos e dos significados do fenômeno fazem parte das especificidades da realidade sociocultural.

Para organizar os dados, que foram coletados através do questionário, utilizamos um *software* que está disponibilizado em rede e que possibilitou que as informações já viessem pré-organizadas: o *Google Formulários*, um aplicativo de questionários e de pesquisas *online*, produto da Google. Essa ferramenta contribuiu para a criação do questionário para pesquisas e para que obtivéssemos as informações que vislumbrávamos e, de forma gratuita, personalizar as perguntas, enviá-las pela rede e coletar as respostas em tempo real.

Depois de coletar os dados nas respostas do questionário, passamos para a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1997: 38), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Sua intenção é de inferir conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção). Essa inferência recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Bardin (1997) assevera que não existe nada categoricamente rígido e pronto que possa ser utilizado no âmbito das investigações. Nessa perspectiva, é possível lançar mão de alguns encaminhamentos de natureza básica que, emprestados pelo/a pesquisador/a, possam lhe dar um norte e colaborar para que atinja os objetivos propostos na pesquisa.

Ao empregar a metodologia de Bardin (1977), quando fizemos o movimento relacionado à análise dos dados, preocupamo-nos com o rigor que elas imprimem à investigação, no sentido de fugir de uma “compreensão espontânea”, já que a análise de conteúdo oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, mas, nem por isso, podemos nos esquecer de ter uma “vigilância crítica”. Assim, sob o ponto de vista de

Bardin (1977: 28), a análise de conteúdo pode ser compreendida como a análise dos significados.

Tecnicamente, o autor aponta três fases para que a análise aconteça a contento: 1- a pré-análise, em que se transcrevem as respostas e se revelam as primeiras impressões no contato com os dados e a escolha de respostas; 2- a de exploração do material, em que o que foi estudado entra num processo de categorização; e 3- a do tratamento dos resultados, em que se interpretam os dados à luz do referencial teórico.

A pré-análise caracteriza-se como uma fase de organização, em que o/a pesquisador/a efetua uma leitura flutuante, estabelece um primeiro contato com os dados da pesquisa e se deixa invadir por eles, define os documentos que serão analisados, ou seja, é o “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977: 96).

Cabe ressaltar que, se a pré-análise for bem desenvolvida, “a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 1977: 95). Nesse sentido, com a pré-análise desenhada, depois de explorar o corpus, partimos para o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados. Em nossa pesquisa, as respostas foram transcritas basicamente com as questões abertas.

Depois da primeira fase, como sugere Bardin (1977), procedemos à exploração do material, que demanda do/a pesquisador/a muita dedicação, pois, com o corpus estabelecido, entrará em um processo

pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo (Bardin, 1977: 101).

Assim, o trabalho do/a pesquisador/a consiste em selecionar categorias para o início da pesquisa. Ressalte-se, porém que essas categorias podem sofrer mudanças de acordo com o que for necessário para a análise. Com base no pensamento de Bardin (1977: 120), estabelecemos as categorias representativas considerando os objetivos propostos na pesquisa e observando os seguintes critérios: exclusão mútua (cada elemento não pode existir em mais de uma categoria); homogeneidade (unicidade de classificação); pertinência (é considerada pertinente quando converge com o material de análise escolhido); objetividade e fidelidade (refere-se à uniformidade de categorização); produtividade (a categoria é produtiva quando os resultados são frutíferos).

Por fim, de posse do material explorado, apresentamos o quadro 1 abaixo, que explicita o que chamamos de “esquema de análise”, cuja perspectiva foi de racionalizar uma sistemática metodológica em torno da qual pudemos relacionar os eixos da investigação com as variáveis (abordagem quantitativa) e as categorias (abordagem qualitativa<sup>38</sup>) que constituíssem a lógica da pesquisa:

**Quadro 2: Esquema de análise**

<i>Eixos</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Categorias</i>
<i>Perfil sociodemográfico</i>	Idade	<i>Identidade</i>
	Escolaridade	
	Situação trabalhista	
	Localidade	
	Atividade profissional	
<i>Parto ativo</i>	Atitude mental e instintiva	<i>Concepção de parteiras e doulas</i>
	Intervenções cirúrgicas	
	Recursos analgésicos	
	(Des) medicalização	
	Aceitação e crença natural do parto	
	Vontade e determinação em parir espontaneamente	
	Liberdade com o corpo	
	Condução ativa	
	Repercussão pelo apoio	
	Reconhecimento social	
	Direitos reprodutivos/da mulher	
	Saúde da mulher/materna	

<sup>38</sup> Para que pudéssemos realizar esta tarefa, tivemos que utilizar o SPSS, um software aplicativo do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do software (IBM SPSS) não tem significado. Nos detemos ao SPSS Data Editor que é útil para fazer testes estatísticos, tais como os testes da correlação, multicolinearidade, e de hipóteses; pode também providenciar ao pesquisador contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação, e serve também como um mecanismo de entrada dos dados, com rótulos para pequenas entradas.

	Violência obstétrica	
<i>Medias digitais</i>	Compartilhamento de informação	<i>Informação</i>
	Uso da Internet	
	Fontes/canais de comunicação (blogs, websites, fotologs, portais)	
	Formatos (panfletos, cartilhas, livros, <i>e-books</i> , desenhos, slides, outros)	
	Redes sociais ( <i>twitter</i> , <i>instagram</i> , <i>facebook</i> , <i>whatsapp</i> , <i>youtube</i> )	<i>Comunicação (socialização online, debate, interação)</i>
	Grupos de discussão, eventos	
<i>Ações ciberativistas</i>	Produção de conteúdo em rede/na rede	<i>Linguagem/conteúdo</i>
	Fotografias, vídeos e narrativas (textuais)	
	Reflexão/mudança sociocultural	<i>Atuação em rede (s)</i>
	Socialização da missão de partejar/doular	
	Discussão/mobilização em rede	
	Orientação/disseminação da missão em rede	

Fonte: Elaboração própria (2017)

Já com o intuito de evidenciar, mais objetivamente, a metodologia que perpassou todo o trabalho de pesquisa, elaboramos o quadro 3 abaixo, que explicita o percurso metodológico da pesquisa.

**Quadro 3: Modelo esquemático do percurso da pesquisa**

<i>Questão de pesquisa</i>	
Como o parto ativo se constitui a partir da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos <i>medias</i> digitais?	
<i>Tese</i>	
O parto ativo é uma causa, que fomenta a atuação de parteiras e doulas brasileiras nos <i>medias</i> digitais, mas que não se caracteriza como ciberativismo.	
<i>Objetivo geral</i>	
Compreender o parto ativo, considerando a atuação de parteiras e doulas brasileiras nos <i>medias</i> digitais.	
<i>Caracterização da pesquisa</i>	
Tipo de pesquisa: Descritiva/Explicativa	Abordagem: Quanti-qualitativa
<i>Campo empírico</i>	
Internet, redes sociais, <i>medias</i> digitais.	
<i>Universo</i>	
1099 sujeitos	
Identificação Parteiras e doulas	Amostra 211 respondentes
<i>Instrumento de coleta dos dados</i>	
Questionário	
<i>Técnica de análise dos dados</i>	
Análise de conteúdo	
<i>Resultados obtidos</i>	

Fonte: Elaboração própria (2017)

Tanto os procedimentos da pesquisa de campo quanto os critérios de seleção de fontes e a construção do esquema das análises coadunaram-se para a fase seguinte do trabalho, cuja discussão se desencadeia no capítulo seguinte.

## 2. CIBERATIVISMO E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE: NUANCES DE UMA ATUAÇÃO SOCIAL NO CIBERESPAÇO?

*De um lado, a mecanização e a eletrificação do humano; de outro, a humanização e a subjetivação da máquina. É da combinação desses processos que nasce essa criatura pós-humana a que chamamos “ciborgue”. (Haraway, 2013: 12)*

### 2.1 Ciberespaço e cibercultura: dimensões da sociedade em rede

No final do século passado, surgiu um novo fenômeno na cultura mundial que modificou revolucionariamente todas as relações sociais, especialmente, a forma como se entendia a humanização do nascimento: a internet<sup>39</sup>. Essa rede internacional de computadores penetrou em todos os domínios da vida social, possibilitou a ampliação da liberdade de expressão em todo o mundo, diminuiu distâncias e aproximou pessoas de interesses comuns e ideais semelhantes, construindo um novo panorama social.

Assim, as tecnologias intelectuais e os dispositivos de comunicação obtiveram transformações massivas e radicais, especialmente, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs<sup>40</sup>). Desde então, “a revolução contemporânea das comunicações só ampliou os espaços de comunicação à medida que as tecnologias evoluem” (Lévy, 2000: 136).

---

<sup>39</sup> O ano de 1984 pode ser considerado como o ano da invenção do ciberespaço, um território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens, assim metaforizado na obra de William Gibson (1984) *Neuromancer*, que retrata bem a subjetivação informacional trazida pelo povoamento da internet através dos grupos de discussão.

<sup>40</sup> Essa expressão foi usada, pela primeira vez, em 1997, por Dennis Stevenson, do governo britânico e promovida pela documentação do Novo Currículo Britânico em 2000. As TICs são utilizadas em diversas maneiras e em vários ramos de atividades e podem se destacar nas indústrias (processo de automação), no comércio (gerenciamento e publicidade), no setor de investimentos (informações simultâneas e comunicação imediata) e na educação (processo de ensino aprendizagem e Educação a Distância). Pode-se dizer que a principal responsável pelo crescimento e pela potencialização da utilização das TICs em diversos campos foi a popularização da própria internet.



A internet já é uma realidade mundial, interligando todos os países do planeta, os telefones celulares estão em franca expansão, os serviços de governo eletrônico são implementados ao redor do mundo, comunidades e redes sociais nascem com as ferramentas sociais da Web 2.0, formas de ativismo político e protestos emergem utilizando as tecnologias e redes informacionais como suporte. (Lemos, 2010: 23)

A internet comercial demarcou seu território, e nenhuma outra tecnologia na história da humanidade foi tão rapidamente absorvida pela sociedade como essa, na qualidade de plataforma plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, facilitando o intercâmbio e o compartilhamento não só de textos e de imagens, mas também de outros formatos multimídia. Então, não se deve ignorar o fato de que o uso comercial da rede se tornou instrumento essencial para a atividade econômica (Castells, 2006).

A mudança de paradigma é inegável, e a internet passou a ser o fundamento tecnológico mais apropriado, da forma de organização social, à era da informação: a rede. “A rede permite que as pessoas distribuam mensagens rapidamente pelo mundo, estendendo o alcance da comunicação humana” (Braga, 2008: 45). Nela, diversos setores, grupos e indivíduos dialogam, criam redes temáticas, trocam conteúdos e buscam soluções de forma colaborativa em tempo real. Segundo Lemos (2010: 30), “seu sentido aponta para uma maior informatização do mundo, para a fusão das dimensões eletrônico-digitais e físicas dos espaços”.

A internet se constrói a partir de um sistema de *media* que Castells (2000: 17) afirma que é “onipresente, interligado e altamente diversificado, e pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes”, formando a sociedade em rede, que se constitui, basicamente, de uma cultura de virtualidade real.

Castells (1999: 13) entende que, apesar de a internet “ser uma tecnologia maleável, suscetível de ser modificada profundamente pela prática social e de nutrir uma gama de efeitos sociais enquanto tecnologia, ela não determina a sociedade. A forma da sociedade depende mesmo, de um complexo padrão interativo entre descoberta científica, inovação tecnológica e aplicação social em condições determinadas”.

A internet está fundada sobre fé tecnocrática no progresso tecnológico da humanidade; acionada pelas comunidades de *hackers* que defendem a livre criatividade tecnológica; integrada a redes virtuais que pretendem reinventar a sociedade; e materializada por empreendedores privados, motivados pelo ganho, no quadro dos mecanismos da (chamada) nova economia. (Castells, 2002: 80)

Ao discutir sobre o capitalismo contemporâneo, Castells (2000) caracteriza o novo momento como a Era da Informação, que se originaria na coincidência histórica, desde fins dos anos 60 e meados dos anos 70, de três processos independentes: a revolução das tecnologias de informação, a crise econômica, tanto do capitalismo quanto do estatismo e de suas reestruturações subsequentes, o florescimento dos movimentos sociais e culturais, como o antiautoritarismo, a defesa dos direitos humanos, o feminismo e a ecologia. A interação desses processos e as reações produzidas criaram uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional-global, uma nova cultura, a da virtualidade real.

Em face dessa nova configuração, a sociedade em rede apresenta-se como parte de um ciclo de desenvolvimento tecnológico, baseado na expansão dos maquinismos informáticos de processamento de dados e de redes de comunicação, o capitalismo vive a passagem do padrão industrial para o padrão informacional de desenvolvimento (Rudiger, 2013: 132), e as relações de propriedade e de produção vão sendo substituídas por relações de acesso ao capital científico e tecnológico.

Nesse cenário, Lemos (2010: 22) faz a primeira articulação acerca das dimensões da técnica e do político. Para ele, “os algoritmos tornam-se a língua franca das novas máquinas simbólicas. A tradução do mundo em dados binários vai inserir o domínio técnico na esfera do discurso e a comunicação radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a pólis, a política, por outro”.

É possível acessar a chave para compreender essa realidade, na passagem da *web 1.0* (quando a internet era uma rede de computadores conectados por *modems* e linhas telefônicas, que permitia apenas a troca de textos e de imagens), para a *web 2.0*<sup>41</sup> (que já se refere a uma

---

<sup>41</sup> O uso dos termos internet e web como sinônimos é frequente, porém incorreto. A internet é a rede global de computadores, conectados através de uma infraestrutura de *hardware* e *software*, cujas

rede de conteúdos que se apresenta em uma era de mais interatividade e que surgiu como um conceito teórico, ainda em 1999). Seu uso já era disseminado em 2002, mas é só em 2004 foi que se firmou a ideia de web como uma plataforma de colaboração (Parry, 2012: 338).

Conforme reflete Giddens (1996), com a introdução de novas tecnologias, a automação, os sistemas informatizados integrados, a utilização dos meios de comunicação e os transportes de massa facilitaram a compressão do espaço-tempo e a eliminação das fronteiras. Assim, ampliaram-se as oportunidades de se enriquecer e de criar uma comunidade global baseada em valores compartilhados.

Pautando-se no pensamento cibernético, consequentemente, nas variantes humanas para compreender a sociedade tecnológica, recorremos a Barbrook (2009: 152), que expressa o humanismo socialista quando afirma que “a revolução científica e tecnológica deve vir a ser a maior revolução cultural da história, por que ela transferirá a cultura, que até agora teve tendência para ficar à margem, para o centro da própria vida”.

O ciberespaço se torna, então e também, uma rede de captura de informações “externas” (o mundo físico) e “internas” (a sociedade, a imaginação humana) cada vez mais vasta e variada. Essa rede de captadores é associada a procedimentos de visualização e de difusão que responderão, de maneira cada vez mais flexível aos desejos dos “cibernautas”. Mas ainda, esses conhecimentos são cada vez mais produzidos por eles próprios e de forma colaborativa. (Lemos, 2010: 62)

Castells (2002: 333) assevera que tudo dependerá de uma contraditória dinâmica: “a eterna luta entre os esforços para dominar e explorar e a defesa do direito de viver e de procurar dar um sentido à própria vida”. Para alcançar esse sentido de vida, ainda de acordo com Castells (2009: 136), “a sociedade em rede, através dos recursos que ela própria cria e disponibiliza, estimula a iniciativa e a ação comunicativa dos seus sujeitos, fazendo emergir

---

primeiras conexões foram estabelecidas nos EUA, no final dos anos 60. Já a word wide web foi criada no final dos anos 80 e trata-se de um subconjunto das informações disponíveis na internet, organizadas em documentos interligados por hiperlinks e acessíveis por meio de softwares específicos.

uma audiência criativa que, quando ela própria não cria, apropria-se das mensagens que estão em circulação com seus próprios códigos e projetos de comunicação”.

Lemos (2010: 30) diz que,

pela primeira vez, devido às características atuais do ciberespaço, é possível produzir o sentido coletivamente, cooperativamente, no jogo das subjetividades e das linhagens, para além das fronteiras da cultura, das religiões, dos territórios, dos pequenos poderes.

Quando estão no ciberespaço, as pessoas interagem e se reúnem com os mais diversos tipos de ideais, inclusive podem afrontar o poder das corporações, questionar autoridades ou propor alterações no processo civilizatório. Aliado a isso, Braga (2008: 59) ressalta que “cada período histórico traz uma configuração particular de tecnologia para ação sobre o mundo e, juntamente com essa tecnologia, uma distribuição social do poder sobre esse saber tecnológico”. A autora acrescenta que “a distribuição do capital tecnológico pelo campo social se dá também em função de papéis de gênero: ainda existem tecnologias masculinas e tecnologias femininas”. Assim, falar em gênero implica compreender os processos:

[...] enquanto processo de construção social indica que a condição das mulheres na sociedade não é de ordem biológica ou fomentada pelo sexo, mas sim por uma normatividade ‘inventada’ por padrões forjados num sistema de dominação masculina, um processo de ‘engenharia’ social, cultural e política. Ser mulher ou ser homem faz parte de uma construção simbólica de um regime de discursos que configuram os sujeitos. E através de um maior debate da teoria *queer* começaram a empreender formulações analíticas que permitissem outras abordagens sobre gênero, sob novos paradigmas, remarcando as potencialidades mais plurais para além do binário homem/mulher ou masculino/feminino, apresentando novas possibilidades e trânsitos entre essas categorias. Sendo assim, a ideia de gênero entendida enquanto construção cultural, social e da História desconstruiu a ideia binária determinista, e corroborou com a desconstrução de conceitos

universais e engessados. Com a evolução dos estudos de gênero, começou-se a repudiar tais modelos universais por se encontrarem desenquadrados da realidade. (Januário: 19)

Ampliando a compreensão sobre esse pensamento, Haraway (2013: 25-26) ressalta:

[...] por gerações, foi dito às mulheres que elas são “naturalmente” fracas, submissas, extremamente emocionais e incapazes de pensamento abstrato. Que estava “em sua natureza” serem mães em vez de executivas, que elas preferiam entreter visitas em casa a estudar Física de Partículas. Se todas essas coisas são naturais, significa que elas não podem ser mudadas. Por outro lado, se as mulheres (e os homens) não são naturais, mas construídos, tal como um ciborgue, então, dados os instrumentos adequados, todos nós podemos ser reconstruídos. [...] Pressupostos básicos como, por exemplo, decidir se é natural ter uma sociedade baseada na violência e na dominação de um grupo sobre outro tornam-se repentinamente questionados.

Reforçando os pressupostos que compõem a tecnocultura, Kunzru (2013: 32) conclui que “a tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito”. Por isso, de acordo com Castells (2009), “as redes criam e se recriam” de acordo com programas que se originam sistematicamente delas mesmas, razão por que seus atores, eventualmente, dispõem do poder de interferir e reprogramar, justamente através dos recursos que elas mesmas disponibilizam. Lemos (2010: 28) afirma que

a relação entre a comunicação (a potência social) e a técnica (a potência da ação) está na base da dimensão política. Dessa união de procedimentos técnicos – como esfera da ação sobre o mundo – e do discurso – com virtualização do sentido – emerge a força da *pólis*, sua coesão e seu futuro.

Em paralelo a essa realidade, Castells (2002: 221) observa que, “proporcionalmente, cria-se um território de mercantilização da liberdade, ou seja, as pessoas se utilizam bem da livre comunicação, mas se tornam alvo de perda de privacidade, consequentemente, convertem-se em alvo das corporações e dos aparelhos do Estado, que procuram vigiar e explorar seus fluxos de comunicação”.

Nesse contexto, o ciberespaço acaba se tornando um território de disputa, onde parece se travar uma espécie de batalha pela liberdade. Para Lemos (2010: 52),

a extensão do ciberespaço nos leva, em um *mesmo movimento*, a mais liberdade (individual e coletiva), de uma parte; e a mais comunicação e interdependência, de outra. O crescimento da liberdade é evidente: o ciberespaço permite uma liberdade de expressão e comunicação em escala planetária absolutamente sem precedente.

Os sujeitos da sociedade em rede (pessoas ou instituições) exercem poder uns sobre os outros e sobre os que estão fora dela, seja para manter e lubrificar suas estruturas, seja para tentar reprogramá-las, questionando o sistema existente, porque, segundo Castells (2009: 53), nessa sociedade, “a palavra é criada, veiculada e disputada não apenas na ação humana individual, mas também no território socializado da comunicação construída em volta das redes ao mesmo tempo locais e globais de comunicação digital e multimodal, que incluem os meios de comunicação tradicionais e a internet”.

Lemos (2010) adverte que precisamos compreender os três princípios que configuram o campo da cibercultura. São eles: a liberação da palavra; o princípio da conexão e da conversação mundial; e a reconfiguração social, cultural e política. O primeiro princípio está atrelado à constituição da opinião pública e da esfera pública, em que se ampliaram sistemas e ferramentas de comunicação das mais diversas, propiciando a troca de informação entre pessoas e comunidades. O segundo princípio está associado a duas vertentes: liberação e emissão da circulação da palavra e a dinâmica da conversação, que, segundo Lemos (2010: 25), remete ao conceito de Lévy de “inteligência coletiva”. Já o terceiro princípio tem implicações políticas profundas e está associado às ideias de descentralização e interconexão de informações. Sobre isso, reflete Lemos (2010: 27):

Sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros, cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação. A cultura contemporânea, do digital e das redes telemáticas, está criando formas múltiplas, multimodais e planetárias de recombinações.

A sociedade em rede vem sendo gestada em todo o planeta, ainda que em diversas formas, pois os efeitos na vida das populações são muito distintos. Essa revolução toda traz muitas possibilidades e problemas novos, e o resultado que poderá surgir daí é mesmo indeterminado. Porém, cada vez mais, o ciberespaço se vincula aos espaços concretos das metrópoles contemporâneas. Lemos (2010: 62) observa que

basta ver o uso dos telefones celulares e microcomputadores para localização, troca de informações em mobilidade, realização de tarefas a partir de pontos de acesso nas cidades. A fusão do espaço eletrônico com o espaço físico nos permite observar de maneira cada vez mais direta quase tudo o que queremos ver, e essa tendência deve ser acelerada no futuro.

Para Lemos (2010: 22), “o surgimento da cibercultura implica novos sentidos da tecnologia com a emergência do paradigma informacional”, e a palavra cibercultura emerge nesse contexto para dar conta dos fenômenos que nascem em volta das novas tecnologias da comunicação, da chamada informática de comunicação, da mídia digital interativa. Assim, há de se pensar concomitantemente sobre a dimensão técnica nos processos de comunicação, que também é relevante na medida em que interfere diretamente na apreensão das realidades. Lemos (2010: 30) enuncia que “as potências comunicativas e de processamento de dados em rede vão aumentar e, certamente, serão a força motriz do alargamento do processo técnico contemporâneo”.

Para Lemos (2010: 21), o desenvolvimento técnico recorrentemente “nos coloca na vertigem do futuro e na urgência do presente, criando utopias e distopias que podemos apreender pelos discursos publicitários, acadêmicos, jornalísticos ou artísticos”. Esse autor (2010, p. 30) acredita que, “embora haja progresso nas ciências e nas técnicas como um todo,

nada se compara à força transformadora da informatização da sociedade”. Contudo, afirma (2010: 29):

O caráter político do desenvolvimento tecnológico se explicita, já que a técnica é uma dimensão essencial da espécie humana que a coloca diante da natureza e de si mesma no desafio de transformação (científica e tecnológica) do mundo. A técnica é constitutiva do homem, ela é [...] uma maneira de estar no mundo, uma forma de requisição da natureza e do outro. Dito de outro modo, a técnica é desde sempre política, e o seu desenvolvimento é correlato àquele do espaço urbano, da *pólis*.

Então, parece mesmo que o aspecto político da sociedade informacional é o foco que permeia, mais do que sutilmente, a relação entre a tecnologia e os processos comunicacionais, buscando reconfigurar a cultura política contemporânea. Com o intuito de alargar um pouco mais a discussão, recorramos a Martino (2015: 270) que, baseando-se no pensamento crítico de Wolton (2010), afirma:

A perspectiva de que uma tecnologia de acesso e troca de informações pode aumentar a participação política dos cidadãos deixa de lado o fator fundamental de que a política dos cidadãos deixa de lado o fator fundamental de que a política é um processo social, desenvolvido a partir de conflitos e tensões entre seres humanos – e, portanto, não há tecnologia que garanta por si só, uma maior ou menor participação das pessoas na política. [...] Essa postura decorre de uma perspectiva que coloca na mídia, e não no ser humano, a responsabilidade pelos processos sociais e históricos de sua vida.

De outro modo, considerando o estreitamento entre cibercultura e ciberespaço, é possível se observar a sociedade agora pelo prisma da cibercultura. Nesse caso, para Pierre Lévy (1999: 17), a forma de conceber a cibercultura é aparentemente mais direta e objetiva. Ele a define como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do



ciberespaço<sup>42</sup>“. Já para Rudiger (2013: 135), “a cibercultura é o cultivo dos protocolos de comunicação entre todas as culturas do mundo, baseado na crença agora comum no poder das redes e da sinergia obtida ao nos darmos para os outros e deles recebermos informações”. De uma maneira mais conceitual, Rudiger (2015: 10) também diz que “a cibercultura seria a exploração do pensamento cibernético e de suas circunstâncias” e que o ciberespaço já é um efeito da cibercultura, porque ela pode ser entendida como o cultivo do mundo em que estamos incluídos em termos cibernéticos.

A cibercultura é o processo pelo qual atores sociais conscientes de múltiplas origens oferecem aos outros seus recursos e crenças, esperando receber o mesmo em troca e mesmo mais: compartilhar um mundo diversificado e, assim, pôr fim ao medo que o outro sempre inspirou (Castells, 2004: 40).

Ampliando a concepção do conceito, Lemos (2010: 21), diz que a cibercultura “é o conjunto tecnocultural emergente no final do Século XXI, impulsionado pela sociabilidade pós-moderna, em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social”.

Enfim, são vários os conceitos que tentam dar conta da cibercultura, cujo impacto se traduz numa espécie de onipresença em todos os países do globo. Lemos (2010: 22) afirma que “só um pensamento global pode dar conta dos desafios da emergente sociedade da comunicação e da informação planetária”. Portanto, o ciberespaço passa a ser um local privilegiado da cibercultura, que retém uma essência predominantemente política. Para Lemos (2010: 28), esperam-se mudanças globais da esfera política em direção a uma

---

<sup>42</sup> Lemos (2010: 51) afirma que “a palavra ciberespaço, neologismo dos anos 1980, faz, evidentemente, referência à cibernética, corrente científica transdisciplinar dos anos 1940 e 1950, que consagrou as noções de informação e de comunicação no mundo científico”. Desde então, não somente a Engenharia, mas também a Física, a Biologia, a Psicologia e a Antropologia tendem a se tornar ciências da informação e da comunicação. Ora, de maneira fortemente significativa, a cibernética designa “a ciência do comando e do controle”, dito de outra forma, a ciência do governo.

ciberdemocracia, porque, na atualidade, os computadores e as redes se transformaram em “máquinas da comunicação”, que politizam a informação.

Informação é poder. Comunicação é contrapoder. E a capacidade de mudar o fluxo de informação a partir da capacidade autônoma de comunicação reforçada mediante as tecnologias digitais de comunicação, realça substancialmente a autonomia da sociedade com respeito aos poderes estabelecidos (CASTELLS, 2006: 231).

Partindo desse desenho, na visão de Lemos (2010), o que existe é uma “nova paisagem comunicacional”, que se descortina revelando um “novo contexto político-comunicacional”, que se traduz no que ele chama de “berço da ciberdemocracia em gestação”. Assim, sob o ponto de vista de Lemos (2010: 29), “devemos, para pensar os rumos da ciberdemocracia, reconhecer a escala planetária e as possibilidades multimidiáticas de produção, circulação e colaboração emergentes desde o final do século passado. Trata-se de uma nova relação com o espaço e o tempo, de uma nova dimensão da vida na pólis”, porém, uma relação que não se desvencilha de uma ligação entre movimentos sociais e reforma política (Castells, 2017), que gera mudança social na mente das pessoas.

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualifica-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de liberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (Castells, 2017: 205)

Nesse sentido, ressaltamos que a suposta ‘ciberdemocracia’ parece ter sido forjada à luz de Freire (1983), que traz como pano de fundo a comunicação dialógica, promove um diálogo entre os sujeitos, de maneira igualitária, e contempla, simultaneamente (Lévy, 2003), o direito de informar e o direito de ter acesso à informação. Não é à toa que Lemos (2010: 56) prenuncia que “os destinos da democracia e do ciberespaço estão intimamente ligados porque

ambos implicam o que há de mais essencial na humanidade: a aspiração à liberdade e à potência criativa da inteligência coletiva”.

## 2.2 Ação ciberativista e os *medias* digitais: o lugar da comunicação na “aldeia global”

Iniciamos este tópico com o pensamento de Castells (2000) de que a aldeia global (um dos conceitos mais importantes dos estudos de McLuhan), profetizada por ele, tornou-se real como produto de uma globalização induzida pela tecnologia e constituída pela “interconexão multiétnica, multinacional e multicultural”, ou seja, de acordo com o pensamento de McLuhan<sup>43</sup> (1969), quando renunciou a aldeia global<sup>44</sup>, viveríamos um redemoinho cultural, repleto de novas tecnologias que surgiriam com frequência alucinante. E tal como entendia o autor, a única maneira de sobreviver a esse redemoinho seria analisando-o e compreendendo-o.

Observamos que, ao longo da história, as alterações sociais passaram, via de regra, por algum tipo de modificação na forma como as pessoas se comunicavam, ou seja, a partir das condições disponíveis para a interação social, especialmente, quando mediada por alguma

---

<sup>43</sup> Formado em Literatura e com Doutorado em Filosofia, o autor foi considerado um profeta por ter previsto, a partir da análise dos meios de comunicação de sua época, a aproximação entre as pessoas, gerada pelos novos suportes tecnológicos na forma de uma aldeia global. Seus estudos tinham caráter complexo, aberto e polêmico e se tornaram base para o desenvolvimento de grandes ideias sobre cultura, tecnologias, publicidade e muitas outras áreas. E embora tenha expressado alguns posicionamentos contrários em relação aos estudos culturais, especialmente os desenvolvidos pelos pensadores da Escola de Frankfurt, descreveu quatro épocas de mudança e de revolução na sociedade, que ocorreram por influência das novas tecnologias e dos meios de comunicação, desde a cultura tribal/oral, passando pela cultura dos manuscritos, marcada pelo desenvolvimento da escrita, até a galáxia de Gutenberg, com o surgimento da prensa, e, por fim, a Era eletrônica, com o advento da eletricidade.

<sup>44</sup> Na década de 60, ele inaugurou um importante contributo para o avanço das pesquisas relacionadas aos efeitos dos meios e da tecnologia em todas as dimensões sociais, da cultura, da economia e até da organização do Estado. O primeiro dos grandes trabalhos de McLuhan foi *The Mechanical Bride* (1951), em que McLuhan realizou um estudo seminal sobre cultura popular e publicidade. Famoso por sua abordagem explicitamente contra o método científico, revelava seu método de pesquisa e escrita pouco convencional, que consistia de ensaios curtos e sem ordem específica, estilo que ele chamou de “mosaico”. Sua obra seguinte, *The Gutenberg Galaxy* (1962), estudou os efeitos das mídias de massa como fator de mudança da sociedade. Ele entendia que as tecnologias não são apenas invenções que nós usamos, mas também a maneira como a sociedade se reinventa, e desenvolve o conceito de Ecologia de Mídia.

tecnologia. Para Martino (2015: 194), “McLuhan sugere que a história da humanidade pode ser pensada, de maneira alternativa, como a história da interação do indivíduo e a sociedade a partir da mediação da técnica”. McLuhan<sup>45</sup> (1989) refere que, quando uma tecnologia é criada, geralmente não se considera o impacto de sua criação na sociedade, portanto não podemos confiar em nossos instintos para descobrir isso, mas aguçar nossos sentidos para estudar o padrão das consequências desse vórtice tecnológico e cultural.

Nesse sentido, afirma Braga (2008: 33):

Nessa perspectiva, não seria possível uma tecnologia neutra, na medida em que os usos que fazem dela são condicionados, em grande parte, pela própria estrutura da tecnologia. Sendo assim, seria impossível minimizar os danos de uma tecnologia a partir do controle de seus usos e conteúdos. Uma vez implementada, a tecnologia atua sem que tenhamos plena consciência do processo: introduz ideologia própria, muda significados de palavras com raízes profundas.

Na aldeia global, a comunicação é muito mais um fato sociocultural do que um processo meramente mecânico. Martino (2015: 195) entende que

a alfabetização pelos signos da escrita é substituída pela preparação audiovisual para os meios eletrônicos. O fluxo de imagens e sons de certa maneira marca um retorno da narrativa oral, agora mediada pela eletrônica e tornada audiovisual e sensorial. A sensibilidade humana desloca-se novamente para os ouvidos e para os olhos, bem como para a voz. A leitura perde espaço diante da imagem e o signo escrito perde espaço para os signos audiovisuais.

---

<sup>45</sup> Em seus livros póstumos, *Laws of Media* (1988) e *The Global Village* (1989), McLuhan prevê os efeitos de uma nova tecnologia que ele chamou de tétrades ou Leis da Mídia. Ele propôs quatro efeitos que indicam os impactos e as implicações de uma nova tecnologia e que podem ser utilizados para prever os efeitos que essa tecnologia trará para a sociedade. Considerando-se que McLuhan estava trabalhando cerca de 30 anos antes do advento da internet, ele teria achado extraordinário o modo como as páginas da Web tornaram suas “previsões” uma realidade.

A comunicação é uma atividade inerente à natureza humana, que implica a interação e a posição comum de mensagens com significados, através de diversos canais e meios para influir, de alguma maneira, no comportamento de outros e na organização e no desenvolvimento dos sistemas sociais. Considera-se a comunicação como um processo humano de interação de linguagens que se encontram além da transposição da informação. Sob o ponto de vista de Martino (2015: 193),

as práticas de comunicação, para McLuhan, se estruturam em torno do eixo formado pelas mídias disponíveis para o estabelecimento das relações entre as pessoas, o que faz da mídia a protagonista dos atos de comunicação, ao redor da qual gravitam os outros elementos, articulando-se conforme a tecnologia da informação disponível no momento.

Etimologicamente, o termo ‘comunicação’ vem do latim *communis*, comum, o que introduz a ideia de ‘comunidade’ (Marques de Melo, 1975: 14). Já o pressuposto de Berlo Sousa (2006: 28) sobre o conceito de comunicação nos ajuda a compreender sua profundidade, que é assumido como um processo, em que o termo “designa um fenômeno contínuo [...] com sua evolução em interação”. De fato, ao longo dos estudos da comunicação, não faltaram contribuições coerentes para se compreender um fenômeno tão complexo.

O homem sempre tentou lançar pontes (ainda que hipotéticas) não apenas sobre a origem do universo, sobre o chamado *big bang*, mas também sobre as raízes remotas dos códigos da comunicação humana (Baitello Júnior, 1998). Nesse contexto, a capacidade comunicativa não é privilégio dos seres humanos, porquanto está presente e é bastante complexa em muitos outros momentos da vida animal, nas aves, nos peixes, nos mamíferos, nos insetos e em muitos outros. Os fundamentos científicos ancorados na Biologia, por exemplo, denotam tamanha complexidade de um fenômeno/processo dessa natureza, tal como afirma o autor:

Uma rocha se comunica, à medida que suas partículas nucleares se atraem ou se repelem na intimidade de sua estrutura atômica. Como se vê, comunicação implica movimento. Por convenção, chamou-se vida

ao automovimento imanente. Sua extensão foi restrita ao campo biológico, plantas e animais, em função da imanência. (Teles, 1973: 19).

Concordando com Haraway (2013: 64), as ciências da comunicação e as biológicas modernas são construídas por uma operação comum, “a tradução do mundo em termos de um problema de codificação”, isto é, a busca de uma linguagem comum, em que toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca.

Nas ciências da comunicação, podemos ver exemplos dessa tradução do mundo nesses termos nas teorias de sistema cibernéticas (sistemas controlados por meio de *feedback*) aplicadas à tecnologia telefônica, ao *design* de computadores, ao emprego de armas de guerra ou à construção e à manutenção de bases de dados. Respeitando-se cada caso, a solução para as principais questões seria uma teoria da linguagem e do controle.

Assim, ainda que, para qualquer leigo, devido a essa complexidade (Morin, 1999) do que significa observar as dimensões múltiplas da comunicação tradicional, numa civilização<sup>46</sup> denominada da comunicação, enxergar a franca expansão da comunicação contemporânea, a contar com suas dimensões gigantescas e complexas, é uma ação mais que desafiadora. Os dispositivos microeletrônicos (a maquinaria moderna), por exemplo, estão em toda parte, mas, ao mesmo tempo, são invisíveis.

A escrita, o poder e a tecnologia são velhos parceiros nas narrativas de origem da civilização, típicas do Ocidente, mas a miniaturização mudou nossa percepção sobre a tecnologia. A miniaturização acaba significando poder; o pequeno não é belo: tal como ocorre com os mísseis ele é, sobretudo, perigoso. (Haraway, 2013: 43)

---

<sup>46</sup> No paradigma ciborguiano, Haraway (2013) afirma que é “irracional” invocar conceitos como ‘primitivo’ ou ‘civilizado’. Segundo a autora, para as mulheres liberais e as radicais, a busca por sistemas sociais integrados cede lugar a uma nova prática chamada de etnografia experimental. Nesse caso, pode-se pensar qualquer objeto ou pessoa em termos de desmontagem e remontagem e não existe nenhuma arquitetura “natural” que determine como um sistema deva ser planejado.

Metaforicamente, a comunicação invadiu o conjunto das ciências humanas e das práticas políticas, sociais, culturais e econômicas. Segundo Wolf (1987), as comunicações são um importante setor industrial, um universo simbólico que é objeto de consumo maciço, um investimento tecnológico em expansão ininterrupta, uma experiência individual diária, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de se informar, de se entreter e de passar o tempo etc. Contextualmente, vejamos o pensamento de Figueirêdo (2017: 63), quando se refere ao paradigma ciborguiano ampliando nosso olhar para essa importante dinâmica:

Ao compreendermos o ciborgue como uma ponte para a realização de um projeto transumano, devemos pontuar sua existência como um agenciamento que potencializa as produções imagéticas e simbólicas na composição de subjetividade tecnontológica, ao mesmo tempo em que sua presença convoca, emergencialmente, a transgressão das fronteiras entre o orgânico e o inorgânico e o advento de novas ecologias.

Essa potencialização de produções imagéticas e simbólicas se amplia quando o crescimento e a popularização das conexões em rede e a acessibilidade acontecem e a sociedade, por sua vez, pode “migrar” seus costumes, criar novos e se habituar a outros antes inimagináveis. O teórico Sfez (1994: 25) nos alertou para o fato de que a comunicação invadiu todos os domínios: a empresa e seu proeminente setor de relações humanas; o marketing, antes restrito ao produto e que hoje recobre a imagem da própria empresa; os meios políticos inteiramente entregues ao marketing político e à imagem de marca; a imprensa, o audiovisual e a edição em que a rubrica da comunicação floresce; as psicoterapias que se pretendem comunicativas e, até, as ciências exatas – Física e Biologia – estão contaminadas pelo vocábulo ‘comunicação’. Vejamos esta citação de Santaella (2001: 1):

De fato, desde a revolução eletromecânica, com suas máquinas capazes de produzir e reproduzir linguagens – especialmente as máquinas de impressão, a fotografia e o cinema – a complexidade do campo da comunicação começou a crescer exponencialmente. Tal

exponenciação fica visível quando se comparam as máquinas eletromecânicas com as máquinas-aparelhos da revolução eletrônica, rádio e televisão, essas capazes de uma potência de difusão que as anteriores não podiam sonhar alcançar. Na passagem, que estamos vivenciando, da revolução eletrônica para a revolução digital com suas máquinas-dispositivos computacionais aliadas às telecomunicações em dimensão planetária, a exponenciação da complexidade do campo da comunicação começa a atingir proporções gigantescas.

Devido à ‘onipresença’ dos fenômenos comunicacionais, a comunicação, como área do conhecimento, toma o lugar de uma ciência piloto para cujas questões acabam convergindo muitas outras ciências (Santaella, 2001). As pesquisas em comunicação com algumas disciplinas, como Ciências Cognitivas, Ciências da Informação, Inteligência Artificial e Biologia, a despeito da especificidade de cada uma, estão lidando com questões que são, antes de tudo, comunicacionais.

As Ciências da Comunicação<sup>47</sup> ainda têm muito para dar e receber nesse diálogo. Como área do conhecimento, a Comunicação o inclui, mas está longe de se limitar à concepção restrita da comunicação como fenômeno exclusivamente humano e social que imperou até finais dos anos 70. Para Haraway (2013: 67), “as Ciências da Comunicação e a Biologia caracterizam-se como construções de objetos tecnonaturais de conhecimento, nas quais a diferença entre máquina e organismo torna-se totalmente borrada; a mente, o corpo e o instrumento mantêm, entre si, uma relação de grande intimidade”.

Portanto, de acordo com Santaella (2001: 28-29), na interpretação de Sfez (1994), a biologia genética origina-se no modelo de transmissão codificada de uma mensagem (ADN); a ciência ecológica ou etológica nutre-se de imagens comunicacionais; e as neurociências tomam seu conteúdo de referência de empréstimo à conexão (permutadores cerebrais de mensagens invisíveis). Assim, pensa Sfez (1994: 21):

---

<sup>47</sup> Considerando o pensamento de Castells (2017: 199), “é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história, porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. É por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam. As redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem.”



todas as tecnologias de vanguarda, das biotecnologias à inteligência artificial, do audiovisual ao marketing e à publicidade, enraizam-se num princípio único: a comunicação. Comunicação entre o homem e a natureza (biotecnologia), entre os homens na sociedade (audiovisual e publicidade), entre o homem e seu duplo (a inteligência artificial); comunicação que enaltece o convívio, a proximidade ou mesmo a relação de amizade (*friendship*) com o computador.

No centro dessas questões, reside a noção das redes de comunicação, uma noção que não se deixa entender à luz de uma concepção estritamente tecnológica, pois o funcionamento das redes de comunicação é semelhante ao comportamento do sistema nervoso e do sistema imunológico e pode ser simulado através de programas computacionais que estão no foco das preocupações dos cientistas de inteligência artificial. Essa noção de redes requer que resgatemos sua constituição histórica. Sabemos que os *media* de massa surgiram no Século XVI com a formação da opinião, do público, primeiro, pela imprensa e, mais tarde, pelos meios audiovisuais, como o rádio e a televisão. Citando o pensamento de Tarde (2005), Lemos (2010: 26) historiciza e, ao mesmo tempo, atualiza a discussão:

O transporte à distância do “pensamento e da força” vai criar as redes das primeiras cidades modernas ganhando novas dimensões nos séculos XIX com a revolução industrial e com as mídias de função massiva no final do Século XX. Com a era pós-industrial e a emergência de processos comunicativos com funções pós-massivas, surgem formas de produção e circulação de opinião pública abertas, multimidiáticas e interativas. Há, portanto, uma reconfiguração do sistema infocomunicacional global, onde, pela primeira vez, aparecem dois sistemas em retroalimentação e conflito: os sistemas infocomunicacionais massivo e pós-massivo.

A palavra *medium*, em inglês, gramaticalmente, tanto pode ser adjetivo quanto substantivo. Como adjetivo, significa ‘médio’, ‘intermediário’ e ‘meio, centro’. Esse termo vem sendo utilizado no plural, apesar de já indicar uma multiplicidade, ou seja, mídia é um

conjunto de meios, vindos do latim *media* ou *medium* (plural de *media*). Como substantivo, significa ‘meio’, sinônimo de veículo, ‘canal’.

Como substantivo, *medium* (mídia) é o veículo por meio do qual palavras, imagens, informações e ideias são distribuídas. O conteúdo é mediado e chega até nós por intermédio de uma mídia. Assim, na maioria das vezes, o termo ‘mídia’ refere-se ao universo da comunicação e indica a pluralidade de meios presentes nesse ambiente. Já uma mídia plural indica uma linguagem plural, o que seria o mesmo que dizer várias linguagens (Lévy, 1999). E como a mídia digital vai trabalhar com essa multiplicidade, entendemos que é geradora de linguagens, já que um meio acaba criando sua própria linguagem. Assim, todos os meios já utilizados hoje pela chamada imprensa vão influenciar essa área da mídia digital.

Os *media* digitais compõem o espaço que comporta os meios de comunicação que se utilizam da linguagem binária da informática. São inúmeros meios e inúmeras linguagens. Os *media* de localização (mapas) e geoetiquetagem (informações geográficas) a partir de GPS (Lemos, 2010), por exemplo, proporcionam novas formas de conhecimento, de produção de conteúdo e de informação sobre o espaço urbano. Esses conteúdos só podiam ser produzidos por especialistas. Lemos (2010: 61) refere que, “com as mídias locativas, estamos assistindo à produção coletiva da informação sobre bairros ou cidades (podem ser mapas epidemiológicos, de crimes, turísticos etc.) de forma *bottom-up* inimaginável sem o desenvolvimento do ciberespaço e das ferramentas Web 2.0”.

Ressalte-se, porém, que, como existe a possibilidade de usar texto, imagem e som de maneiras diferentes, a ideia da interconexão de meios é outro ponto a ser valorizado, pois não é possível pensar nesses *media* digitais como algo totalmente novo, que não tem nada a ver com o que já foi feito na área da comunicação. Pernisa (2002: 1) enuncia que

todos esses meios utilizam-se da pluralidade como suporte: o som, a imagem e o texto. Essa utilização de som, imagem e texto já foi chamada de multimídia, mas há autores, com Pierre Lévy, que contestam seu uso. Para ele, o correto seria pensar em unimídia, já que apenas um espaço está sendo utilizado, reunindo os meios visuais, sonoros e textuais. Há quem prefira hipermídia. O que, no entanto, seria exatamente um conjunto de meios baseados em uma estrutura

hipertextual? Não parece haver muito sentido na utilização do termo, pelo menos em português.

Tradicionalmente, a literatura se refere aos *media* tradicionais como o conjunto dos seguintes veículos: *outdoors*, mala direta, revistas, jornais, rádio e televisão. Já a internet é também classificada como uma ‘nova mídia’ (Coutler & Sarkis, 2005), devido ao seu crescimento acelerado e à própria complexificação (Lemos, 2010). Com a internet, aumentam a cooperação em rede, o espaço desterritorializado e o tempo real.

De acordo com Lemos (2010: 47), “alguns autores chamam de mídias digitais, outros, de mídias interativas, novas mídias etc.. Independente do termo utilizado, parece ser uma evidência que diferentes formas de consumo, de produção e de distribuição da informação aparecem hoje com os dispositivos e as redes digitais”. No entanto, como muitos dos meios existentes estão sendo transformados, talvez o mais adequado seja chamá-los de *medias* digitais (Corrêa, 2008).

Os *medias* digitais atuam por meio dos princípios de liberação da emissão, da conexão permanente em redes de conversação e podem ser captados, lidos, escutados ou vistos de qualquer lugar do planeta onde uma conexão com a internet é possível. A alteração primordial se deu nas formas de produzir e de distribuir o conteúdo informacional. Os medias se tornaram desterritorializados, ou seja, qualquer leitor e/ou produto está disperso em qualquer lugar do mundo.

Uma linguagem predominantemente utilizada (“produzida/consumida”) nos dias atuais, que se replica no bojo da cultura, é a linguagem dos ‘memes’. Segundo Martino (2015: 177), “para tornar a expressão mais próxima de sua argumentação sobre genética, com base na biologia e no conceito de evolução, o pesquisador procurou uma palavra que soasse como gene e encurtou *mimeme* para ‘*meme*’”. Parafraseando Dawkins (1976), Martino (2015: 177) afirma:

Os *memes*<sup>48</sup> se desenvolvem no caldo da cultura humana, e estão presentes em nós de maneira quase imperceptível, articulando-se com

---

<sup>48</sup> O termo ‘meme’ foi usado pela primeira vez, no sentido atual, pelo cientista britânico Richard Dawkins, em seu livro, *O gene egoísta*, de 1976. Dawkins (1976) cunhou a palavra no grego antigo: *mimeme*, que significa “aquilo que pode ser imitado”, nas proximidades de *mímesis*, *imitação*, em decorrência, outra chave: a mímica. O conceito procurava explicar a propagação e a transformação de ideias entre seres humanos. Assim como os genes, nas células, carregam informações responsáveis por

o cotidiano. Assim como genes estão na base biológica do que somos, os *memes* parecem ser, ao menos parcialmente, um componente da base cultural responsável por formar os seres humanos. (grifo nosso)

Ao referenciar Castells, o estudioso Rudiger (2002: 130) afirma que “a internet e as mídias digitais interativas não são mais meios de comunicação no sentido tradicional, porque ensejam processos de atuação e interação que suprimem as fronteiras que havia entre os *mass media* e as demais formas de comunicação”. Os *medias* digitais vêm se destacando tanto, atualmente, que se constituem em um campo de atuação sociocultural, mais precisamente, de atuação social. Eles avançaram tanto que até demandam um profissional especializado que opere, formal e tecnicamente, com essa área e o desenvolvimento dela, para que haja uma grande mudança de *status* não só no campo de estudo como também de atuação profissional.

Vejamos o caso dos virais, por exemplo, que, embora sejam usados/confundidos com os memes, têm algumas diferenças e semelhanças significativas. Martino (2015: 180) explica:

Enquanto os virais tendem a ser reproduzidos milhares de vezes em sua forma original, os *memes* geralmente são modificados de inúmeras formas no processo de replicação. São feitas novas versões, imitações, paródias, reelaborações e recontextualizações. Shifman usa a palavra “remixes” – e diversos cruzamentos intertextuais entre *memes*. [...] como virais, a princípio não se transformam, eles tendem a ser direcionados para públicos específicos, enquanto os *memes*, por permitirem a transformação na replicação, tendem a ganhar uma amplitude de divulgação maior. [...] um dos fatores de sucesso dos memes é o enigma ou desafio proposto por eles: para compreender um meme é necessário ter um conhecimento prévio de suas referências.]

---

definir o que é um ser humano. Os memes são entendidos como essas unidades de informação na área cultural – para jogar com as palavras, o meme seria parte do DNA da cultura. (Martino, 2015: 177)

Ainda não existe um consenso acerca dos termos que se utilizam para esse campo, ora se anunciam *media* digitais, ora *media* sociais. Para fazer uma reflexão um pouco mais crítica, vejamos o pensamento de Primo (2010: 3):

O termo “mídias sociais” parece hoje quase onipresente na imprensa e em periódicos científicos. Contudo, ainda existe uma demanda por definições que permitam delimitar melhor o conceito, como também argumentações que possam inclusive questionar sua validade. Com frequência artigos usam o termo de forma vaga, sem o conceituar. É como se mídias sociais fossem algo trivial, de significado pré-contido e transparente, um entendimento consensual e inquestionável.

São considerados meios sociais digitais textos, imagens, áudio e vídeo em *blogs*, quadro de mensagens, *podcasts*, *wikis*, *blogs* e afins, que permitem a interação entre os utilizadores (Terra, 2009) e trouxeram uma revolução em comunicações participativas, criação de comunidades e compartilhamento de informações (Postman, 2009). Para Lemos (2010: 47-49), “não se trata de substituição, mas de reconfiguração da indústria cultural (de massa). Há e persistirá o modelo “informativo” “um-todos” dos *media* de massa, mas crescerá o modelo “conversacional” “todos-todos” dos *media* digitais e redes telemáticas. O fluxo comunicacional é mais próximo da conversação (todos-todos) do que da informação (um-todos)”.

Complementando essa ideia de reconfigurar a indústria de massa<sup>49</sup>, observa-se que existe uma interdependência entre os *medias* digitais e as instituições sociais, como refere Martino (2015: 243-244):

Nesse sentido, a mediação<sup>50</sup> da sociedade seria a ação da mídia sobre as instituições sociais, articulando-se com suas práticas e abrindo

---

<sup>49</sup> Martino (2015: 243), concordando com o o texto intitulado “Sobre a mediação de tudo” da pesquisadora britânica Sonia Livingstone (2008), refere que, “até meados dos anos de 1990, qualquer pesquisador interessado em compreender os meios de comunicação encontraria textos e artigos com títulos parecidos com ‘Comunicação de massa e sociedade’, ‘Televisão e política’ ou ‘Mídia e religião’. Ainda segundo esse autor, só a partir do início do Século XXI, começaram a aparecer títulos como Democracia midiática, Política mediada e Mediatização da política”.

caminho para modelos diferentes de interação entre elas e mesmo entre seus participantes. [... assim, mediação refere-se às alterações provocadas pela ação das mídias sobre práticas e instituições sociais que passam a se reorganizar a partir da presença ubíqua dos meios de comunicação, sobretudo os digitais].

Assim, por meio das redes digitais, as populações podem experimentar as relações socioglobais e locais de modo lúdico e propor novas formas de trabalho, projetos autônomos e novas formas de coletividade e de governança. André Lemos (2010: 34) assevera que

a globalização da economia e da comunicação suscita a emergência de uma sociedade civil planetária que se exprime em um espaço público cada vez mais desterritorializado. [...] A ciberdemocracia planetária nascente se exprime igualmente pelo consumo consciente e pelo investimento social responsável, isto é, por uma governança direta da economia pelos cidadãos que a transparência do ciberespaço torna, de agora em diante, possível.

As redes digitais ou sociais *online* são formadas com a interação entre as pessoas no ambiente virtual, independentemente de suas relações concretas. Elas vêm sendo tratadas como viabilizadas pelas chamadas redes sociais, desenvolvidas para proporcionar a interação de diferentes atores sociais no espaço virtual, através da criação de perfis<sup>51</sup> ou páginas individuais, de postagens de comentários e do compartilhamento de informações e de

---

<sup>50</sup> Julgamos necessário ressaltar o conceito de *mediatização* trabalhado pelo pesquisador Stig Hjarvard (2012), no livro de Martino (2015: 239). Para Hjarvard, “a mediatização é o processo por meio do qual a sociedade vai se tornando progressivamente dependente da lógica da mídia, na medida em que está cada vez mais integrada nas operações de todas as instituições sociais. A mídia ocupa lugar de destaque e redefine o modo como as coisas são feitas no cotidiano”.

<sup>51</sup> A primeira concepção de Avatar vem dos textos hindus, como uma forma encarnada de um Ser Supremo. Essa forma singular da personalidade da Divindade que então se apresenta é chamada de encarnação ou Avatara. Então, a palavra *Avatar* tornou-se popular entre os meios de comunicação e informática devido às figuras que são criadas à imagem e semelhança do usuário, permitindo sua “personalização” no interior das máquinas e telas de computador. Assim, a imagem da pessoa ganhou um corpo virtual, desde os anos 80, quando o nome foi usado, pela primeira vez, em um jogo de computador.

conhecimentos (Recuero, 2008). Os *medias* sociais/digitais proporcionam mais conversação e diversidade de fluxos de informação entre seus participantes, o que incentiva a emergência de redes sociais e de capital social mediado.

De uma forma ou de outra, fato é, que se busca uma melhor organização, ou mesmo, um maior aprofundamento no sentido de avançar para uma constituição mais sólida do conceito.

### **2.3 Ciberativismo e ação ciberativista: pressupostos para o ciborgue feminino na cultura digital**

O ciberativismo<sup>52</sup> surgiu como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas por meio de comunicação distribuída em rede interativa, em que os grupos de discussão e as comunidades *hackers* abrem uma nova perspectiva para o que se entende por ativismo mediático (ou midialivrismo<sup>53</sup>).

Podemos apontar o ciberativismo como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações

---

<sup>52</sup> Historicamente, o marco da chegada do ciberativismo está totalmente associado ao Movimento Zapatista iniciado pelo partido EZLN, no México, um grupo revolucionário de esquerda, que planejou utilizar táticas não violentas para ajudar pessoas indígenas do estado dos Chiapas a receberem alguns benefícios da colheita de recursos naturais na região. Muitos dos seus esforços organizacionais utilizaram e-mail e grupos de *usenet*, assim como alguns dos tipos mais antigos dos ataques para derrubar sites do governo e atrair atenção para suas causas. Além de representar os Chiapas, o Movimento Zapatista espera ajudar os grupos que consideram marginalizados pelos governos ao redor do mundo, incluindo mulheres e grupos LGBT. O movimento está vivo até os dias de hoje e continua a utilizar táticas *online*.

<sup>53</sup> O midialivrismo é um movimento de *media* livre, e não, apenas, uma construção de jornalistas e/ou militantes políticos de esquerda. Ele é muito mais amplo. Quando se optou por empregar o nome mídia livre, uma das intenções era exatamente a de se associar a luta dos *softwares* livres às rádios livres e de demonstrar que a construção do movimento tinha a liberdade como valor. A luta contra os monopólios corporativos, contra a censura da informação, contra o bloqueio do acesso ao conhecimento e cuja intenção não era de ser uma instituição, uma associação, mas um espaço livre para articulações e para o fomento de iniciativas inspiradas na dinâmica do compartilhamento e na construção da cultura do comum. Os midialivristas fazem comunicação porque a entendem como um direito humano, querem se comunicar, dizer o que pensam, opinar. Eles precisam fazer isso para se sentirem partícipes de uma sociedade democrática.

mediadas pelas NTICs e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas. (Alcântara, 2016: 302)

O ciberativismo caracteriza-se, preliminarmente, pelo potencial da ação do indivíduo/coletividade em termos de ação política via internet. Por meio dele, conteúdos como sexualidade, preservação ambiental e violência da mulher podem ser discutidos em um espaço de comunicação/democratização. É quando começa a se delinear melhor o conceito de ciberativismo, que, segundo Silveira (2010: 31), é “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet”.

O olhar histórico nos permitiu desmistificar a “novidade” do ciberativismo, dado que a dimensão comunicativa não é um elemento novo para os movimentos sociais. Esses atores utilizaram outras tecnologias de comunicação ao longo do tempo e, além disso, a comunicação, entendida de forma mais ampla, enquanto prática constituinte da vida social, não se restringe aos instrumentos tecnológicos. Podemos apontar o ciberativismo como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas NTICs e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas. (Alcântara, 2016: 332)

De acordo com Lemos (2003), a primeira fase do conceito de ciberativismo refere-se a como utilizar a internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informações, promover debate coletivo de ideias e propor ações, criando canais de participação. Foi tratado por ele, de maneira mais



objetiva, como uma forma de indivíduos e grupos utilizarem a Internet para potencializar suas ações políticas nos diversos ambientes mediáticos possibilitados pela Rede.

Para falar de protesto em nível global, remetemos à primeira referência do movimento zapatista, no México de 1994, que inaugurou o primeiro modelo de protesto global com cartas espalhadas na internet. Todos os movimentos atuais encontram o zapatismo<sup>54</sup> como um movimento inspirador, um marco. O rosto coberto dos *black blocs*<sup>55</sup> e dos *anonymous*<sup>56</sup>, por exemplo, advém dos zapatistas, assim como a recusa da luta pelo poder, a aversão às tradicionais bandeiras ideológicas e aos partidos políticos de qualquer tendência e a possibilidade de criar uma comunicação própria, como alternativa para as mídias oficiais. Esses elementos já podiam ser facilmente identificados no zapatismo.

---

<sup>54</sup> O Movimento Zapatista se apresentou, então, sob a forma de guerrilha. Seus integrantes se apresentaram portando capuzes pretos e armas, para além das montanhas de Chiapas, e gritavam “Já Basta!”, como símbolo da manifestação que repudiava a participação do México no NAFTA – acordo de livre comércio entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. A rigor, o Movimento Zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional são manifestações baseadas em um dos grandes personagens da Revolução Mexicana - Emiliano Zapata - um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910, que combateu o regime autocrático de governo. Porém, nesse caso, não defendem ou pretendem usar a violência, mas defender uma gestão mais democrática do território, a participação direta da população nas decisões do país, promover a partilha da terra e da colheita, além de preservar o passado e a tradição indígena do povo mexicano. Hoje, o principal objetivo desse movimento é de continuar com a cidadania mexicana e manter a cultura e a tradição indígena do passado.

<sup>55</sup> A tática, que surgiu na Alemanha, nos anos 1980, é utilizada por autonomistas e anarquistas para defenderem os *squats* (ocupações) contra a ação da polícia e os ataques de grupos neonazistas.[3] Posteriormente, suas atividades ganharam atenção da mídia fora da Europa, durante as manifestações contra o encontro da OMC em Seattle, em 1999, quando grupos mascarados destruíram fachadas de lojas e escritórios do McDonald's, da Starbucks, da Fidelity Investments e outras instalações de grandes empresas. *Black bloc* é, basicamente, uma estrutura efêmera, informal, não hierárquica e descentralizada. Unidos, seus integrantes pretendem adquirir força suficiente para confrontar as forças da ordem. Diferentemente do *modus operandi* de outros grupos anticapitalistas, os integrantes do *black bloc* atacam diretamente a propriedade privada, como forma de chamar à atenção para sua oposição ao que consideram como símbolos do capitalismo - as corporações multinacionais e os governos que as apoiam.

<sup>56</sup> Uma legião que se originou em 2003, que representa o conceito de muitos usuários de comunidades *online* e existe, simultaneamente, como um cérebro global. O termo *anonymous* também é comum entre os membros de certas subculturas da Internet como uma forma de se referir às ações de pessoas em um ambiente onde suas verdadeiras identidades são desconhecidas. Na forma inicial, o conceito tem sido adotado por uma comunidade *online* descentralizada, que atua de forma anônima e coordenada, geralmente em torno de um objetivo livremente combinado entre si e a favor dos direitos do povo perante seus governantes. A partir de 2008, o coletivo *anonymous* ficou cada vez mais associado ao hacktivismo, colaborativo e internacional, realizando protestos e outras ações, muitas vezes, com o objetivo de promover a liberdade na Internet e a liberdade de expressão. Ações creditadas ao *anonymous* são realizadas por indivíduos não identificados que atribuem o rótulo de “anônimos” a si mesmos.

Já em uma segunda fase evolutiva do conceito, encontram-se algumas denominações, como *internet activism*, *eletronic advocacy*, *ativismo on line* ou ciberativismo<sup>57</sup>, que denotam modalidade de organização e ação política direta de base, que se estrutura a partir da difusão de informações na rede, com o objetivo de boicotar o consumo de determinados produtos e de realizar ocupações, manifestações e protestos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais (Di Corinto e Tozzi, 2002). Por fim, numa espécie de terceira fase evolutiva do conceito, surgiu o termo *netactivism* (Schwartz, 1996) ou net-ativismo, cunhado por Massimo Di Felice (2013: 53-54):

O net-ativismo tem sua base em uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos *new-global*. Esses são caracterizados não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação global avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade.

Em sua pesquisa, Di Felice (2013) identificou três momentos distintos para o ativismo digital. Primeiro, na década de 1990, o desenvolvimento de movimentos internacionais temáticos, com a difusão de ativismos em redes centralizadas e de movimentos teóricos da estética na Austrália e na Índia, que pretendiam criar ações com os chamados *tactical media*<sup>58</sup>. Atuavam nas artes e na política, com o fim de criar táticas inovadoras de intervenções, com

---

57. Segundo Oliveira e Pinto (2016: 386), “o ciberfeminismo, como fenômeno social e político, é um ativismo online vinculado à terceira onda feminista, a partir da concepção de que as TIC poderiam transformar a sociedade, os próprios meios tecnológicos e as posições de gênero convencionais. Surgiu como uma proposta de remodelar o feminismo interseccional, pois, apesar de trazer novamente algumas de suas questões prévias, como as assimetrias de gênero e a questão do corpo feminino como um espaço de luta política, suas estratégias se adaptaram às novas tecnologias, que possibilitaram um maior acesso de mulheres com diferentes realidades e a inter-relação entre as diferentes vertentes”.

<sup>58</sup> Mídia tática é um termo cunhado em 1996, para designar uma forma de ativismo de mídia que intervém na esfera da mídia criando meios de comunicação permanentes e alternativos. Também descreve práticas artísticas de mídias intervencionistas que se dedicam a criticar a ordem política e econômica dominante.

rápida ramificação internacional. Um exemplo foi o surgimento dos protestos digitais do movimento Cyberpunk<sup>59</sup>.

No começo dos anos 2000, assistiu-se aos desdobramentos da fase indígena e cibernética, que encontrou expressão na luta zapatista e inspirou o Fórum Social Mundial. Assim, vieram as primeiras práticas de protesto midiático internacional, em cidades como Seattle (em 1999), Praga (em 2000) e Davos (em 2001), que marcaram a experimentação das primeiras formas de conflitualidade e levaram, com a internet, a ação social para dimensões planetárias (Morin, 2007).

Por fim, o terceiro momento foi mais propriamente demarcado a partir do ano de 2010 e alcançou o presente. Di Felice (2013) destaca um novo ativismo, que, em muitos casos, provocou processos radicais de transformação – como os casos da Primavera Árabe, com a derrocada de regimes no Egito, de Hosni Mubarak, na Líbia, de Muamar Kadafi, e na Tunísia, de Zine el-Abdine Ben Ali<sup>60</sup>, e o surgimento de novos movimentos como os indignados do M15<sup>61</sup>, na Espanha (2011), as Jornadas de junho, no Brasil (2013)<sup>62</sup>, e, recentemente, o Golpe de Estado ocorrido no País (2015).

---

<sup>59</sup> Como fenômeno subcultural, significa uma postura vanguardista incisiva em relação à tecnologia e à cultura, ávida de abraçar o novo e disposta a se rebelar contra as estruturas e as autoridades estabelecidas, a fim de ganhar mais experiência e pôr em funcionamento novas tecnologias (Kellner: 383). Como movimento, o Ciberpunk atua à margem da lei, rebelando-se contra o estado centralizador e as grandes estruturas econômico-financeiras, a favor de um uso subcultural mais descentralizado da ciência e da tecnologia a serviço dos indivíduos.

<sup>60</sup> A Primavera Árabe trata de uma série de revoluções e revoltas no Oriente Médio e no Norte da África. Desde a revolução tunisiana, houve uma revolução egípcia, uma guerra civil, na Líbia; insurreições, no Barém, na Síria e Iémen; grandes protestos, na Argélia, no Iraque, em Omã, no Marrocos e na Jordânia, e demonstrações em uma série de outros países. Muitas das informações sobre cada evento foram disseminadas via blogs, Twitter e grupos de Facebook. Isso serviu tanto para o benefício dos organizadores dentro dos países, quanto para as pessoas no resto do mundo, que buscavam notícias sobre o que estava acontecendo.

<sup>61</sup> Em 2011, o movimento 15-M (relativo a 15 de maio, o dia do primeiro protesto) foi uma série de demonstrações pacíficas que ocorreram pela Espanha. Os protestantes se opunham ao nível de emprego, a cortes de benefícios e a políticos espanhóis, entre outros problemas. As demonstrações ocorreram em 166 cidades ao redor do país, e em algumas delas, o movimento durou mais de um mês. Páginas de Facebook foram criadas para cada cidade, a fim de reunir cidadãos. No Twitter, *#spanishrevolution* foi usado para seguir os protestos.

<sup>62</sup> As ruas das principais cidades brasileiras foram tomadas por milhares de manifestantes que protestavam contra o aumento no preço da tarifa do transporte público. Os protestos, cujo alvo inicial eram as prefeituras municipais e os governos estaduais, logo se transformaram em manifestações contra o governo federal e a política em geral. As manifestações voltaram a se repetir em 2014, tendo como tema os gastos com a Copa do Mundo. Em 2015, mais uma série de protestos, promovidos por

Castells (2000) é um dos primeiros a compreender bem essa configuração e a nos trazer as primeiras reflexões sobre o termo ‘ativismo’<sup>63</sup> em um contexto de rede. Para ele, o ativismo na internet é uma nova forma de atuação social e política, disponível para os movimentos sociais da atualidade.

De onde vêm os movimentos sociais? E como são formados? Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça. Em cada contexto específico, os usuais cavaleiros do apocalipse da humanidade cavalgam juntos sob uma variedade de formatos ocultos: exploração econômica; pobreza desesperançada; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; Judiciário injusto; racismo, xenofobia, negação cultural; censura, brutalidade policial, incitação à guerra; fanatismo religioso (frequentemente contra crenças religiosas alheias); descuido com o planeta azul (nosso único lar); desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade; gerontocracia; intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que somos nós. Evidentemente, sempre, em todas as instancias e em todos os contextos, isso representa a dominação pura e simples de homens e mulheres, assim como de seus filhos, como alicerce básico de uma (injusta) ordem social. (Castells, 2017: 21)

O ativismo digital traz a possibilidade de se superar a velha ideia de militância, dos ativos nos grêmios universitários e nos partidos políticos. Na rede, estão presentes as atividades culturais, os estudos, as relações sociais, entre outros. Assim, parece-nos que temos uma nova forma de democracia em que o cidadão é chamado a ser um ativo cidadão todos os

---

apoiadores do candidato Aécio Neves, derrotado nas eleições do ano anterior, pediram o impeachment da Presidente Dilma, com base em alegações de conivência com a corrupção.

<sup>63</sup> O termo originou-se nos anos 1990, com o advento das tecnologias digitais, e manifesta-se em diversos movimentos.

dias, pelo menos mais ativo do que sua participação com um voto a cada quatro anos. Vejamos o pensamento de Marques (2013: 16-17) sobre isso:

Historicamente, exércitos e corporações sempre se estruturaram de forma hierarquizada e, hoje, através da internet, grupos têm utilizado formas descentralizadas de organização. Isso é novo e certamente influencia na forma, velocidade e maneira com que essas organizações surgem e se apresentam ao mundo, bem como exige uma grande mudança na forma de atuação daqueles que pretendem se contrapor a esses movimentos. Para alguns autores, o ciberativismo não passa de uma forma de marketing de causas sociais para adoção de políticas públicas, conscientização e suporte público. [...] a democracia implica diálogo, movimento e embate. Assim sendo, as novas formas de mobilização social criadas pelo e para o mundo digital, embora não necessariamente sejam defensoras de ideais democráticos, criam a fluidez que permite que políticas, ações, leis, programas e posições estejam continuamente sendo questionadas e permaneçam abertas a mudanças.

Resta saber se essa “nova forma” de democracia, tal como considera Di Felice (2008), sustenta uma efetiva emancipação política e proporciona, entre outras questões relevantes para o desenvolvimento do País, um melhoramento do nível de politização dos indivíduos. Nesse novo ativismo, aponta-se uma identidade cidadã global, possível e presente nas redes digitais, com pautas reivindicatórias direcionadas à democracia, à equidade e à sustentabilidade. O net-ativismo não é pensado como uma ampliação ou o aprimoramento da democracia ocidental, mas como a sua superação como expressão de um tipo de social não mais apenas antropomórfico, mas ampliado para uma dimensão maior, não apenas representativa ou opinativa, mas voltada para um novo tipo de humanismo.

Portanto, o net-ativismo, segundo Di Felice (2013), tem três características. A primeira refere-se à singular ecologia das ações que acontecem ao mesmo tempo nas ruas e nas redes digitais. Nesse modelo, todo cidadão pode produzir e compartilhar informações, basta pensar

nas últimas manifestações embaladas pela *hashtag* #vemprarua<sup>64</sup>. Para o pesquisador, “não habitamos só o território, mas também redes inteligentes”. Esse processo, que começou com a eletricidade, ampliou-se com as redes digitais e os dispositivos de conexão móveis. Por meio da conexão ubíqua com os fluxos informativos, mediante dispositivos, os sujeitos podem alterar sua situação social e sua experiência da localidade. E onde está e onde age é o resultado de relações em redes ecológicas complexas.

A segunda característica do net-ativismo consiste em valorizar o anonimato (influência do movimento zapatista) e recusar uma identidade política ideológica, sintetizada em um líder. Não há um centro difusor de ordens e ideias, mas uma relação horizontal entre os net-ativistas. A terceira característica seria a recusa da institucionalização, expressa na aversão a partidos políticos de quaisquer orientações, o que diferencia essencialmente os movimentos sociais nas redes digitais e os movimentos sociais modernos.

Essa visão otimista figura em novos modos de construir a opinião pública ou novas formas de cidadania (Castells, 2000) porque traz a reboque o diálogo coletivo estruturando-se pelas comunidades virtuais que colocam à disposição dos participantes um conjunto de informações pertinentes e de instrumentos de organização (fóruns, grupos e listas), de expressão, de ação e de consulta (votações e sondagens eletrônicas), a fim de proporcionar o intercâmbio e o compartilhamento voluntário de suas experiências sob a perspectiva de condições igualitárias de participação e de livre acesso.

É da existência dessas redes que surgem os “sujeitos sociopolíticos”, que desempenham papéis para além dos concebidos pela sociologia tradicional. Zuckerman (2015: 155) assevera que,

to understand the impact of online activism and other forms of digital civic engagement, we need to understand two shifts: a broadening in the definition of civics as discussed here, and an additional shift in the definition of citizenship.

---

<sup>64</sup> O manifestante está presente fisicamente na rua e, ao mesmo tempo, pode registrar e postar fotos no Facebook, comentar o protesto em tempo real e expandir a localidade de sua atuação. Pode gravar e postar vídeos no YouTube, mostrando realidades diferentes das propagadas pela mídia tradicional, e postar no Twitter, narrando impressões pessoais sobre o que acontece na rua e na rede.

Então, o aparecimento do ciberativismo rompeu com o próprio ativismo social, que se realizava até então no campo da comunicação social. O ativismo social mais vinculado ao midialivismo de massa estava mais pautado nas experiências dos movimentos sociais organizados que produziam mais dentro do modelo da radiofusão, das mídias comunitárias e populares e se afirmavam mais como prática da sociedade civil alternativa em relação ao modo de se fazer aquela comunicação mais hegemônica dos grupos empresariais.

Já o midialivismo ciberativista centra-se em experiências mais singulares voltadas para criar dispositivos digitais, tecnologias e processos de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, visando produzir um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem nenhuma dinâmica que lembre a comunicação *um-todos* (Mccaughey & Ayers, 2003). As tecnologias comunicativas transformaram substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política e alteraram as formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas.

Sendo assim, comungando com o pensamento de Malini (2013), a internet dos grupos de discussão faz chegar aos diferentes utilizadores de todo o mundo as informações sobre a situação social dos regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares, em um contexto de base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas, estudantis, amparados por instituições não governamentais. A defesa de direitos em saúde, por exemplo,

busca mudar normas, estruturas sociais, políticas e o poder dentro da arena, incluindo ações relacionadas ao ativismo dos pacientes, reforma do sistema de saúde, prevenção de problemas, defesa de direitos relacionada a alguma doença, deficiências físicas, justiça ambiental, segurança pública e garantia de equidade no atendimento a mulheres, minorias, gays, lésbicas e outros. A sociedade civil na saúde é relevante nesse processo, uma vez que através de seus próprios interesses, os grupos identificam problemas, propõem soluções e politizam causas. O sucesso da empreitada depende do contexto e oportunidades, mas os temas trabalhados passam a integrar a agenda dos atores. (Marques, 2013: 18)

Consideramos importante pontuar o caso das *list servers* (listas de discussão temática), que surgiram na internet um pouco antes do início do Século XXI e abordavam infinitos assuntos. Uma dessas listas chamava-se “Parto Natural”<sup>65</sup>, e muitos ativistas, distanciados geograficamente, conheceram-se através delas. Essas listas foram multiplicadoras de vozes sobre o tema ‘humanização’ e congregavam profissionais da saúde e mulheres de diversas partes do Brasil.

A entropia gerada pelas listas de discussão acabou por fomentar um amadurecimento sem precedentes na estrutura ideológica dos movimentos da humanização do parto. Aquilo que anteriormente era indignação e desassossego com a tecnocracia obstétrica passou a produzir alternativas de atenção centradas em um modelo de nascimento mais moderno, e em sintonia com os desejos das mulheres. (Jones, 2015: 15)

Ressaltamos, todavia, que as listas de discussão abriram um portal amplo e democrático de ideias e de embates gerados pelo conflito natural de propostas diferentes, ora, muitas vezes divergentes, mas que fizeram com que surgisse uma estrutura de rede que, sem pretender ser monolítica, embasava as atuais propostas de humanização do nascimento. Médicos obstetras, enfermeiras, doulas, psicólogos, pediatras, epidemiologistas e, principalmente, mulheres gestantes e seus companheiros uniram-se através do espaço cibernético. Nesse novo ordenamento de comunicação, as tecnologias digitais são filtros poderosos para se incorporar o que é relevante na construção da cidadania (Sodré, 2002). Portanto, o movimento social que optar por utilizar o ciberativismo, por exemplo, como estratégia de mobilização deve priorizar o diálogo, considerando que, nas redes digitais, a informação precisa circular para ter valor.

Parece-nos que o ‘sucesso’ nessas redes depende da construção e do fortalecimento da visibilidade, da reputação, da popularidade e da autoridade da organização, valores construídos por meio da interação entre os membros. É dessa maneira que poderão ser sujeitos

---

<sup>65</sup> Hoje essa lista se transformou em um grupo fechado de discussão do Facebook e conta, atualmente, com a participação de 42 mil e 754 membros. Foi criada para incentivar e resgatar o protagonismo da mulher no processo do parto e do nascimento. Nesse grupo, apoiam-se e incentivam-se as mulheres que querem ter um parto normal, dando-lhes informações importantes, evidências científicas, compartilhamento de experiências e a chance de fazer uma escolha informada, consciente e autônoma.



agentes na arena da democracia. Castells (2017: 187) enuncia que “nem todos os protestos sociais contemporâneos são expressões dessa nova forma de movimento social”.

Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder. (Castells, 2013: 15)

Ao longo da história, os movimentos sociais<sup>66</sup> vêm sendo produtores de novos valores e objetivos, por meio dos quais as instituições da sociedade se transformaram, a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Além disso, exercem o contrapoder e se constroem em primeiro lugar, por meio de um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional (Castells, 2013). Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de *media*, na sociedade em rede, a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio.

Movimentos sociais<sup>67</sup> são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (Gohn, 2008: 251)

---

<sup>66</sup> Castells (2017: 188) assevera que, “na verdade, muitos não o são, mesmo que usem redes sociais e, em última instância, perturbem a ordem social ao se manifestar nas ruas. A política tradicional e as revoltas de todo tipo também estão presentes nas redes sociais. Mas isso não as transforma em movimentos sociais em rede”.

<sup>67</sup> A noção de movimento social como fenômeno histórico decorre de lutas sociais e envolve diferentes espaços, que vão desde o acadêmico, passando pelo político, até chegar ao popular. Em alguns estudos, há certa confusão quando se trata de designar movimento social, uma vez que protestos, manifestações e outros fenômenos sociais ou comportamentos sociais coletivos, que são ações coletivas e podem ser utilizadas como estratégias de um movimento, têm sido chamados de movimentos sociais.

É importante destacar que os movimentos sociais têm um caráter político, mas não devem ser confundidos com o partidário, nem criar e desenvolver um campo político de forças sociais na sociedade civil, onde atuam, mas discutir sobre questões socioeconômicas, políticas e culturais. Os movimentos sociais estão intimamente interligados ao horizonte político<sup>68</sup> mais abrangente de um país e expressam a própria atuação social. A eles se alia a ideia de democracia, que, independentemente do pensamento político, quase sempre se associa à igualdade social, que inclui a igualdade de direitos e de participação e nos remete à Grécia clássica, onde os cidadãos participavam diretamente das discussões e da administração da *polis*. Porém, em relação ao contexto atual, Martino (2015: 248) acrescenta: “Se as discussões na *polis* grega eram feitas entre pessoas em condições de igualdade entre os cidadãos, isso não acontece na *polis* midiática. A desigualdade nas representações, em termos quantitativos e qualitativos, é um dos principais pontos de conflito na *mediapolis*”. Santos (2002: 18) afirma que “a proliferação caótica torna difícil a identificação dos inimigos e, por vezes, a própria identificação das vítimas”.

Portanto, compreendia-se a democracia como uma forma de governo constituído com base na “igualdade”, na “liberdade” e na “participação no poder” (Brito, et. al. 2007). Dentro dessa perspectiva, os *media*, por sua vez, são elementos fundamentais para os indivíduos formarem sua opiniões e para a prática cidadã de bases mais democráticas.

Num tempo marcado por uma exuberante mediatização e uma audiencição galopante dos sujeitos sociais, por uma tendência crescente da migração digital, os referentes tecnificados da comunicação se multiplicam juntamente com as apropriações mediatizadas do temporal-histórico e do espacial-situacional, inibindo outras maneiras de participação e inserção cidadã dos atores sociais (Gómez, 2006: 92).

---

<sup>68</sup> Quando se fala de horizonte político aqui, penso que de proto torna-se pertinente referenciar de forma complementar, e ao mesmo tempo, articuladora, o livro “História da Sexualidade I – a vontade de saber” quando Foucault se refere pela primeira vez ao termo biopolítica em seus escritos. No capítulo que encerra a obra, intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”, Foucault faz a seguinte observação: “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política” (Foucault, 2012: 156). No entanto, a partir do momento em que se descortina aquilo que ele denomina como “limiar de modernidade biológica”, o homem passa a ser “um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”. Essa implicação da vida biológica nos cálculos e nos mecanismos de poder é que será denominada pelo autor, de “biopolítica”.

Enfim, as redes aliadas ao processo de mobilização social podem provocar curiosos resultados. Como sabemos, em cada época, as lutas e o perfil dos movimentos sociais<sup>69</sup> se modificam.

Os movimentos sociais em rede de todo o mundo tem exigido uma nova forma de democracia, não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática. Os movimentos, assim como a opinião pública em geral, coincidem em denunciar o escárnio a que são submetidos os ideais democráticos na maior parte do mundo. Como não se trata apenas da subjetividade dos atores políticos, frequentemente sinceros e honestos segundo sua mentalidade, deve haver algo errado com “o sistema”, essa obscura entidade que ninguém teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas cujos efeitos são onipresentes na vida de todos. (Castells, 2017: 30-31)

Assim, é na modificação e na heterogeneidade do campo social que os movimentos se desenvolvem. Gohn (2010) organiza dez eixos temáticos em torno dos movimentos. São eles: a questão urbana; a questão do meio ambiente: urbano e rural; a questão identitária e cultural: de gênero, de etnia e de gerações; as demandas na área do Direito; a questão da fome; as mobilizações e os movimentos sociais: da área do trabalho; as questões religiosas; as mobilizações e os movimentos rurais; as questões sociais no setor de comunicações; e as questões sociais globais. De maneira pontual, na Saúde, alguns grupos estão utilizando a internet para promover o ativismo e defender seus direitos. Sobre isso, afirma Marques (2013: 19):

---

<sup>69</sup> No Brasil, os movimentos culturais e identitários foram os que mais cresceram a partir da década de 90 e os que mais receberam atenção das ONGs para elaborar programas e projetos governamentais e de iniciativa privada. São movimentos que se organizam em torno das questões identitárias e culturais e que conferem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores biológicos e étnico-raciais ou geracionais. Entre os considerados geracionais, estão os movimentos de juventude, especialmente na área da música – o rap, o hip-hop – e os ligados à cultura de rua – o grafite, entre outros (Frente Brasileira de Hip Hop, Grupo Cultural AfroReggae) e os de idosos (Movimento de Valorização dos Idosos Brasileiros). Existem também os movimentos em defesa da identidade e de luta contra a discriminação étnico-racial de afrodescendentes e indígenas (Soweto Organização Negra e Sociedade); por fim, temos as organizações de gêneros compostos pelos tradicionais movimentos feministas ou de mulheres (União Brasileira de Mulheres) e os movimentos de homossexuais (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Garantia de atendimento aos portadores de HIV, verbas para pesquisa de células-tronco, diabetes e combate ao tabagismo, são algumas das questões que geraram um fórum e movimento próprio articulado pela sociedade civil. Focando a pesquisa em saúde da mulher, encontramos pesquisas acerca da mutilação genital feminina, defesa de direitos sexuais reprodutivos, violência contra as mulheres, defesa de direitos das portadoras do câncer de mama, medicalização do sexo e cirurgias genitais femininas estéticas, só para citar alguns temas.

Sabemos que, historicamente, os movimentos sociais<sup>70</sup> dependem de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa para

---

<sup>70</sup> A história do movimento feminista possui três grandes momentos. O primeiro foi motivado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século 19. O segundo, no fim da década de 1960, foi marcado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). Já o terceiro, começou a ser construído no fim dos anos 70, com a luta de caráter sindical. No Brasil, o movimento tomou forma entre o fim do século 18 e início do século 19, quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço na área da educação e do trabalho. Nísia Floresta (criadora da primeira escola para mulheres), Bertha Lutz e Jerônima Mesquita (ambas ativistas do voto feminino) são as expoentes do período. Em 1907, eclode em São Paulo a greve das costureiras, ponto inicial para o movimento por uma jornada de trabalho de 8 horas. Em 1917, o serviço público passa a admitir mulheres no quadro de funcionários. Dois anos depois, a Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho aprova a resolução de salário igual para trabalho igual. Já a década de 1930 foi marcada por avanços no campo político. Em 1932, as mulheres conquistam legalmente o direito ao voto, com o Código Eleitoral. Apesar da importância simbólica dessa conquista, à época, foram determinadas restrições para o exercício desse direito. Só com a Constituição de 1946 que o direito pleno ao voto foi concedido. Um ano após de conquistado o direito ao voto, em 1934, Carlota Pereira Queiróz torna-se a primeira deputada brasileira. Naquele mesmo ano, a Assembleia Constituinte assegurava o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre os gêneros. Com a ditadura do Estado Novo, em 1937, o movimento feminista perde força. Só no fim da década seguinte volta a ganhar intensidade com a criação da Federação das Mulheres do Brasil e a consolidação da presença feminina nos movimentos políticos. Mas logo vem outro período ditatorial, a partir de 1964, e as ações do movimento arrefecem, só retornando na década de 70. Um dos fatos mais emblemáticos daquela década foi a criação, em 1975 (Ano Internacional da Mulher), do Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano a Organização das Nações Unidas (ONU), com apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realiza uma semana de debates sobre a condição feminina. Ainda nos anos 70 é aprovada a lei do divórcio, uma antiga reivindicação do movimento. Nos anos 80, as feministas embarcam na luta contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. O CNDM foi absorvido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, criada em 2002 e ainda ligada à Pasta da Justiça. No ano seguinte, a secretaria passa a ser vinculada à Presidência da República, com status ministerial, rebatizada de Secretaria de Políticas para as Mulheres.

pessoa, por meio do púlpito, da imprensa ou de qualquer meio de comunicação disponível. Castells (2013: 25) refere que, “em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história”. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. Por isso os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero. Ressaltamos o exemplo dos movimentos feministas.

As preocupações feministas estão dentro da tecnologia, não são um simples verniz retórico. Estamos falando de coabitação: entre diferentes formas de cultura, entre organismos e máquinas. Penso que as questões que realmente importam (quem vive, quem morre e a que preço) – essas questões políticas – estão corporificadas na tecnocultura. Elas não podem ser resolvidas de nenhuma outra maneira. (Haraway, 2013: 28)

Castells (2013: 27) afirma, ainda, que, “para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma”. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade, e assim por diante.

Parto e aborto, por exemplo, são pautas que fazem parte de um escopo de lutas em direitos humanos, denominadas de direitos reprodutivos<sup>71</sup>. Para tanto afirma Marques (2013: 21):

---

<sup>71</sup>Segundo Marques (2013: 20), “esse termo foi convencionado a partir de conferências inter-governamentais da ONU e da OMS. Trata-se de um conjunto de prerrogativas que inclui não apenas

Tanto no atendimento ao parto quanto ao aborto há problemas que prejudicam as possibilidades de equidade em saúde entre homens e mulheres, na medida em que seu não atendimento implica em direitos humanos negligenciados e na oferta inadequada de oportunidades para que todos desenvolvam seus potenciais. Além da ausência ou má-qualidade dos serviços há a questão da violência no atendimento. Essa violência que se apresenta como falta de informação, procedimentos sem consentimento, a demora ou negligência no atendimento, ameaças e abuso verbal. Esse cenário implica tanto a assistência ao parto quanto a quem se suspeita ter provocado um aborto. Dentro desse contexto nasce o debate pela humanização da assistência ao parto. [...] nessa direção as práticas foram sendo questionadas e uma revisão exaustiva dos procedimentos foi realizada culminando na publicação em 1993 de uma revisão sistemática com cerca de 40 mil estudos, incluindo 275 estudos sobre práticas da assistência perinatal classificadas quanto à sua efetividade e segurança. Era o início da Medicina Baseada em Evidência (MBE), que desde então serve como embasamento em bandeiras políticas e políticas públicas.

Assim, retoma Castells (2013: 31), “esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimentos democráticos, movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana”. Eles reconhecem os princípios que se anunciaram com as revoluções libertárias do Iluminismo, embora distingam a permanente traição desses princípios, a começar pela negação original da cidadania plena para minorias e povos colonizados, especialmente, no caso das mulheres.

---

aborto e suporte ao parto , mas também atendimento ginecológico e obstétrico integral, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis , cuidados e nutrição pré-natal”. Os direitos reprodutivos também requerem que a pessoa seja capaz de ter uma vida sexual satisfatória e segura e que tenha liberdade para decidir se, quando e quantas vezes deseja ter filhos. Implícitos nisso, estão os direitos dos homens e das mulheres serem informados e terem acesso a métodos de planejamento familiar seguros, efetivos, adequados e aceitáveis.

## 2.4 A cultura feminina no espiral digital: o ciborgue como uma forma de emancipação

*Nenhuma mulher pode ser considerada livre enquanto não  
tiver controle sobre seu próprio corpo.*

*(Margaret Sanger)*

Sabemos que as formas de organizar a atividade produtiva foram alteradas radicalmente com a revolução tecnológica da informação. Uma nova civilização está emergindo em nossas vidas, vem modificando nossa maneira de pensar e traz novos estilos de família, novos modos de trabalhar, de amar, de viver e de se relacionar. Nesse contexto, o agente principal é o ciborgue<sup>72</sup>, entendido como “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também de ficção” (Haraway, 2000: 36).

Os modelos de identificação que, no passado, ofereciam sólidas localizações para os indivíduos, especialmente, para as mulheres, estão sendo deslocados e deslocando estruturas e dinâmicas centrais das sociedades do Século XXI. Isso gera um tipo diferente de mudança estrutural, que abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem mais estável no mundo social. Com o declínio desses modelos, foram necessárias novas identidades e o indivíduo moderno, até então, visto como um sujeito unificado e integrado, foi fragmentado.

Certeau (1994: 142) entende que

toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é  
necessariamente ou não é forçosamente reconhecida como tal, pois,

---

<sup>72</sup> Segundo Joon Ho Kim (2004: 208), “o termo *cyborg* nasceu da contração de *cybernetics organism* e foi apresentado, também em 1960, por Manfred E. Clynes e Nathan S. Kline, em um simpósio sobre os aspectos psico-fisiológicos do voo espacial. Inspirados em uma experiência realizada nos anos 1950 em um rato, no qual foi acoplada uma bomba osmótica que injetava doses controladas de substâncias químicas, eles apresentaram a ideia de se ligar ao ser humano um sistema de monitoramento e de regulação das funções físico-químicas, a fim de que ele só se dedicasse às atividades relacionadas à exploração espacial. Em 1972, Martin Caidin lançou a ficção científica *Cyborg*, que conta a história de um piloto de testes da Força Aérea americana, Steve Austin, que, depois de um grave acidente, foi reconstruído com partes biônicas pelo laboratório cibernético do Dr. Killian: [...] para transformar a carcaça de um humano mutilado não apenas em um novo homem, mas em um tipo totalmente novo de homem. Uma nova raça. Um casamento da biônica (biologia aplicada à engenharia de sistemas eletrônicos) e cibernética. Um organismo cibernético. Chame-o de ciborgue”. (Caidin, 1972: 55-56).

para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza.

Em outras palavras, esses processos vêm mudando as identidades pessoais e culturais, abalando a ideia que temos de nós próprios, questionando aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Na esfera do social, destaca-se o crescimento da participação feminina na força/no mundo do trabalho.

São vários fatores que explicam o aumento da participação feminina no mercado de trabalho: o desenvolvimento econômico que expande o mercado em geral, aumentando a demanda de mão de obra feminina, pelas suas características de ser mais susceptível à superexploração: uma mudança no padrão de aceitação do trabalho feminino, acompanhada de transformações de comportamento que possibilitam a entrada de mulheres em diferentes setores; o aumento do seu nível de escolaridade; uma queda acentuada da fecundidade que aumenta as possibilidades de compatibilização das responsabilidades familiares com o trabalho fora de casa. Além disso, a crise econômica empurra as mulheres para a busca de trabalhos remunerados, que possam contribuir na renda familiar. (Alvarez, 2008: 276)

Para Haraway (2013), o trabalho ainda é uma categoria privilegiada, por meio do qual o marxista supera a ilusão e encontra o ponto de vista que é necessário para mudar o mundo. Nesse ponto, a autora parece assumir certo alinhamento à posição de Marx, quando afirma: “o trabalho é a atividade humanizante que faz o homem; o trabalho é uma categoria ontológica que possibilita o conhecimento do sujeito e, assim, o conhecimento da subjugação e da alienação” (2013: 53).



As mulheres representam hoje cerca de 37% da força de trabalho no Brasil. Dentre as mulheres que participam do mercado de trabalho, 19,1% exercem atividades no setor primário (agropecuária, pesca, produção extrativa), 11,8% no setor secundário (indústria de transformação e outras) e 69,1% no setor terciário (comércio, serviços de transportes, comunicações e administração pública) e ainda estão sujeitas a uma segunda jornada de trabalho, não remunerada em serviços domésticos. Quase metade da população trabalhadora feminina ganha menos que um salário mínimo. (Alvarez, 2008: 276)

Em particular, o trabalho doméstico das mulheres e sua atividade, em geral, como mães, por exemplo, foram introduzidos na teoria com base em uma analogia com o conceito marxiano de trabalho. Para a autora, “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo tal situação – ‘ser’ mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis” (Haraway, 2013: 47)

Nesse sentido, questionamos: o que significa, portanto, ser parteira, ser doula, ser mãe, ser mulher nos dias atuais? É diante desse cenário que nos questionamos sobre as “fragilidades” das identidades, que estão cada vez mais dissolvidas, simplesmente por não haver um terreno sólido para a crença numa unidade ‘essencial’. Esse é o ponto forte da crítica de Haraway (2013: 47), quando afirma que existe um mito político, fundamentado, obviamente, no que ela chama de identidades “fraturadas”. Para a referida autora, “as identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas” e não detêm uma consciência de classe, raça ou gênero, que se dá como uma conquista imposta pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

É fato que a modernidade trouxe o movimento feminista<sup>73</sup> como o avanço das telecomunicações (Giddens, 1991). Mas, de acordo com Braga (2008), é através da

---

<sup>73</sup> Segundo Costa e Sardenberg (2008: 24), “o feminismo, como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é, certamente, a expressão máxima de consciência crítica feminina. Uma consciência que será forjada, inicialmente, na Europa setecentista, particularmente na França e na Inglaterra, em meio às grandes transformações que então se operam, como consequência do estabelecimento de um novo sistema econômico: o capitalismo. Por um lado, suas raízes se atrelam aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, que teve seu auge na Revolução Francesa de 1789. Principalmente porque se trata de um conceito limitado de igualdade, ou seja, uma “*égalité, liberté, fraternité*” que, apesar de clamada para todos, na prática, vai-se instaurar só entre as classes dominantes e, como bem estabelece a “Declaração dos

participação de mulheres no mundo da Internet que se rompe a tradicional presença masculina nesse campo. Portanto é pertinente o seguinte pensamento:

Essa é uma das características principais do movimento feminista contemporâneo e que o qualifica como verdadeiramente “revolucionário”. É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva. Desse processo, vem a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam enquanto indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Daí a afirmativa, “o pessoal é político”, como retórica fundamental do feminismo contemporâneo. (Costa e Sandenberg, 2008: 30)

Diante do exposto, Haraway (2013: 46), parafraseando Sofia (1984), afirma:

De certa perspectiva, um mundo de ciborgues significa a imposição final de uma grade de controle sobre o planeta; significa a abstração final corporificada no apocalipse da Guerra nas Estrelas – uma guerra travada em nome da defesa; significa a apropriação final dos corpos das mulheres numa orgia guerreira masculinista. De outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não tenham identidades permanentemente parciais e posições contraditórias.

Essa afirmativa denota uma visão unitária produziria graves ilusões no mundo de ciborgues, sobretudo, devido às atuais circunstâncias políticas. Sobre isso, a autora entende que, dificilmente, teríamos “mitos mais potentes de resistência e reacoplamento”. Mas

---

Direitos do Homem”, já no título, só entre os homens. Para as mulheres, permanece a “*Ménagier de Paris*” (1498). Para as filhas e esposas dessa burguesia ascendente, igualdade e fraternidade só entre si. Liberdade, só entre os muros do espaço doméstico e, mesmo assim, vigiada. Direitos? Os de boa filha, boa esposa, boa mãe. Não é ao azar que a autoconsciência e a rebeldia das mulheres surgem, inicialmente, entre mulheres de classes médias e nos países mais avançados”.

Haraway (2013: 46) traz uma espécie de esperança, de expectativa, um desejo de que exista uma “sociedade comprometida com a construção de uma formação política que realmente consiga juntar – o tempo suficiente para desarmar o medo – bruxas, engenheiros, anciões, pervertidos, cristãos, mães e leninistas”.

No mundo da mulher com as relações de trabalho, com os recursos tecnológicos, e por sua vez, com o contexto cultural que a cerca, só uma condição inerente à natureza da mulher, pelo menos no sentido biológico, não sofre grandes alterações: a maternidade. Para Braga (2008: 61-62), “na medida em que a maternidade, como tópico de conversa parece ter perdido espaço no contexto social, a Internet parece surgir como local de encontro e tematização da maternidade”. A autora reforça que, “no mundo do trabalho, de onde a maioria do grupo observado acessa internet, a interação feminina – um epifenômeno das relações de trabalho *on line* – encontra um lugar de expressão”.

Ao criticar o pensamento de Simmel (1993), Braga (2008: 55) afirma que, “nitidamente influenciado pelas idéias disponíveis naquele contexto histórico do Século XX, o autor parte de uma essencialização do ser feminino, que manteria, segundo essa concepção, uma unidade com a natureza. Nas mais diversas sociedades, os significados articulados ao ‘ser feminino’ vinculam-no ao mundo da ‘natureza’, em uma larga medida pela apropriação cultural dos fenômenos específicos da corporeidade feminina – menstruação, gravidez, aleitamento”. De acordo com Braga (2008: 55-56), “essas matrizes culturais arcaicas ainda hoje se atualizam: em nossa sociedade, diversos produtos de mídia corroboram e sustentam uma lógica de subordinação desse grupo minoritário a partir do controle voluntário sobre os usos do corpo”.

Sabe-se que a tecnologia é uma fonte de poder, em que os homens se instalam para exercer e garantir seu poder em outras áreas. Ela conforma nossas vidas e estrutura o que e como fazemos, como vivemos as relações sociais e o significado do ser humano. Afinal, como reforça Haraway (2013: 46), “a luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades imagináveis a partir do outro ponto de vista”.

Braga (2008: 57), ao apontar a publicação de Hugh Miller (1995) sobre a constituição e a apresentação de *selves* eletrônicos, afirma que a dominação masculina no incipiente contexto da internet foi constatada por pesquisas realizadas ainda em meados da década de 1990, no início das atividades comunicacionais na rede. [...] o autor “apresenta notas sobre diferenças de gênero no uso das *homepages*”. Ainda em seu texto, Braga (2008) traz dados da pesquisa sobre comunidades de usuários de jogos de Sherry Turkle (1997), em que ela afirma

que a publicação desse autor “descreve o perfil de seus informantes como sendo jovens pertencentes à classe média e de uma minoria quase absoluta do sexo masculino”.

A existência de uma dolorosa fragmentação entre as feministas tem feito com que o conceito de mulher se torne escorregadio e funcione como uma desculpa para a matriz de dominações que as mulheres exercem umas sobre as outras. “Para mim – e para muitas outras mulheres que partilham de uma localização histórica similar (corpos brancos, de classe média profissional, femininos, de esquerda, estadunidense, de meia-idade) – as fontes dessa crise de identidade política são incontáveis” (Haraway, 2013: 47-48).

Exercendo uma crítica ferrenha ao pensamento da jurista e ativista feminina estadunidense, Catherine MacKinnon, que diz que, diferentemente do marxismo, o feminismo adota uma estratégia analítica que não dá lugar à estrutura de classes, mas à estrutura sexo/gênero e para a relação que a produz, por meio da qual as mulheres são constituídas pelos homens e sexualmente apropriadas por eles. Haraway (2013: 55) afirma que a teoria caricatural de MacKinnon, baseada num feminismo radical, ironicamente, constrói um “não sujeito, um não ser”.

Ela desenvolve, portanto, uma teoria da consciência que impõe aquilo que conta como experiência das “mulheres” – qualquer coisa que nomeie a violação sexual; na verdade, no que diz respeito às mulheres, o próprio sexo. A prática feminista é, nessa perspectiva, a construção dessa forma de consciência; isto é, o autoconhecimento de um eu-que-não-é. (Haraway, 2013: 55)

Todavia, pensar no impacto dessa revolução tecnológica da informação sobre a mulher exige uma interlocução com duas tendências que moldam essa discussão: *a cultura feminina e a emancipação*. A cultura feminina é concebida como um processo dinâmico, constantemente atualizado, a partir das socializações cotidianas, numa permanente negociação de significados, nas relações interpessoais, nas formas de controle, na autoridade do seio das famílias, nas visões de mundo, nos comportamentos e nos valores morais. A cultura política, por sua vez, vem demandando suas reformas.

A participação maior das mulheres na vida política é hoje um índice capaz de medir o desenvolvimento social de uma nação. Apesar de ainda estarmos distantes da participação plena, o fato de existir o índice nos obriga a assumir que a política, mesmo a partidária, não é naturalmente própria do universo masculino. Refletir sobre essa temática nos dias de hoje, o pós-movimento feminista, impõe-se como um dever por algumas razões. Dentre elas, a mais determinante é o reconhecimento quotidiano de que a grande maioria das bandeiras do feminismo ainda não se realizou. (Paiva, 2008: 29)

O aparecimento da pílula anticoncepcional, a relativização do poder das relações de parentesco, mais complementaridade de funções entre os papéis de gênero e o impacto gerado pelas correntes feministas no processo de emancipação da mulher resultaram em uma reorganização da sexualidade feminina. De acordo com Foucault (1988: 158-159), “o sexo se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia de energias. De outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente”.

Assim, pensar a introdução da categoria de gênero é necessária, uma vez que as condições de trabalho e as formas de inserção na atividade produtiva de mulheres e de homens variam consideravelmente de acordo com o sexo. A cultura de gênero é elaborada portanto em um fluxo contínuo em conversas, telefonemas, e-mails, chats, websites, anedotas, reportagens, programas de televisão, entrevistas, livros, relações familiares, de trabalho etc. Braga (2008: 18) afirma que “todo esse processo provocou um impacto sobre as subjetividades e fez surgir novas práticas sociais. Entre as alterações nas formas de organização da família, testemunhou-se durante as últimas décadas a implementação de uma proposta alternativa a uma visão tradicional de maternidade e a um conjunto de referências tidas como ultrapassadas”.

Compreende-se que as transformações do trabalho e as reestruturações produtivas geram consequências diferenciadas para a mão de obra masculina e a feminina. Mas, na sociedade dos *media*, que Vattimo (1989: 13) chama de transparente, “em vez de um ideal de emancipação modelado pela autoconsciência completamente definida, abre-se caminho para a construção de um ideal de emancipação que tem antes, na sua base, a oscilação, a pluralidade, o desgaste do próprio princípio de realidade”. Aprofundemos essa reflexão com esta afirmação de Braga (2008: 59):

Nas mais diversas sociedades, o espaço da política, da discussão, do debate entre pares, tem sido reservado preferencialmente ao gênero masculino. Esse estado de coisas tem se deslocado na estrutura social contemporânea, principalmente desde meados do Século passado, quando as mulheres, organizadas, começaram a questionar seu lugar subordinado a partir de movimentos sociais vultosos que permitiram avanços significativos em direção à emancipação.

A busca por essa emancipação, seja na vida pessoal seja na vida profissional, é presente na vida das mulheres desde a antiguidade. Na história da Medicina, por exemplo, é difícil analisar a participação das mulheres nas artes médicas, principalmente no que se refere ao próprio desenvolvimento do conhecimento médico. Rodrigues (2008), citando Nahoum (1989: 82-83), diz que “as artes médicas eram exercidas pelos homens, embora obstetrícia e ginecologia fossem atribuição de parteiras, porque um médico não podia tocar no corpo de uma mulher; ele apenas indicava os procedimentos adequados ao caso a partir das descrições apresentadas pelo assistente”. Portanto, é tão histórica essa divisão nas relações de trabalho entre homem e mulheres que Rodrigues (2008) traz também, em Melo (1989), um registro curioso. Segundo Melo (apud) uma famosa parteira grega, chamada Agnodice, “vestiu-se de homem para assistir a conferências médicas e, ao ser descoberta, foi presa e levada a julgamento, o que provocou rebelião de mulheres atenienses em sua defesa”.

Ainda no texto de Rodrigues (2008), encontramos o registro de que, na Grécia, a obstetrícia ficava a cargo de mulheres médicas, mas elas eram proibidas de frequentar as escolas de ensino e de participar dos debates públicos dos problemas de saúde da época. Ainda citando Miles (1989), Rodrigues informa que, no Egito, 3000 a.C, as mulheres médicas

estudavam na Escola das Mulheres de Sais para atuar em todos os ramos da Medicina ginecológica.

A antropóloga brasileira, Gilda de Castro Rodrigues, em seu livro, *Dilemas da Maternidade*, publicado em 2008, traz alguns registros históricos de mulheres que sofreram algum tipo de violência (seja por serem proibidas de exercer sua atividade ou por terem sido assassinadas) porque queriam trabalhar na área médica ou por serem detentoras de grandes conhecimentos que proporcionavam alívio às parturientes. Nesse livro, a antropóloga fala do caso de Hipácia, que era matemática, astrônoma e filósofa neoplatônica, viveu em Alexandria e fez um grande número de discípulos. Rodrigues (2008) encontrou em Tosi (1987: 11) que ela “foi assassinada pelos monges e pela plebe fanatizados pelo patriarca Cirilo, tendo sido uma das primeiras vítimas da intolerância cristã, pois não se admitia seu paganismo e sua condição de mulher sábia que tinha conhecimentos e influência”.

Havia uma espécie de rejeição a mulheres sábias, mas elas precisavam ter noções de medicina para resolver os problemas de saúde da família. Para tanto, adquiriam um amplo conhecimento sobre a preparação de medicamentos à base de ervas e as propriedades curativas de muitas plantas, cujos princípios ativos são utilizados na farmacopeia até hoje. Sobre a sapiência dessas mulheres, o destaque vai para Trotula de Salerno, considerada a primeira ginecologista da história da Medicina, que atuou notavelmente na Escola de Salerno. Essa mulher viveu no Século XI e é citada como uma pessoa sapientíssima, pois publicou o tratado *De passionibus mulierum curandorum ante, in, post partum*, com 63 capítulos. Rodrigues (2008: 179) refere que “ela se tornou uma obra tão relevante sobre ginecologia, obstetrícia e puerpério que foi referência para médicos e parteiras por mais de 400 anos, mas suas lições teriam sido apropriadas, copiadas ou plagiadas por outros autores, para que seu nome não constasse da história da Medicina”.

Ela ensinava aos seus discípulos como fazer *anamnese*, verificar a temperatura do corpo e a depressão do doente. Procurava oferecer conforto à paciente, recomendando banhos quentes com ervas, dieta, e massagem com óleo. Usava o ópio para que as parturientes tivessem algum alívio com as contrações, despertando ira dos cristãos, pois isso contrariava um preceito das Escrituras. Teria feito cesariana e descreveu instrumentos cirúrgicos com tanta propriedade que pesquisadores da história da medicina demonstraram dúvida como

uma mulher teria escrito objetivamente sobre questões sexuais. (Rodrigues, 2008: 179)

Outro caso do Século XIV referenciado pela antropóloga diz respeito à história de Jacqueline Félicie de Almania, que, depois de fazer, com eloquência, a própria defesa na Faculdade de Medicina de Paris, foi trabalhar como médica e mostrou, em seu discurso, que, em muitas circunstâncias, as mulheres preferiam morrer a ser atendidas por homens. Assim, Rodrigues (2008: 180) referencia Bellini (1989: 55-58): “era muito difícil construir um saber médico da anátomo-fisiologia da mulher, porque a dissecação somente foi autorizada no Século XV”. O atendimento em obstetrícia é muito recente na história da Medicina. Até meados do Século XVIII, a Medicina francesa não tinha interesse em crianças e mulheres. Parece que os fatores são muitos e vão se somando até se ter hoje um cenário aparentemente frágil para a atuação de homens.

Rodrigues (2008) refere que os homens obstetras tiveram dificuldade em se interesse em atuar nesse setor, pois isso soava como um rebaixamento de sua função. Rodrigues (2008: 181) assevera que, “ainda hoje, os obstetras são desprezados por colegas de outras especialidades. Argumentam que eles optaram por uma área vulgar porque têm baixa capacidade intelectual. A obstetrícia é, na Medicina legal e na sanitária, o mais baixo estrato da medicina”. Corroborando o quadro apresentado, Braga (2008: 11) enuncia:

Perpassando todas essas variáveis, parece haver um núcleo relativamente estável – cercado de conflitos e tensões – de significados socialmente compartilhados em um nível mais amplo acerca do papel e dos atributos relativos à feminilidade.

Numa sociedade complexa como a brasileira, por exemplo, para além dos fatores classe social, faixa etária ou dispersão demográfica, que intervêm na cultura feminina, perguntamos: de que forma as mulheres poderiam estar enfrentando as questões emancipatórias diante do paradigma dos *medias* digitais? Será mesmo a atuação por meio dos *medias* digitais um caminho para a plena participação?



Num primeiro momento do feminismo no Brasil, exerceu-se a prática de reflexão por grupos eminentemente de classe média, no interior das casas, ou em alguma sala. Essa prática de reflexão cresceu em torno, quase que especificamente da questão de gênero e da relação homem-mulher. Esses grupos cresceram muito e, por conta do próprio processo na sociedade, suas propostas começaram a se voltar para a questão da cidadania. Saímos desse feminismo globalizante e começamos a tratar de coisas mais operativas, ligadas ao direito da cidadania. Proliferaram-se as práticas de grandes encontros, grande manifestações, com uma característica bem acentuada que é a prática da denúncia. A metade da década da mulher é caracterizada pela prática da denúncia. Denuncia-se a violência contra a mulher, as questões da saúde. [...] Esses grupos cresceram, se espalharam no Brasil inteiro, ocuparam espaços, principalmente na saúde, onde essa prática de reflexão possibilitou para alguns uma profissionalização, criando-se metodologias e repassando aos técnicos da área de Saúde. (Xavier, 2008: 167-168)

Essa assertiva se contrapõe ao pensamento de Raquel Paiva (2008), que, ao prefaciар o livro *Personas materno-eletrônicas – feminilidade e interação no blog Mothern* - de Adriana Braga (2008), aponta que é preciso estudar a cultura feminina à luz do desenvolvimento. A autora (2008) acrescenta que “pensar sobre mulheres é tentar formular pensamentos sobre a existência de preconceitos atávicos, refletir sobre o sujeito ao mesmo tempo mais presente e mais ausente em todas as sociedades, mesmo nos dias atuais. Afinal, a participação das mulheres na vida política é um índice por meio do qual se pode medir o desenvolvimento social de uma nação. Pensar sobre mulher significa também ter que refletir sobre a própria sobrevivência da espécie humana” e aponta caminhos, inclusive, a fim de que pensemos para além da clivagem de gênero, o que nos desafia ao exercício de reflexões que deem conta de fronteiras nunca imaginadas. Recorramos a mais uma ideia do pensamento de Haraway (2013: 38):

O ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue não tem qualquer

fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior.

Mas a discussão política sobre maternidade, trazida pelas feministas<sup>74</sup> chamadas de “maternalistas”, surgiu no final do Século XIX. Segundo Marques (2013: 21), “o pleito dessa geração feminista dizia respeito aos direitos maternos e à saúde materno-infantil, bem como a ações de proteção humana e da infância”. Mais tarde, uma importante bandeira feminista foi levantada: a desnaturalização da maternidade como um papel indissociável de toda mulher. Sobre a maternidade, Marques (2013: 22) reafirma:

Essa interpretação da maternidade deu espaço anos depois para uma terceira abordagem, segundo Scavone, que prioriza a desconstrução desse conceito de defeito natural (que antes havia sido assumido depois negado) concluindo que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social a maternidade”.

---

<sup>74</sup> O movimento feminista brasileiro conquistou, nas últimas décadas, a ampliação dos direitos da mulher. As ações do movimento feminista foram decisivas para articular o caminho da igualdade entre os gêneros, que, apesar de todos os avanços, ainda não é plenamente garantida. Assim, ao entrar na segunda década do século 21, as feministas têm em sua pauta de reivindicações pontos como: reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; necessidade do reconhecimento do direito universal à educação, saúde e previdenciária; defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; reconhecimento do direito das mulheres sobre a gestação, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; descriminalização do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública. Além desses temas, um em especial tem ganhado por suas estatísticas: a violência contra a mulher. No Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas, de acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo (Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado), realizada em 25 estados da federação, em 2010. No levantamento, constatou-se que 11,5 milhões de mulheres já sofreram tapas e empurrões e 9,3 milhões sofreram ameaças de surra. No entanto, as agressões diminuíram entre 2001 e 2010. Anteriormente, oito mulheres eram agredidas a cada dois minutos. Um dos motivos para essa diminuição foi a elaboração da Lei Maria da Penha, que garante proteção legal e policial às vítimas de agressão doméstica. Qualquer pessoa pode comunicar a agressão sofrida por uma mulher à polícia, a despeito da vontade da mulher em fazê-lo. O movimento feminista brasileiro contou com os esforços da Secretaria de Políticas das Mulheres, que no governo de Lula, atuou não apenas pela redução da desigualdade dos gêneros, mas também para ajudar na redução da miséria e de pobreza visando assim, garantir a autonomia econômica das brasileiras.

Com o advento da internet, as pessoas passaram a ter mais facilidade de acessar a informação e o conhecimento especializado. Tal mudança impactou a assimétrica relação entre o paciente e o profissional da área de saúde. No modelo ocidental de atendimento à saúde, os médicos são os principais responsáveis, portanto, os que detêm toda a legitimidade e o poder para interceder no corpo, com exceção de outro especialista. Esse modelo desautoriza - e por que não dizer - ‘desempodera’ as mulheres, na maioria das vezes, em suas decisões pessoais. Sem habitar no ciberespaço, as gestantes, por exemplo, teriam dificuldade de contradizer os argumentos dos médicos e de ter autonomia para escolher. Mas é através do ciberfeminismo que, além de operar com uma dinâmica de produção e acesso à informação, opera com a dinâmica de conversão dessa informação em conhecimento. Os autores Oliveira e Pinto (2016: 293) afirmam que

esse conhecimento se incorpora à realidade da mulher e se torna essencial para o empoderamento e para a reivindicação pela liberdade de escolha. O conhecimento sobre ginecologia e obstetrícia, antes confinado a livros e ao contexto acadêmico, está mais acessível, e essa ampliação do acesso é chave para que as mulheres se empoderem. Cada vez mais as mulheres são orientadas, compartilham a informação, formando uma inteligência coletiva que, de acordo com Pierre Lévy, significa “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real.

Por excelência, o ciberespaço é o espaço dos ciborgues, e a cultura, sua segunda natureza. Nas estruturas fundamentais da cibercultura, ressaltam-se a informação, a comunicação e a existência estendida em vários espaços e fluxos de conhecimentos. Afirma Figueirêdo (2017: 51) que “ele é carne e é metal, ele é codificação e recodificação simbólica, ele é pura informação natural e cultural inserida em seu corpo. Eles promulgam a cibercultura como seu processo produtivo”. Para o referido autor, “os ciborgues são feitos da cultura, da ciência e da dessacralização da natureza, eles são os novos *kubernetes*”. Convém, portanto, ressaltar que, diante do paradigma ciborguiano, não devemos pensar em termos de “sujeitos”, mas de fluxos e intensidades (Tadeu, 2013).

A encarnação ciborguiana está fora da história da salvação. Ela tampouco obedece a um calendário edípico, no qual as terríveis clivagens de gênero seriam curadas por meio de uma utopia simbiótica oral ou de um apocalipse pós-edípico. Como argumenta Zoe Sofoulis em Lacklein (seu ensaio, inédito, sobre Jacques Lacan, Melanie Klein e a cultura nuclear), os mais terríveis e talvez mais promissores monstros dos mundos ciborguianos estão corporificados em narrativas não edípicas, obedecendo a uma lógica de repressão diferente, a qual, em nome de nossa sobrevivência, precisamos compreender. (Haraway, 2013: 38)

Essa necessidade de sobreviver parece buscar, de maneira incessante, a emancipação humana (e, até, relativizar/dizer-se ‘feminina’), que se traduz com a possibilidade de produzir e de distribuir livremente a informação. A esse respeito, Lemos (2010) entende que “a utopia é uma dimensão capital e fundadora da Filosofia, que permite ao espírito crítico constituir-se, já que concorre para edificar o universo de valores [...] certamente, uma utopia do Século XXI só pode descrever uma sociedade aberta e livre, mais aberta e mais livre que a sociedade contemporânea”, por meio da qual se constitui cada vez mais como um universo complexo e constitutivamente híbrido, com potencial criativo dos mais diversos e inimagináveis.

Não por acaso Donna Haraway tem vindo a insistir no novo híbrido de que o cyborg seria a “imagem”, como sendo “o sonho utópico da esperança de um mundo monstruoso sem gênero”. O “monstro” significa aqui apenas o que não cabe no corpo identitário moderno, resumindo-se toda a “monstruosidade” à “utopia” de uma “imagem condensada da imaginação e da realidade material, que conjuntamente estruturam toda a possibilidade de transformação histórica”. O híbrido é, antes de mais, o efeito de uma “confusão” de fronteiras e de linhas, que se sustentam do extremar da categoria de corpo. A utopia do “corpo político”, da comunidade perfeita, é suportada pelo “corpo utópico” contemporâneo. (Miranda, 2000: 260)

Assim, a emancipação feminina, dentro desse modelo, projeta-se no caráter, na missão ou na ação/atuação ciborguiana do modelo pós-humano de existência. Este modelo, por assim dizer, defendido por Haraway justamente por sua posição pós-humanista, nos incita a reflexões relativas as possíveis tendências de cientifização do parto no mundo moderno, a considerar numa outra investigação que possa vir a aprofundar tal questão mais a frente.

### 3. CIBERATIVISMO E PARTO ATIVO NO SÉCULO XXI: INTERFACES DA ATUAÇÃO EM REDE (S)

*A morfologia das redes também é fator de uma reestruturação definida nas relações de poder. Os interruptores que conectam as redes são os instrumentos privilegiados do poder. Portanto, aqueles que podem acioná-los são os verdadeiros detentores do poder.*

*(Manuel Castells, 1996: 537)*

#### 3.1 Parto ativo: do conceito ao movimento social

O movimento Feminista conceitua o termo humanização<sup>75</sup> como

[...] uma atenção que reconhece os direitos fundamentais de mães e crianças, além do direito à tecnologia apropriada, baseada na evidência científica. Isso inclui: o direito à escolha do local, pessoas e formas de assistência no parto; a preservação da integridade corporal de mães e crianças; o respeito ao parto como experiência altamente pessoal, sexual e familiar; a assistência à saúde e o apoio emocional, social e material no ciclo gravídico-puerperal; e a proteção contra abuso e negligência.

A humanização do nascimento, por sua vez, é um movimento gestado a partir dos questionamentos sobre a sexualidade surgidos em meados do Século XX. De acordo com Balaskas (2015, p. 13), “apesar de os trabalhos de Grantly Dick-Read terem sido produzidos nos anos 1940, e de Robert Bradley ter começado seu trabalho de desmedicalização do parto e inserção do parceiro no ambiente de nascimento nos anos 50, foi depois da publicação de *Birth Without Violence*, de Frédérik Leboyer, que a discussão sobre uma nova abordagem do parto tomou um forte impulso”.

<sup>75</sup> Rede Feministas de Saúde. Dossiê – Humanização do Parto. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017, p. 14.

Parafraseando Nara Santos, em seu texto, Marques (2017, p. 25) diz que

o ‘parto humanizado’ é um movimento reflexivo que almeja reorganizar a conduta de atendimento ao parto a fim de promover um maior respeito aos direitos reprodutivos das mulheres e uma diminuição da morbi-mortalidade materna e neonatal.

Historicamente, a crítica à assistência ao parto começou a partir de algumas abordagens que se traduziram em várias perspectivas. De acordo com Diniz (2005), a primeira abordagem para o movimento foi o parto sem dor na Europa; depois, o parto sem medo; posteriormente, o parto sem violência; e, mais recentemente, o parto natural, advindo do movimento *hippie* e da contracultura.

Uma das militantes mais respeitadas do mundo chama-se Janet Balaskas, uma educadora perinatal sul-africana que foi uma das idealizadoras e ativistas de alguns dos maiores movimentos que contribuíram para mudar a história do parto e da obstetrícia na Europa. Hoje ela tem vários livros publicados. O mais recente chama-se *Parto Ativo* (2015), que já está na terceira edição publicada no Brasil. Ela liderou o movimento organizado de mulheres que denunciou e aboliu práticas obsoletas e agressivas na assistência obstétrica da Inglaterra<sup>76</sup>.

Esses feitos foram conseguidos porque, no norte de Londres, um grupo de mulheres, conscientes das vantagens do parto ativo, começou a tentar dar à luz nos hospitais da região adotando posições verticais. Algumas conseguiram e foram encorajadas por obstetras, outras encontraram muita oposição. Insatisfeitas com o sistema obstétrico inglês, elas organizaram uma manifestação nas ruas de Londres, que mobilizou seis mil pessoas para protestarem contra as episiotomias (cortes vaginais) de rotina e a imobilização das parturientes no leito.

O movimento pelo parto ativo foi criado na década de 80, e o ‘Manifesto pelo Parto Ativo’ foi redigido, pela primeira vez, em abril de 1982, por Janet e Arthur Balaskas e revisado por Janet Balaskas em fevereiro de 2001. Segundo Balaskas, (2015, p. 399), “a ocasião foi marcada por uma manifestação no dia 4 de abril, denominada *The Birthrights*

---

<sup>76</sup> Nesse país, a forma mais comum de se referir à humanização do parto é chamando-o de ‘Parto Ativo’.

*Rally* (Comício pelos direitos de parir). Originalmente, o grupo planejou ficar de cócoras no saguão de entrada de um hospital”.

O comício foi um protesto contra os hospitais que negavam às mulheres o direito e a liberdade de se movimentarem durante o trabalho de parto e de darem à luz em posição vertical – de cócoras ou de joelhos – apesar das evidências<sup>77</sup> sobre suas vantagens, pois a importância de basear práticas de saúde na melhor evidência disponível e de traduzir o conhecimento ou evidência em ação é cada vez mais enfatizada na maioria dos países. Alguns meses depois, novamente milhares de pessoas participaram de duas conferências internacionais pelo parto ativo, que provocaram mudanças significativas na assistência ao parto na Inglaterra, e os princípios do parto ativo foram sendo postos em prática mais amplamente, à medida que aumentava o conhecimento da fisiologia normal do processo de parto. Corroborando o pensamento de Beauvoir (1949), Lima (2008, p. 369) afirma:

Do ponto de vista da função reprodutiva, o corpo também funciona como um instrumento de singularização da condição feminina, contribuindo para a definição dos papéis que a mulher vai ocupar na sociedade. Isto não significa que o corpo, enquanto dado biológico, tenha autonomia para explicar a condição de inferioridade vivenciada pelo gênero feminino, ao longo da História. Assim se explica porque o corpo, enquanto objeto social, sofre a influência cultural advinda das relações sociais, a partir das quais os valores vão definir o que é positivo e negativo socialmente pois, “não é enquanto corpo submetido a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza”. (Beauvoir, 1949: 56)

O então chamado Movimento pelo Parto Ativo, criado nos anos 80, tem ramificações por todo o mundo. É basicamente conduzido por mulheres que redescobriram o parto por

---

<sup>77</sup> Cortês, et. al. (2015: 2), afirmam que “o cuidado com a saúde baseado em evidências se origina de questões clínicas relacionadas às necessidades de saúde. A partir dessas questões, o conhecimento e as evidências são gerados por meio da pesquisa. Os demais componentes desse processo são: 1) avaliação e síntese das evidências geradas pela pesquisa; 2) transferência e uso das evidências na prática; 3) avaliação do impacto do uso das evidências na melhoria da saúde”



meio da própria experiência. Mulheres que optaram por abandonar a mesa obstétrica e dar à luz fora do padrão de assistência médica em vigor. Consequentemente, transmitiram o que aprenderam para as outras e, com esse engajamento, estão criando uma nova tradição na forma de contestação feminista, auxiliando mulheres de todas as partes do mundo a recuperarem sua autonomia, especialmente, quando na condição de gestantes. O movimento ainda traz a noção de ‘parto roubado’, que aparece recorrentemente nas falas de muitas mulheres cujo parto foi uma experiência traumática - física ou de caráter simbólico.

Ainda na década de 1980, o Reino Unido vivia o que era chamado de *Active Management of Labour* (manejo ativo do trabalho de parto). Esse termo descrevia um processo conduzido pela Medicina, com indução seletiva no hospital, anestesia peridural e monitoramento eletrônico contínuo dos batimentos cardíacos do bebê. É claro que essa situação representa uma perda total do controle e do poder da mulher em processo de parto, cuja única opção é deitar-se de costas e deixar o médico assumir o comando. Juntamente com ela, havia mulheres que comungavam do mesmo pensamento e acreditavam que o bebê sabe quando nascer, portanto, esperavam que o trabalho de parto se iniciasse espontaneamente. Durante o trabalho de parto, as mulheres decidiram sair da cama e adotar as posições que consideravam mais confortáveis e práticas.

Essa liberdade do corpo significava muito mais do que apenas uma questão de posições. Significava que a mulher estava resgatando o controle sobre seu corpo e reivindicando o poder do parto. Chamei isto de Parto Ativo, em oposição ao Manejo Ativo do Trabalho de Parto. Nem imaginava que essas duas palavras se tornariam um termo genérico conhecido no mundo inteiro e que teria um efeito tão transformador nas práticas adotadas no processo de parto. (Balaskas, 2015: 36)

Para criar esse conceito, depois que sua filha nasceu, a educadora Janet Balaskas decidiu pesquisar a história do parto para descobrir mais sobre como as mulheres davam à luz ao longo dos tempos e em outras culturas em que o parto não é medicalizado. De todas as imagens que levantou, não havia uma de mulheres parindo de costas. Ao contrário, as mulheres de todas as partes do mundo eram retratadas adotando posições verticais durante o

trabalho de parto e o parto. Isso aparentava um dado universal e transcultural, razão por que decidiu analisar o formato da pélvis feminina, e logo percebeu que ela é perfeitamente desenhada para se abrir para o parto em posições verticais, o que proporciona que a poderosa força da gravidade ajude o bebê a descer e a fazer rotações e que a mãe ajude seu bebê e estimule o processo de parto. Então, concluiu que, ao longo de milhares de anos, a anatomia e a fisiologia do parto não tinham sofrido alterações em sua essência. Por outro lado, a atitude cultural certamente que sim.

O conceito de parto ativo é uma pedra fundamental na história do parto. Colocar essas duas palavras juntas foi, por si mesmo, um toque de gênio: “parto ativo” cobre uma gama enorme de significados, em níveis diferentes e complementares. (Odent, 2015: 11)

Para Michel Odent<sup>78</sup> (2000), médico e pesquisador francês, existem três níveis dentro da lógica do parto ativo. O primeiro é o muscular; o segundo adentra profundamente o processo fisiológico do nascimento; e o terceiro refere-se à atitude da sociedade em relação ao parto. Assim, as tecnologias de comunicação e as biotecnologias passam a ser ferramentas cruciais no processo de remodelação dos corpos (Haraway, 2013), porquanto corporificam e impõem novas relações sociais para as mulheres em todo o mundo.

A fronteira entre ferramenta e mito, instrumento e conceito, sistemas históricos de relações sociais e anatomias históricas dos corpos possíveis (incluindo objetos de conhecimento) é permeável. Na verdade, o mito e a ferramenta são mutuamente constituídos. (Haraway, 2013: 64)

---

<sup>78</sup> É um dos profissionais mais importantes da área do nascimento no mundo atualmente e uma referência sobre o assunto há décadas. Autor de mais de 50 publicações científicas e mais de 10 livros publicados em várias línguas. Fundou, em Londres, o Centro de Pesquisa em Saúde Primal, com o intuito de estudar as correlações entre o que acontece no período que vai da concepção ao primeiro ano de vida – o chamado período primal - e a saúde e o comportamento ao longo da vida da pessoa.

No que concerne ao terceiro nível proposto por Odent (2000), a sociedade deve, através desse fenômeno, refletir mais e compreender mais a si própria. Assim, afirma Certeau (1996: 31), “uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada e, às vezes, velada”. Uma história a ser contada, a partir de uma mudança de atitude que, necessariamente, denota mudanças de cunho cultural.

Sobre isso, Castells (2000: 23) diz que, “em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social”. Assim, dentre os discursos que permeiam o movimento, considera-se importante ‘empoderar’ as mulheres e promover práticas baseadas em evidências como estratégias para melhorar o modelo de assistência obstétrica e a vida e a saúde de sua população.

### 3.2 O movimento do parto ativo no Brasil

A inquietação com a intervenção médica desmedida e a violência implícita<sup>79</sup> na atenção ao parto, que ocorria em ambientes hospitalares, disseminou-se pelo mundo inteiro com a força de “uma nova ordem”. Segundo Wermuth, Gomes e Nielsson (2016: 2), “a Escola da Defensoria Pública de São Paulo, em parceria com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e a Associação Artemis publicou, em novembro de 2013, uma cartilha voltada para a conscientização sobre a Violência Obstétrica”<sup>80</sup>.

A humanização entrou no Brasil junto com a contracultura *hippie*, mas foi a partir da criação do REHUNA (rede de humanização do parto e nascimento) na cidade de Campinas, no ano de 1993, que esse movimento tomou mais força.

---

<sup>79</sup> Hoje se fala em violência obstétrica, que envolve todos os atos praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva por profissionais da área de saúde, servidores públicos e profissionais técnico-administrativos de instituições públicas, privadas e civis.

<sup>80</sup> A cartilha – intitulada “Violência obstétrica: você sabe o que é?”, identifica as formas de violência mais recorrentes contra a mulher no parto: a) peregrinação em busca de leitos em hospitais e maternidades; b) impedimento da presença do acompanhante escolhido pela parturiente; c) procedimentos/manejos que incidam sobre o corpo da mulher e que causam dor ou danos físicos (como, por exemplo, indução do parto mediante administração do hormônio ocitocina por conveniência médica, sucessivos exames de toque por pessoas diferentes, corte vaginal – episiotomia – imobilização de braços e pernas); d) ações verbais que causam humilhação e provocam sentimentos de inferioridade e de medo; e) cesariana sem indicação clínica e sem autorização da parturiente; f) impedimento ou retardo do contato da mãe com o bebê logo após o nascimento, por conveniência institucional; g) impedimento do aleitamento materno por conveniência institucional.

O grupo fundador tinha grande influência feminista e conclamava as mulheres a um papel ativo frente ao nascimento do filho, denunciando a desapropriação da identidade feminina, a medicalização e a desconsideração da parturiente como um sujeito de direitos. O parto se transformou numa linha de montagem que colocava o bem estar da família em segundo plano, privilegiando interesses comerciais. Do ponto de vista da estratégia de atuação é da REHUNA, o mérito de ter buscado a então nascente medicina baseada em evidências como referência técnica para a sua defesa de idéias, caminho que se mostrou muito produtivo no decorrer dos anos. (Marques, 2013: 26)

Inúmeros profissionais (obstetras, pediatras, enfermeiras, parteiras, doulas) foram agregando-se ao movimento de humanização, em torno de uma série de reivindicações que hoje estruturam o ideário do movimento. No Brasil, o Movimento Pelo Parto Ativo parece dar pistas de enquadramento no eixo temático organizado por Gohn (2010a) no que se refere à questão identitária e cultural. Esse movimento vem crescendo de maneira significativa, acentuando-se cada vez mais, e agora conta com o apoio e incentivo direto de Janet Balaskas, criadora em 1981, desse conceito mundialmente conhecido.

A educadora Janet Balaskas fala para as mulheres que querem crescer na consciência de si mesmas e usar seus corpos ativamente durante o trabalho de parto. Em 2011, a iniciativa do Parto Ativo Brasil se deu com a primeira visita de Janet Balaskas ao Brasil, e num futuro, ainda pretende se transformar em instituto formalmente constituído. Por ora, o objetivo é de fortalecer, com informação e mais preparo, o maior número possível de mulheres grávidas em todos os recantos do país, para que sejam capazes e se sintam merecedoras de uma experiência de parto digna, transformadora e prazerosa<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Essa noção de prazer é fundamentada na ideia de parto orgásmico - aquele em que a mulher está tão segura em relação aos seus anseios e medos que consegue se soltar, relaxar e transformar a dor do momento em prazer. Essa ideia surgiu em 2007, no filme norte-americano, *Orgasmic Birth*, que causou uma grande comoção por onde passou, por mostrar as potencialidades emocionais, físicas e espirituais do parto, em que onze mulheres, em seus trabalhos de parto, riem, gemem, beijam e até gozam durante o processo. Parece totalmente impensável, quando se trata de parto natural, imaginar que, ao invés de gritos de sofrimento e de dor, a mulher consiga (sem anestesia) sentir um grande prazer ao dar à luz. As autoras do documentário, Debra Pascali-Bonaro e Elizabeth Davis, também mostram depoimentos de obstetras, enfermeiras e psicólogos que asseveram que o parto pode ser algo prazeroso. O argumento é de que, quando a mulher começa a 'coroar' (momento em que a cabeça do

Naquele momento, Talia Gevaerd de Souza, em São Paulo, e Inês Baylão, em Curitiba - Paraná, pensaram em estruturar atividades ligadas à promoção e à informação sobre parto ativo, principalmente para profissionais. Em uma entrevista, Talia Gevaerd afirmou que, hoje, a iniciativa conta com algumas profissionais parceiras distribuídas pelo Brasil e que moram em outras cidades: Adriana Vieira (Santos), Roberta Yamuna (Florianópolis), Carmem Palet (Brasília), Anne Sobotta (Bahia) e Ângela Mattos (Rio de Janeiro). Desde então, promovem vários eventos, como palestras, conferências e *workshops* para pais e profissionais, cursos de formação de instrutores para o parto ativo, informando e conectando pessoas de todo o país na busca pelo conhecimento e por condições excelentes de atenção ao parto e ao nascimento. As participantes da iniciativa também vêm participando, nos últimos anos, de manifestações brasileiras pelos direitos no parto. Isso se justifica porque o que se vê na sociedade brasileira hoje é o parto completamente sob a responsabilidade das instituições médicas, e grávidas e parturientes são chamadas de ‘pacientes’. Em 2012, milhares de pessoas do Brasil inteiro sentiram-se indignadas por causa das atitudes do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro - CREMERJ.

A denúncia contra o médico obstetra Jorge Kuhn<sup>82</sup>, por ter apoiado o parto domiciliar assistido, a publicação de duas resoluções que visam punir os médicos cariocas que prestarem assistência a partos domiciliares e que proíbem a participação de “doulas”, “obstetrizes”,

---

bebê já pode ser vista), toda a região vaginal e genital se comprime e ele passa pelas mesmas terminações nervosas estimuladas durante o ato sexual. Mas vale ressaltar que, apesar de os desfechos do parto e do sexo poderem ser igualmente prazerosos, isso não significa que eles sejam a mesma coisa. Durante o nascimento, as sensações e percepções da mãe estão voltadas para a passagem do bebê pelo seu corpo, enquanto o sexo envolve o encontro de dois corpos adultos.

<sup>82</sup> De acordo com a Revista Marie Claire, de maio de 2014, o obstetra brasileiro, Jorge Kuhn, divide sua vida pessoal e profissional entre o antes e o depois de seu encontro com as ativistas da humanização do parto em 2003. O professor da Universidade Federal de São Paulo, com especialização em parto natural, na Alemanha, é uma das vozes dominantes do grupo. Ele diz ter realizado mais de cem partos domiciliares, mas, desde 2011, deixou de fazê-los quando foi ameaçado de ter sua licença suspensa pelo Conselho Regional de Medicina, acusado de colocar a vida de mães e de bebês em risco. Segundo o referido médico, ele já realizou parto pélvico de forma normal e reafirma que é possível. Ele se posiciona de maneira completamente respeitosa em favor das mulheres no ato de parir naturalmente. Rotulado pelos colegas de médico “vaginalista”, esse obstetra não pode deixar de defender a vontade das mulheres, pois sabe que a taxa de mortalidade nos partos domiciliares é a mesma dos realizados em hospitais - em torno de 1,5%. Outro caso ocorrido no final de 2014 e divulgado pela imprensa especializada foi o de outra médica de São Paulo, famosa por fazer e defender partos naturais, que foi descredenciada do Hospital São Luiz, em razão da morte de um bebê durante um dos partos naturais que ela fez em outubro de 2013. Manifestantes do pró-parto natural, mais uma vez, mobilizaram-se e protestaram nas redes sociais. Eles viram, naquela decisão, uma vitória da hegemonia das cesarianas no Brasil.

“parteiras” etc. em partos hospitalares, além de ferir o direito de escolha dessas mulheres sobre quem as acompanhará e o local de nascimento de seus filhos, são opostas ao que recomenda a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde e as mais atualizadas evidências científicas.

Em 5 de Agosto de 2012<sup>83</sup>, organizou-se uma manifestação nacional com mobilizações locais em várias cidades do país, em repúdio a essas resoluções e a favor da humanização do parto e do nascimento, pela soberania da mulher sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. A manifestação do dia 5 de agosto seguiu os moldes da Marcha do Parto em Casa, ocorrida em 17 de junho desse ano, em defesa do Dr. Jorge Kuhn e da assistência ao parto baseada em evidências científicas.

A visibilidade da Marcha do Parto em Casa na sociedade e nos *media* nacionais trouxe, finalmente, o debate para praça pública, e os indivíduos puderam se posicionar e se expressar diante do sistema autoritário de atendimento a gestantes e a recém-nascidos, que os ativistas da causa consideram como cientificamente obsoleto, economicamente insustentável e em desacordo com os direitos humanos.

O avanço desse debate têm causado enormes incômodos não apenas pela revisão de práticas consolidadas mas, principalmente, por exigir um rearranjo dos espaços de trabalho. Um dos exemplos disso é a resistência dos conselhos de medicina a implantação de casas de parto. No Rio de Janeiro, o CREMERJ, atribuiu a pauperização da medicina e ausência de segurança médica a sua posição contrária à casa de parto inaugurada pelo governo municipal, a despeito do modelo de atendimento respaldado pelas evidências científicas e pelo desejo das mulheres por esse tipo de serviço. Esse não foi o único caso de embate com os conselhos de medicina. Em 2012, o conselho de medicina do Rio de Janeiro, ameaçou um médico que havia defendido o parto natural e domiciliar como uma boa opção a mulheres hígdas, o que gerou movimento em todo o País e resultou na Marcha do Parto. (Marques, 2013: 26)

---

<sup>83</sup> Stauchuck, Mayra. Guerra entre parto natural e cesárea – O direito à escolha. Publicado na Revista Marie Claire, de maio de 2014, número 278, págs. 114-120.

No mês abril de 2015, o parto da terceira filha de Adelir Goes, de 29 anos de idade, no estado do Rio Grande do Sul, causou comoção nacional. Depois de duas cesarianas, a doceira e o marido haviam decidido tentar o parto normal. Ela buscou ajuda e se preparou para o grande momento. Mas, perto da quadragésima primeira semana de gestação, numa manobra inédita de um hospital e da justiça gaúcha, foi forçada a fazer o parto cirúrgico. O escândalo em torno de Adelir foi pelo fato de ela ter decidido não acatar a recomendação da médica, que insistia que ela fosse para a cirurgia. Afinal, no Brasil, a cultura é de que o médico manda, e o paciente obedece. O obstetra de Adelir entrou em pânico e, com receio de sofrer algum processo, tomou uma medida drástica e pediu que a Justiça a obrigasse a fazer uma cesariana mesmo depois de ela ter assinado o termo de responsabilidade sobre seu parto. O caso mostrou que falta espaço de decisão para as grávidas no Brasil, e nesse sentido, é realmente importante que haja mudanças.

Por outro lado, nem sempre as escolhas das mães pelo parto natural são seguras. O histórico de duas cesáreas, a idade gestacional avançada (em torno de 41 semanas) e a posição pélvica do bebê (que estaria sentado, embora os exames tenham sido escondidos da mãe) poderiam colocar a vida de Adelir e do filho em risco. Mas é sabido também que tudo poderia ter dado certo. E é aí, entre o imponderável e as incertezas, que nasce uma guerra de opiniões com poucos meios-termos.

Como os números do Brasil são alarmantes, apresenta-se uma questão multifacetada que engloba diversos fatores, a cultura da cesárea, do medo, os casos de conveniência do médico que é remunerado pelo mesmo valor nos dois procedimentos, mas trabalha três horas em um e muito mais no outro. No sistema público, os profissionais também ganham o mesmo, mas, devido a um pacote anticesariana lançado por José Serra, em 1998, quando ministro da Saúde, os hospitais só recebem o apoio estatal no formato de repasse de verbas para até 30% de cesáreas. Mesmo assim, o sistema de saúde brasileiro está longe de tranquilizar qualquer tipo de gestante.

A taxa média de nascimentos, no Brasil, por cesárea, chega a 55%<sup>84</sup>, enquanto nos EUA pé de 30%; na Inglaterra, de 27%; e na França, de 21%. Então, deve-se admitir que, enquanto nos países desenvolvidos a intervenção médica ocorre com mulheres e recém-nascidos em situações de risco, no Brasil, ocorre com mães saudáveis.

---

<sup>84</sup> Dados publicados pela Revista Veja, em reportagem intitulada: *No Tempo Errado*, de 29 de junho de 2016, p. 84.

O Programa Cegonha<sup>85</sup> é uma oportunidade para que o Brasil dê um salto de qualidade na atenção ao parto, pois um dos objetivos desse programa é de proporcionar um nascimento seguro e o crescimento saudável das crianças. De acordo com Carneiro (2016: 51), o programa tem as seguintes diretrizes:

O teste rápido de gravidez nos postos de saúde, o mínimo de seis consultas pré-natal durante a gestação, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais, inclusive o teste HIV e sífilis, a garantia de leite e de vinculação da gestante, a uma determinada maternidade ou hospital público, bem como, vale-transporte ou vale-táxi até o local do dia do parto, a qualificação para os profissionais de saúde para uma atenção segura e humanizada; a criação de centros de gestante e do bebê para assistência à gravidez de alto risco e de casas de parto normal para implementar as demandas do parto humanizado para os casos de baixo risco. Além disso, o programa pretendia também incentivar o aleitamento materno; disponibilizar o SAMU Cegonha, ao recém-nascido que necessite de transporte de emergência e, difundir, nas escolas, um programa de educação que busque controlar a gravidez na adolescência e trabalhe com a noção de direitos sexuais e reprodutivos.

O atual plano de governo prevê investimento na construção de 72 (setenta e dois) Centros de Parto Normal. Essa política também objetiva reduzir a violência institucional no parto, questão amplamente divulgada nos *media* pela pesquisa de opinião pública, publicada em 2010<sup>86</sup>, intitulada *Mulheres e gênero nos espaços públicos e privados pela Fundação Perseu Abramo*. Nesse estudo, uma, de cada quatro mulheres brasileiras, afirma ter sofrido algum tipo de violência durante o parto. Outros estudos já demonstram que essa “violência

---

<sup>85</sup> Programa do Governo brasileiro, que tem o objetivo de implantar uma rede de cuidados para mulheres gestantes e que foi implementado no ano de 2011, ainda na época do governo da Presidente Dilma Russef, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Alexandre Padilha. A Rede Cegonha tenta levar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério.

<sup>86</sup> Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>



obstétrica” está vinculada aos casos de partos cesários. Ainda segundo o estudo, as mais comuns são relativas à violência verbal, entre outros procedimentos dolorosos e/ou não consentidos. Entre as frases ouvidas, destaca-se: “Na hora de fazer, não doeu, não é”?

Para os militantes do movimento, o qual está numa condição um tanto marginal dentro da sociedade brasileira, o absurdo dos insultos dá o tom de o quanto se necessita melhorar os termos dos direitos básicos, como o do acompanhante, constantemente negado nas maternidades, acesso à informação e, principalmente, ao diálogo. Para os ativistas, a indicação de que a cesariana é a forma mais segura por usar toda a tecnologia disponível é uma grande ilusão e ainda ajuda a fazer do Brasil um país que está destoando do cenário mundial e, especialmente, dos índices recomendados pela Organização Mundial da Saúde, que apontam que o percentual deve ficar em torno de 10% e 15%.

Todo esse debate, especialmente pelas redes sociais, parece incitar mais ações do Governo brasileiro. Ainda no início do mês de julho de 2016, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou um conjunto de medidas para estimular o parto normal, que passaram a vigorar em 7 de julho de 2015. Entre as medidas, as operadoras de plano de saúde terão que pagar pela execução de cesarianas eletivas, quando não houver indicação médica, caso a gestante assine termo de consentimento declarando estar ciente dos riscos que envolvem o procedimento.

A utilização do *partograma* (documento gráfico onde é registrado tudo o que acontece durante o trabalho de parto) passa a ser obrigatória para obstetras da rede privada. A Resolução Normativa de número 368 prevê, ainda, que as operadoras informem aos beneficiários os percentuais de cesáreas e de partos normais de cada hospital e médico credenciados. Os planos privados de saúde também estão sendo obrigados a oferecer o cartão gestante com as informações sobre o pré-natal.

Portanto, o ativismo pelo parto natural, as recentes medidas do Ministério da Saúde e o estado de São Paulo (tido como referência e influência cultural para outras regiões brasileiras), posicionaram-se através da criação de projetos de lei que favoreçam a assistência diferenciada na hora do parto são fatos que sinalizam um movimento de conscientização em curso, que se opera com as bandeiras do movimento pelo parto ativo e humanizado que estão diretamente relacionadas à seara do direito e da livre expressão. Esse direito está pautado em bandeiras que são respaldadas por evidências científicas e recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pela Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), pelo Ministério da Saúde e por outros órgãos, a saber:

*a)* o direito da mulher de escolher como, com quem e onde parir; o direito da mulher, em cumprimento da Lei 11.108 de abril de 2005, de ter um acompanhante durante o trabalho de parto, que pode ser a doula, se for seu desejo;

*b)* o direito da mulher, gestante de baixo risco, de optar por um parto domiciliar planejado e seguro, com equipe médica em retaguarda, caso necessite de assistência hospitalar durante o trabalho de parto ou o desejo, inclusive o acompanhamento pediátrico, se desejar e for necessário;

*c)* o direito da mulher de se movimentar livremente para encontrar as posições mais apropriadas e confortáveis durante seu trabalho de parto e o parto;

*d)* o direito da mulher de ter acesso a métodos naturais de alívio de dor durante o trabalho de parto, que consistem em: massagens, banho quente, compressa, entre outras;

*e)* o direito da mulher de não ser submetida à violência obstétrica das intervenções desnecessárias, como comentários agressivos, direcionamento de puxos, exames de toque, episiotomia, litotomia e outras;

*f)* o direito da criança à humanização da assistência aos recém-nascidos contra as intervenções de rotina;

*g)* o direito humano à fiscalização das altas taxas de cesáreas nas maternidades brasileiras e que as ações cabíveis sejam tomadas no sentido de reduzir essas taxas.

### 3.3 O fenômeno do parto e o “auxílio” das parteiras

A princípio, a mulher se isolava para parir, geralmente sem nenhuma assistência ou cuidado de outras pessoas, apenas seguia seu instinto. O parto era considerado um fenômeno natural e fisiológico. O nascimento é, historicamente, um evento natural, um fenômeno mobilizador. Mesmo as primeiras civilizações agregaram a esse acontecimento inúmeros significados culturais que, de geração em geração, sofreram transformações e ainda celebram o nascimento como um dos fatos marcantes da vida.

Desde o início da civilização, os homens viviam conforme seus “instintos naturais”. As próprias mulheres se auxiliavam, e isso resultou em um processo de acumulação de saber sobre a parturição. Dessa forma, agregaram-se valores aos conhecimentos acerca do processo de nascimento e do parto, que se tornou um evento muito importante na vida das mulheres. Então, uma mulher que a comunidade considerasse como mais experiente era reconhecida como parteira – a mulher que atendia a partos domiciliares, mas que não tinha nenhum saber científico. Seus conhecimentos eram embasados na prática e na acumulação de saberes, passados tradicionalmente de geração para geração. A parteira era capaz de vivenciar com a mulher todos os momentos do processo de nascimento, doando seu tempo e dedicação. Usando de sua sabedoria inata, ela não tinha pressa, pois sabia que seria prudente observar a natureza e deixá-la agir livremente.

[...] Mesmo no âmbito do sistema de parturição ou “parteria” popular ou familiar, se observam diferentes significados para o termo ‘parteira’, que tanto podem ser as especialistas, legitimadas como tais pelas suas comunidades, a partir dos critérios de experiência e vocação, como também outras mulheres que atendem com certa frequência ou eventualmente, uma mulher, socorrendo ou acudindo pacientes em ocasiões de urgência. Essas nem sempre são reconhecidas como parteiras por seus pares e nem se auto-identificam enquanto tal, embora, do ponto de vista das políticas de humanização em geral, assim sejam vistas, e em função disso, convidadas a fazerem parte das capacitações, ou seja, o designativo “parteira” aparece como

uma categoria ética, e não êmica, construída a partir da sua diferença com relação aos médicos e enfermeiras. (Tornquist, 2005: 63)

A fundação de universidades e, posteriormente, a criação de cursos para profissionalizar médicos era ligada à igreja católica e controlada por ela. A admissão limitava-se aos homens de classes altas, portanto, era inacessível às parteiras. Como a gravidez e o parto não eram considerados doenças, esses assuntos não eram incluídos nos currículos médicos.

No Século XVII, ocorreu uma grande transformação na obstetrícia: a introdução dos cirurgiões na assistência ao parto, pois a obstetrícia e a ginecologia ainda não existiam como especialidade médica. Quando apareciam situações inusitadas ou complicadas e perigosas, as parteiras recorriam, na maioria das culturas, ao homem, inicialmente, aos *shamans*<sup>87</sup>; depois, aos padres ou rabinos; mais recentemente, aos barbeiros-cirurgiões e, finalmente, os médicos.

Segundo Rodrigues (2008: 180), “no Século XVII, as parteiras perderam a exclusividade na obstetrícia. Isso aconteceu depois que um médico assistiu o parto de uma das amantes de Luís XIV, abrindo um precedente quanto à presença masculina diante de uma parturiente”. A presença masculina no parto, comumente, era vivida com inquietude pelos presentes, pois era como a significação estivesse associada a algo que ia muito mal. Mais tarde, os médicos foram assumindo o controle da assistência ao parto. Desabituaados do acompanhamento de fenômenos fisiológicos, foram formados para intervir, resolver casos complicados e ditar ordens. Nesse contexto, o parto passou a ser visto como um ato cirúrgico qualquer, e a mulher em trabalho de parto, chamada de “paciente”, tratada como doente e impedida de seguir seus instintos e de adotar a posição fisiológica mais cômoda.

---

<sup>87</sup> Shaman ou xamã, palavra de origem tungúsica, uma língua siberiana. O xamã é o sacerdote do xamanismo, é a pessoa que consegue manter contato com o mundo dos espíritos e que, além disso, demonstra uma capacidade particular de curar ou de fazer profecia. São sinônimos de xamã os termos: pajé, feiticeiro, mago, bruxo, curandeiro e, até, médico. Diz a crença xamânica que os espíritos escolhem o xamã como líder para conduzir as cerimônias do xamanismo, que entra em estado de transe durante os rituais. Esse estado de transe permite que o xamã penetre em outra dimensão, no reino sobrenatural. Lá, seu objetivo é de buscar com os espíritos respostas e soluções para as dúvidas e os problemas que uma pessoa ou um grupo está enfrentando. O xamã pode, ainda, trazer os seres para o nosso mundo, incorporando-os. Nos rituais xamânicos, costumam-se utilizar cânticos acompanhados de instrumentos musicais para aclimatar o ambiente, além de danças características. Nas tribos indígenas originárias no Brasil, havia um índio que tinha um papel semelhante ao do xamã, que é chamado de pajé. Porém dizer xamã e pajé não são a mesma coisa, pois as culturas às quais pertencem são diferentes.

Assim se iniciou a era do parto médico, quando a mãe deixou de ser a figura mais importante da sala e cedeu seu lugar à equipe médica. Os papéis se inverteram, e o obstetra passou a ser o centro da cena, obrigando a mulher a se deitar para parir numa posição desconfortável. Não podendo opinar em seu direito básico de escolha e participação ativa no nascimento do próprio filho. As posições verticais, que ao longo dos milênios foram as mais usadas pelas mulheres, em todas as raças e culturas, lhes são negadas pelo obstetra.

Em torno de 1880, as mulheres de todas as classes sociais começaram a procurar a maternidade para os casos mais complicados e, gradualmente, considerá-la mais segura do que o domicílio. A transformação ocorrida no modelo de atenção ao parto e ao nascimento só foi possível depois de uma mudança na forma de pensar dos médicos e de suas pacientes, pois, tradicionalmente, entendiam que o parto hospitalar era mais seguro tanto para a mulher quanto para o bebê.

O hospital vendia uma imagem de ter conseguido associar o melhor de dois mundos - um hotel que estaria habilitado a prover serviços de atenção direcionados à mulher e ao bebê, com segurança e com a internação durante um período suficiente para a mulher se recuperar. O estudo da evolução do modelo de atenção ao parto, em particular, de sua institucionalização, requer o entendimento do próprio processo de urbanização. A transição durou apenas duas gerações e passou de um evento familiar e fisiológico para um procedimento médico.

A partir de então, as mudanças relacionadas ao parto acabariam por caracterizá-lo como um evento médico, cujos significados científicos aparentemente viriam sobrepujar outros aspectos. Então, o parto deixou de ser privado, íntimo e feminino e passou a ser vivido de maneira pública, com a presença de outros atores sociais. Assim, começaram as atividades de cunho profissional da mulher e a formação de pessoal para a assistência ao parto. Mas as parteiras continuaram a realizar seu trabalho, agora, sob os olhares e o controle do médico. A formação oferecida era essencialmente prática e mantinha as decisões e o raciocínio clínico para os médicos. As parteiras eram treinadas para seguir o modelo médico, repetindo as técnicas e seguindo a “nova” tecnologia de atenção ao parto, sob os olhares da Medicina moderna. Se, antes, o parto e os cuidados posteriores com a mãe e o bebê transcorriam em família, banhados de fortes vínculos, esses mesmos fenômenos transcorriam em instituições hospitalares onde os vínculos passaram a ser um mero contato superficial.

Houve vigilância cerrada da sexualidade feminina e, por conseguinte, do nascimento de crianças, prova irrefutável da união carnal. Para isso, era importante controlar o comportamento das parteiras que assistiam o parto ou provocavam aborto de mulheres viúvas e solteiras. Assim, no Século XV, surgiram, na Alemanha, os primeiros regulamentos eclesiásticos, municipais, reais ou do poder senhorial para limitar a atividade das parteiras e submetê-las ao controle dos médicos. (Rodrigues, 2008: 180)

O Brasil<sup>88</sup> é, atualmente, um dos países com o maior número de parteiras leigas. De acordo com Pires (1989: 108), “desde que foi institucionalizado o curso de formação de parteiras agregado a escolas de Medicina, por intermédio da Lei de 3 de outubro de 1832, foram retiradas delas a autonomia e a vinculação à comunidade, transformando-as em auxiliares, subordinadas às regras emitidas pelas escolas médicas”.

Conhecidas popularmente no Brasil pelo nome de parteiras leigas, a maioria das parteiras são mulheres de referência em suas comunidades, representam lideranças dos grupos em que atuam, e de acordo com o Ministério da Saúde, geralmente são mais velhas e, embora não tenham formação acadêmica, dominam uma gama de técnicas e de conhecimentos sobre gestação, parto e pós-parto, que adquiriram pela tradição oral com mães, tias, avós ou madrinhas.

Como dissemos, o conhecimento é passado de forma natural, por meio da fala e da prática. Tradicionalmente, o início no ofício dá-se por destino ou necessidade. À medida que o parto que, tradicionalmente, era assistido pelas parteiras, foi passando para a esfera médica, famílias foram ficando cada vez menores e se foi perdendo o contato com as mulheres mais experientes. As chamadas parteiras leigas ou “tradicionais” têm uma imensa sabedoria, e no Brasil, país com dimensões continentais, elas ainda são valorizadas por causa de sua sabedoria, que vale salientar, também vem sendo ressignificada à medida que suas vozes são

---

<sup>88</sup> Parafraseando Darcy Ribeiro, em seu livro, *O Povo Brasileiro* (1995), Fernandes (2013: 25) afirma que existem “Ilhas-Brasil” ou cinco brasis. São eles: “a) o Brasil da cultura sertaneja do nordeste e do centro, baseada na produção do couro e do gado; b) o Brasil da cultura crioula do litoral, baseada nos engenhos de açúcar; 3) o Brasil da cultura cabocla da Amazônia, baseada nos seringais, na coleta de drogas da mata e na pesca dos rios; 4) o Brasil caipira do sudeste e do centro, baseado na economia do café e da subsistência, nascida dos bandeirantes; e 5) o Brasil da cultura gaúcha das instâncias de gado e da cultura agrícola dos imigrantes, do sul do país, mais especificamente, os alemães e italianos”.

ouvidas e seus segredos compartilhados. Elas atuam mais em regiões rurais, em serras, sertões, ilhas e nas periferias das grandes cidades.

Seus sentidos merecem ser compreendidos em cada contexto específico, evitando generalizações que apagam complexidades e nuances. A generalização tende a cristalizar práticas que são, por natureza, dinâmicas e que estão em interlocução permanente com a realidade. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece, e se lhes atribui positividade, as parteiras são confinadas a um lugar nostálgico, perdido no tempo e no espaço. Tal perspectiva romântica e evolucionista, aparece com frequência em afirmações como “outrora, nós éramos assim”, ou “nós somos descendentes de antigas parteiras”, e ainda, “parteiras de antigamente”, expressões que se escutam no campo do parto humanizado. (Tornquist, 2005: 64)

No Brasil, as parteiras parecem ser um elo importante entre a comunidade e o Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>89</sup>. Elas já estão inseridas em algumas políticas públicas e são colocadas na certificação dos nascidos vivos, o que já denota um reconhecimento político. No entanto, em termos brasileiros, ainda são muito discriminadas, sobretudo quando chegam aos hospitais.

Apesar de não podermos comparar as distintas realidades sociais<sup>90</sup>, um país como a Suécia, por exemplo, que está entre os que proporcionam a melhor qualidade de vida do mundo, tem as parteiras como as grandes responsáveis por reduzir a mortalidade de mulheres

---

<sup>89</sup> O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES - do Ministério da Saúde criou o código da ocupação Parteira Leiga (nome oficial da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO), classificado como 1515. Nesse cadastro, só constam 499 parteiras leigas cadastradas, mas sabemos que existem muito mais espalhadas por todas as regiões do País.

<sup>90</sup> Em 1685, a rainha decidiu criar uma escola de parteiras que juntava o saber prático e o saber teórico. Em 1711, começou a funcionar a Escola de Parteiras de Estocolmo, e as estudantes recebiam formação e faziam juramento conforme um Código de Conduta Ética, que destacava a obrigação de respeitar as mulheres e de lhes prestar assistência, independentemente de serem pobres ou ricas ou se tivessem uma posição social alta ou baixa. A quantidade de parteiras seguia pequena, e a mortalidade ainda era muito alta. Mas a sociedade sueca continuou seu esforço para ampliar o número de parteiras e atender a todos os lugares do país. Em 1819, um decreto real ordenou que cada prefeitura contratasse, pelo menos, uma parteira.

e bebês em um trabalho que começou há mais de 300 anos. Segundo matéria jornalística<sup>91</sup>, o número de partos por cesariana é relativamente baixo na Suécia (17% em 2011) e apenas 10% das mulheres são submetidas à episiotomia (corte no períneo para ampliar o canal do parto).

No Século XIX, a taxa de mortalidade entre os bebês nascidos vivos era quatro vezes menor por causa do trabalho das parteiras. Hoje, na Suécia, as parteiras continuam sendo muito valorizadas, e são preferidas as mulheres para atendê-las durante a gravidez e no parto. Quando há complicações, as parteiras trabalham junto com os médicos obstetras.

Segundo o Jornal *A Gazeta do Acre*, em artigo escrito pelo deputado Raimundo Angelim, do Partido dos Trabalhadores do Acre, publicado em 8 de setembro de 2016, a Suécia tem uma das mais baixas taxas de mortalidade materna e neonatal de todo o mundo. É importante pontuar que, nesse país, as parteiras integram a saúde pública e são muito respeitadas até hoje, devido ao investimento do Estado nos quadros de sua formação. No Brasil, as obstetras correspondem muito mais às parteiras suecas.

Assim, em um país ou outro, de uma maneira ou de outra, o respeito histórico<sup>92</sup> deve ser considerado. Ao longo dos anos, houve mudanças na denominação e na área de atuação dessas profissionais, que passaram de parteiras a obstetras (1925) e, finalmente, a enfermeiras obstetras (1949). Conforme Ramos (2016: 449),

as profissões de enfermeira, parteira, obstetriz e enfermeira obstétrica, em sua origem, formação e exercício profissional, são diferenciadas. Parteira é o título mais antigo dessa profissional, posteriormente denominada enfermeira obstétrica e obstetriz. Enfermeira obstetra é a denominação mais recente e consolida a formação de enfermeira (substantivo), adjetivada pela titulação de especialista na área (*obstetra, como adjetivo*). Embora pareçam nuances de menor importância, traduzem modificações na legislação de ensino e na concepção quanto à modalidade de formação e da própria profissão. (grifo nosso)

---

<sup>91</sup><http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/09/parteiras-na-suecia-cuidam-da-saude-de-maes-e-bebes-em-toda-gestacao.html>

<sup>92</sup> No Brasil, até 1832, a prática da profissão era exercida por mulheres que tinham a “Carta de Exame” expedida pelo físico-mor ou cirurgião-mor do Império e uma licença da Chancelaria.



Diante da cultura brasileira, o aprendizado, normalmente, seguia caráter hereditário, ou seja, a filha de uma parteira acompanhava sua mãe no atendimento às mulheres em trabalho de parto auxiliando-a de acordo com as necessidades, possibilitando, assim, após algum tempo de prática, o aprendizado para continuidade do ofício.

A partir de 1832, quando as Academias Médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia passaram a figurar como Faculdades de Medicina, o ensino de partejar foi vinculado a essas instituições, e as parteiras foram submetidas à legislação médica, até meados do Século XX, com a alteração da legislação em 1955, deixaram de ser regulamentadas pelas legislações médicas e, a partir de então, passaram a gozar de certa liberdade profissional. Em meados do Século XX, devido ao número crescente de hospitais, houve novas mudanças na legislação quanto à formação de enfermeiros obstetras e surgiu uma importante especialidade da Enfermagem: a Obstetrícia. Para um profissional conseguir o título de enfermeiro obstétrico, deveria, primeiro, formar-se em Enfermagem e depois, especializar-se em Obstetrícia.

Com o surgimento das escolas médicas, organizaram-se campanhas contra as parteiras, com o intuito de destituí-las. O trabalho passou a ser dividido em duas profissões: a Medicina e a Enfermagem. Então, a enfermeira passou a ser treinada em Obstetrícia e a se envolver diretamente com os propósitos governamentais de elevação da qualidade da assistência ao grupo materno-infantil, atuando nos redutos da parteira tradicional. Assim, o parto hospitalar começa a substituir o domiciliar.

A Enfermagem recebeu acolhimento e prosperou em sua fase inicial porque sua configuração se afinava com o modelo médico. A enfermeira personificou a disciplina, a administração, a estratégia e a racionalidade, e a parteira tradicional, a independência, a relação fraternal com as mulheres, a inacessibilidade e certa resistência às inovações tecnológicas. No Brasil, a história da Enfermagem obstétrica surgiu em 1931, quando uma disciplina da Faculdade de Medicina incorporou o curso de partos, introduziu uma disciplina de prática de enfermagem nesse curso e conferiu o título de enfermeira obstetra. Até 1949, toda a legislação do ensino de Enfermagem obstétrica estava contida na de Medicina, quando as escolas de Enfermagem se adaptaram à Especialização em Obstetrícia. Esse meio tempo foi perturbado com discussões acerca da melhor forma de se estabelecer a profissão. Algumas classes queriam seguir a formação europeia, de obstetriz, enquanto outras defendiam o título de enfermeira obstetra formada depois da Escola de Enfermagem em regime de Especialização.

O debate só foi encerrado com a Reforma Universitária de 1968, que vetava a duplicação de cursos com finalidades semelhantes, e em 1978, quando as habilitações (Obstetrícia e Saúde Pública) foram substituídas pelas especializações, conferindo ao Curso de Enfermagem quatro anos.

Os cursos oferecidos no Brasil, atualmente, são feitos nos moldes de especialização ou de residência, diferem em carga horária teórica e prática e visam capacitar enfermeiras graduadas para dar assistência a gestantes, a parturientes, a puérperas e a neonatos nas unidades de saúde, em bases clínicas, epidemiológicas e humanísticas, e para realizarem parto normal, anestesia, episiotomia e episiorrafia<sup>93</sup>, se for necessário, assim como para identificar os riscos obstétricos e perinatal.

Com essa abertura de novo campo de atuação exercido pelas enfermeiras especializadas e por acreditar que o número de enfermeiras obstetras que atuam no país ainda é muito baixo, embora se estime que o número de partos realizados seja bem superior ao registrado no SUS, o Ministério da Saúde, exercendo seu papel normatizador e regulador, vem implementando um conjunto de ações, por meio de portarias ministeriais, com o objetivo de estimular e regularizar a assistência obstétrica e de financiar Cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica. A análise dessas portarias e, em alguns casos, de seus impactos iniciais compõe o panorama da assistência obstétrica atual e facilita sua compreensão.

A Portaria MS/GM 2:815, de 29 de maio de 1998, inclui, na tabela do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, o procedimento “parto normal sem distócia realizado pela enfermeira obstetra” e tem como finalidade principal reconhecer a assistência prestada por essa categoria profissional no contexto de humanização do parto. O Conselho Federal de Enfermagem também procura regulamentar e normatizar a assistência prestada pelas enfermeiras obstetras. De acordo com a Legislação sobre o exercício de Enfermagem, o Conselho Regional de Enfermagem (Santa Catarina, 2003: 32), no artigo 9, incumbe às profissionais titulares de diploma ou certificados de obstetriz ou de enfermeira obstetra, além das atividades de que trata o artigo precedente, as seguintes tarefas:

I – prestação de assistência à parturiente e ao parto normal;

---

<sup>93</sup> É a cicatriz resultante da incisão (corte) no períneo-episiotomia, realizada com o objetivo de aumentar a abertura vaginal durante o período expulsivo, para evitar lacerações extensas. A sutura da episiotomia ou de possíveis lacerações do períneo realiza-se com pontos absorvíveis, “que caem” sozinhos e cicatrizam em uma semana, sem que, na maioria dos casos, ocorra qualquer complicação.

II – identificação das distócias<sup>94</sup> obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;

III – realização de episiotomia e episiorrafia, com aplicação de anestesia local, quando for necessário.

Hoje, no Brasil, a enfermeira obstetra vem crescendo como profissional autônoma no atendimento a partos domiciliares, porquanto essa é uma atividade legal e respaldada pela legislação brasileira. Dessa forma, a Enfermagem vem conquistando o espaço do atendimento ao parto no domicílio, além de seu papel hospitalar, visando ao cuidado integral e valorizando a mulher como protagonista do processo de nascimento.

Em 1999, o Ministério da Saúde homologou uma portaria que incentivava a especialização de profissionais da Enfermagem para viabilizar o aumento de recursos humanos na área da Obstetrícia. Entretanto, uma das maiores universidades públicas brasileiras, a Universidade de São Paulo, objetivando inserir profissionais bem qualificados para suprir a demanda em curto prazo, criou o Curso de Graduação em Obstetrícia em 2005. Assim, surgiu uma nova identidade profissional, que propõe que diminua o número de cesarianas no Brasil e outras intervenções que são feitas sem necessidade e aumente o número de partos normais. O profissional formado em Obstetrícia tem a missão de proporcionar um parto mais saudável e de prevenir a morbimortalidade materna e a perinatal.

Com essa nova “identidade”, são apresentados aspectos considerados relevantes na caracterização da assistência humanizada como o direito à presença de acompanhante durante

---

<sup>94</sup> Distocia refere-se a um parto anormal, difícil ou lento, qualquer que seja a causa. A distocia de ombro, por exemplo, ocorre quando um ombro do feto fica encaixado no osso púbico da mãe, e o bebê acaba preso no canal de parto. O feto está posicionado normalmente para o parto (cabeça primeiro), mas os ombros ficam alojados contra o osso púbico da mulher conforme a cabeça sai. Assim, a cabeça é empurrada para dentro contra a abertura vaginal. O bebê não consegue respirar porque o tórax e o cordão umbilical ficam comprimidos pelo canal do parto. Como resultado, os níveis de oxigênio no sangue do bebê diminuem. A distocia do ombro é mais comum quando o feto é grande, especialmente quando o trabalho de parto é difícil, longo ou rápido, ou quando um extrator a vácuo ou fórceps é usado porque a cabeça do feto não se moveu totalmente para baixo (desceu) na pelve. Também é mais comum quando a mulher é obesa, tem diabetes ou já teve um bebê com distocia do ombro. Quando essa complicação ocorre, o médico rapidamente experimenta várias técnicas para liberar o ombro e conseguir que o bebê nasça pela vagina. Às vezes, quando essas técnicas são tentadas, os nervos do braço do bebê são danificados, e o osso do braço ou a clavícula do bebê pode quebrar. Uma episiotomia (incisão que alarga a abertura da vagina) pode ser feita para ajudar no parto. Se essas técnicas não surtirem efeito, o bebê pode ser novamente empurrado para a vagina para nascer por cesariana. Se todas essas técnicas não obtiverem sucesso, o bebê pode morrer.

o trabalho de parto, por exemplo, para ajudar no cuidado com a mulher. Para tanto, vejamos a reflexão de Tornquist (2005: 4.):

A depender da região, bem como do sistema simbólico o qual fazem parte, muitas vezes, as práticas das chamadas parteiras, configuram outras identidades como as de aparadeiras, ajudadeiras, experientes, curiosas, ou mesmo, comadres. Os múltiplos sentidos, por sua vez, relacionados a essas expressões, merecem ser compreendidos em cada contexto específico, evitando generalizações.

Essa nova identidade ainda está em formação no Brasil, mas há expectativas de muitas mudanças no meio em que se insere. Essa mudança irá transformar o grupo de gestantes com uma nova forma de pensar sobre como viverão seu parto e fazer com que surjam novas identidades pessoais. Esse processo de construção de uma nova identidade é caracterizado por muita força de vontade dos futuros profissionais e, ao mesmo tempo, por muitas críticas que, aos poucos, poderão ser amenizadas com a aceitação.

Identidades não existem naturalmente, mas são construídas nas relações sociais. Na medida em que essas relações são desiguais, marcadas por intervalos de poder, a construção das identidades culturais está ligada a uma lógica de tensões, dinâmicas e disputas pelo direito de ser quem se é no espaço social. Em linhas gerais, os Estudos Culturais partem da premissa de que as práticas cotidianas fazem parte da cultura dos indivíduos, grupos e classes sociais, e são elementos fundamentais para constituir a identidade das pessoas e comunidades, a maneira como se cria uma imagem para si mesmos e para os outros. (Martino, 2015: 49)

A partir daí, surge uma questão que poderá ser investigada de maneira mais profunda em outro momento. Até onde as parteiras contribuíram para a busca e/ou resgate da valorização desse “novo profissional”? Se sim, de que forma/s?

O aprendizado do ofício é, antes tributário de um aprendizado informal, a partir da curiosidade de algumas meninas em aprender com mulheres mais velhas; esse passa por etapas que vão desde a observação e o auxílio, até a imitação, passando pela escuta dos causos de partos. [...] A prática das narrativas revelam o aprendizado por vias não-formais por parte das meninas e moças interessadas nos temas do parto. [...] Nessas narrativas reponta a noção de vocação ou dom divino, uma vez que na maioria das vezes, as parteiras populares e/ou camponesas estão profundamente ligadas à religiosidade popular e o parto é um evento, a um só tempo, corporal, familiar, sexual e religioso. (Tornquist, 2005: 71)

Atualmente o Ministério da Saúde do Brasil mantém o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, que foi implementado desde março de 2000, com o objetivo de assegurar a melhoria do parto e do nascimento domiciliar assistido por parteiras leigas. O programa visa sensibilizar gestores e profissionais de saúde para que reconheçam as parteiras como parceiras na atenção à saúde da comunidade e desenvolvam ações para resgatar, valorizar, apoiar, qualificar e articular seu trabalho ao do Sistema Único de Saúde (SUS). Visa, ainda, possibilitar a preservação de seus saberes e práticas e promover o encontro desses saberes com o conhecimento técnico-científico, respeitando as especificidades étnicas e culturais (indígenas e quilombolas).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS - 1996), o Brasil ainda registra uma alta frequência de partos domiciliares nas áreas rurais (20%). Contudo, desses, apenas 40% receberam assistência de enfermeiras e de parteiras. O referido programa do Ministério da Saúde já capacitou, desde sua criação, cerca de 3000 parteiras e profissionais de saúde em 120 municípios do país. Superestima-se que só de parteiras leigas seja cerca de seis mil em todo o Brasil, dos lugares mais recônditos aos grandes centros e às periferias, onde os serviços de saúde pública não chegam, além dos lugares onde as gestantes é que decidem que seus filhos venham ao mundo pelas mãos de uma parteira.

Um dos estados brasileiros que valoriza muito a atuação das parteiras leigas é o Amapá. Em 1995, o Governo estadual implantou o programa para capacitação, inclusão e reconhecimento das parteiras leigas do Amapá. Naquela etapa do programa, reuniram-se

parceiros pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF - pelo Ministério da Saúde e pela Organização Não Governamental Cais do Parto<sup>95</sup>.

No final de 2002, foram realizados 17 cursos em vários municípios, em que foram requalificadas 123 parteiras, capacitadas 927, cadastradas 1.653 e incluídas no programa de renda do PDSA 1.453 parteiras leigas. Entre 1995 e 2002, os índices de mortalidade infantil e de mortalidade materna e perinatal foram reduzidos. No Amapá, o índice de parto cesariano tornou-se um dos menores do país: 140 em cada mil nascimentos. Em 1998, realizou-se o I Encontro Internacional das Parteiras Tradicionais do Amapá. Naquele mesmo ano, o projeto “Parteiras Tradicionais do Amapá” recebeu o Prêmio Paulo Freire e foi reconhecido nacional e internacionalmente.

Em 2002, Janete Capiberibe, eleita, pela primeira vez, a deputada federal mais votada pelo Amapá, decidiu levar ao Congresso o desafio de reconhecer nacionalmente as parteiras leigas. Ela propôs um projeto de lei com o objetivo de criar um programa para tirar as parteiras tradicionais do anonimato, reconhecê-las, resgatar seu saber, capacitá-las, incluí-las no serviço público de saúde e remunerá-las pelo serviço que prestam. O projeto apresentado na Câmara dos Deputados, em 2003, serviu para agregar os debates e as parteiras. Reafirmaria, naquela oportunidade, a proposta da ONU de valorizar as parteiras tradicionais, compartilhar seu saber e multiplicá-las mundo afora, com o objetivo de atender melhor às gestantes, aos nascituros, às mães e aos recém-nascidos, até mesmo onde existam hospitais e centros de saúde.

Já no estado de Pernambuco, desde 1993, está funcionando o Programa Estadual de Parteiras Tradicionais (PEPT), que contempla ações de melhoria do parto domiciliar, realizado pelas profissionais, sendo feitos a identificação e o cadastro por município e a capacitação para o acompanhamento à gestante durante o parto domiciliar. Há que se destacar a atuação, desde 1990, em todo o Nordeste, do Grupo Curumim, que visa melhorar as condições de trabalho e a vida das parteiras tradicionais e garantir o reconhecimento e a

---

<sup>95</sup> A organização não-governamental, CAIS do Parto (Centro Ativo de Integração do Ser) foi fundada em 5 de julho de 1991. Sediada em Olinda, estado de Pernambuco, a organização fundamenta-se na reforma sanitária, nos direitos humanos, nos direitos reprodutivos e no desenvolvimento sustentável e atua nas áreas de saúde, gênero, cidadania, educação, ecologia e cultura. O Cais trabalha com mulheres, homens, crianças, adolescentes, parteiras e profissionais de saúde, e atua nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sul. Destaca-se como entidade de apoio a grupos de parteiras e contribui efetivamente com o resgate de culturas e tradições do parto e nascimento no Brasil e para o reconhecimento da profissão.

preservação dos seus saberes, como forma de socialmente se reconhecer esses saberes como patrimônio cultural imaterial brasileiro<sup>96</sup>.

### 3.4 Ascensão da doula: a mulher que “serve”

Nesse mesmo cenário, o Movimento das Doulas (inspirado pelo médico francês Michel Odent e outros) nos chama bastante à atenção, porque está crescendo e se multiplicando cada vez mais. Atualmente, só no Brasil, pelo Grupo de Apoio à Maternidade Ativa<sup>97</sup> (GAMA), estão cadastradas, por causa de formações realizadas nessa organização, cerca de 800 doulas de várias regiões do País.

Etimologicamente, a palavra *doula*, cuja pronúncia correta é “*dúla*”, vem do termo grego clássico “*dúli*”, que significa “escrava”. Desde a Antiguidade, essa palavra designa uma criada doméstica ou escrava. Ou seja, “doula” significa “mulher que serve”. Nos dias de hoje, aplica-se às mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e depois do parto.

Antigamente a parturiente era acompanhada durante todo o parto por mulheres mais experientes, como suas mães, as irmãs mais velhas, vizinhas que, geralmente, já tinham filhos e já haviam passado por aquela experiência. Na Grécia atual, a palavra tem conotação negativa, e as profissionais, atualmente, são denominadas de assistentes de parto. Quem primeiro utilizou o conceito de *doula* na concepção moderna foi a antropóloga Dana Raphael, em seu livro *The Tender Gift Breastfeeding*, para se referir às mulheres que ajudavam às novas mães durante a lactância e o cuidado com o recém-nascido nas Filipinas. Mas foram Marshall Klaus, um neonatologista, e John Kennel, um pediatra, os primeiros que treinaram e certificaram doulas em 1991, quando fundaram a Doulas da América do Norte<sup>98</sup> - DONA.

---

<sup>96</sup> O processo foi aberto em 2011 por ONGs e associações de parteiras e reaberto esse ano, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para reconhecimento dos saberes e das práticas das parteiras tradicionais.

<sup>97</sup> Esse é um grupo de capacitação que tem como missão promover uma atitude positiva, ativa e consciente em relação à maternidade e visa formar doulas (acompanhantes de parto) aptas a acompanharem parturientes em qualquer estágio do trabalho de parto, dando conforto físico, emocional, afetivo e psicológico e proporcionando à mulher uma experiência de parto o mais positiva possível.

<sup>98</sup> Segundo os autores, a Associação das Doulas da América do Norte (DONA) é uma entidade reconhecida que exige que todas elas obedeçam ao Código de Ética e às normas de práticas. Para os

Na América do Norte, para atuar, as doulas precisam do certificado de uma entidade reconhecida, para obtê-lo é necessário efetuar leituras e assistir aulas sobre parto, anatomia e fisiologia da mulher, terminologia médica, medicação para dor, entre outras, além de realizar estágio para observar a atuação de outras doulas. Finalmente, a candidata deve ser avaliada satisfatoriamente pelas mães, enfermeiros e equipe, após atuarem em inúmeros nascimentos. Nos EUA, a doula pode atuar com as mulheres durante o trabalho de parto e parto ("birth doula") ou após o nascimento com a puérpera, recém-nascido e família ("postpartum doula"), para isso ela necessita pertencer a uma associação. As *doulas* não podem ser consideradas parteiras, pois não realizam procedimentos médicos como auscultação fetal, medição de pressão e exame de toque do colo uterino. Sua função intraparto   de dar apoio físico e emocional   mulher em trabalho de parto. Durante a gestação, fornecem informações baseadas em evidências científicas para evitar cesáreas indesejadas ou desnecessárias, proporcionar uma experiência positiva de parto e reforçar o vínculo mãe/bebê. São figuras importantes na retomada do parto fisiológico, natural, humanizado. (Leão e Oliveira, 2005: 4)

As doulas são acompanhantes de parto que começaram a surgir no Brasil de forma mais organizada. Em julho de 1997, no Hospital Sofia Feldman (HSF), em Belo Horizonte, foi desenvolvido o projeto 'Doula Comunitária'. Mulheres voluntárias da comunidade formaram um grupo de 14 doulas para acompanharem as parturientes. Poucos meses depois da implantação, o projeto<sup>99</sup> teve repercussão favorável na comunidade, foi divulgado na imprensa falada, na escrita e em eventos científicos e implantado em outros hospitais. Os próprios participantes do HSF capacitaram as doulas, como já aconteceu em Betim e em

---

casos em que os pais ou a equipe profissional acharem que os padrões exigidos pela DONA não foram cumpridos, poderá haver punição. Dados do s te DONA apontam um crescimento exponencial do número de certificados conferidos às doulas, que passou de 31, em 1994, para 2.432, em 2002, e o número de associadas passou de 750 para mais de 4.500 no mesmo período. Isso demonstra que, na equipe de assistência à parturiente, existe mercado de trabalho, e o papel da doula é valorizado.

<sup>99</sup> <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/380>



Montes Claros. Depois que esse projeto foi implantado no Hospital Sofia Feldman, em média, 70,0% das mulheres são acompanhadas durante o trabalho de parto por familiares ou doulas.

A inserção do acompanhante durante o parto emerge da necessidade de preencher a estranheza e a solidão da parturiente, devido ao contexto de hospitalização. Entretanto, apesar da importância da presença do acompanhante ser reconhecida, a aceitação na rotina hospitalar ainda tem sido alvo de muitas discussões (STORTI, 2004). Sobre isso, Hotimsky e Alvarenga (2002) mencionam que a presença do acompanhante está mais de acordo com a filosofia da maternidade, por isso, em alguns locais, a presença é estimulada, em outros, não é tolerada ou há restrições. De todo o modo, esse movimento de “humanização da assistência ao parto e ao nascimento” (p. 53), com caráter menos intervencionista e que aceita a possibilidade de presença de acompanhante familiar no parto, tem surgido nos serviços que procuram dar uma atenção à participação mais ativa da mulher no parto, enfatizando os aspectos sociais e emocionais (DOMINGUES; SANTOS; LEAL, 2004). [...] O atendimento centrado no ser humano com suas crenças e valores faz com que novas políticas devam ser implantadas, para que se possa ter um atendimento biopsicossocial. (Kruel e Vendrúscolo, 2016: 100)

Assim, a profissão de doula surgiu para preencher essa lacuna e vem oferecendo seus serviços de ajuda às mães, durante o parto, em todo o Brasil. Elas atuam como uma espécie de protetora das mulheres e, quando necessário, de seus companheiros. Sua presença também pode ajudar e apoiar as enfermeiras obstetras, as obstetrizes e os médicos obstetras a atenderem a um número maior de partos naturais. Mas há posições provocadoras de polêmicas, manifestadas, inclusive, no início da criação do movimento desse grupo, que hoje já se encontra em um patamar diferenciado em relação ao período referido pelo texto de Marques (2013). Portanto, vejamos apenas como se posicionou a Associação dos Anestesiologistas do Estado de São Paulo, que demonstrou certa resistência e incômodo devido à forma menos intervencionista de atuar no parto, num depoimento tomado por entrevistados:

A doula deve saber, sem radicalismo, ocupar seu espaço como coadjuvante da parturiente, já que não possui atividade regulamentada. Muitas delas acabam por tumultuar o ambiente, interferindo diretamente nas decisões do médico, critica. A questão também deixou em alerta diversas entidades médicas que se posicionaram a favor do uso de analgesias utilizadas durante o parto, uma vez que parteiras e doulas, geralmente defendem o parto humanizado, bem como a aplicação do menor número possível de medicamentos. (Marques, 2013: 26)

Essas mulheres têm tempo e paciência para conhecer as mulheres grávidas e estar com elas. E independentemente de quão demorado seja o momento do parto, sua principal função é de ajudar as parturientes a relaxarem, a se sentirem seguras e emocionalmente compreendidas, a se esquecerem do mundo e a se entregarem àquele momento. Ou seja, as doulas se tornaram elementos extremamente empoderadores para as parturientes e as assistem para que possam parir da melhor forma e naturalmente.

Antes do parto, a doula orienta o casal sobre o que esperar do parto e do pós-parto. Explica os procedimentos comuns e ajuda a mulher a se preparar, física e emocionalmente, das mais variadas formas. Durante o parto, essa profissional funciona como uma interface entre a equipe de atendimento e o casal, explica os complicados termos médicos e os procedimentos hospitalares e atenua a eventual frieza da equipe de atendimento em um dos momentos mais vulneráveis de sua vida. Também ajuda a parturiente a encontrar posições mais confortáveis para o trabalho de parto e o parto, mostra formas eficientes de respirar e propõe medidas naturais que podem aliviar as dores, como banhos, massagens, relaxamento etc. Depois do parto, ela visita a nova família, oferece apoio para o período de pós-parto, especialmente em relação à amamentação e aos cuidados com o bebê. Sua atuação no parto pode diminuir em 50% as taxas de cesárea; em 20%, a duração do trabalho de parto; em 60%, os pedidos de anestesia; em 40%, o uso da oxitocina; e em 40%, o fórceps.

A lo largo de la historia se ha demostrado el acompañamiento de la doula a través de diversos estudios internacionales que demuestran los beneficios que implica su acompañamiento, entre los que Valdés y Morlans (2005) tal como reducción del tiempo del trabajo de parto, de

la necesidad de anestesia o analgesia, así como de la incidencia de cesáreas; de igual forma, comentan que los partos naturales (vía vaginal, sin oxitocina, anestesia o fórceps) son más frecuentes en las mujeres que cuentan con la presencia de una doula. (Rodríguez, B. y Durán, K., 2016: 3)

O ambiente impessoal dos hospitais e o grande número de pessoas desconhecidas em um momento tão íntimo da mulher tendem a aumentar o medo, a dor e a ansiedade. Essas horas são de imensa importância emocional e afetiva, e a doula se encarrega de suprir essa demanda por emoção e afeto, que não cabe a outro profissional no ambiente hospitalar.

Dentro de hospitais e das maternidades, atualmente, a assistência passou para as mãos de uma equipe especializada: o médico obstetra, a enfermeira obstétrica, a auxiliar de enfermagem e o pediatra, cada um com sua função bastante definida no cenário do parto. O médico ocupa-se dos aspectos técnicos; as enfermeiras obstetras passam de leito em leito, para ajudar as mulheres; as auxiliares de enfermagem cuidam para que nada falte ao médico e à enfermeira obstetra; e o pediatra cuida do bebê.

Apesar de toda a especialização, ficou uma lacuna: quem cuida especificamente do bem-estar físico e emocional daquela mãe que está dando à luz? Essa lacuna pode e deve ser preenchida pela doula ou acompanhante do parto. Enfim, tanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) quanto o Ministério da Saúde incentivam<sup>100</sup> a presença das doulas e reconhecem sua influência direta e positiva na saúde das mulheres e dos recém-nascidos.

---

<sup>100</sup> O Ministério da Saúde considera que a participação da doula é mais um instrumento humanizador, já que ela acolhe e acompanha as mulheres na hora do parto, dando apoio emocional e incentivo e aos seus familiares. Além disso, toda gestante cujo parto for feito pelo Sistema Único de Saúde tem direito a um acompanhante de livre escolha, pois a lei federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005, garante esse direito, que a Rede Cegonha veio reforçar, por meio da qualificação das unidades de saúde. O Ministério da Saúde também reconhece que a assistência prestada pelas parteiras é uma realidade em diversos locais do país. Por isso, vem capacitando as parteiras tradicionais e desenvolvendo ações para valorizar, apoiar, qualificar e integrar seu trabalho ao SUS e inseri-las na Rede Cegonha. O Programa Rede Cegonha foi uma iniciativa orientada para a gestante e a mãe brasileira usuária do serviço público de saúde, que visou melhorar o acesso e a qualidade do atendimento ao nascimento nessa rede pública. De acordo com Carneiro (2013: 50), “para as feministas da rede de saúde, implica num retrocesso de trinta anos de luta pela saúde e emancipação feminina. Segundo esse grupo de feministas, a iniciativa reitera a noção de que a saúde da mulher e a própria pessoa da mulher estariam orientadas para a maternidade, deixando de debater a liberdade de escolha da maternidade e, assim, também a legalização ou descriminalização do aborto”.

Em 31 de janeiro de 2013, o Ministério do Trabalho lançou a nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações, em que a ocupação de doula aparece, pela primeira vez, com o número 3221-35. Uma das pautas de organização delas visa ao seu reconhecimento como profissão.

### **3.5 “Doulas na tradição”: a síntese da contradição ciborguiana**

O parto, que é considerado um ritual de passagem, um momento sagrado envolvido pelo mistério da vida e da morte, sempre foi cuidado, especialmente, por mulheres: amigas, irmãs, comadres, mães e avós. Esse cuidado envolvia desde o apoio físico e emocional, até a ajuda nos afazeres domésticos e no cuidado com os filhos mais velhos, visando proporcionar um ambiente tranquilo para que o bebê chegasse em harmonia e desfrutasse do aconchego e do leite da mãe. Essas mulheres também atendiam às necessidades da parteira que conduzia o trabalho de parto da gestante e aprendiam com ela as que tinham o dom para partejar. Todo esse momento sempre foi protegido pela espiritualidade, através de rezas, de danças e de cantos. Ervas e plantas eram utilizadas de diversas maneiras pelas parteiras, mulheres sábias que reconheciam seus poderes.

A evolução da tecnologia, por sua vez, afastou sobremaneira as mulheres desses processos naturais, que, visando fazer parte da linha de produção e do consumo crescente, deixou de valorizar as relações inatas da natureza feminina. A inserção da medicina alopática não poupou a mulher em seus ciclos, e a menstruação passou a ser um grande problema, a gravidez, uma mudança arriscada, e o parto, um procedimento com intervenções artificiais e cirúrgicas, na maioria das vezes, desnecessárias, protocoladas como normas em instituições públicas e privadas. Isso contribuiu para que a mulher desconhecesse o próprio corpo e excluísse o homem da oportunidade de se envolver com a gravidez, com o parto e com a amamentação, e o mais importante, considerando o bebê como um ser não portador de sentimentos e sensações.

O movimento pelo parto humanizado veio falar novamente da valorização do processo feminino de parir, da fisiologia e da maternidade como constituinte da natureza feminina. Elisabeth Badinter, feminista francesa, aposta que falar dessa natureza é um

retrocesso. Em sua produção Badinter critica a idéia do mito do amor materno e destaca as cobranças excessivas que essa volta ao naturalismo traz à mulher ao defender a amamentação, o apego e o parto natural. (Marques, 2013: 22-23)

Nesse contexto, em que as habilidades e os ciclos femininos estão submersos nas relações de competitividade entre as próprias mulheres, surgiu a figura da “doula na tradição” como uma opção para quem tem a intenção de preservar a tradição das sabedorias femininas. De acordo com essa filosofia da tradição, para “servir”, é essencial que a “doula na tradição” reconheça seu próprio universo feminino e honre suas próprias raízes, para atuar profissionalmente, compreendendo seus limites, integrar-se com as escolhas da mulher, sem julgamentos, oferecer informações seguras e respeitar os demais profissionais envolvidos nesse processo.

Observa-se a contradição maior com o perfil desenhado por Haraway em seus posicionamentos, devidamente bem relatados nestes escritos de Kunzru (2013: 22):

Trata-se de uma mulher que não tem qualquer interesse em ser uma “mãe-natureza” ou em retornar a algum passado mítico e pré-tecnológico. Ela é famosa por ter uma vez afirmado: “prefiro ser uma ciborgue a ser uma deusa”. Como uma ciborgue, Haraway é um produto da ciência e da tecnologia; ela não vê muito sentido no assim chamado “feminismo da deusa”, que prega que as mulheres poderão encontrar a liberdade apenas na medida em que se desprendem do mundo moderno e descobrirem sua suposta conexão espiritual com a Mãe-Terra.

No âmbito profissional, a doula cuida, especialmente, da fase do ciclo gestacional, compromete-se com a ética e o respeito pelas escolhas da gestante, dispõe-se a oferecer suporte e a apoiar as questões físicas e emocionais femininas e familiares, podem associar diversas habilidades naturais de seu conhecimento, para beneficiar a mulher grávida, o bebê e o casal, e estimula o vínculo familiar antes do parto, durante e depois.

Contraditoriamente a essa posição, a abordagem na tradição orienta, além de questões físicas e técnicas, o contexto das emoções e da perspectiva de ancestralidade, de espiritualidade e da questão energética que envolve a gestação e o parto, assim como o uso de rezas, chás, líquidos etc. A doula também orienta sobre plano de parto e contrato e se desloca atuando em diferentes lugares (domicílio e hospital), apoia as mulheres na ressignificação de suas fases de menstruação, fertilidade, sexualidade e menopausa e nas mais variadas necessidades que abrangem o universo feminino.

As intervenções tecnológicas são importantes, quando utilizadas com bom senso e o conhecimento científico é válido como informação. A intervenção é variável e mutável e considerada menos importante na essência da sabedoria ancestral.

Se, por um lado, voltamos à questão da natureza, ao colocar em pauta os potenciais biológicos femininos, por outro, a luta que as mulheres travam para ir na contramão das práticas hegemônicas no atendimento ao parto, buscando soluções hoje pouco praticadas, destaca um aspecto da defesa de direitos que está alinhada com o movimento pró-aborto: a liberdade de dispor do seu corpo. Usar recursos para evitar a dor ou o excessivo esforço no parto já foram considerados liberdade. A liberdade hoje pode significar simplesmente resistir as intervenções médicas. (Marques, 2013: 26)

As doulas na tradição realizam um trabalho para as parturientes interessadas em acessar saberes naturais e ancestrais, ampliar seu conhecimento, ancorar práticas para auxiliar famílias no universo feminino do gestar, do parir e do nascer e promover uma aprendizagem de caminhos com cuidados físicos, emocionais e energéticos baseados na tradição ancestral. É na cultura da “tradição” que se valoriza toda a riqueza cultural que envolve a sabedoria ancestral das parteiras e das curandeiras, utilizando os dons e recursos naturais com gratidão e generosidade. Reforçando essa assertiva, a autora afirma:

O que caracteriza o ser humano não é a natureza, mas a sua capacidade de superá-la, construindo e reconstruindo o mundo. É isso exatamente o que vai distinguir a “Homens Sapiens” do animal

quando, através do trabalho, aquele humaniza a natureza. É exatamente pelo fato de ser humano ser por natureza um ser de cultura, que não pode ser definido pela natureza, mas por uma segunda natureza: os costumes. Se no alvorecer da humanidade, a força muscular ocupou posição de destaque, diante do que ela representava face às intempéries da natureza, hoje os avanços da tecnologia e automação anulam tal relevância. (Lima, 2008: 368)

Assim, reconhecendo e honrando as próprias raízes, elas ajudam a parturiente a encontrar um caminho mais simples para se reconhecerem como espécie humana. E é na era do ciborgue que Kunzru (2013: 23) reforça este pensamento de Haraway:

A era do ciborgue é aqui e agora, onde quer que haja um carro, um telefone ou um gravador de vídeo. Ser um ciborgue não tem a ver com quantos bits de silício temos sob nossa pele ou com quantas próteses nosso corpo contém. Tem haver com o fato de Donna Haraway ir à academia de ginástica, observar uma prateleira de alimentos energéticos para *bodybuilding*, olhar as máquinas para malhação e dar-se conta de que ela está em um lugar que não existiria sem a idéia de corpo como uma máquina de alta performance.

A doula que é formada nessa tradição tem condições de discernir seu papel no parto da tradição e seu significado no universo do partejar, assim como de atuar em espaços convencionais do sistema (o hospital), respeitar as diferentes escolhas da mulher em relação ao parto, reduzir os impactos negativos que podem ocorrer em um pós-parto e estar a serviço com todos os cuidados necessários e seus encaminhamentos, de acordo com cada contexto e cultura. Ela também se coloca na condição de uma formadora de opinião e, por isso, pode acumular as experiências dos conteúdos e das práticas e estruturar um trabalho maior com rodas de gestantes.

É preciso considerar que mesmo esse parto natural pode ser visto como antinatural quando lembramos que o que se espera das mulheres na maior parte do tempo é que seja educada, dócil e que preserve sua

vagina como um lugar dedicado ao prazer heterossexual. Assim sendo, o retorno ao parto natural seria essencialismo ou liberdade? Uma ofensa aos avanços do feminismo ou justamente uma conquista dele, na medida em que as mulheres vivem experiências que contrariam o estereótipo da mulher comportada e dedicada ao prazer masculino tão cobrado socialmente? (Marques, 2013: 23)

Os conteúdos repassados nos cursos de formação de doulas, basicamente, se fundamentam na prática da tradição que agrega os saberes de populações tradicionais originárias que envolve rezas, chás, limpezas energéticas incluindo conhecimentos de outras culturas planetárias como medicina chinesa, as homeopatias, florais, naturopatia<sup>101</sup> e outras para a doulagem de diferentes partos incluindo partos domiciliares de baixo risco com parteira e doulas na tradição.

Nas redes sociais brasileiras, é possível encontrar facilmente a divulgação de um curso de formação de “Doulas na Tradição”, que acontece desde o ano de 2015, disponibilizado na modalidade de EAD, e a oferta de outros cursos a distância tendo como opção complementar vivências de espiritualidade que são oportunidades de aprendizes terem uma experiência significativa num círculo com parteiras e doulas, vivenciando aspectos que inter-relacionam espiritualidade e autoconhecimento.

---

<sup>101</sup> A Medicina natural (também chamada de Naturopatia) é uma terapia que enfatiza a capacidade intrínseca do corpo de se curar e se manter. Os naturopatas utilizam recursos naturais, como remédios à base de plantas medicinais (Fitoterapia), e quando necessário, também podem usar vitaminas, minerais, aminoácidos (Medicina Ortomolecular) e fármacos sintéticos que emulam certas substâncias naturais (como, por exemplo, a cânfora sintética chinesa). A Naturopatia inclui muitas modalidades de tratamento, porquanto trata do paciente com uma perspectiva holística de assistência, que pode ser acompanhada da Medicina alopática. O termo naturopatia foi utilizado, pela primeira vez, em 1885, pelo Dr. John Scheel.



### 3.6 Autonomia feminina e a tessitura das redes de auxílio ao parto ativo

As redes sociais funcionam como auxiliares, como ferramentas que protagonizam um dos atuais fundamentos do ciberespaço, e são aliadas aos trabalhos de ONGs, que consideram a internet como um espaço democrático de discussão, ampliação e estudos de novos conceitos e opiniões dos mais diferentes grupos existentes na sociedade civil. Como já tratamos neste trabalho, as redes alteram o *status* técnico-científico do conhecimento comunicacional.

O conceito de redes sociais tem raízes nas Ciências Sociais, com base em diferentes perspectivas, referenciadas a partir de experiências específicas (Scherer-Warren, 2005), que vão desde a Sociologia (redes sociais) até a Informática (redes de computadores). Uma reconfiguração se dá entre indivíduos, tecnologias digitais e território, características da ação social *em e nas* redes.

Uma rede de atores não se reduz a um único ator, mas é composta de elementos heterogêneos conectados – sejam eles humanos ou não-humanos. Por um lado, essa rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, que exclui qualquer componente não-humano. Por outro, não deve ser confundida com um elo que liga de modo previsível elementos estáveis e definidos perfeitamente, porque as entidades das quais ela é composta podem a qualquer instante redefinir sua identidade e suas relações, fornecendo elementos novos para o que Latour chama de “rede sociotécnica”. (Maia, 2011: 123)

Há que se pensar em definições mais sólidas para o campo da comunicação que convencionem a ideia de rede para além do que se entende empiricamente pela maioria dos usuários, pois, para Recuero (2004), a rede é uma metáfora utilizada para observar padrões de conexões estabelecidas entre atores sociais diversos, considerando que a interação é a matéria-prima das relações sociais. Isso porque, em uma rede social, as pessoas funcionam como uns nós, e as arestas são constituídas pelos laços sociais gerados na interação social. Além disso, há uma conexão mais profunda na relação entre a internet e os movimentos sociais em rede, por exemplo. Tal como afirma Castells (2017: 1999), “eles comungam de uma cultura

específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas”. Por isso, Gohn (2010) considera que as redes associativas estão estruturadas em movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), associações de bairro e comunitárias, entidades assistenciais, organizações fundadas por empresas por meio de políticas de responsabilidade social ou de responsabilidade civil e organizações mediadoras, como entidades articuladoras ou fóruns e conselhos de gestão pública compartilhada.

Os movimentos sociais embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protesto. Eles são essencialmente culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã. Os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade. [...] os movimentos como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social. (Castells, 2017: 200)

Os movimentos sociais formam estruturas no meio digital, de onde emergem novas formas de agregação, de comunidades virtuais ou de coletividades latentes (Rheingold<sup>102</sup>, 2003), em que as novas tecnologias incorporam a “inteligência emergente”, que definida por Steve Johnson (2001: 100) chama de conexão.

Comunidades virtuais, nas palavras de Rheingold, são uma “teia de relações pessoais” presentes no ciberespaço, formadas quando pessoas mantêm conversas sobre assuntos comuns durante um período de

---

<sup>102</sup> Um dos primeiros trabalhos sobre o tema ‘relacionamentos *on line*’, intitulado ‘Comunidade virtual’, foi escrito por Howard Rheingold, em 1994. Embora esse ano tenha sido um dos marcos da liberação comercial da internet, comunidades virtuais existiam desde os anos 1980, e o trabalho de Rheingold é uma espécie de balanço preliminar das promessas, das possibilidades e dos limites desse fenômeno. Embora suas pesquisas se refiram às características das comunidades virtuais daquele momento, algumas ideias são úteis para se pensar algumas características dos desenvolvimentos posteriores das redes sociais. (Martino, 2015: 44)

tempo relativamente longo. Como qualquer comunidade humana, associações virtuais se constroem a partir de laços de interesse na troca de informações. A diferença principal, no caso, está no fato desses vínculos serem formados e mantidos a partir de um computador. (Martino, 2015: 45)

As conexões<sup>103</sup> em rede são estruturas livres e abertas, que podem expandir um universo virtual de forma ilimitada e criar uma sociedade com indivíduos que compartilham as mesmas ferramentas de comunicação. Essa estrutura social, baseada em conexões em rede, é considerada totalmente dinâmica e leva em conta as inovações e os novos modos de uso, um aliado ao seu desenvolvimento e à sua expansão, diferente de causar qualquer ameaça a sua existência.

O número de conexões, de alguma maneira, se torna uma espécie de índice de sucesso. Quando um grupo considerável de pessoas está acessando um determinado portal, por exemplo, há uma tendência de que seus conhecidos também se interessem por isso, aumentando de maneira exponencial a audiência a partir de conexões ramificadas, não horizontais. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o crescimento rápido de virais: quanto mais uma informação é divulgada, maior será sua divulgação, em uma perspectiva circular. Quanto mais um livro é lido e comentado, mais será lido e comentado. (Martino, 2015: 80)

---

<sup>103</sup> Partindo do trabalho do pesquisador Albert-László Barabási, Martino (2015: 79) afirma que Barabási, “estudando a estrutura das conexões há pelo menos vinte anos, observou uma série de elementos constantes em vários tipos de redes, das ligações biológicas entre células até a arquitetura da internet e das redes sociais conectadas”. “Dentre essas constantes, uma das mais importantes diz respeito a uma persistente desigualdade entre os nós que compõem a rede. Ainda segundo Martino (2015: 80), o modelo de Barabási prevê a estruturação de boa parte de uma rede, seja biológica, comercial, afetiva ou digital, em torno de algumas conexões, aumentando consideravelmente sua importância”. “Esses nós (hubs) mais importantes agregam dados e informações cruciais e são os responsáveis, muitas vezes, por intermediar um número considerável de relações que não existiriam se não fosse por eles.”

Devemos, pois, refletir sobre o processo de mudança social que garante a transformação cultural das sociedades. Sabemos que as características básicas de uma transformação cultural dependem do aparecimento de um novo conjunto de valores que se organizam em torno de duas bases: a individuação e a autonomia. Esses dois conceitos são diferenciados assim por Castells (2017: 200):

Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento. Individuação não é individualismo, pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns, como preservar o meio ambiente ou criar uma comunidade, enquanto o individualismo faz do bem estar do indivíduo o principal objetivo de seu projeto particular. [...] Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses.

Assim, reforça Castells (2017: 200), “a transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construírem sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha”. Portanto, esse tão referenciado teórico entende que as redes são os instrumentos apropriados para a economia capitalista, que se baseia em inovação, globalização e descentralização, trabalhadores e empresas flexíveis e adaptáveis, cultura de desconstrução e reconstrução constante. Assim, o que hoje é considerado um processo dominante, na era da informação, organiza-se por meio das ferramentas e das conexões em rede para contribuir com essa cibersociedade e participar dela, que se formou com o crescimento tecnológico. Segundo Castells (2000: 72), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, de poder e de cultura.

Então, considerando o pensamento de Lemos (2010: 33), “as mídias interativas, as comunidades virtuais e a explosão da liberdade de expressão trazida pela Internet abrem um novo espaço de comunicação, inclusivo, transparente e universal, que é levado a renovar

profundamente as condições da vida pública no sentido de uma maior liberdade e responsabilidade dos cidadãos”.

A internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso por que a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer comando. Emergiu da cultura de liberdade prevalecente nos campi universitários de 1970. (Castells, 2017: 200)

Portanto, no ciberespaço, a comunicação é interativa, contribui para o aparecimento de redes sociotécnicas participativas, que transcendem a simples interligação social, como ocorria na esfera das mídias tradicionais, e as redes sociais, entre todos os outros dispositivos via internet, são expressões que surgem para, cada vez mais, estruturar o universo da cibercultura. De acordo com Lemos (2010: 33), “o desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas. As comunidades virtuais de base territorial, que são as cidades e regiões digitais, criam uma democracia local em rede, mais participativa”.

No ciberespaço, cada sujeito é um potencial produtor e reproduzidor de informação, o que acontece quando se criam redes colaborativas de informação, por meio do compartilhamento de opiniões e de relatos pessoais que, em segundos, passam do caráter pessoal/individual para coletivo/comunitário. Tal como afirma Figueirêdo (2017: 64),

na perspectiva das revoluções digitais, os ciborgues produzem relações virtualizadas que ganham força na construção de comunidades de interesses. Essas comunidades subverteram as posições geográficas e invadiram os espaços virtuais, onde as distâncias não importam, mas sim o grau de envolvimento dos usuários com os assuntos, causas ou objetivos dos grupos. Esses grupos podem em algum momento migrar para ações além do

ciberespaço, mais isso não é um condicionante. Esses atos de transbordamento ocorrem em situações específicas, como uma causa que ao ser considerada justa, acaba agregando um número muito grande de adeptos, transformando-se em algumas situações em ações ativistas.

Assim, a democratização do conhecimento e da prática da cidadania na internet modificou o papel de simples utilizador (consumidor/receptor de informação) para o de indivíduo/cidadão com potencial e capacidade de produzir conteúdos. Essa assertiva corrobora o pensamento de Lemos (2010: 45) de que “o tempo real é essencialmente uma nova velocidade da aprendizagem coletiva. Essa aprendizagem coletiva se dá pelo princípio da colaboração em rede, princípio que rege a cibercultura em seu conjunto de práticas sociais e comunicacionais”. O autor ainda reforça:

O progresso da inteligência coletiva não nos leva para um “melhor” já concebido, que seria uma visão eufórica do presente, mas em direção a uma expansão dos espaços de sentido e da liberdade que podem tomar a forma de uma assustadora alteridade, se perdermos a coragem que a atualidade exige, ou seja, a entrada de novos reinos de liberdade e da responsabilidade planetária e coletiva. (Lemos, 2010: 39)

Essa aprendizagem se configura nas plataformas de colaboração, que operam como se fossem redes de auxílio, na medida em que promovem e, ao mesmo tempo, convidam para a uma nova postura sobre as questões levantadas em prol de uma causa, por exemplo. Essa colaboração visa a objetivos dos mais diversos. Lemos (2010: 111) nos diz que, “hoje, a Web 2.0 permite uma maior participação, conversação, customização e integração das ferramentas, reforçando ainda mais a potência agregadora das tecnologias da cibercultura. O número de usuários de *blogs*, *softwares* sociais, jogos multiusuários, MSN, SMS, ou *microblogs* é crescente, e podemos, dizer que o uso social do ciberespaço se dá exatamente nessas novas formas comunitárias”.

Ocupações virtuais de *sites* de corporações ou governos, ações *hackers*, petições *on-line*, mobilização e coordenação de protestos através da utilização da internet, cobertura jornalística alternativa e digital, são alguns exemplos. Assim, a utilização de NTICs pelos movimentos sociais, vem “mudando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam” (GARRETT, 2011, p. 2002). Embora esses processos recebam nomeações distintas, podem ser agrupados em torno do nome ciberativismo, entendido de forma ampla, como a utilização de NTICs por movimentos sociais e ativistas. (Alcântara, 2016: 315-316)

As ferramentas são acessíveis, fáceis de usar e gratuitas. Os novos sistemas, como Blogger, Flickr, Yahoo Maps, Google Maps, Google Earth, Facebook, Orkut, Myspace, entre tantos outros, oferecem espaços para a criação de páginas, blogs e comunidades sem nenhum custo para os usuários. Dentro desse contexto, reforça Lemos (2010: 52) “a cidadania e a democracia supõem o alfabeto, isto é, a possibilidade de cada cidadão ler, aplicar e criticar a lei, assim como de participar na sua elaboração”. Mas, tal como coloca Castells (2017), a chave do sucesso para essa dinâmica está na autoapresentação de uma pessoa real conectando-se com pessoas reais.

As pessoas constituem redes para estar com outras, e para estar com outras com as quais desejam estar, com base em critérios que incluem aquelas que já conhecem ou as que gostariam de conhecer. Assim é uma sociedade em rede autoconstruída com base na conectividade perpétua. Mas não é uma sociedade puramente virtual. Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. E é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta. Assim, a cultura da liberdade no plano societal e a da individuação e autonomia no plano

dos atores sociais estimularam simultaneamente as redes de internet e os movimentos sociais em rede. Na verdade há um efeito sinérgico entre esses dois eventos. (Castells, 2017: 202)

Nesse sentido, as comunidades virtuais estão presentes taticamente, pois, nesse cenário, iniciaram seu desenvolvimento há mais de vinte anos, antes mesmo que a Web aparecesse. De acordo com Lemos (2010: 112), “uma comunidade virtual, quando é convenientemente organizada, representa uma importante riqueza em termos de conhecimento distribuído, de capacidade de ação e de potência cooperativa. Uma comunidade virtual tem vocação para se tornar uma ‘inteligência<sup>104</sup> coletiva’, isto é, uma fonte de conhecimento e de criatividade”. Concordando com Figueirêdo (2017: 54), “a inteligência coletiva convida ao compartilhamento do conhecimento, e cada inteligência individual atua como fragmento de um mosaico do tamanho do mundo. Esse mosaico torna-se completo a cada movimento em que é agregado em sua malha rizomática mais uma informação ou conhecimento”.

Diante do exposto, vejamos o pensamento de Castells (2017: 27):

Para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pro-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. Entender em que condições esses processos ocorrem e quais são os resultados

---

<sup>104</sup> A noção de “inteligência”, nesse caso, não deve ser confundida com “formação” nem com “erudição”, mas com a dinâmica da transformação dos saberes dentro das práticas e das relações humanas. A inteligência coletiva, ao que parece, indica que o valor de um conhecimento depende do contexto em que se está (Martino, 2015: 32).



de cada processo específico não pode ser uma questão de teoria formal. Exige que a análise se baseie na observação.

Ainda com base nos parâmetros descritos por Castells (2017), quando nos detemos a realizar a tarefa de elencar as características-padrão de desenvolvimento do que tecem as redes de auxílio ao parto ativo, delinea-se uma dinâmica que as define. Castells (2017) pontua assim cada uma delas: a) seus movimentos são conectados em rede de múltiplas formas; b) ocupam o espaço urbano; c) evidenciam o espaço da autonomia como nova forma espacial; d) são atemporais; e) são espontâneas em sua origem, mas, geralmente, desencadeadas por uma centelha de indignação; f) são virais; g) o espaço da autonomia é o grande palco para a passagem da indignação à esperança; h) criam companheirismo; i) sua horizontalidade favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; j) são profundamente autorreflexivas; k) não são violentas, em princípio; l) raramente são pragmáticos; m) voltados para a mudança dos valores da sociedade; n) são muito políticos, em um sentido fundamental.

Nesse sentido, cabe ressaltar a inteligência coletiva das redes ciberfeministas.

As redes ciberfeministas<sup>105</sup> auxiliam, inclusive, na confecção do Plano de parto, que é um documento redigido durante a gestação e registrado no cartório, que contém, uma lista do que a mulher deseja e do que não deseja que aconteça durante o parto, incluindo as leis que dizem respeito à gestação, como, por exemplo a Lei 11.108/200531, que dispõe sobre o direito ao acompanhante durante o procedimento, assim como normativas e portarias do Ministério da Saúde, a fim de efetivar os direitos da gestante. (Oliveira e Pinto, 2016: 395-396)

---

<sup>105</sup> Amigas do Parto, a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento e o Despertar do Parto e o Nascer Sorrindo são algumas das redes que estão presentes em páginas da web, em blogs e nas redes sociais, articulando ideias e pessoas, divulgando informações e atualizando-se constantemente, e estimulam atividades para mães, pais e bebês, como cursos, workshops, rodas de apoio e de conversa e estimulam a capacitação de parteiras tradicionais. (Oliveira e Pinto, 2016)

Quando as redes se fortalecem, a participação política das mulheres é ampliada, e a expansão do acesso às TICs<sup>106</sup>, as informações e as trocas de experiências as tornam cada vez mais informadas e conscientes sobre seus direitos, seus corpos e sua saúde. De outro lado, outras exigências são necessárias para que o profissional atue na saúde.

O profissional de saúde tem a obrigação ética e legal de oferecer informações claras e completas sobre o cuidado, os tratamentos e as alternativas, e dar à mulher a oportunidade de participar das decisões em relação ao que lhe foi informado, entretanto, na maioria dos casos, esse direito não é respeitado e a mulher perde seu poder de tomada de decisão, tendo que se sujeitar aos procedimentos determinados pelo corpo médico e pela instituição, que, geralmente, são desnecessários e submetem a mulher e o bebê a inúmeros riscos e complicações. (Oliveira e Pinto, 2016: 401-402)

Enfim, considerando que o ciberfeminismo nasceu como um fenômeno social e político e é um movimento recente, seus primeiros passos foram dados na terceira onda feminista (iniciada entre as décadas de 80 e 90) e promovem a ideia de que as TICs poderiam reconfigurar a sociedade, os próprios meios tecnológicos e as posições de gênero instituídas até então, que começaram a se deteriorar devido aos desafios da contemporaneidade.

---

<sup>106</sup> A expressão “tecnologias da informação e comunicação” se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que as TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo software necessário. Em outras palavras, as TIC envolvem TI e quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e nos processos informacionais e comunicativos dos seres. Também podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de *hardware*, *software* e telecomunicações, a automação e a comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica, de ensino e aprendizagem, entre outras. A expressão foi usada, pela primeira vez, em 1997, por Dennis Stevenson, do governo britânico, e promovida pela documentação do Novo Currículo Britânico em 2000.

#### 4. “A MISSÃO DE ILÍTIA”: O PARTO ATIVO SOB A ÓTICA DE PARTEIRAS E DE DOULAS BRASILEIRAS NOS *MÉDIAS* DIGITAIS

*O modo como as mulheres dão à luz é importante para todos, pois tem a ver com o tipo de sociedade na qual queremos viver. (Sheila Kitzinger)<sup>107</sup>*

Depois de articular alguns eixos teóricos e de tensionarmos as questões de ordem metodológica, cabe-nos, agora, atravessar esse capítulo, realizando as etapas de descrição e interpretação dos dados levantados nessa pesquisa, buscando construir um mapa por meio do qual possamos entender o que estamos tratando como “a missão de Ilítia”.

Também pretendemos elucidar a trajetória desse movimento que se permite, em certa medida, ser político dentro do ciberespaço e que se manifesta no engajamento de parteiras e de doulas brasileiras, que, através de sua performance na vida real ou na virtual, revelam a “Ilítia” que existe em cada uma delas. Esse papel está sintetizado em suas ações, como “servidoras” que são. Para cumprir um dos primeiros objetivos, delineamos o perfil dos informantes da pesquisa, porque entendemos que seria primordial conhecê-los para que pudéssemos avançar com o desenvolvimento das demais análises.

##### 4.1 Construindo o perfil dos sujeitos da pesquisa

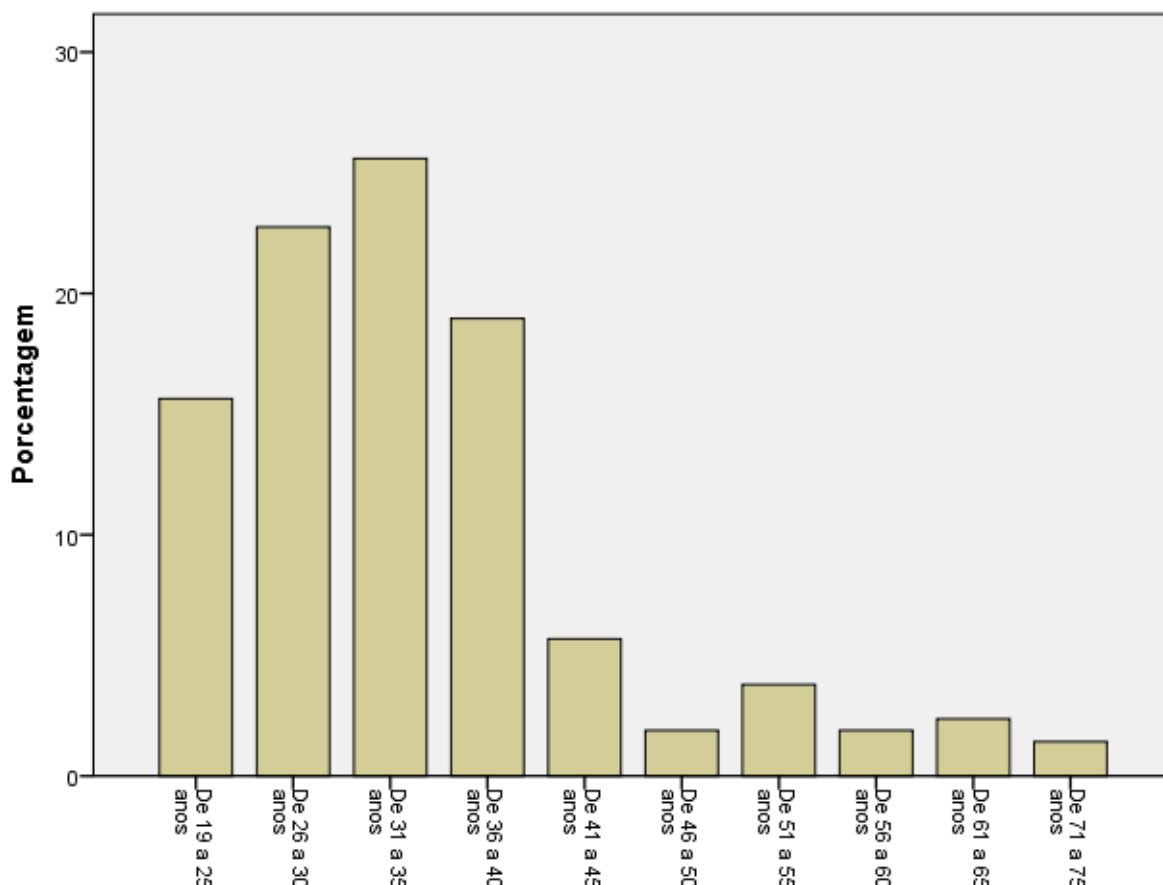
O perfil dos sujeitos da pesquisa foi se constituindo através do primeiro bloco de perguntas que fez parte do questionário aplicado e que, basicamente, concentram-se nas primeiras dezesseis representações gráficas que estão elencadas nas próximas páginas deste trabalho.

---

<sup>107</sup> Fala da antropóloga inglesa, ativista do parto, autora de inúmeros livros sobre o assunto. Dedicou sua vida a lutar para que as mulheres pudessem tomar suas próprias decisões em relação ao processo de parir, e sempre foi uma grande incentivadora do parto domiciliar planejado para mulheres saudáveis. Lutou para que mulheres prisioneiras pudessem dar à luz sem estarem acorrentadas e para que mães e bebês permanecessem juntos. Sheila foi professora da Universidade ‘Thomas Valley’ no Reino Unido e faleceu aos 86 anos, em 11 de abril de 2015, deixando um vasto legado de conhecimento, inspiração e coragem.

Vejamos o primeiro gráfico que traz a faixa etária dos respondentes e apresenta com que frequência o quantitativo de pessoas naquela faixa de idade aparece.

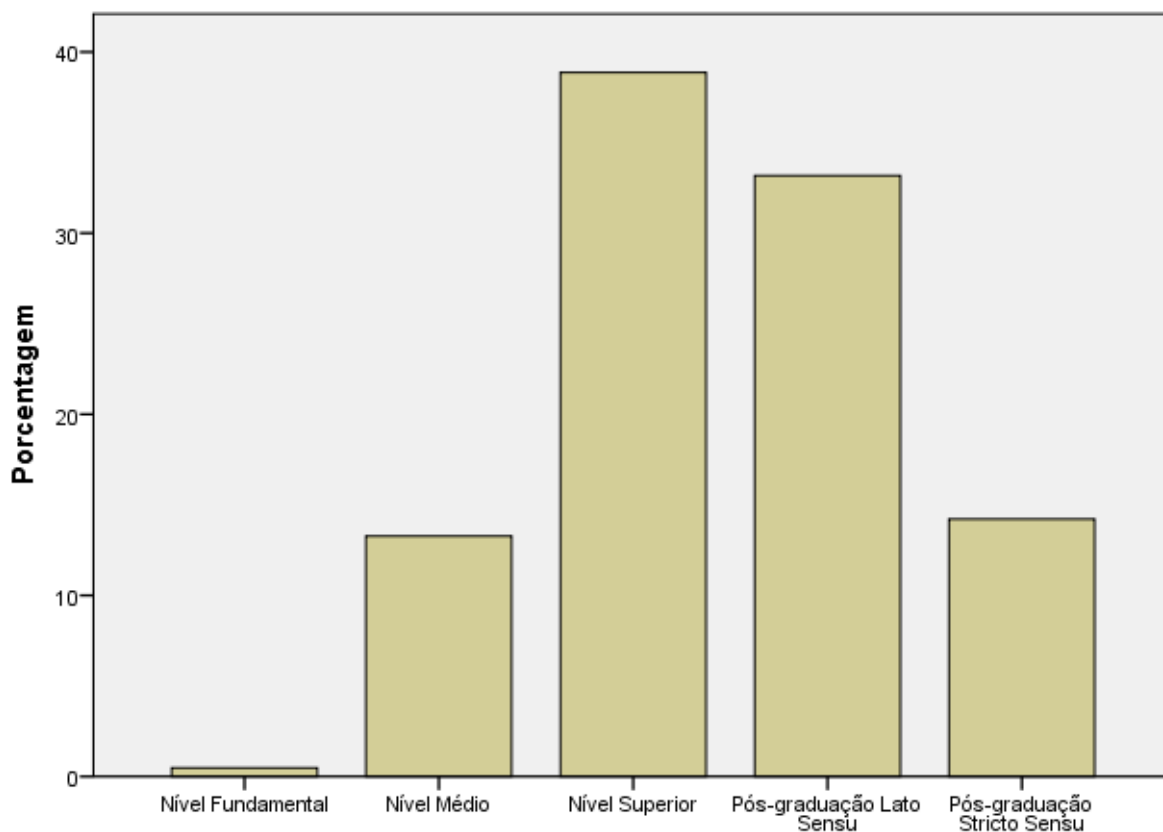
**Gráfico 1 – Sobre a faixa etária (de cinco em cinco anos) dos respondentes**



De acordo com o demonstrativo do quadro 4 exposto acima, percebemos que os sujeitos da pesquisa estão concentrados numa faixa etária entre 19 e 40 anos, o que se subentende que o grupo pesquisado se encontra atuando profissionalmente e no auge de suas capacidades produtivas. Vale destacar que, considerando as regras do atual mercado de trabalho, via de regra, pelo menos no que se refere ao campo de atuação profissional, essa é a faixa etária que ainda detém o maior grau de valorização do profissional. Quanto às pessoas com mais de 50 anos de idade, o estudo mostrou que, a depender do tempo em que iniciaram suas atividades de trabalho no campo, têm uma larga experiência de trabalho, especialmente, no campo da assistência humanizada ao parto.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos respondentes, os resultados estão expostos no gráfico 2.

**Gráfico 2 – Sobre o grau de escolaridade dos respondentes**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

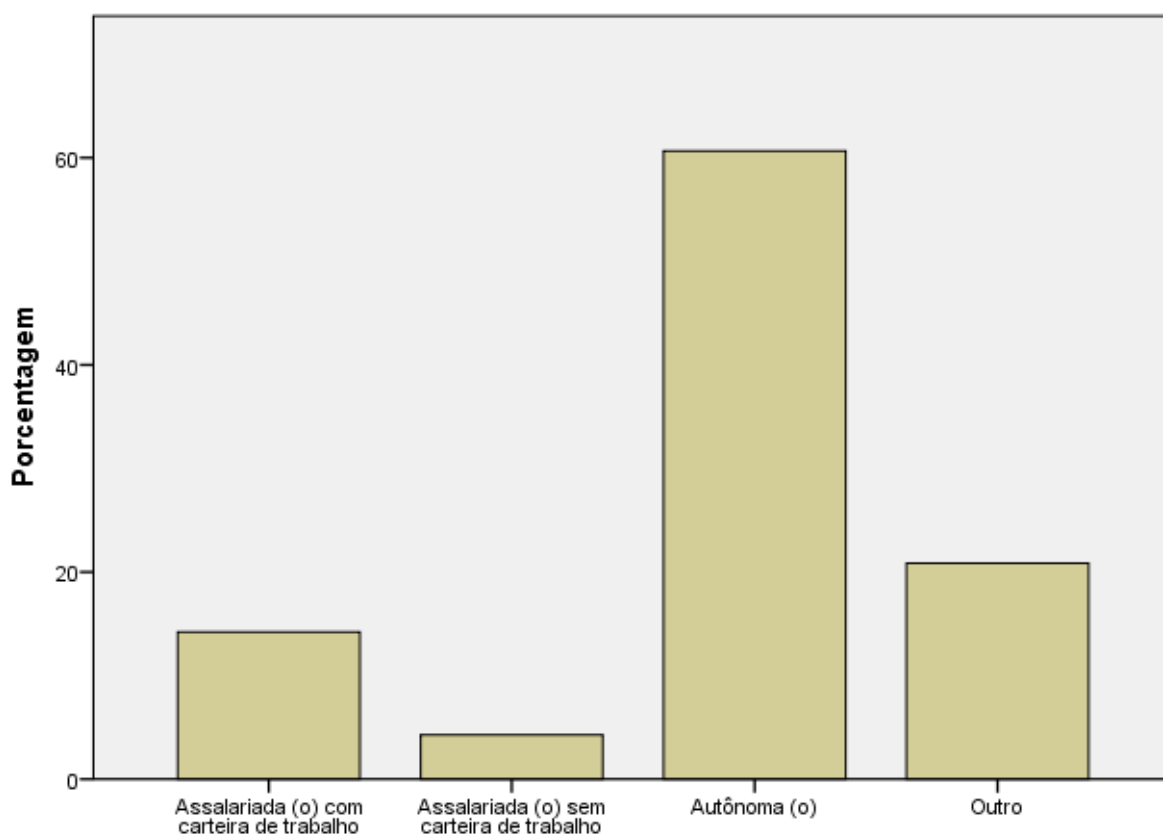
De acordo com os dados levantados e apresentados acima, 38,9% dos respondentes tinham nível superior<sup>108</sup>, a saber: 33,2%, formação em nível de pós-graduação *lato sensu*; 14,2%, pós-graduação *stricto sensu*; e 13,3%, o nível médio.

<sup>108</sup> De acordo com o sistema de educação superior no Brasil, regulamentado pelo Ministério da Educação, os cursos de pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*), com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma. Já os cursos de pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos com base no Art. 44, III, da Lei nº 9.394/1996.

Esses resultados apontam que a maior parte do público entrevistado detém um razoável nível de escolaridade, e grande parte tem formação em nível superior e de pós-graduação. Isso revela uma diferença marcante quando comparamos com o grau de escolaridade das parteiras leigas que responderam, pois, do grupo de respondentes, elas não possuem algum grau de escolaridade.

Também percebemos, ao fazer uma correlação entre as variáveis ‘grau de escolaridade’ e ‘uso das medias’, que as doulas formam um grupo que opera mais estrategicamente com os *media* digitais, talvez por fazerem parte de uma nova geração. Esse fato, aliado às próprias formações, pode, naturalmente, colaborar para o desenho de um perfil mais diferenciado, inclusive no que se refere a intenções mais políticas relacionadas à causa do parto ativo ou, ainda, à sua própria organização e às questões de profissionalização.

Uma questão que nos ajudou a desenhar o perfil dos sujeitos da pesquisa foi identificar sua situação laboral, pelo que traçamos no primeiro momento, o percentual de respondentes com vínculo empregatício, como demonstrado no gráfico 3, a seguir:

**Gráfico 3 – Percentual relativo ao vínculo empregatício**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O gráfico acima representa as informações retiradas do questionário, que indicaram que 60,7% trabalham na condição de autônomos (as); 14,2%, de assalariados com carteira de trabalho assinada; e 20,9% se classificaram como “outro”.

Essa representação gráfica das respostas nos dá uma dimensão muito clara de o quanto a atividade de parteiras e de doulas ainda é feita de forma “livre”, ou seja, mais alternativa,. Nossa hipótese é a de que essa condição de autônoma se apresenta por duas razões: a primeira tem a ver com a própria filosofia de construção da atividade profissional, pois está muito mais associada à ideia de liberdade e de respeito à natureza do ser humano, em especial, da mulher, à compreensão e ao respeito aos próprios limites; e a outra, por consequência, tem a ver com o status da atividade profissional, que ainda está em processo de construção. No caso das parteiras, existe alguma diferença, pois, ao longo do tempo, a atividade profissional vem sendo resgatada através do movimento da tradição, buscando implicitamente reposicionar o lugar dessa “mulher/profissional” na sociedade, que, no caso das doulas, aponta para outra direção, em termos de construção histórica, porquanto esse grupo, além de ser recente como

identidade e atividade de trabalho ofertada, ainda necessita de publicização sobre o que realmente fazem, como trabalham, de que forma são remunerados, entre outros elementos informacionais, para que, a partir de então, o trabalho dessas profissionais seja mais conhecido e mais valorizado.

Uma parcela do grupo de respondentes respondeu que tem vínculo empregatício, porém estava relacionado a outro tipo de atividade profissional. Vejamos no quadro 4, logo abaixo:

**Quadro 4 - Identificação sobre “outra” situação laboral**

Vínculo/trabalho (outro)	Quantidade
Funcionalismo público (municipal, estadual, federal)	23
Aposentada (o)	4
Voluntária da rede pública	2
Residente (bolsista)	4
Estagiária	1
Professora de Inglês	2
Estudante	1
Sócia administrativa de uma empresa	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nessa representação gráfica, consta que a maior parte das respondentes não se identificou como parteira ou como doula. Existe um quantitativo maior que considera essas pessoas na condição de funcionários públicos. Isso quer dizer que a função de parteira/doula funciona para e como uma segunda atividade. Portanto, quando se trata de pensar em uma autoimagem, no contexto social brasileiro, essa condição revelada pelos respondentes fala mais alto para essas pessoas, no nível identitário, ou seja, elas não se reconheceram, no primeiro momento, como parteiras ou doulas, apesar de o serem, porquanto realizam atividades relacionadas ao ato de partejar ou doular.



Dando prosseguimento ao trabalho de construção do perfil dos sujeitos desta pesquisa, buscamos identificar onde esses residiam, habitavam, ou seja, levantamos quais as regiões do país que se propuseram a participar de nossa pesquisa, assim, denotando para esse trabalho de pesquisa a representação de todas as regiões brasileiras.

A tabela 1, abaixo, apresenta o quantitativo de parteiras/doulas por região.

**Tabela 1 – Localidades onde há parteira e/ou doula**

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Cidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Norte</b>	Amazonas	Manaus	1
<b>Nordeste</b>	Alagoas	Maceió	2
<b>Nordeste</b>	Bahia	Feira de Santana	1
		Rio de Contas	1
		Jacobina	1
		Guanambi	1
<b>Nordeste</b>	Ceará	Fortaleza	2
		Eusébio	1
		Juazeiro do Norte	1
<b>Centro Oeste</b>	Distrito Federal	Brasília	5
<b>Centro Oeste</b>	Goiás	Goiânia	1
		Trindade	1
<b>Centro Oeste</b>	Matogrosso	Rondonópolis	1
<b>Centro Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1
		Dourados	2
		Aral Moreira	1
		Fátima do Sul	1
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Belo Horizonte	10
		Contagem	1
		Conselheiro Lafaiete	1

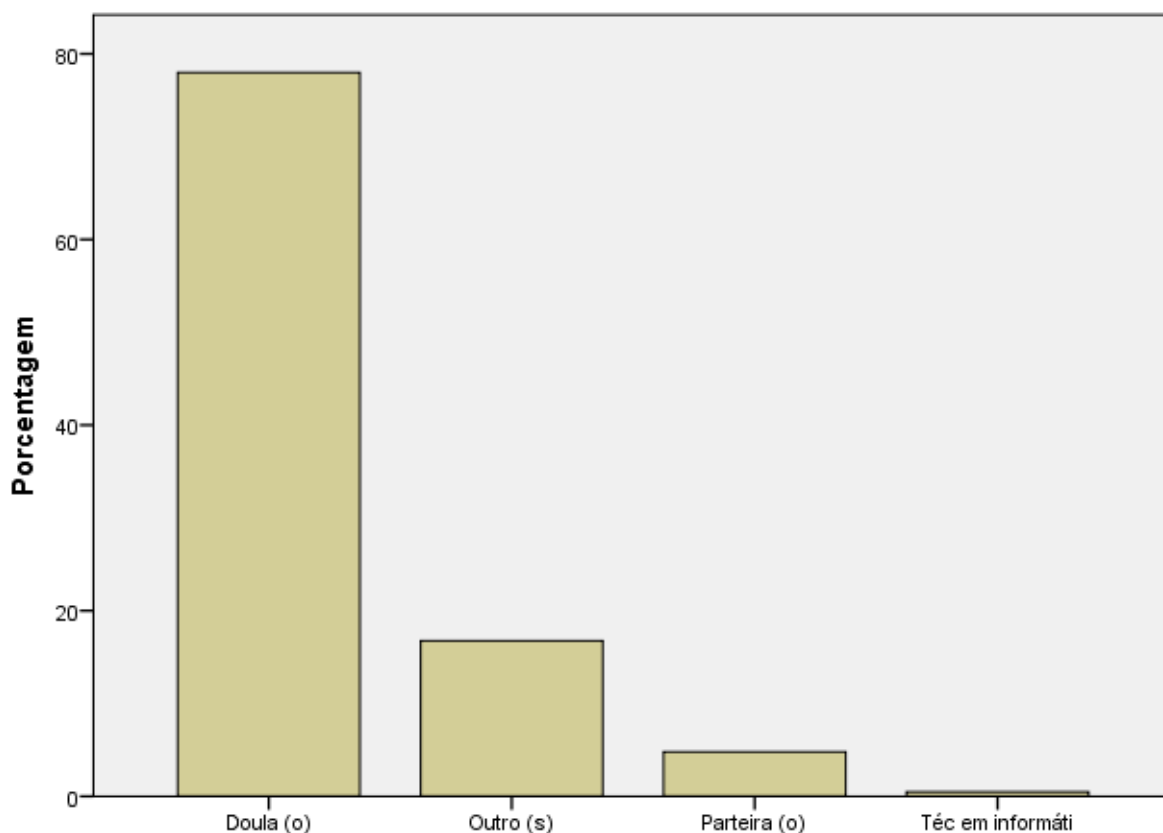
		Ouro Preto	1
		Juiz de Fora	1
Nordeste	Paraíba	Campanha	1
		João Pessoa	2
		Campina Grande	3
Sul	Paraná	Curitiba	7
		Marechal Cândido Rondon	
		Cascavel	2
		São José dos Pinhais	2
			3
Nordeste	Pernambuco	Recife	3
		São Caetano	1
Nordeste	Piauí	Teresina	1
Nordeste	Sergipe	São Cristóvão	1
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	16
		Búzios	1
		Arraial do Cabo	1
Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	4
Sul	Rio Grande do Sul	Canoas	2
Norte	Rondônia	Porto Velho	1
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	5
		Blumenau	2
		Joinville	2
		Brusque	1
		Criciúma	1
		Guarda do Embau	1
Sudeste	São Paulo	São Paulo	6
		Pirassununga	1
		Presidente Prudente	1
		Sorocaba	1
		Santos	1

<b>Norte</b>		Indaiatuba	1
		São Carlos	1
		São Bernardo do Campo	1
		Porto Ferreira	1
	Tocantins	Palmas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com esse demonstrativo, podemos perceber que, apesar de toda a dificuldade de reunir/definir o grupo que seria contatado para participar da pesquisa, já que tivemos dificuldades desde a constituição, ao entrar em campo, percebemos o quanto ele se apresentou difuso. Ainda assim, conseguimos acessar uma significativa representação de pessoas de todas as regiões do País.

Para nós, esse foi um passo importante, especialmente, porque sabemos que o Brasil é um país com dimensões continentais, e ao realizar uma pesquisa desse porte, rapidamente, surgem dificuldades dessa ordem. Mas ressaltamos que foi devido a toda essa dificuldade que conseguimos superar e avançar, no sentido de construir uma identificação própria dos sujeitos, como demonstrado no gráfico 4 exposto na próxima página deste capítulo:

**Gráfico 4 – Autoidentificação dos sujeitos da pesquisa**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No que se refere à identificação dos respondentes, apenas 10,9% disseram que são ser parteiras; 77,5% se apresentaram como doulas; e 16,3% marcaram o item “outro”.

Esse primeiro dado foi uma revelação, porque, antes de entrar no campo de pesquisa, nossa visão estava voltada para as ações das parteiras, mas, ao avançar na pesquisa exploratória, descobrimos que, potencialmente, havia nas redes mais doulas do que parteiras. E para nossa surpresa, as doulas foram maioria no universo de respondentes, como vimos no gráfico 3, com os dados devidamente representados anteriormente. Porém, no desencadear da pesquisa, elas se tornaram as grandes protagonistas do cenário da pesquisa.

Também é importante salientar que, apesar de não ser foco deste trabalho de investigação, duas variáveis importantes se revelaram ao longo do estudo: identificação e identidade. Esses dois conceitos foram pertinentes, visto que permearam nossas análises, pois, a cada momento de análise dos dados, percebíamos que elas se colocavam numa sobreposição, como numa ‘dança de papéis’: ora se identificavam como parteiras, ora como

enfermeiras, ora como doulas, entre outras denominações que foram surgindo, inclusive por ordem de prioridade, numa escala que nos parecia ser construída por essas mulheres de acordo com suas percepções acerca da própria atividade, mas, especialmente, pela forma como se reconheciam ou pelo tipo de identidade que construíam, a partir de suas respostas, da autoidentificação.

Essa dinâmica pode ser mais bem compreendida quando apresentarmos os dados complementares desse aspecto, na tabela subsequente, que traz o quantitativo de outras identificações/identidades acerca de sua atividade/imagem profissional. Vejamos no quadro de número 5, disposto logo abaixo:

**Quadro 5 – Demonstração de quem não se identificou como parteira e/ou doula**

Identificação/Identidade	Quantidade
Enfermeira	5
Consultora materno-infantil	2
Enfermeira obstetra	2
Psicóloga	3
Naturóloga	2
Baby planner	1
Enfermeiro obstetra	13
Fisioterapeuta	1
Fisioterapeuta pélvica	1
Técnica em Enfermagem	2
Acunputurista	1
Estudante de Obstetrícia	1
Consultora de amamentação	2
Educadora perinatal	2
Educadora pré-natal	1

Auxiliar de Enfermagem	1
Massoterapeuta	1
Jornalista	1
Fonoaudióloga	1
Fisioterapeuta obstétrica	1
Estudante de Enfermagem	1
Médica	1
Consultora em aleitamento materno	1
Terapeuta holística	1
Coordenadora de doulas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A tabela acima demonstra que alguns respondentes não conseguiram se identificar como parteiras e/ou doulas. Além disso, na lista elencada, outras funções foram valorizadas, inclusive, de atividades afins ao trabalho de parteiras e/ou doulas. A maior parte era de atividades relacionadas à área de saúde, de maneira mais ampla, inclusive de saúde alternativa, como os casos de algumas que se identificaram como terapeuta holística, naturóloga, acupunturista e massoterapeuta.

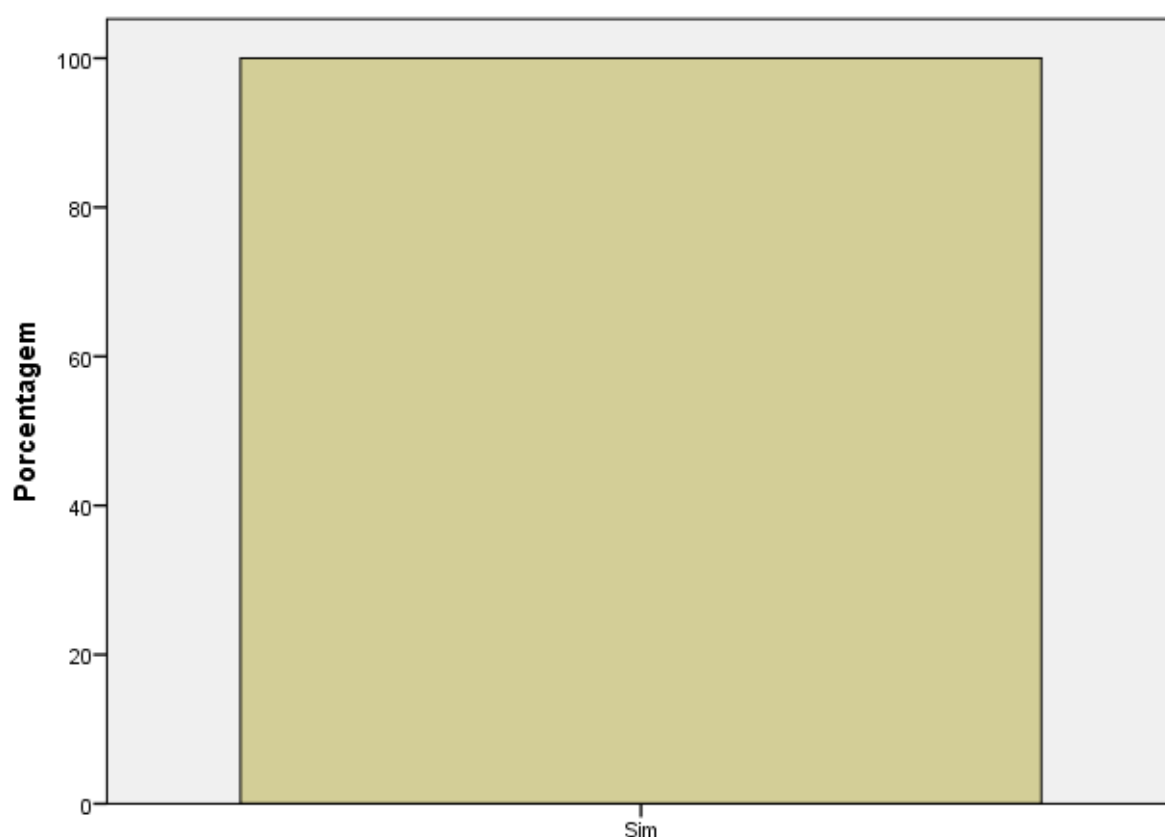
Talvez por uma reafirmação de identidade e, contrariamente, uma espécie de não identificação, as funções principais, de parteira ou de doula, que buscávamos saber, encontramos os casos de: médica, enfermeira obstetra, auxiliar de enfermagem, consultora de amamentação e materno-infantil. Supomos que elas se alinhavam a um contexto mais tradicional ou que estavam trabalhando na função que foi evidenciada por elas. Assim, identificamos algo de contraditório, pois, se as tarefas que realizam e se colocam como principais não fazem parte das definições do que vem a ser parteira ou doula.

Também observamos que algumas funções estão relacionadas a competências muito específicas, como: fisioterapeuta pélvica, fonoaudióloga e *baby planner*<sup>109</sup>. Essa pode ser uma justificativa para não aderir a uma identidade ou outra.

No que se refere às questões de ordem mais pessoal e de motivação em relação à atividade principal, averiguamos o nível de satisfação dessas mulheres ao exercer suas funções.

O gráfico 5 traz o resultado dessa questão:

**Gráfico 5 – Satisfação pessoal ao ajudar outras mulheres**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

Quanto à motivação para ajudar a outras mulheres, 100% dos respondentes disseram que se sentiam bem ao fazer isso.

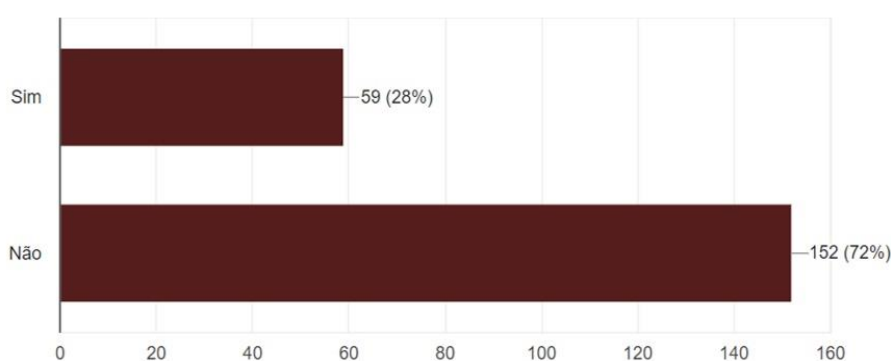
<sup>109</sup> *Baby planner* é uma profissional que oferece consultoria e serviços voltados para gestantes que precisam de orientação sobre os preparativos durante a gravidez para a chegada do bebê. Trata-se de uma nova profissão, que chegou ao Brasil em 2008, e hoje já conta com várias profissionais formadas e certificadas que fazem parte de um nicho de mercado que vem crescendo constantemente.

Essa é uma demonstração de solidariedade humana e de gênero, que foi percebida em alguns momentos durante o contato com as doulas, quando foram convidadas para participar de nossa pesquisa. Esse grupo se destacou porque demonstrou essa característica de solidariedade, de empatia, talvez, intrinsicamente associada às suas condições de mulheres e de mães. As doulas começaram a revelar essa característica logo no contato prévio para (Não é dúvida, é para reformular.)participarem da pesquisa, elas já demonstravam uma real disposição em colaborar com a pesquisa, e por repetidas vezes, se colocavam muito entusiasmadas com qualquer aspecto que tivesse a ver com seu trabalho.

Também nos interessou saber há quanto tempo essas mulheres trabalhavam no campo da saúde materna, porque entendemos que seria importante mapear esse aspecto, por considerar que ele nos daria melhores condições de enxergar as questões relativas ao nível de engajamento não só com o campo de trabalho, mas também com a causa do parto ativo no Brasil. De acordo com os dados coletados, a amplitude do tempo de trabalho variou entre três meses e 23 anos para a maior parte.

O gráfico 6, disposto na próxima página, demonstra que apenas 28% dos respondentes informaram que já trabalharam como parteiras (o), doulas (o) ou para alguma instituição, e 72% informaram que não trabalharam para alguma instituição. Esses dados demonstram claramente que as atividades, tanto de parteiras quanto de doulas estão, pelo menos no momento, muito mais associadas a uma dinâmica de trabalho autônomo do que necessariamente vinculadas a uma lógica mais formal/tradicional de empregabilidade.

**Gráfico 6 – Prestação de serviço (s) para alguma instituição**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

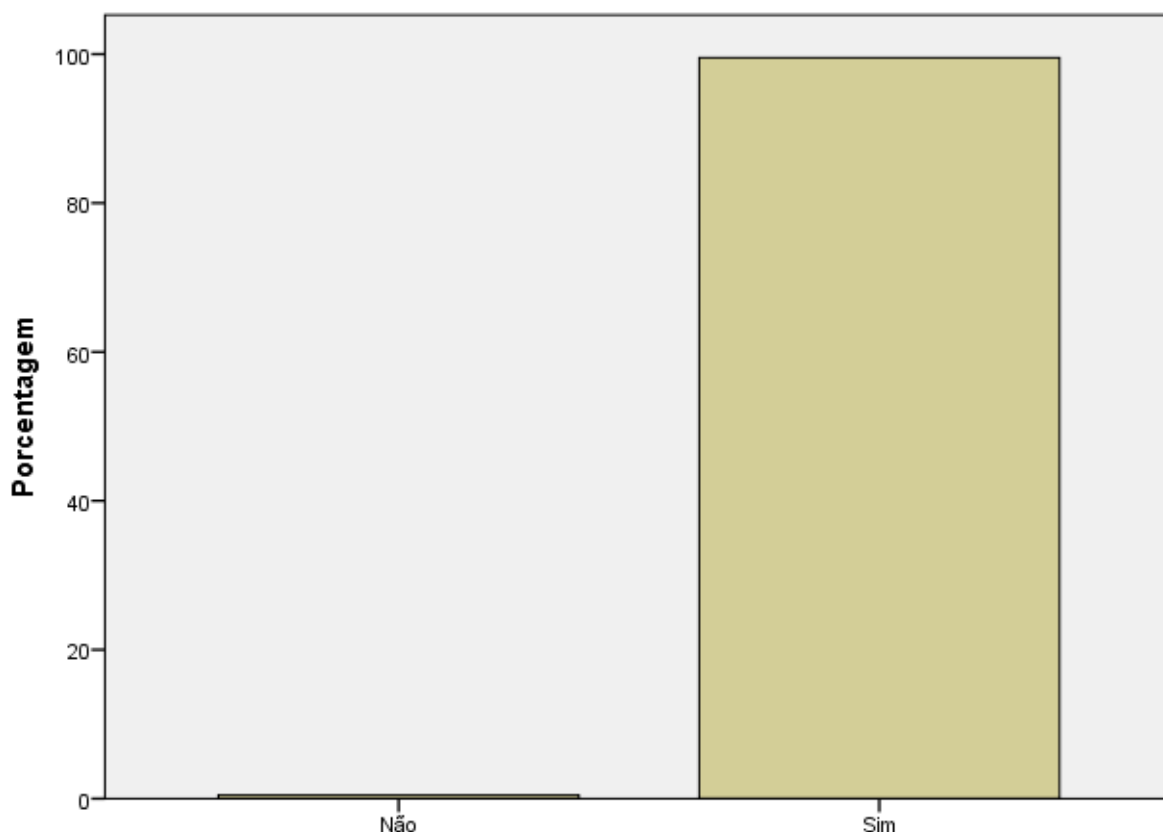


Fígaro (2008) entende que, para além das profundas transformações no mundo do trabalho, esse aspecto de empregabilidade, devidamente ressaltado, também revela importantes questões advindas de mudanças próprias nas relações de comunicação nesse contexto. E acrescenta (2008, p. 11) que *“o universo do trabalho foi o que mais sofreu mudanças em sua organização e estrutura. As novas tecnologias de informação, ou fluxos globais de mercadorias, informações e valores, a reorganização das plantas industriais e os novos métodos de gestão da produção e de pessoas têm em si muito da comunicação”*.

Ainda dentro das análises no contexto do campo de trabalho, e da situação trabalhista dos grupos estudados, os dados levantados pela pesquisa denotam que a maioria dos respondentes tem exercido sua função de maneira alternativa, autônoma, podemos dizer, pois declarou estar trabalhando fora de instituições. Isso só reforça o pensamento de que, no cenário brasileiro atual, o trabalho de parteiras e de doulas é procurado, na maioria dos casos, por vias alternativas. A internet, especialmente, é o grande *lócus* onde se podem encontrar o contato e a indicação dessas mulheres. O gráfico 6, apresentado acima, possibilitou-nos uma visão melhor do que estamos afirmando.

O levantamento só trouxe 41 instituições de saúde, entre elas, hospitais, casas de maternidade, clínicas e outras, tanto públicas quanto privadas e que, em certa medida, parecem-nos que, ao aceitar as parteiras ou doulas como profissionais, estão operando com a ideia de humanização do parto, ou em potencial pelo menos, estão abertos a uma mudança ideológica nesse sentido, e concomitantemente, aderindo a uma oferta de prestação de serviços mais voltada para o modelo de assistência ao parto ativo.

Sabe-se que existe um pequeno e ainda seletivo grupo de mulheres que se alinham com a filosofia apresentada pelo movimento do parto ativo, mas que, efetivamente, ainda não está tão acessível à maior parte da população. Os hospitais privados, por exemplo, cuja representação é maior nos estados brasileiros, praticamente não oferecem essa linha de trabalho, ainda representam as exceções. O que se percebe é certo discurso sobre a importância da humanização do nascimento, mas há uma distância entre falar e realmente operar/adotar as práticas na rotina produtiva da prestação de saúde institucionalizada, quando se trata desse tipo de assistência à parturiente.

**Gráfico 7 – Satisfação com a atividade profissional exercida**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nesse gráfico, os dados levantados pela pesquisa expressaram que 99,5% gostam de sua atividade profissional, e uma ínfima minoria disse não gostar ou não se identificar com ela. De acordo com esse resultado, podemos afirmar objetivamente que a maioria dos respondentes se identifica totalmente com sua atividade, portanto, gostam do trabalho que realizam ou da função que exercem.

Em número absolutos, apenas uma respondente declarou não gostar de sua atividade profissional. Vejamos o quadro abaixo, que traz os mesmos dados, agora em números absolutos:

**Quadro 6 – Satisfação com a atividade profissional exercida (em números absolutos)**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido Não	1	5	5	5
Sim	210	99,5	99,5	100,0
Total	211	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

À medida que íamos tendo contato com os resultados, íamos descobrindo dados que revelavam mais do que um simples gostar da atividade que esses grupos de parteiras e doulas realizavam. Descobrimos, inclusive, a caracterização de um envolvimento emocional bem maior com a tarefa que realizam. Esses dados podem ser mais bem visualizados nos mapas de categorias empíricas que foram construídos a partir de suas falas, em que utilizamos a base proposta pela análise de conteúdo, adotada e devidamente escolhida para o desenvolvimento da análise dos dados desta pesquisa.

Tentamos apreender esse envolvimento por meio do agrupamento de palavras que se encontra demonstrado nas tabelas 2 e 3, apresentadas nas próximas páginas. A organização das categorias empíricas nessas tabelas evidencia esse ‘envolvimento emocional’ que estamos ressaltando aqui, na coluna que trata das unidades de sentido, em que está mais claro esse tipo de envolvimento identificado na pesquisa.

Tabela 2 - Justificativa para “gostar” da atividade desenvolvida

Categoria	Subcategoria	Unidade de sentido
<b>Ajuda a outras mulheres e/ou famílias</b>	<b>Parto digno</b>	Apoio e orientação
		Nascimento respeitoso
		Revigorar
		Cuidar
		Muito feliz
		Mudança na sociedade
		Encorajamento
<b>Realização pessoal/profissional</b>	<b>Empoderamento</b>	Amo poder ajudar
		Espiritualidade
		Mais conexão com o outro
		Gratificante
		Plenitude
		Amor ao que faz
		Humanizada
		Presente
<b>Coletivo/Solidariedade</b>	<b>Transformação</b>	Gratidão
		Missão
		Mudança na forma de nascer
		Mulheres
		Surpreendente
		Trabalho
		Vivência
		Colaboração
		Construção de um mundo melhor

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De todas as falas que foram sintetizadas com a técnica do agrupamento relativo à frequência das palavras que eram verbalizadas por elas de forma escrita, uma nos chamou à atenção por trazer um relato diferenciado.

A respondente apresentou uma visão negativa de sua atividade, o que denota certa insatisfação, que ela associa à desvalorização de sua atividade como doula. Afirmou ela: *O que me decepciona é a desvalorização do trabalho da doula*. Essa respondente, que representou um percentual de 0,5%, parece desconsiderar o desconhecimento dessa nova atividade profissional por parte da sociedade brasileira, o que explica sua noção de ‘desvalorização’. É importante salientar que a desvalorização, geralmente, é motivada pela queda na demanda por aquela atividade. Nesta pesquisa, não se trata do mesmo fenômeno, por isso afirmamos ter muito mais haver com a falta de conhecimento da população do que com seu desinteresse. Num sentido contrário, parece que a maioria dos respondentes não gostam da atividade profissional que exercem e mencionam os motivos que os levaram a escolhê-la, ao longo de suas vidas pessoais e, por que não dizer, de suas vidas profissionais.

Montamos outra tabela, por meio da qual conseguimos extrair, de inúmeros depoimentos coletados no questionário, diversas categorias empíricas e que nos permitem conferir um grau maior de compreensão e de aprofundamento de suas mais definidoras motivações em relação à escolha dessa profissão, como demonstrado na página a seguir:

Tabela 3 – Causas que levaram à escolha da profissão

Categoria	Subcategorias	Unidades de sentido
<b>Maternidade</b>	Cuidar/ajudar	Amor
		Crença
		Empatia
		Satisfação
		Servir
		Paixão
		Solidariedade
		Identificação
		Amor ao próximo
		Partilha
		Contribuição com a vida humana
		Realização pessoal
		Fui atendida por uma doula, e por não ter na minha cidade, resolvi ser uma.
		Afinidade
	Experiência pessoal	Consciência
		Admiração pela força das mulheres
		Ser útil
		Ancestralidade
	Profissão	Depois de meu parto gemelar
		Oportunidade
		Saúde da mulher
		Graduação em Enfermagem
		Ocupação voluntária
		Visão humana e holística de saúde

	Idealização	Gostar de obstetrícia
		Admiração pela gestação
		A formação em Psicologia permitiu o conhecimento dessa área.
		Precariedade nos atendimentos
		Gosta de estudar a fisiologia do parto.
		Queria ter uma profissão autônoma relacionada à necessidade básica
		Construir um mundo mais suave e firme
		Criar um mundo de paz
		Preocupação com a forma de se vir ao mundo
		Compromisso com a formação de uma personalidade a partir da forma de nascer
		Evitar violência obstétrica
		Vontade de mudar o cenário obstétrico atual
	Militância	Vida
		Informação
		Luta contra o sistema
		Vontade de fazer a diferença
		Revolta
		Indignação
		Agente de mudança
		Visão política de ser mulher
		Influência de professores

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ao realizar o levantamento das categorias empíricas, identificamos uma que foi citada - a do parto gemelar – cujo conceito deve ser explicado. Na sequência, selecionamos algumas

falas importantes e expressivas que, além de complementar as análises feitas, diferenciam-se com expressões, observações e pensamentos acerca da realidade que as cerca, como apresentado no gráfico 8, disposto na próxima página.



### Gráfico 8 – Outros depoimentos que justificam a escolha da profissão



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quase todas essas falas são semelhantes, no que diz respeito aos motivos que justificaram o fato de terem escolhido essa profissão. Elas reforçam os motivos listados e sintetizados na tabela 3, a saber: questões de ordem pessoal, impacto acerca de uma experiência com alguém próximo (uma amiga, uma irmã ou outro), a própria admiração e consciência sobre o evento do nascimento, o conhecimento de uma construção histórico-cultural que se sobrepõe à dinâmica da vida cotidiana até os dias atuais, a autopercepção em relação ao que é ser mulher ou uma suposta consciência política, quando se autodenomina de “feminista”.

Essa última fala se destaca por apresentar uma construção, no mínimo, curiosa. A respondente faz uma afirmação que envolve as duas principais identidades dos grupos estudados, e a afirmação que ela empreende denota uma espécie de fusão das duas atividades/identidades.

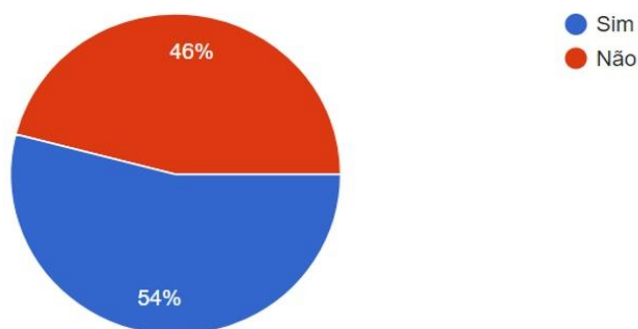
Essa curiosa “fusão” nos remete a uma inferência que aponta para um caminho que já deve estar sendo construído, ainda que inconscientemente, por essas mulheres. Que caminho é esse? Referimo-nos a uma suposta realidade que possa estar por vir - o reconhecimento da doula como alguém que referencie uma noção ou, até, o resgate de uma profissão, a quem chamamos de “parteira moderna”, desvirtuando um tanto o conceito tradicional e/ou principal do que significa “ser parteira”.

É devido a essas impressões culturais da contemporaneidade que também nos interessou saber sobre como elas estavam em relação ao conhecimento da legislação que regulamenta suas atividades, especialmente no que diz respeito à inserção da parteira tradicional no Sistema Único de Saúde. Essa questão é importante, na medida em que a aprovação de uma regulamentação dessa natureza, que confere um lugar formal de vez e voz no sistema de saúde brasileiro, reforça uma conquista por parte das parteiras leigas, que são menos valorizadas, principalmente nas cidades mais desenvolvidas com caráter mais urbano.

Portanto, perguntamos aos respondentes se conheciam o projeto de lei nº 2354/03, que regulamenta o exercício da atividade de parteira tradicional no Sistema Único de Saúde brasileiro. Nosso intuito era de averiguar até onde elas estavam devidamente situadas acerca das questões legais e políticas em seu campo de atuação.

O gráfico 9, a seguir, ilustra os dados coletados e os resultados que foram gerados:

### Gráfico 9 – Conhecimento da lei que regulamenta o exercício da atividade de parteira tradicional no SUS



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

Sobre essa questão, 54% dos respondentes disseram que conhecem o referido projeto de lei; e 46%, que desconhecem. Esse dado aponta, indiretamente, que uma preocupação das interessadas sobre as leis que regem seu campo de atuação profissional e a seara política que pode indicar seus interesses só era conhecida por pouco mais da metade dos respondentes.

O gráfico demonstra objetivamente que, apesar do discurso desses grupos nas redes sobre a profissionalização de suas atividades e da bandeira que levantam sobre suas identidades, parece haver certa fragilidade no que se refere aos aspectos grau de informação e consciência política sobre seus direitos e deveres. Diante dessa inferência, perguntamos: será que quanto maior o grau de educação maior é a probabilidade de conhecerem a lei?

O quadro 7, abaixo, apresenta uma tabulação cruzada que representa essa correlação.

**Quadro 7: Correlação sobre grau de escolaridade e conhecimento do projeto de lei**

2. Grau de escolaridade \* 15 - Você conhece o Projeto de Lei nº 2354/03, que regulamenta o exercício da atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)? Tabulação cruzada

			15 - Você conhece o Projeto de Lei nº 2354/03, que regulamenta o exercício da atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?		
			Não	Sim	Total
2. Grau de escolaridade	Nível Fundamental	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%
	Nível Médio	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	12 42,9%	16 57,1%	28 100,0%
	Nível Superior	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	34 41,5%	48 58,5%	82 100,0%
	Pós-graduação Lato Sensu	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	34 48,6%	36 51,4%	70 100,0%
	Pós-graduação Stricto Sensu	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	17 56,7%	13 43,3%	30 100,0%
	Total	Contagem % em 2 - Grau de escolaridade	97 46,0%	114 54,0%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Partindo desse quadro, observamos que, independentemente do grau de escolaridade, 54,0% (114 dentre 211) das entrevistadas conhecem o Projeto de Lei, e esse percentual não difere muito dos que conhecem o Projeto de Lei em cada categoria referente ao grau de escolaridade. De fato, os percentuais são: 57,1%, 58,5%, 51,4% e 43,3% para o Nível Médio, o Superior, o Pós-lato Sensu e o Stricto Sensu, respectivamente.

No que concerne ao Nível Fundamental, 100,0% conhecem o Projeto de Lei, no entanto, esse percentual corresponde a somente uma pessoa entrevistada. O coeficiente de contingência igual a 0,122 nos dá um indício de apenas uma leve associação entre a escolaridade e o fato de conhecer ou não o Projeto de Lei. Constatamos, ainda, uma possível carência de formação política em relação aos dois grupos estudados - o das parteiras e o das doulas. Porém, apesar dessa suposta “deficiência”, há indícios de que as doulas já conseguem superar essa suposta “carência”. Elas têm um perfil diferenciado, que logo se revelou nas primeiras questões levantadas nesta pesquisa. Portanto, associamos que esse perfil diferenciado se justifica por causa do grau de escolaridade do grupo. Assim, tanto é possível pensar quanto se informar ou executar ações que visem aumentar a participação política no cenário social de que fazem parte.

Vejamos mais uma correlação que nos auxilia a compreender as variáveis ‘grau de escolaridade’ e ‘conhecimento da (s) lei (s)’.

#### **Quadro 8: Correlação entre grau de escolaridade e conhecimento da lei**

2. Grau de escolaridade \* 16 - Você sabia que, na cidade de São Paulo, foi sancionada a Lei nº 380/2014, que permite a presença de doulas em maternidades e hospitais públicos e privados e que, hoje, outras cidades/estados do País igualmente se posicionaram? Tabulação cruzada

			16 - Você sabia que, na cidade de São Paulo, foi sancionada a Lei nº 380/2014, que permite a presença de doulas em maternidades e hospitais públicos e privados, e que hoje, outras cidades/estados do País, igualmente se posicionaram?		
			Não	Sim	Total
2. Grau de escolaridade	Nível Fundamental	Contagem	1	0	1
		% em 2 - Grau de escolaridade	100,0%	0,0%	100,0%
	Nível Médio	Contagem	2	26	28

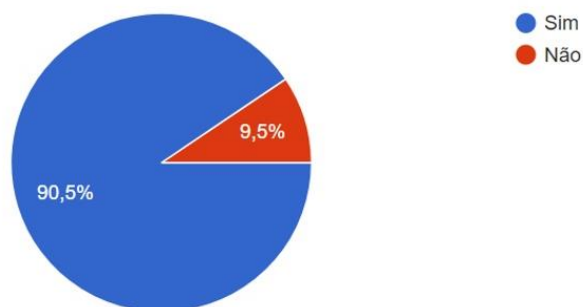
	% em 2- Grau de escolaridade	7,1%	92,9%	100,0%
Nível Superior	Contagem	10	72	82
	% em 2 - Grau de escolaridade	12,2%	87,8%	100,0%
Pós-graduação Lato Sensu	Contagem	4	66	70
	% em 2 - Grau de escolaridade	5,7%	94,3%	100,0%
Pós-graduação Stricto Sensu	Contagem	3	27	30
	% em 2 - Grau de escolaridade	10,0%	90,0%	100,0%
Total	Contagem	20	191	211
	% em 2. Grau de escolaridade	9,5%	90,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O estado de São Paulo é, para o Brasil, um estado-referência, um lugar que norteia muitas ações de desenvolvimento perante os outros estados da Federação, inclusive para a realização de cursos de capacitação/formação. Em razão disso, perguntamos aos respondentes se conheciam uma lei estadual da cidade de São Paulo, de 2014, de nº 380, que foi sancionada e que permitia a presença de doulas em maternidades e hospitais públicos e privados, considerando que essa lei influenciou/influencia os demais estados da Federação a se organizarem em torno da questão e, conseqüentemente e a adotarem sua lei, em nível estadual ou municipal, devido à então jurisprudência.

Partindo do quadro acima, chegamos à indicação de uma leve associação entre a escolaridade e o conhecimento da lei sancionada em São Paulo. No gráfico 10, apresentamos os percentuais dessa questão:

**Gráfico 10 – Conhecimento da lei que permite a presença de doulas em maternidades e hospitais na hora do parto**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

Nesse caso, 90,5% dos entrevistados responderam que estavam informados sobre a lei que foi sancionada na cidade de São Paulo, e 9,5% disseram que a desconheciam. Esses dados reforçam a ideia de que a maioria está sintonizada com as mudanças no Brasil e devidamente informada, não só acompanhando as ações que vão colaborar para adensar uma tentativa de articular, em nível nacional, o movimento.

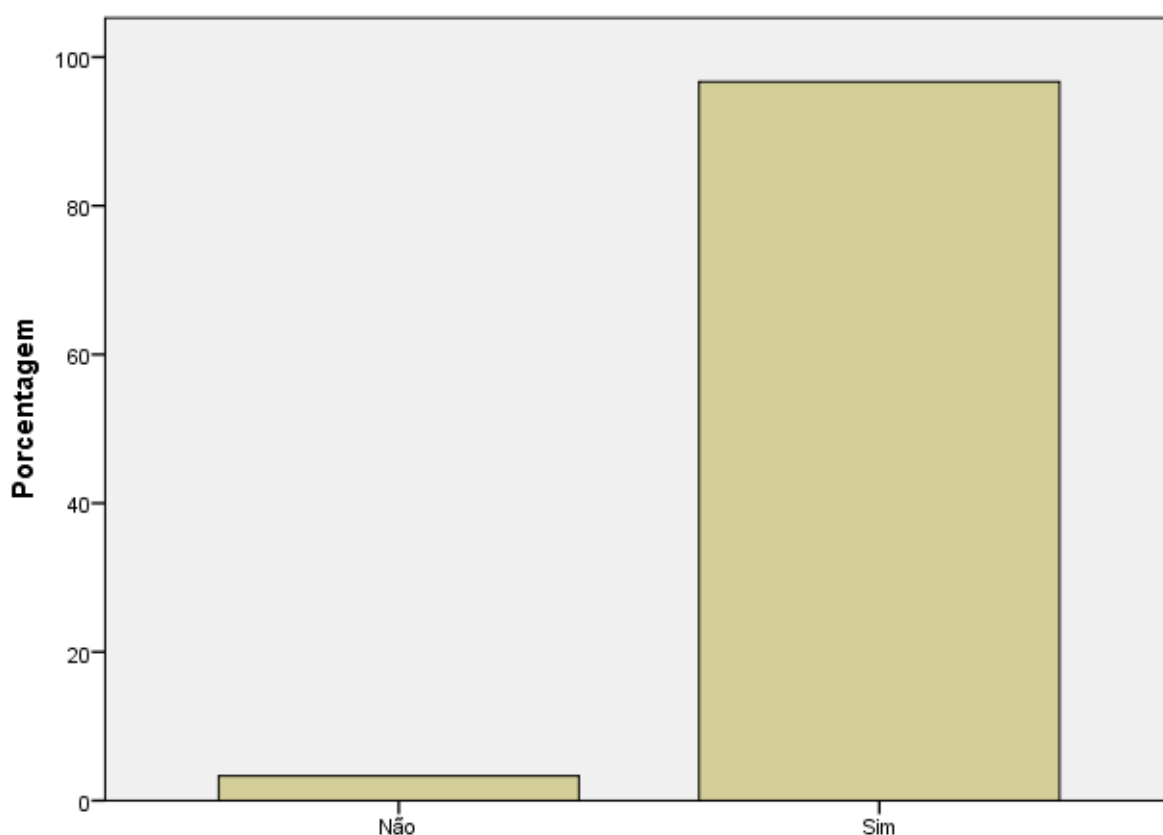
Vale destacar aqui que essa lei gera certa polêmica no âmbito de determinados hospitais, pois muitos, mesmo sabendo dos direitos das mulheres na hora do parto, limitam a presença de outras pessoas (familiares, companheiros, amigos) em detrimento da presença da doula. Nesse caso, o direito é desrespeitado de todas as formas, pois a presença de doula não invalida a presença de outros entes no modelo humanizado de assistência ao parto.

#### 4.2 Descrevendo a concepção de parteiras e de doulas sobre o fenômeno do parto ativo

Compreender como as parteiras e as doulas concebem o fenômeno do parto ativo, no Brasil, tornou-se importante para nós, porque percebemos a importância do olhar dessas mulheres para a causa. Esse olhar serviu de lente de aumento para questões tão complexas que permeiam a realidade do contexto em questão. Durante o estudo, as parteiras e as doulas se revelaram tão protagonistas desse cenário quanto as próprias mães, que, historicamente, eternizaram-se no imaginário coletivo como grandes protagonizadoras do evento do nascimento.

No próximo bloco, apresentamos os resultados das questões levantadas e a percepção das parteiras e das doulas sobre o parto ativo, algo que, para nós, é central, na medida em que se cumpre um dos objetivos específicos da pesquisa.

**Gráfico 11 - Sobre o conhecimento dos sujeitos acerca da expressão “parto ativo”**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)



De acordo com esse gráfico, 96,7% dos respondentes disseram que conheciam a expressão “parto ativo”; e 3,3% não a conheciam. Isso nos leva a deduzir que a maior parte das parteiras e das doulas não só conhece a expressão ‘parto ativo’ como também detém aparente domínio do conceito. Mais à frente, vamos investigar se realmente isso acontece.

Além do engajamento com a causa no Brasil, uma pequena parte delas teve acesso aos conteúdos oferecidos pelo Instituto Parto Ativo Brasil, que dissemina o conceito com ações de divulgação, formação, conferências e outras com a criadora responsável, a educadora perinatal e militante da causa, Janete Balaskas.

Tabela 4 – Principais categorias relacionadas ao fenômeno de pesquisa

Categoria	Subcategoria	Unidades de sentido
<b>Parto ativo</b>	Revolução/Ideologia	Protagonismo
		Empoderamento
		Encorajamento
		Autonomia feminina
		Autoconhecimento
		Luta
		Respeito a limites e a instintos
		Tomar as rédeas/decisões
		Em favor da lei da gravidade
	Dignidade humana	Violências
		Direito individual
		Sem intervenções
		Vivência plena
		Escolha consciente
		Respeito ao fisiológico
		Direitos humanos
		Participação ativa
		Posição confortável
		Melhora da experiência
	Ressignificação	Coletividade
		Felicidade
		Utilidade
		Momento único
		Plenitude

	Realização
	Solidariedade
	Mudança
	Movimento
	Dom/vocação
	Liberdade

**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

Para além da apresentação dos resultados na tabela acima, três falas nos chamaram à atenção, não por representarem uma exceção, mas porque mereciam destaque, por isso foram transcritas. Elas foram construídas com uma linguagem de caráter mais técnico-científico, o que revela a existência de profissionais mais atentas aos conceitos e à própria profissionalização em seus campos de atuação. Também aparentaram ser profissionais mais capacitadas ou mais atualizadas, tendo em vista as expressões que utilizaram.

Vejamos as falas a seguir:

a) *“Um parto em que a mulher assume o protagonismo e se mantém ativa, com liberdade para conduzir o parto da maneira que preferir, com possibilidade de movimentar-se, alimentar-se, recusar intervenções desnecessárias e escolher onde, como e com quem deseja viver essa experiência”.*

b) *“Para mim parto ativo é uma expressão inaugurada na Inglaterra e difundido por Janet Balaskas que relaciona-se a importância da movimentação, vocalização e liberdade da mulher durante o TP e de exercícios com bola suíça, agachamentos e escolha da posição mais confortável no expulsivo”.*

c) *“Significa que à gestante enquanto estiver em trabalho de parto será dada a oportunidade e condições de deambular, ingerir líquidos e alimentar-se, usar chuveiro, banheira, bola de bolbet, cavalinho, escada de ling... e principalmente que essa mulher será*

*protagonista de seu parto com autonomia e informação durante todo tempo de trabalho de parto!”*

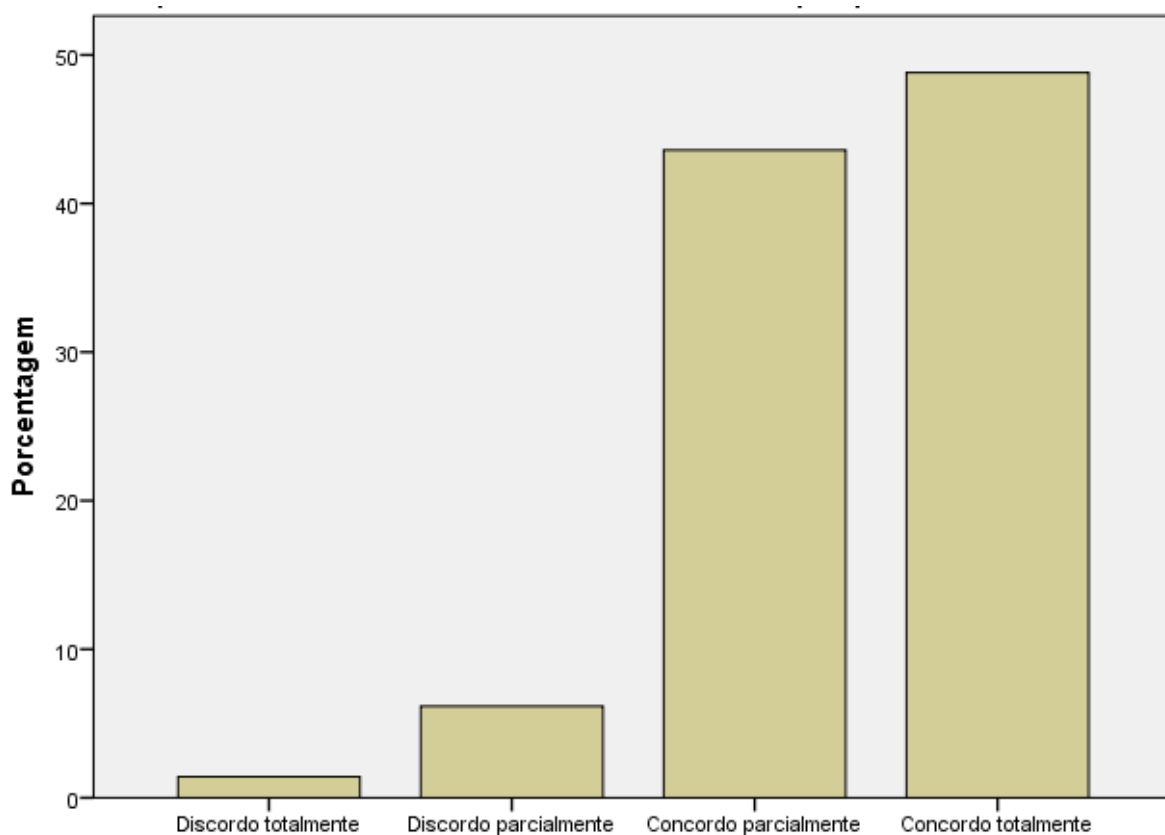
Esta última trouxe um elemento de foro político, no mínimo, curioso:

d) *“Primeiramente (fora temer) é o livro da Janet Balaskas que trouxe o conceito de um parto fisiológico, contrário ao tradicional parto hospitalar em que a mulher sofria intervenções, ficava contida no leito, em jejum e sem nenhuma expressão de sua subjetividade”.*

Ao expressar sua opinião, ela demonstra total descontentamento ou desaprovação do governo do País, usando uma máxima exacerbadamente utilizada em redes sociais, que é o “Fora Temer” ou (#foratemer). Só depois de manifestar seu “protesto”, foi que expressou seu pensamento.

Para dar conta de mais um dos objetivos específicos, buscamos investigar, mais amplamente, como os respondentes compreendem o conceito de ‘parto ativo’ criado por Janet Balaskas. Com uma espécie de desmembramento, geramos oito afirmações para definir o que foi convencionado em termos de conceito pela referida educadora, que apresentamos no gráfico 12:

**Gráfico 12 – Sobre a compreensão do conceito “A” de parto ativo: “O parto ativo é uma atitude mental e instintiva da mulher”.**

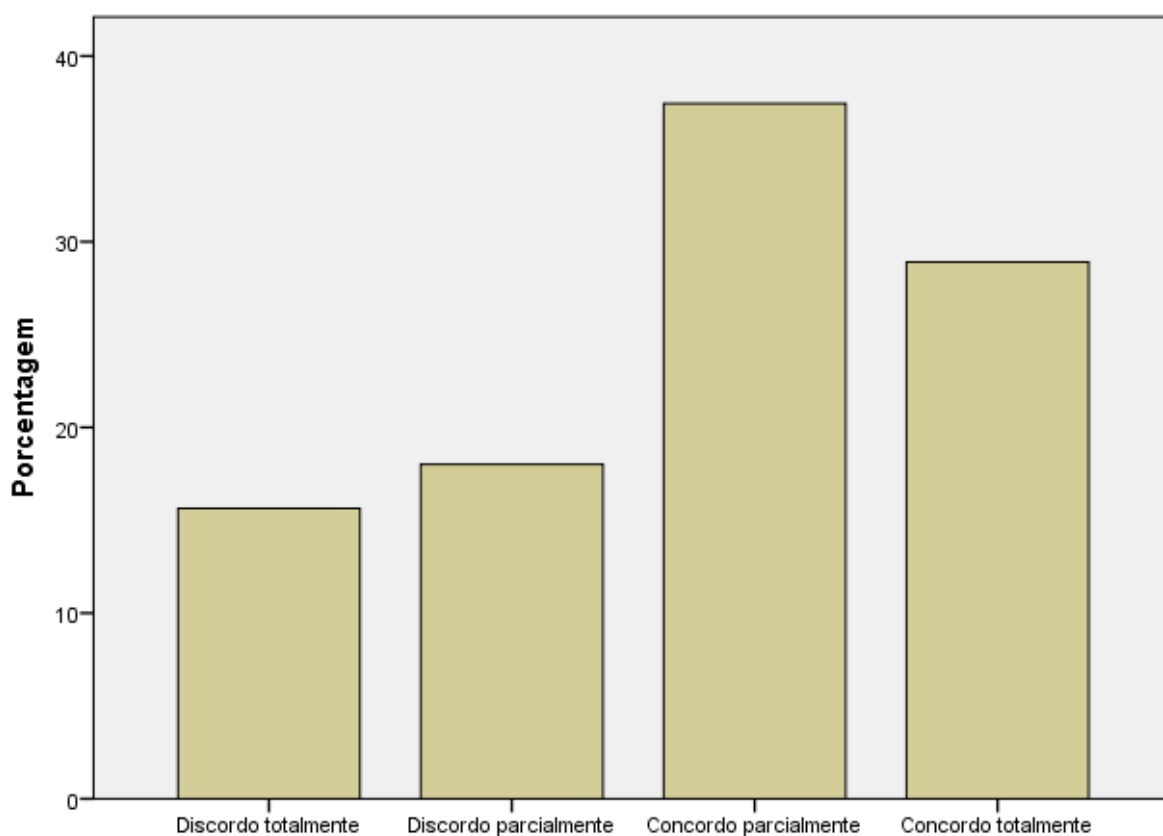


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com essa representação gráfica, 48,8% dos respondentes afirmaram concordar totalmente com a afirmativa: “*o parto ativo é uma atitude mental e instintiva da mulher*”; 43,6% concordaram parcialmente; 1,4% discordaram totalmente; e 6,2% discordaram parcialmente.

Considerando os resultados percentuais, entendemos que essa primeira afirmativa faz parte da compreensão dos respondentes acerca do conceito de parto ativo criado por Janet Balaskas, o que indica que a maioria se alinha com esse entendimento e, provavelmente, opera em seu cotidiano com essa consciência.

**Gráfico 13 – Sobre a compreensão do conceito “B” de parto ativo: “O parto é um parto sem intervenções cirúrgicas.”**

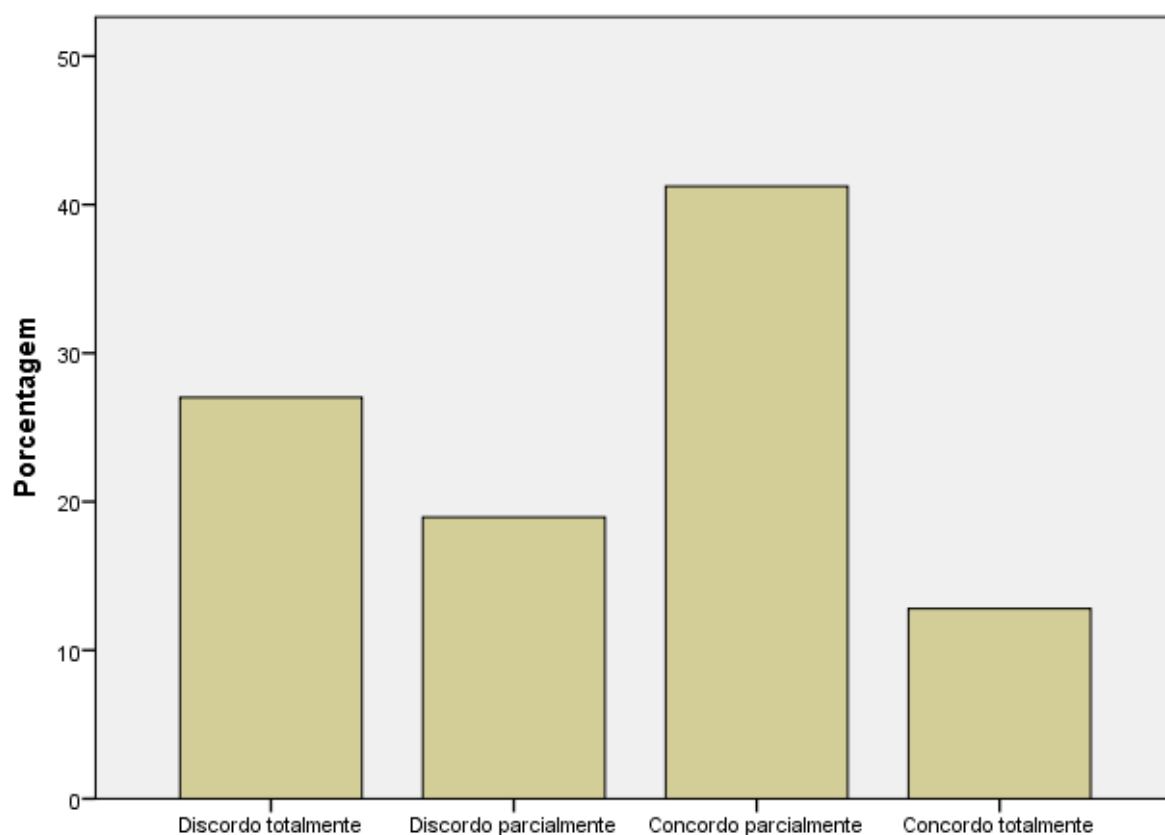


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Sobre a segunda afirmativa de que “*o parto ativo é um parto sem intervenções cirúrgicas*”, 28,9% concordaram totalmente; 37,4%, parcialmente; 15,6% discordaram totalmente, e 18%, parcialmente. Deduzimos que, em certa medida, como a maioria só concordou parcialmente, parece existir ‘certa’ responsabilidade com a aplicação e/ou as práticas relativas ao conceito formal.

Entendemos que, para o grupo respondente, a afirmativa está centrada em um caráter mais psicológico da dimensão do parto, portanto, limitada e, apesar dos claros parâmetros, sua interpretação é sobremaneira objetiva, levando a maioria dos respondentes a concordarem apenas parcialmente com a afirmativa.

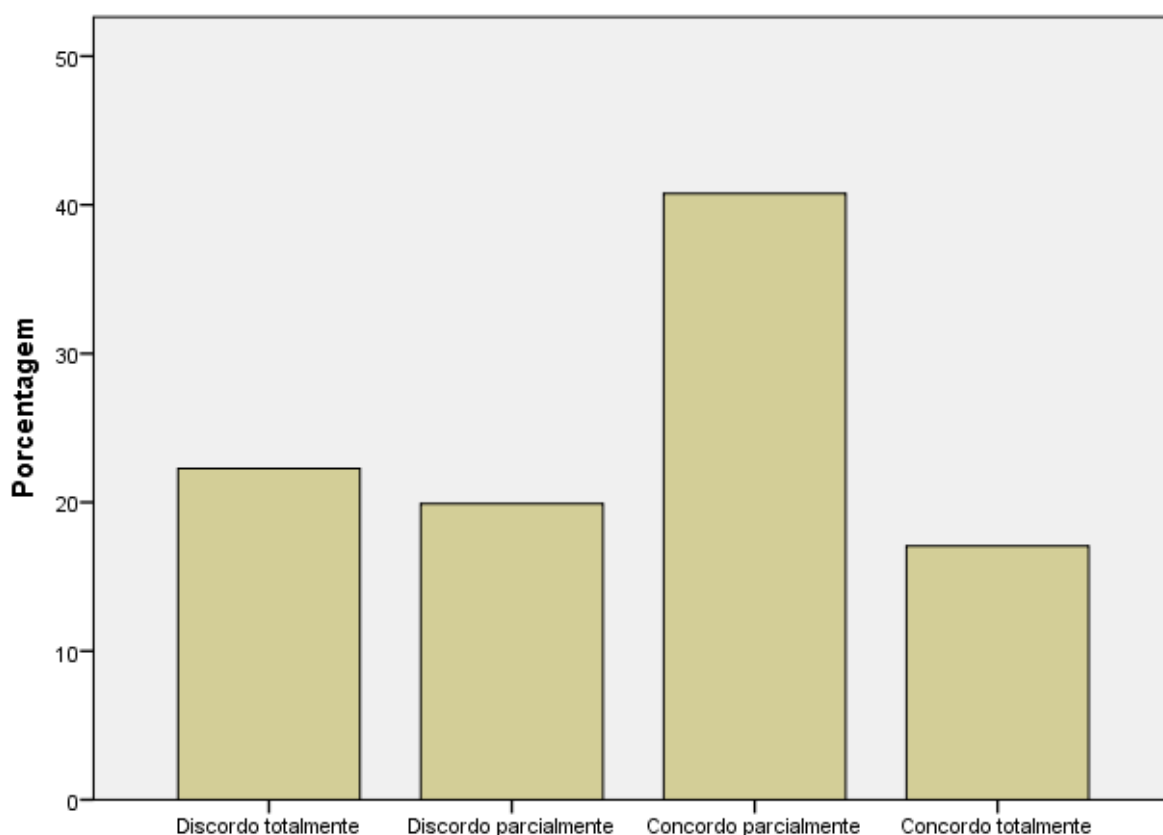
**Gráfico 14 - Sobre a compreensão do conceito “C” de parto ativo: “O parto ativo é um parto sem recursos analgésicos.”**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à terceira afirmativa trabalhada pelo questionário - “*O parto ativo é um parto sem recursos analgésicos*”, devidamente representada no gráfico 14, obtivemos os seguintes resultados: 12,8% concordaram totalmente; 41,2%, parcialmente; 27% discordaram totalmente, e 19%, parcialmente. Nesse caso, a maior parcela concordou, em parte, com a afirmação apresentada. E em razão disso, o que, no gráfico anterior, era um consenso, agora é ponto de alguma discórdia.

**Gráfico 15 - Sobre a compreensão do conceito “D” de parto ativo: “O parto ativo é um parto sem medicalização.”**



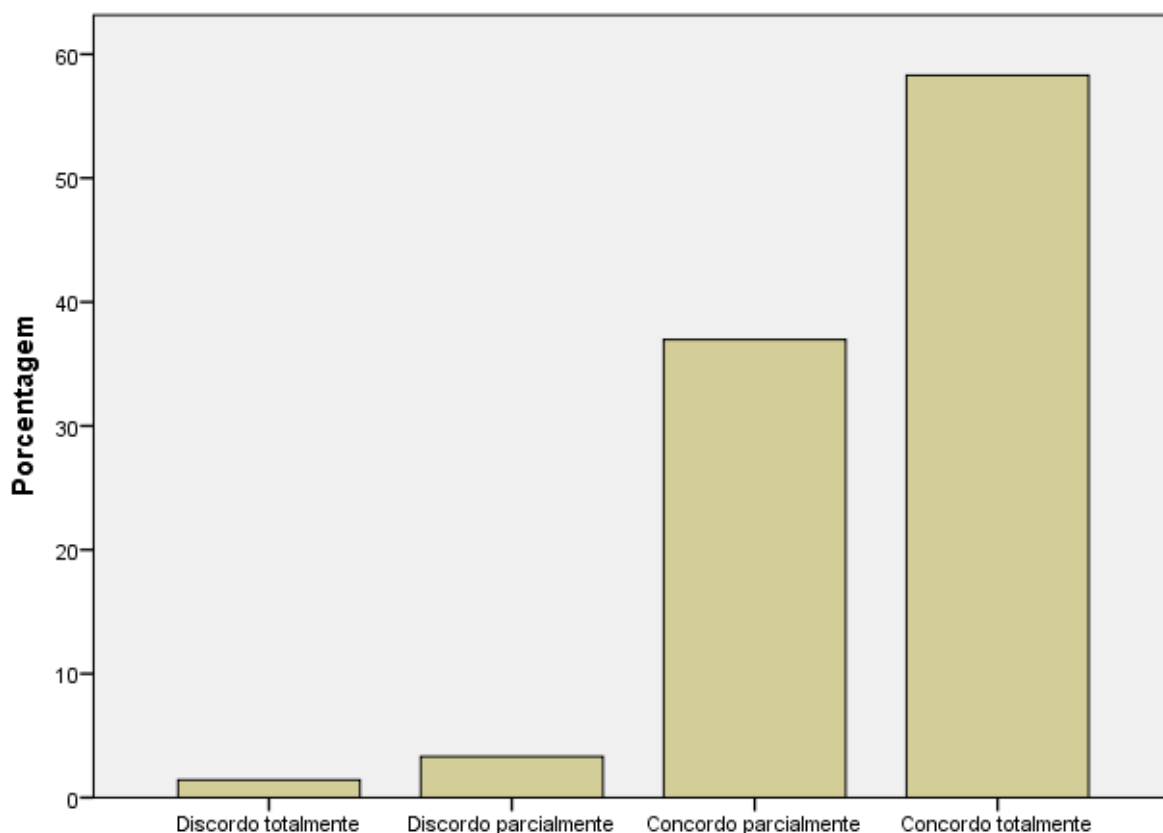
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Já para a afirmativa: “*O parto ativo é um parto sem medicalização*”, representada no gráfico 15, acima, 17,1% concordaram totalmente; 40,8%, parcialmente; 22,3% discordaram totalmente, e 19,9%, parcialmente. A falta de consenso é ainda mais notória aqui, apesar de se tratar de um critério totalmente objetivo.

A partir desses resultados percentuais, entendemos que 46% é um valor alto, e denota uma clara bipolarização, pois esse significativo grupo de respondentes não concorda com a ideia de que, no parto ativo, não há medicalização. Deduz-se que essa parcela compreende o conceito primordial de parto ativo construído por Janete Balaskas e que deve ter ciência de que a necessidade de medicalização poderá ocorrer quando for necessário, a depender das condições da parturiente, sobretudo na hora do parto.



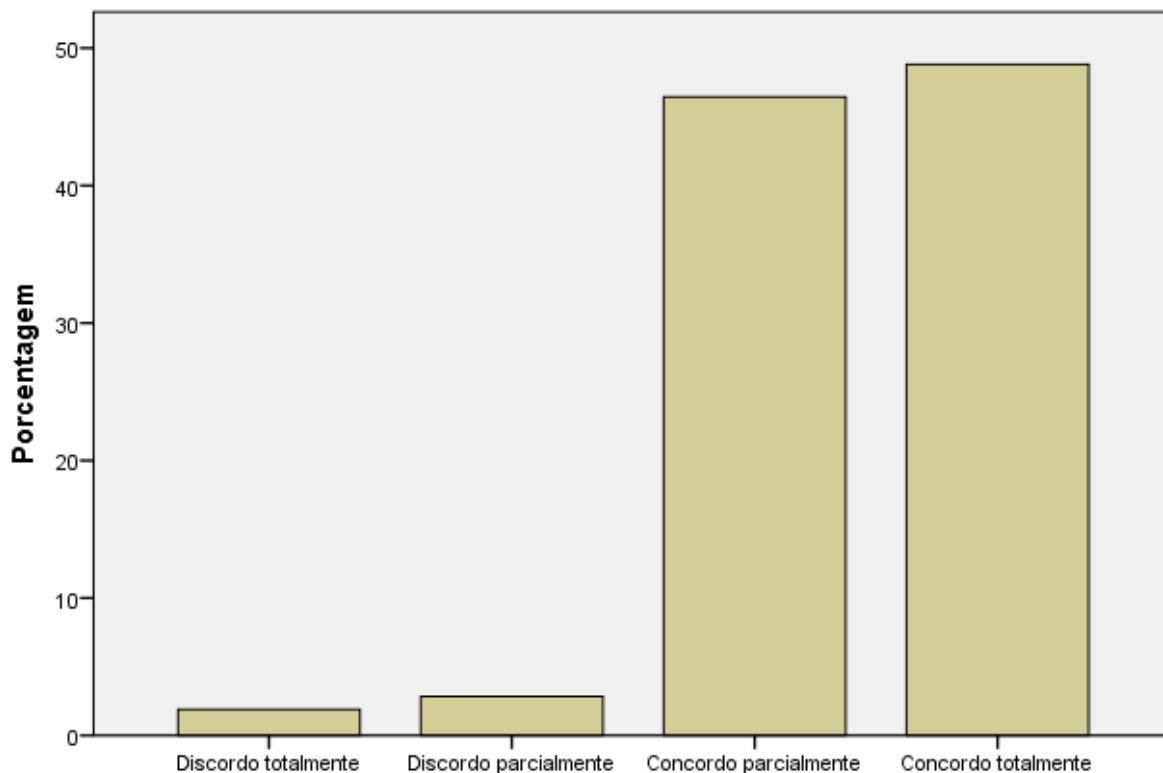
**Gráfico 16 - Sobre a compreensão do conceito “E” de parto ativo: “O parto ativo corresponde ao processo mental da ação natural de parir.”**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à afirmação “*O parto ativo corresponde ao processo mental da ação natural de parir*”, representada graficamente acima, em termos percentuais, 58,3% dos respondentes concordaram totalmente com essa afirmação; 37% concordaram parcialmente; 1,4% discordou totalmente, e 3,3% discordaram parcialmente. Assim, voltam a ter um consenso similar a “A”, ou seja, quanto mais concreta e objetiva é uma definição, mais se dividem as respostas; quanto mais vaga, maior o consenso. Portanto, constatamos a mesma situação em relação às questões anteriores. É como se o grupo tivesse tamanha consciência e conhecimento sobre o conceito, que parece julgar limitado ou insuficiente considerá-lo ou tratá-lo de maneira tão objetiva ou simplista. Trata, pois, de uma questão omissa ou neutra na própria definição de parto ativo. Nesse caso, é até compreensível a bipolarização das respostas.

**Gráfico 17 - Sobre a compreensão do conceito “F” de parto ativo: “O parto ativo é um parto em que a mulher dar à luz de modo espontâneo, por meio de sua vontade e determinação.”**

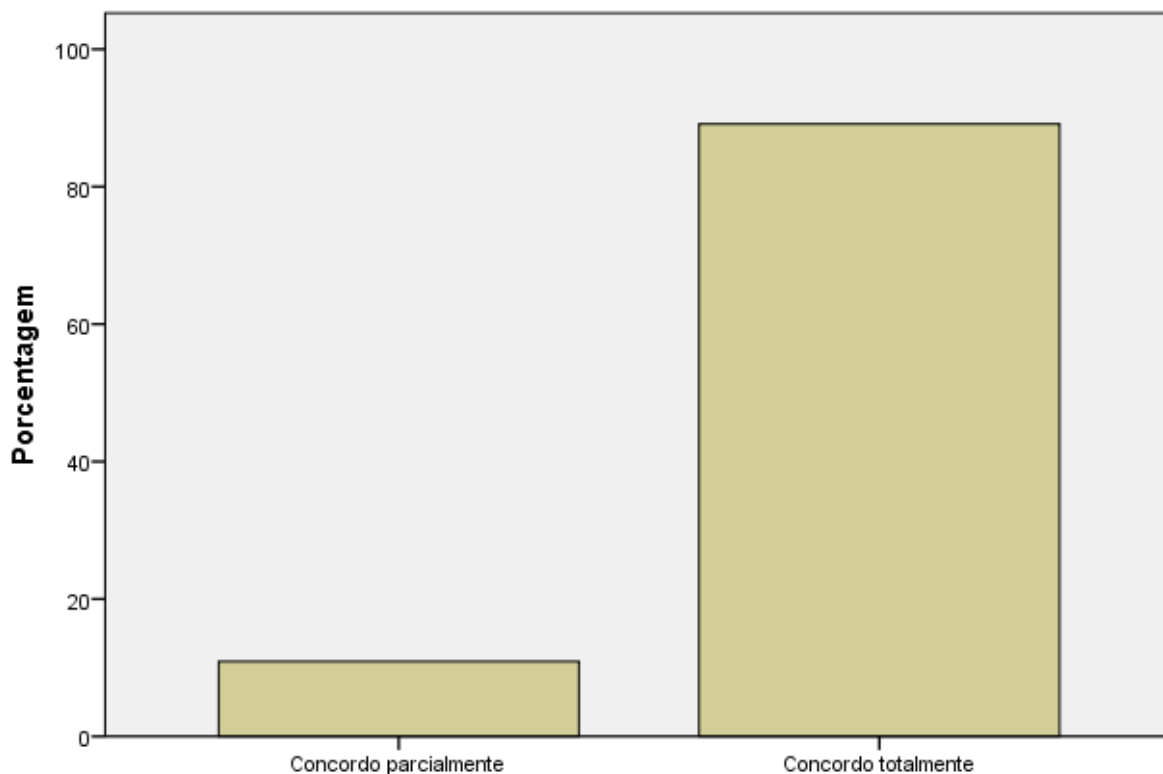


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Em relação à afirmativa, “*O parto ativo é um parto em que a mulher dar à luz de modo espontâneo, por meio de sua vontade e determinação*”, obtivemos o seguinte resultado, demonstrado no gráfico 17: 48,8% dos respondentes concordaram totalmente com essa afirmação; 46,4%, parcialmente; 2,8% discordaram totalmente, e apenas 1,9% discordou parcialmente.

É importante ressaltar que a maior parte dos respondentes concordou totalmente com o que estava sendo afirmado. De novo, uma afirmação menos concreta e objetiva leva a um consenso maior. A afirmativa tratava de algo relacionado ao processo psicológico, diferentemente do que mostra o gráfico 10, que também tratou a questão valorizando mais o lado psicológico do evento do parto. Houve, predominantemente, posição contrária do grupo, o gera uma contradição nesse contexto.

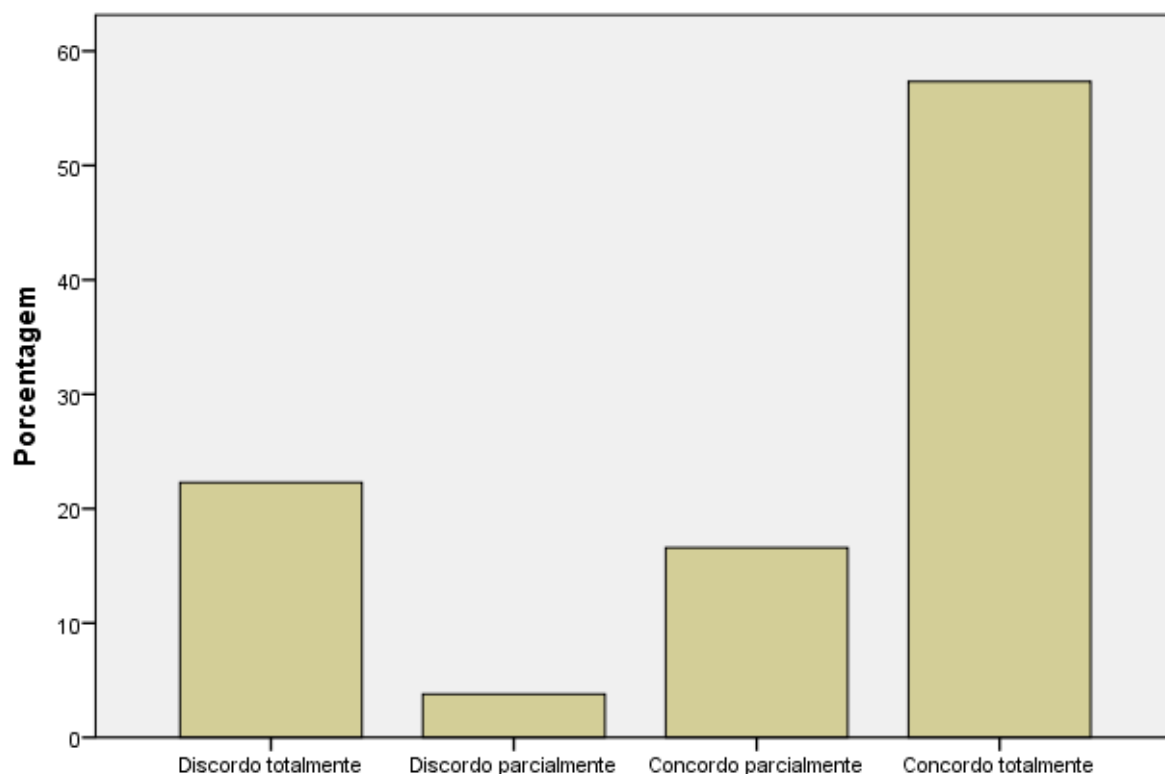
**Gráfico 18 - Sobre a compreensão do conceito “G” de parto ativo: “O parto ativo é um parto onde a mulher deve ter completa liberdade de usar seu corpo como bem entender.”**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à afirmação: “*O parto ativo é um parto onde a mulher deve ter a completa liberdade de usar seu corpo como bem entender*”, obtivemos o seguinte resultado: 89,1% dos respondentes concordaram totalmente com essa afirmação, e 10,9%, parcialmente. Nesse caso, quase a metade dos respondentes expressou uma opinião mais próxima das duas primeiras escalas, ou seja, a maior parte se assume não só como conhecedora, como também concordante com essa parte do conceito. Quase na mesma proporção, a outra metade só concorda parcialmente, o que reforça a ideia de que essa outra parcela discordante, ainda que não totalmente, deve ter outra compreensão/visão mais completa acerca do conceito de parto ativo cunhado por Janete Balaskas. Assim, o relevante aqui é o fato de a maioria que concorda (mesmo que só parcialmente) em oposição à ínfima minoria que discorda.

**Gráfico 19 – Sobre a compreensão do conceito “H” de parto ativo: é aquele onde a equipe obstétrica permite que a mulher torne-se objeto de uma “condução ativa” do parto**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Por fim, e não menos em desacordo, sobre a afirmativa: *“O parto ativo é aquele onde a equipe obstétrica permite que a mulher torne-se objeto de uma “condução ativa” do parto”*, este foi o resultado: 57,3% dos respondentes concordam totalmente com essa afirmação; 16,6%, parcialmente; 22,3% discordam totalmente; e 3,8% discordam parcialmente dessa afirmação.

Nesse aspecto, precisamente, uma grande parcela se refere totalmente concordante com a ideia de que a mulher deve ter completa liberdade de usar seu corpo como quiser na hora do parto. Portanto, ela denota que, independentemente do conhecimento sobre o conceito, pelo menos, há uma espécie de visão, de posição política no quesito liberdade, que está totalmente intrínseca à filosofia, essência na base de construção do conceito de parto ativo, convencionado pela educadora perinatal, Janete Balaskas.

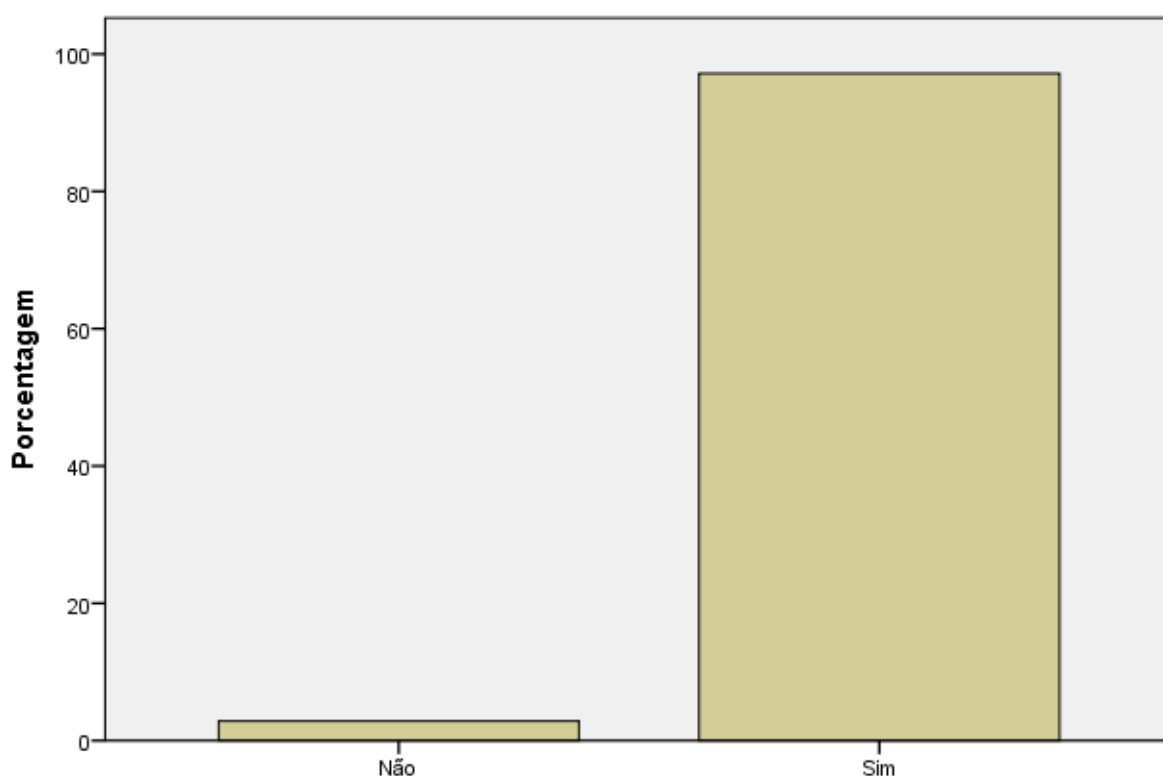
Nessa questão, a maioria dos componentes do grupo respondente, ao dizer que concorda totalmente com a afirmação, está, mais uma vez, não só conhece o conceito, como também compreende sua essência, ao possibilitar e/ou permitir o trabalho diferenciado da equipe obstétrica que se pretende assistir dentro dos moldes da assistência humanizada ao parto.

### 4.3 Averiguando o movimento de parteiras e de doulas articulado a ações ciberativistas

Averiguar a *performance* das parteiras e das doulas articuladas a ações ciberativistas foi pertinente para nossa pesquisa, porquanto o ativismo digital vem crescendo e se apresentado cada vez mais nas redes digitais. Mas o que impulsionou nosso principal questionamento foi saber até onde realmente se construía um ciberativismo nesse contexto discursivo de humanização do nascimento no Brasil.

Vejamos, a seguir, no gráfico 20, a última parte da descrição e da interpretação dos dados levantados pela pesquisa.

**Gráfico 20 – Sobre se sentir pessoal/moralmente recompensados por apoiar a causa**

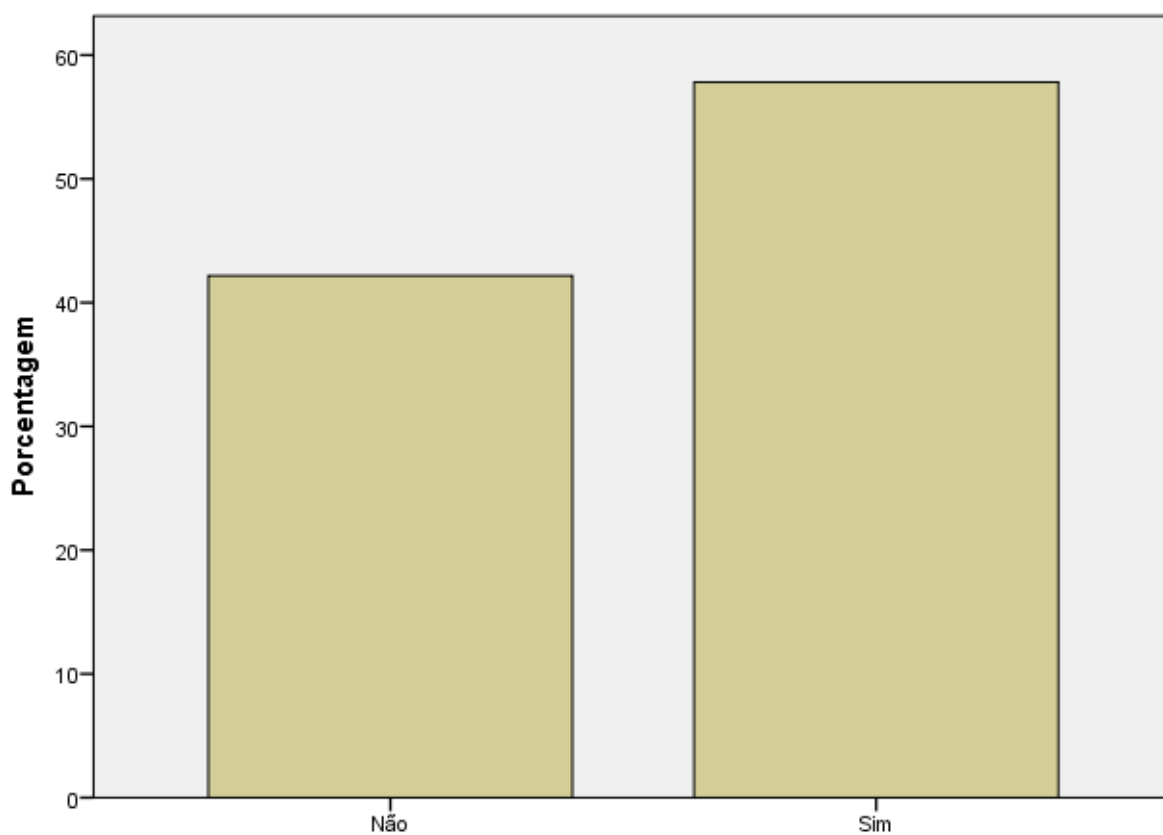


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com esse gráfico, 97,2% dos respondentes afirmaram que se sentem moralmente recompensados por apoiar a causa do parto ativo, e 2,8% não se identificam com esse sentimento. Isso significa que uma parcela maior dos respondentes, para além dos motivos de ordem pessoal, elencadas nos gráficos acima, também é detentora de uma boa

expectativa que, em certa medida, valorize-os socialmente. Nossa hipótese é de que ainda há essa expectativa que se reflete em âmbitos mais próximos, como a família, ou o ambiente/meio de trabalho, por exemplo.

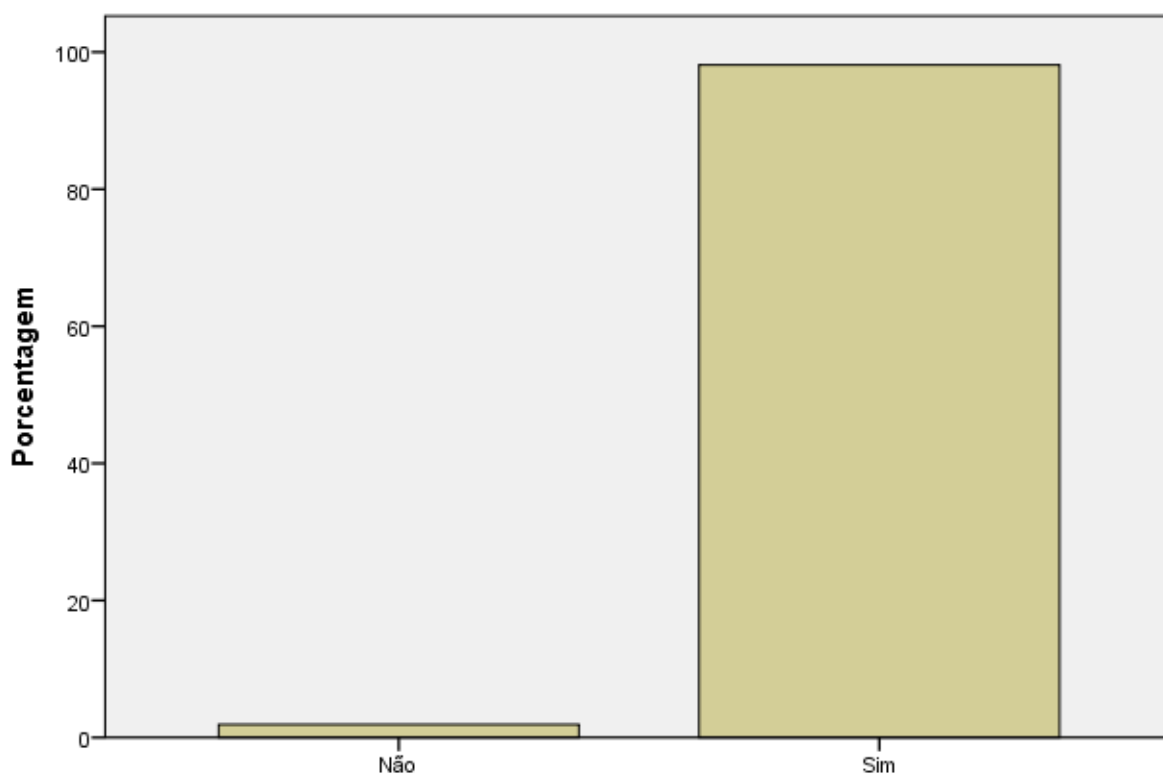
Como visto, a maioria dos respondentes não se identifica somente com esse sentimento de recompensa individual ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil e existe uma questão moral em relação à causa.

**Gráfico 21 – Espera ser reconhecido/a ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico apresentado acima, no que se refere ao campo do reconhecimento social das parteiras e das doulas em relação ao apoio que concedem à causa, levantamos os seguintes dados: 57,8% dos respondentes esperam ser reconhecidos ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil, e 42,2% não esperam esse reconhecimento por parte da sociedade. Isso denota uma relativa divisão do grupo de respondentes, mas aponta que a maioria visa, de alguma forma, a uma valorização de sua ação/postura, o que não garante se tratar de uma escolha consciente por um efetivo posicionamento político.

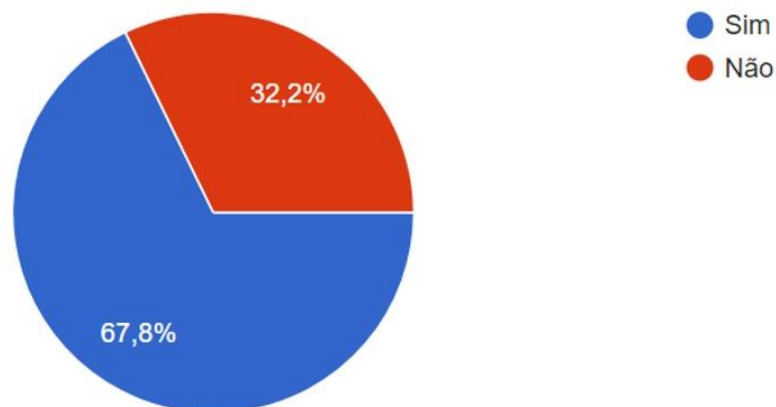


**Gráfico 22 – Mesmo sem reconhecimento social, é dever ajudar na causa do parto ativo**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No que se refere ao quesito ‘comprometimento com a causa do parto ativo no Brasil’, de acordo com o gráfico 22, 98,1% dos respondentes entendem que é seu dever ajudar a causa do parto ativo, enquanto 1,9% afirmou que não considera seu dever ajudar nessa causa. Essa representação gráfica tende a revelar a compreensão de que a maioria dos respondentes está comprometida com a ideia de que devem ajudar. Isso indica certa consciência e um impacto gerado a partir de sua participação e/ou engajamento no movimento pela causa do parto ativo no Brasil.

Os dados expostos na tabela 4 podem ser visualizados nas páginas 33 e 34.

**Gráfico 23 – Sobre a repercussão/punição por apoiar a causa**

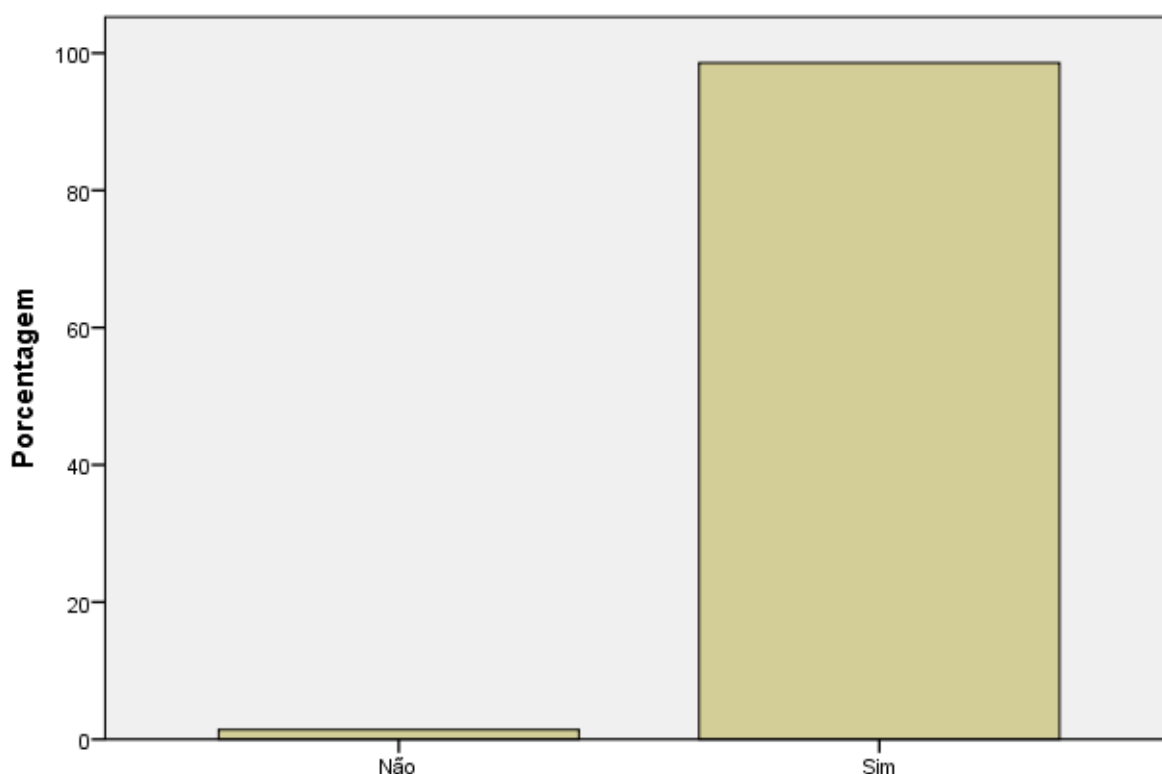
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

Os resultados apontados no gráfico 23 indicaram que 67,8% dos respondentes afirmam que há repercussão/punição em apoiar essa causa no Brasil; e 32,2%, que não.

Ao pensar em aferir como esse grupo se enxerga a partir das mobilizações, levamos em conta o efeito positivo ou negativo diante de uma ação em uma rede qualquer. Ao elaborar o enunciado da questão, procuramos classificar como positivo algo relacionado à palavra “repercussão”, concomitantemente, classificamos como negativo, o que estivesse mais relacionado à palavra “punição”.

Ressaltamos, porém, que os respondentes não demonstraram total clareza e consciência sobre se houve realmente uma repercussão provocada por eles/as quando se dispõem a apoiar a causa do parto ativo no Brasil, especialmente, por não apresentarem possíveis repercussões concretas. Além disso, não responderam concretamente o que nos interessava.

**Gráfico 24 – Sobre se, na atividade profissional, contribuem para garantir os direitos das mulheres**



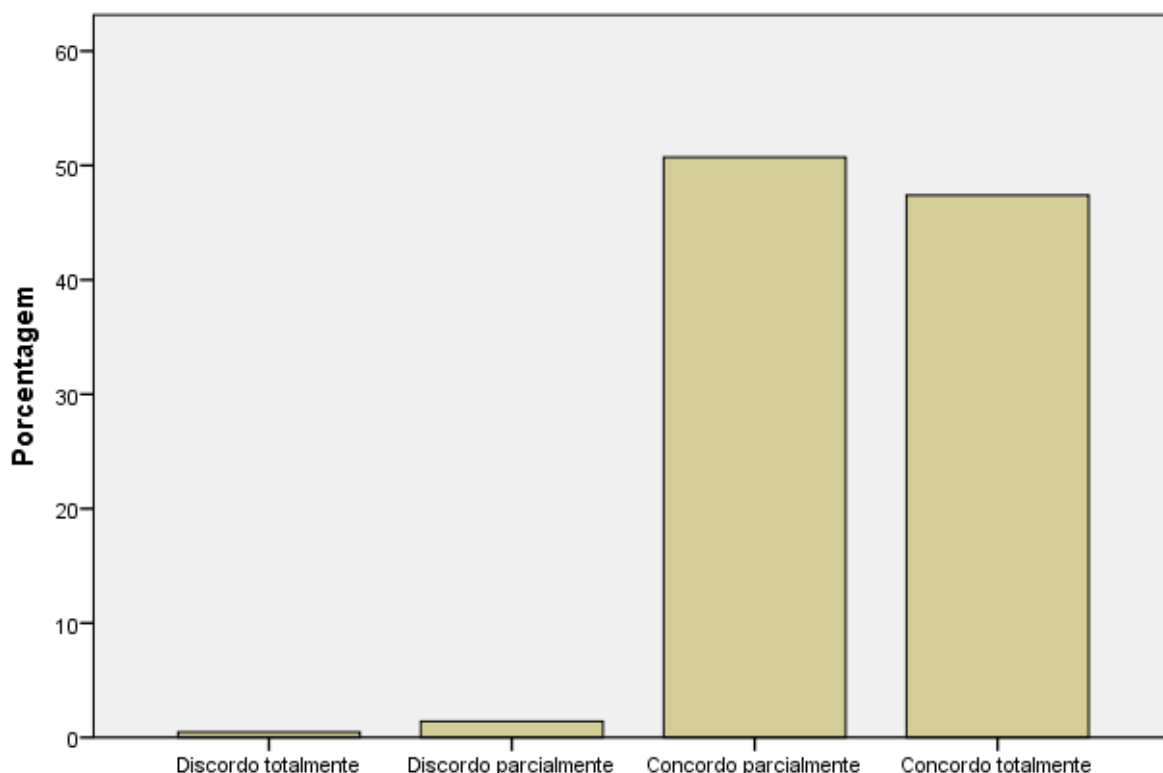
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O gráfico 24, apresenta os seguintes resultados: 98,6% dos respondentes afirmaram que contribuem para garantir os direitos das mulheres, em sua atividade profissional, e apenas 1,4% se colocaram contrários a essa posição. Isso significa que a maioria dos respondentes entende que não só contribuem, como também têm consciência de seus papéis na sociedade em que estão inseridos, o que não se configura como uma ação política de garantia de direitos e só reforça nossa compreensão de que o grupo tem uma inclinação para buscar seus direitos e os direitos de um coletivo de mulheres, o que pode levar a um campo fértil de estruturação/articulação de ordem político-cultural, apesar de os grupos estarem bem distantes dessa realidade de estruturação/articulação de ordem política.

Apesar da correlação que faremos mais adiante de determinadas variáveis para compreender como se concretiza essa ação/atuação, para além da (óbvia) atividade de parteiras/doulas, vale ressaltar que é muito diferente achar que tão somente a realização da atividade como parteira ou doula é suficiente como contributo. Há uma necessidade inerente

de se ir mais longe, pois é aí que começa o verdadeiro ativismo (em particular, o ativismo *online*). Afinal, a assistência ao parto é uma tarefa *offline*.

Paralelamente, procuramos saber, ainda, como os respondentes compreendem os problemas de saúde materna no Brasil. Na escala de discordância, apenas uma ínfima parcela de 0,5% discorda totalmente da afirmação de que, no Brasil, a resolução dos problemas de saúde materna depende dos esforços da sociedade civil, e 1,4% discorda parcialmente. Assim, 47,4% dos respondentes concordaram com a ideia de que, no Brasil, a resolução dos problemas de saúde materna depende dos esforços da sociedade civil; e 50,7% concordam parcialmente com essa ideia. Essa observação revela um pouco de descrença na força da sociedade civil, que é a base primária do movimento cultural aqui estudado, além de uma consequente descrença que deve orbitar internamente no próprio movimento.

**Gráfico 25 – Visão dos respondentes sobre o papel da sociedade civil**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

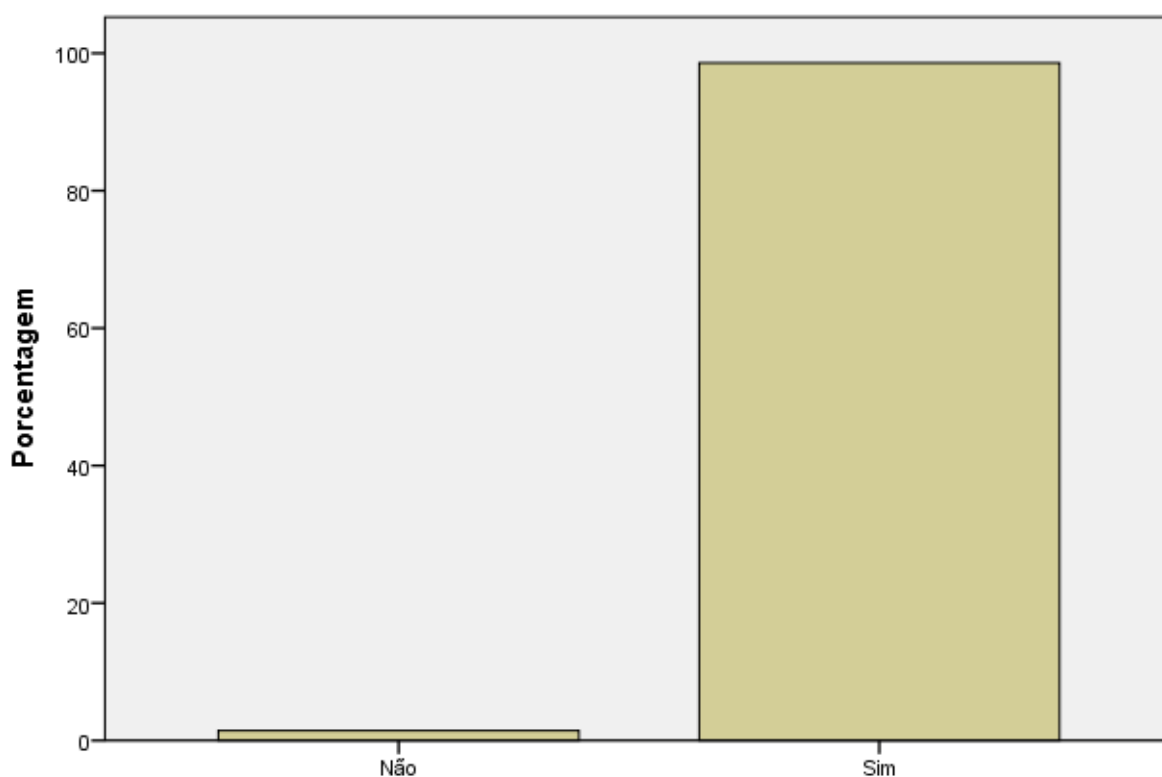
Assim, questionamo-nos: Em que devem consistir esses esforços da sociedade civil? E qual o contributo das parteiras/doulas, como membros da sociedade civil, para esse esforço coletivo? É nesse ponto que se traça a fronteira entre a consciência de um problema, a consciência de que tem de ser resolvido e o ativismo, que seria o contributo ativo para sua solução.

O gráfico acima revela uma suposta ‘intenção’ das camadas populares de mobilizarem determinada consciência desse grupo. Porém se distancia bastante no que concerne à possibilidade de implementar novas práticas de cidadania, com vistas a uma possível e real mudança sociocultural, pautada numa efetiva ‘nova forma’ de se promover cidadania no Brasil.

Enfim, entre a intenção e o ativismo há uma grande distância. A intenção é «ativismo de sofá». As perguntas que devemos fazer são: afinal, que formas de ativismo são levadas a cabo para as respondentes para além da mera intenção? E mesmo que sejam apenas intenções, que formas de ativismo elas acham que deveriam ser levadas a cabo?

Tentamos apreender essas respostas por meio da correlação das ações realizadas por elas nas redes, que chamamos de ‘ciberativistas’ para efeito esquemático de análise. A partir da análise de conteúdo realizada, ressaltamos que a tabela 4, revela uma dimensão das impressões apreendidas. Por fim, depois de levantar os dados, constatamos que, apesar de um discurso “politicamente correto”, o grupo respondente não demonstrou concretamente uma efetiva organização de caráter ciberativista.

**Gráfico 26 – Se outras colegas parteiras ou doulas executam ações de conscientização/mobilização semelhantes às ações delas.**

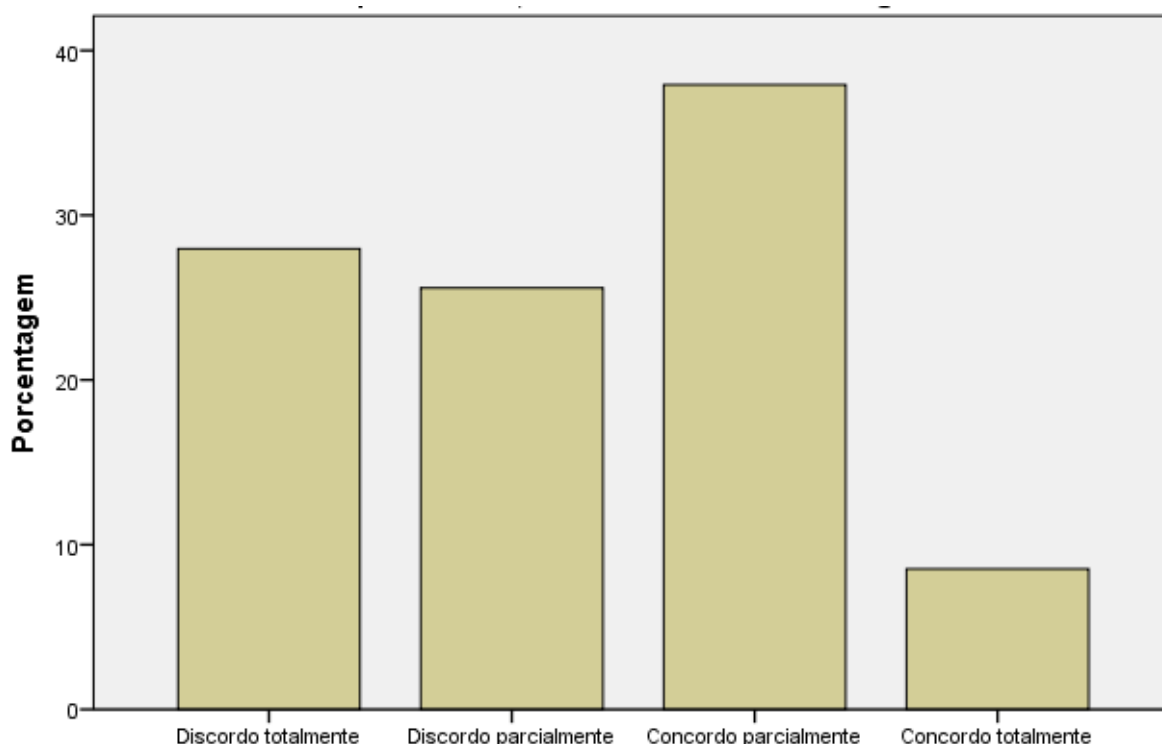


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Como exposto no gráfico acima, 98,6% dos sujeitos entrevistados disseram que outras parteiras/doulas executam ações de conscientização semelhantes às suas, e 2,4% disseram que não. Nesse ponto, interessava-nos saber se elas executavam ou não ações de conscientização/mobilização. A maioria referiu que sabe de outras ações semelhantes às realizadas. Porém, o fato de saber ou não disso revela muito mais o grau informativo do indivíduo do que propriamente a noção tática ou estratégica em uma articulação ou política mais forte acerca do que possam construir ou reivindicar.

Convém ressaltar que, ao longo da pesquisa, fora do questionário, descobrimos a existência de um grupo formado por doulas que co-habitam o whatsapp e o usam para socializar conteúdos que interessam ao mundo dos membros participantes e que foi denominado de “articulações”, embora trate dos mais diversos assuntos, comunicados e da publicização de cursos e capacitações, entre inúmeros outros.

**Gráfico 27 – Sobre a parcela de responsabilidade com o desconhecimento da população sobre os direitos reprodutivos, sexuais e de saúde integral da mulher**

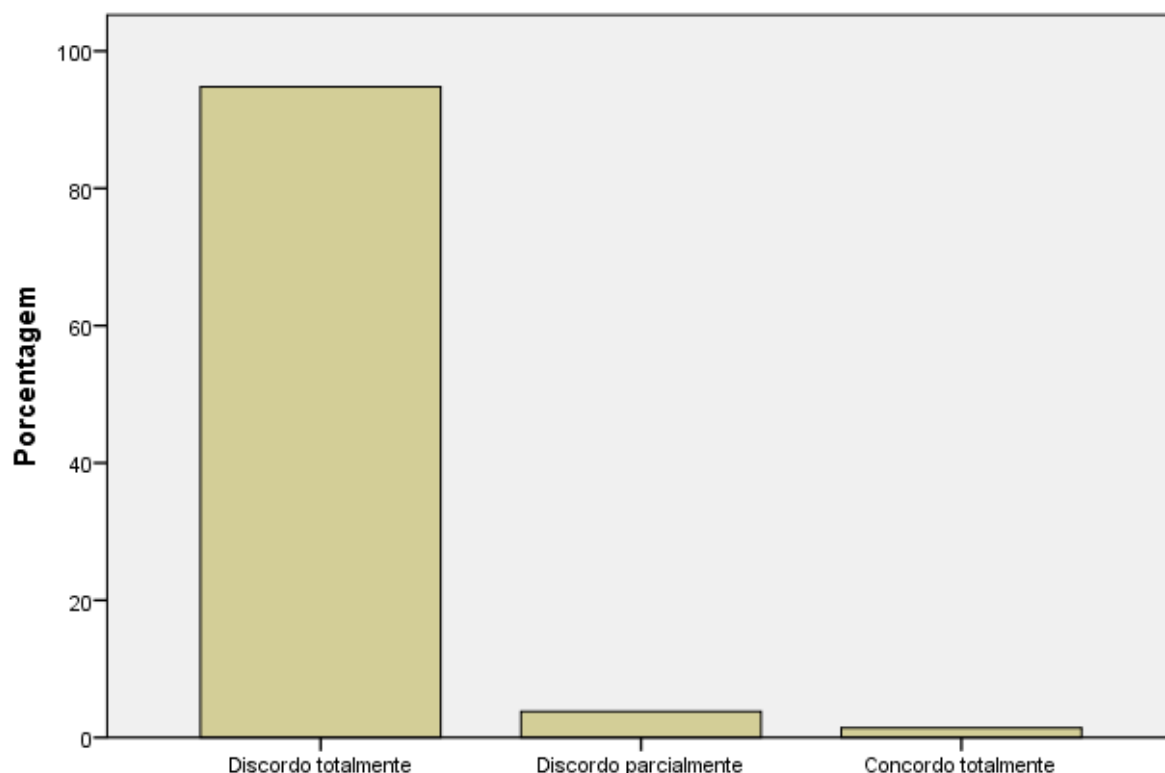


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Sobre a fala “*é minha a responsabilidade do desconhecimento generalizado da população sobre os direitos reprodutivos, sexuais e de saúde integral da mulher*”, 8,5% dos respondentes concordam totalmente com ela; 37,9% concordam parcialmente; 28% discordam totalmente, e 25,6% discordam parcialmente dessa afirmação. Nesse aspecto, percebemos que a maioria assumiu uma espécie de *meia culpa*, pois entende que detém parte da responsabilidade com o desconhecimento da população sobre seus direitos, talvez até por não ampliar tanto ou agir minimamente, provocando o debate público e outras estratégias de comunicação/informação.

A nosso ver, esse trabalho também deveria estar sendo realizado por outras instituições, como: a escola, as *media* tradicionais e os próprios governos, em suas esferas municipal, estadual e federal, através da implementação e do incremento de políticas públicas que dessem conta desse suposto ‘déficit’.



**Gráfico 28 – Sobre a questão da violência obstétrica no Brasil**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à afirmação: “*Não adianta se preocupar com a questão da violência obstétrica no Brasil, pois não há nada que se possa fazer*”, apenas 1,4,% dos respondentes concorda totalmente com essa afirmação; 94,8,%, totalmente; e só 3,8% discordaram parcialmente. Assim, ao discordar totalmente da afirmação, a maioria demonstra uma real preocupação com a questão e, conseqüentemente, com os índices brasileiros, mas revela que, para além de uma preocupação, há uma grande abertura, reconhecimento e crença de se fazer algo em prol da transformação necessária a toda essa problemática.

Embora nem todas as mulheres estejam familiarizadas com o termo, muitas já foram vítimas desse tipo de agressão, que pode ser física ou verbal, durante o parto ou no pré-natal. São situações de xingamentos, recusa de atendimento, realização de intervenções e procedimentos médicos não necessários, como exames de toque a todo instante, grandes episiotomias ou cesáreas desnecessárias. Isso só para citar alguns dos exemplos de uma enorme lista, segundo a qual as respondentes estavam conscientes do que perguntávamos.

Normalmente acontece quando os interesses do profissional de saúde ou da instituição são colocados acima dos direitos da paciente. Há várias situações, como a cesariana sem indicação clínica. Às vezes, acontece também violência psicológica: a equipe “ameaça” psicologicamente, ao afirmar que se a mulher ‘não colaborar’, ela e o filho vão morrer. Essa parece mesmo ser uma linha muito tênue.

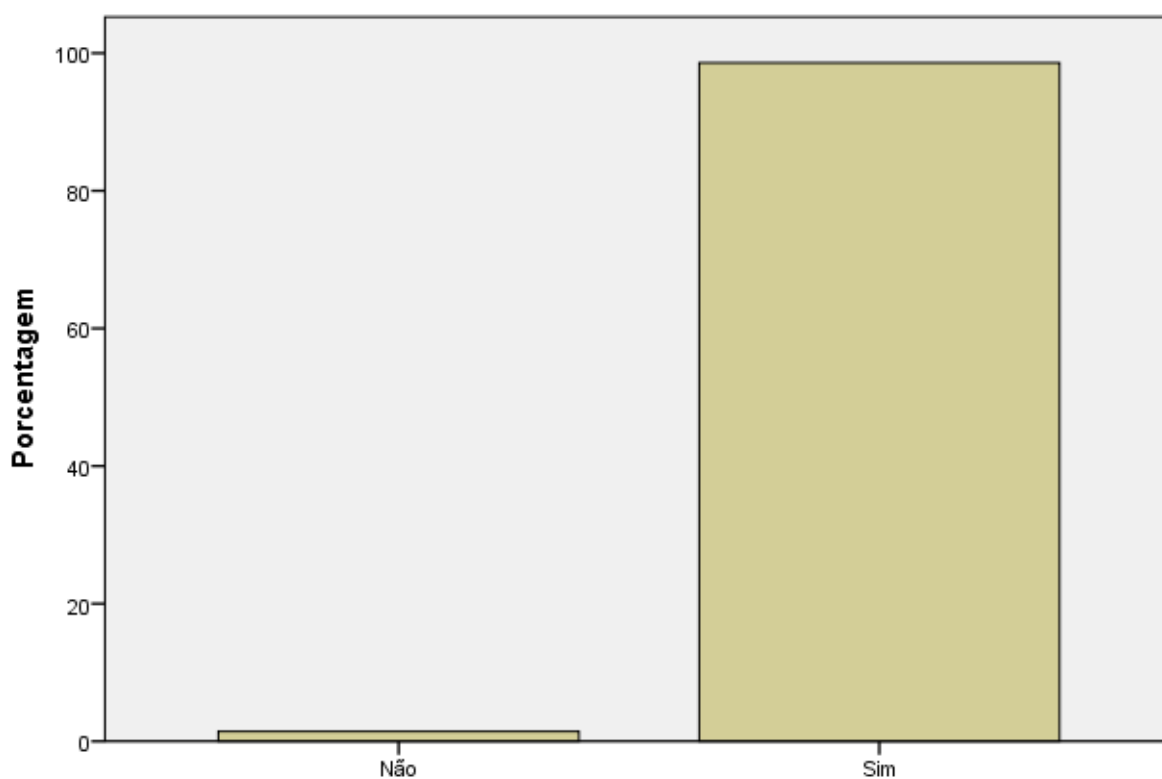
Eventualmente, se a mulher se coloca contra um procedimento, ela realmente pode correr risco de vida, mas esse tipo de argumento costuma ser usado de maneira equivocada, como “pressão”, mais delicado ainda por ocorrer em momentos tão tensos quanto o próprio parto. Até mesmo a separação do bebê saudável e da mãe no pós-parto pode ser considerada uma forma de violência obstétrica, assim como ter a entrada de um acompanhante barrada no trabalho de parto ou não receber analgesia quando solicitada.

Se o tratamento ríspido e as condutas médicas eram aceitas pelas mulheres e pelas famílias sem ser contestadas, atualmente, a situação está começando a mudar. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já se posicionou a respeito do tema e publicou um documento sobre a prevenção e a eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto.

A discussão é importante porque, ainda hoje, muitas mulheres continuam sendo vítimas de violência justamente no momento em que estão mais vulneráveis. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada com mulheres que tiveram filhos na rede pública e privada brasileira, revelou de 25% delas sofreu algum tipo de violência obstétrica – número alto, que acende um sinal de alerta.

Por exemplo, o direito de ter um acompanhante está assegurado pela Lei 11.108, que existe desde 2005. Mesmo assim, ainda existem vários hospitais que continuam não permitindo a entrada e afirmam não ter condição de receber esse acompanhante. A mulher tem direito escolher quem vai acompanhá-la. Pode ser homem ou mulher. Barrar o acompanhante já é uma forma de violência, afinal, esse é um direito que está sendo negado.

**Gráfico 29 – Crença na possibilidade de transformar comportamentos e mentalidades por meio do compartilhamento de informações nas redes sociais**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico acima, 98,6% dos respondentes afirmaram que é possível mudar comportamentos e mentalidades com o compartilhamento de informações nas redes sociais, e apenas 1,4% não acreditam que isso é possível. Ao considerar esses percentuais, ressaltamos que informação e comunicação são duas palavras-chaves para se evitarem muitos problemas, pois uma cidadã/cidadão, além de ler e de pesquisar, detém o direito de estar bem informado sobre o assunto. Por exemplo, no discurso da causa, tornaram como algo bastante importante: um documento que deve ser redigido especialmente para e pela mulher grávida se traduz na criação de um plano de parto.

De acordo com o portal educativo, denominado de Baby Center<sup>110</sup>, o plano de parto é um documento em que a gestante deixa registrado por escrito o que deseja em relação às etapas do trabalho de parto, aos procedimentos médicos e aos cuidados com o recém-nascido

<sup>110</sup> <https://brasil.babycenter.com/a25021062/plano-de-parto>

no pós-parto. Ele permite que a futura mãe opine sobre o que julga ser melhor para seu corpo e para seu bebê.

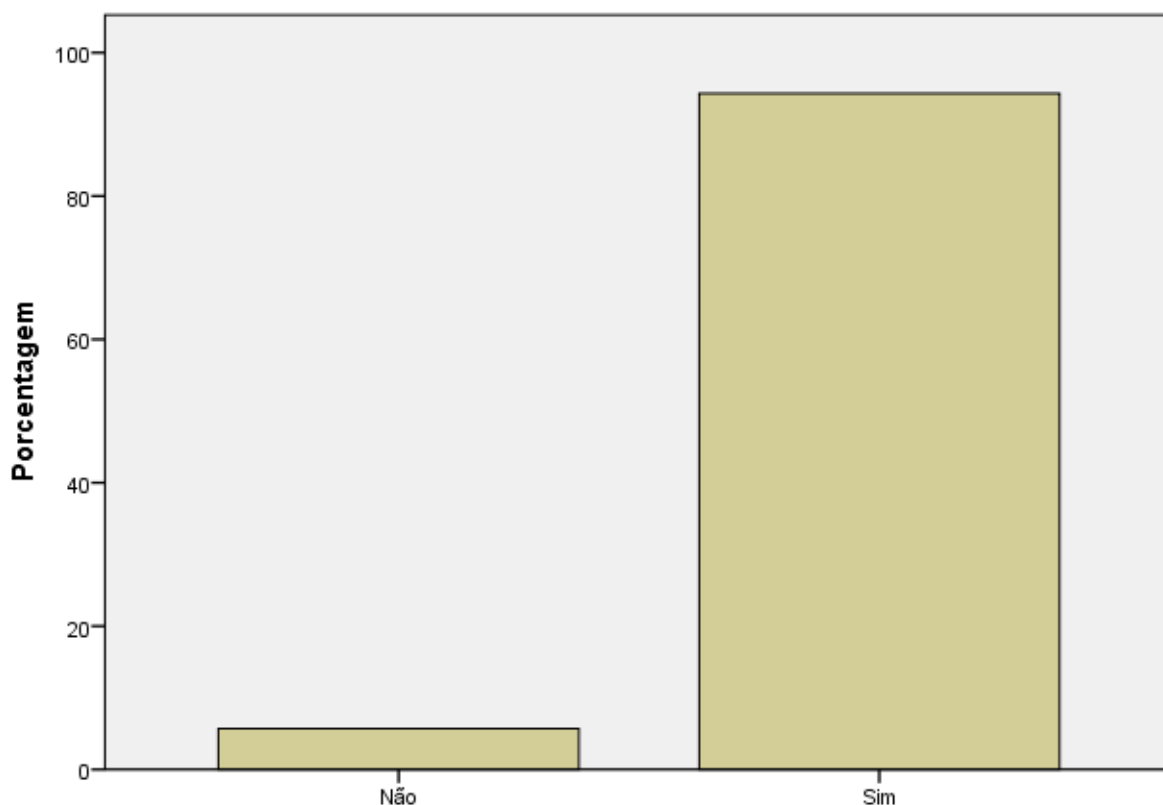
Esse documento<sup>111</sup>, garantido pela legislação brasileira, é feito em conjunto com o obstetra (ou pré-natalista nas Unidades Básicas de Saúde) e precisa ser assinado pelo médico e pela gestante. Diversas UBSs, assim como médicos e hospitais particulares, têm o plano de parto já impresso, e a gestante apenas assinala o que deseja. Mas não é necessário haver um modelo pronto ou único de plano de parto para que sua vontade seja expressa - você pode escrever o próprio plano.

Parece se tratar de uma ferramenta que ajuda a parturiente e o médico a conversarem sobre os procedimentos que serão ou não realizados durante o nascimento do bebê, e as redes sociais poderiam servir de promotoras dessa informação, tão importante para os atores, bem como para o reforçar e publicizar em prol da própria causa.

As pessoas engajadas na causa divulgam, compartilham pelas redes sociais e falam amplamente a respeito da necessidade de se produzir o plano de parto. Também encontramos instituições que fazem esse trabalho de orientação, demonstrando como se organizam as informações em torno desse documento e orientando/”ensinando” “como fazer”, do ponto de vista prático e legal. É o caso, por exemplo, do modelo disponibilizado pela empresa ‘Despertar do Parto’ (vide em anexos).

---

<sup>111</sup> Ver modelos de documentos, através das figura 4 e 5, nos anexos deste trabalho.

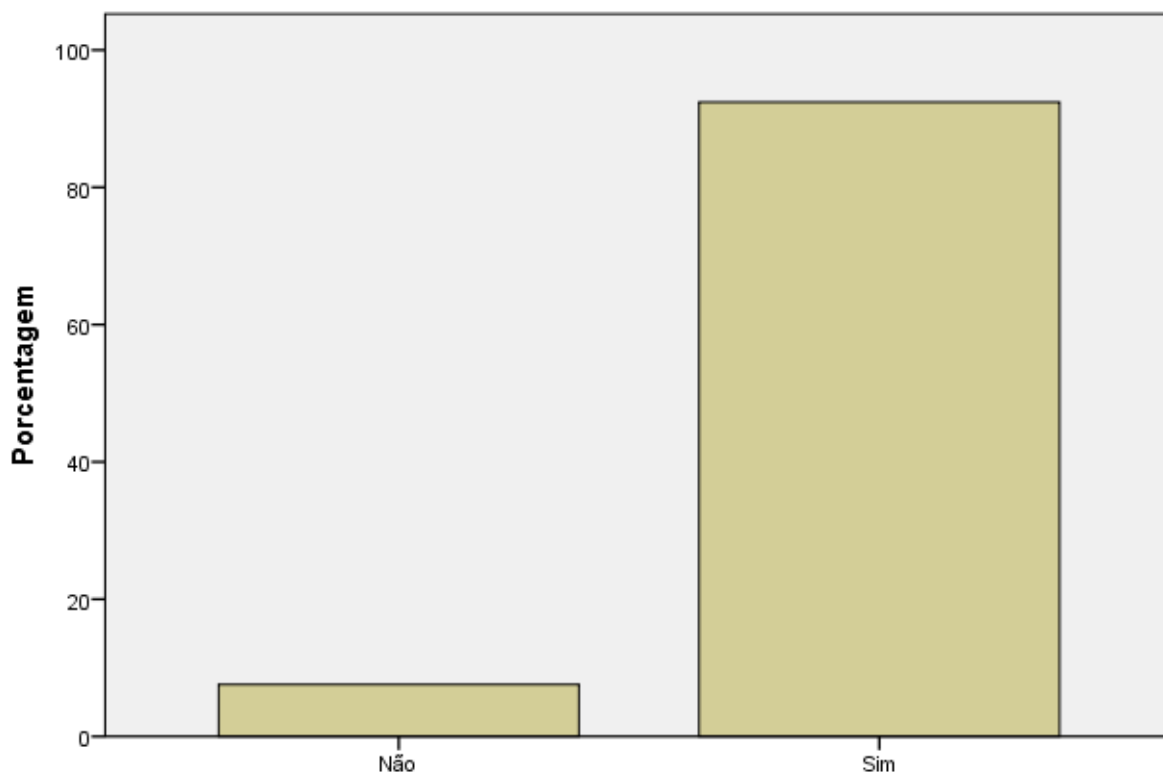
**Gráfico 30 – Uso da internet como ferramenta de apoio à causa do parto ativo**

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Sobre o que mostra o gráfico acima, 94,3% dos respondentes usam a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo; e apenas 5,7% afirmaram que não.

Aqui predomina uma patente de usuários da internet que têm o objetivo de apoiar a causa do parto ativo no Brasil. Essa dinâmica é referenciada no livro de Janete Balaskas, pela tradutora e doula representante no Brasil da educadora, Talia Gevaerd de Souza. No texto do livro, ela relata que a internet é o grande espaço para aproveitar e articular as estratégias de divulgação da bandeira do movimento da causa, comprovada aqui através desses dados percentuais apresentados através da representação gráfica acima.

**Gráfico 31 – Sobre se sentir motivada a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

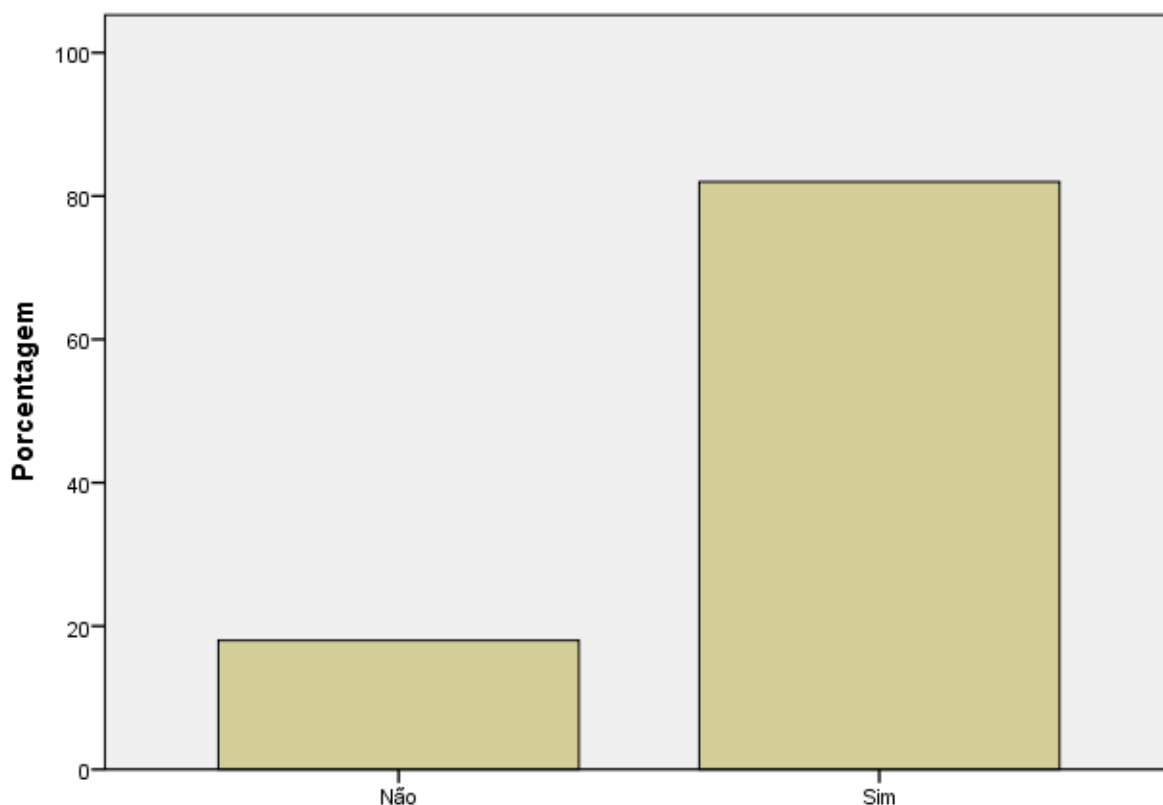
De acordo com o gráfico 31, 92,4% dos respondentes afirmam que se sentem motivados a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil. Apenas 7,6% dos respondentes informaram que não.

Diante do exposto, e levando em conta a motivação de grande parcela dos respondentes em usar a internet como uma ferramenta que possa “educar”, não há estratégias definidas nesse sentido, apesar de uma grande abertura para tal ação. Talvez, no desenvolvimento próprio do campo de atuação profissional delas, paralelamente à intencionalidade da ação política, seja em nível de profissionalização, seja por objetivos outros, há que se refletir sobre ações que circundam esse universo.

Um exemplo é quando uma estudante do Curso de Enfermagem que possui um *nick* na rede social instagram, denominado de “Quero\_ser\_parteira”<sup>112</sup>, posta, diariamente, de maneira

<sup>112</sup> Ver imagem, através da figura 6, alocada nos anexos.

curiosamente didática, com recursos de fotografias, imagens, textos (muitas vezes com conhecimentos de cunho científico), entre outras ações, discute, promove e provoca, no sentido de “educar” ou de sensibilizar para a causa.

**Gráfico 32 – Tempo de dedicação às redes sociais em prol da causa do parto ativo**

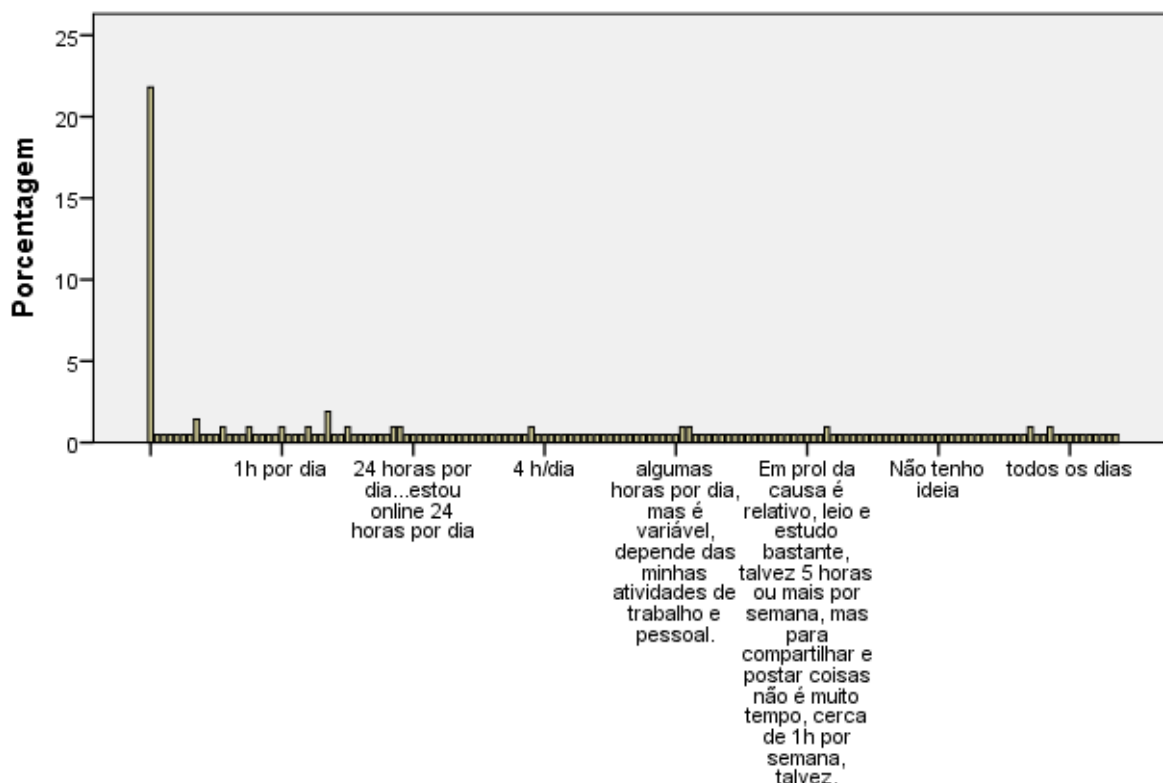
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico acima, 82% dos respondentes dedicam seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo e 18% não o fazem. Sabemos que as pessoas vivem, na maior parte do tempo, “presas” às redes sociais; portanto não foi muito difícil deduzir tampouco causou surpresa a confirmação de que a maioria estivesse habitando firmemente esse universo virtualizado. Porém o fato de mais de 80% afirmarem que dedicam seu tempo, nas redes sociais, à causa do parto ativo, não garante que está lá, mas que está praticando ativismo *on line* nas redes sociais.

Isso nos parece interessante, porque supomos que há uma intencionalidade significativa acerca das estratégias de convencimento. Porém, para afirmar a efetiva existência da cibermilitância em prol do objetivo maior que levanta a bandeira da causa, necessitaríamos de perceber o que se publica e como se publica nas redes sociais, o que não foi possível realizar, por entendermos que essa ação não fazia parte dos objetivos desta tese. Por essa razão, é preciso trabalhar sob essa ótica em outra pesquisa desenvolvida em outro momento, em nível de pós-doutoramento.



**Gráfico 33 – Demonstrativo do tempo médio de uso das redes sociais**



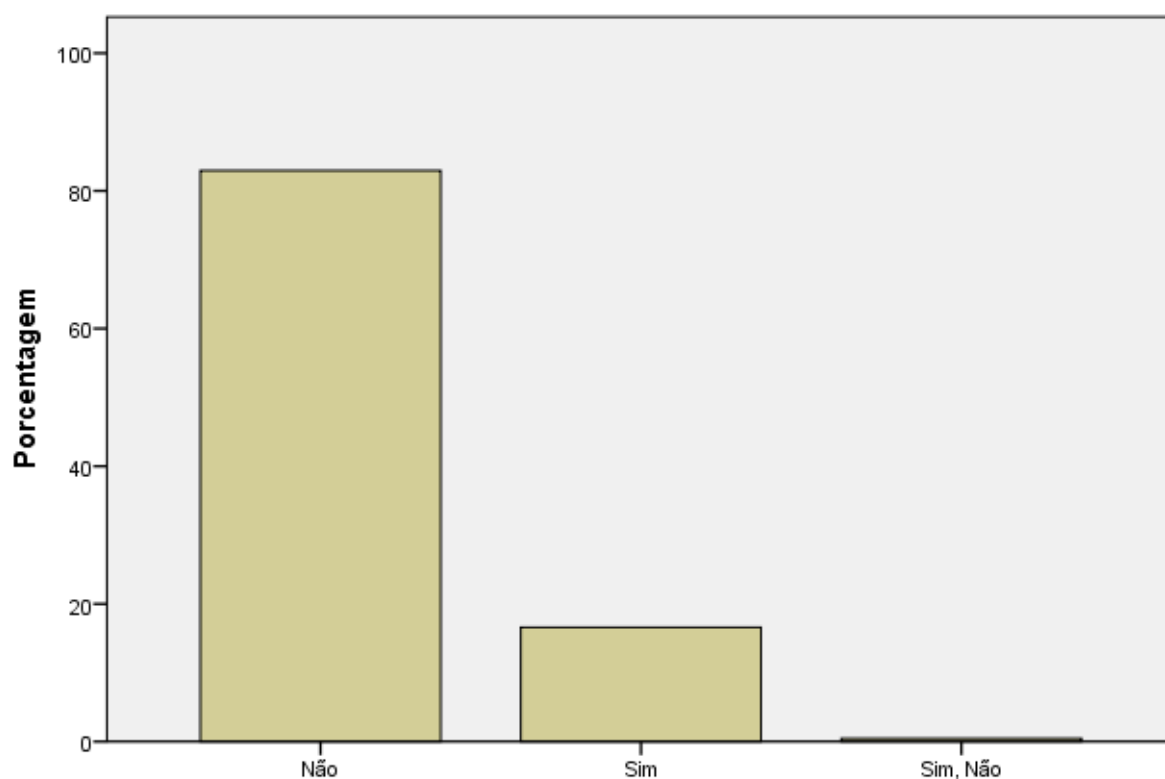
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Já no que se refere ao tempo médio de uso da internet/redes, de acordo com o gráfico acima, 23% dos respondentes disseram que se concentram em até uma hora de uso por dia, o que representa relativamente um pouco tempo para quem buscaria foco no desenvolvimento de uma causa pela rede, pois o tempo virtual é completamente constante. Destacamos quatro falas que julgamos importante observar, pois demonstraram que as profissionais tinham um uso frequente, racional e consciente das redes e do próprio acesso. São elas, logo abaixo:

- a) *“Em prol da causa é relativo, leio e estudo bastante, talvez 5 horas ou mais por semana, mas para compartilhar e postar coisas não é muito tempo, cerca de 1h por semana, talvez”.*
- b) *“Não sei dizer ao certo em tempo, porém tenho lido bastante sobre o assunto e estou criando um blog para poder repassar essas informações que tenho acesso e que vivencio no meu dia-a-dia”.*

- c) *“Se eu não estiver em um parto, fico entre 12 a 16 horas. Fico mais por ter acesso fácil pelo celular. Assim acesso em qualquer local”.*
- d) *“Todos os dias faço alguma postagem no Facebook ou Instagram e meu whats sempre chega perguntas de gestantes”.*

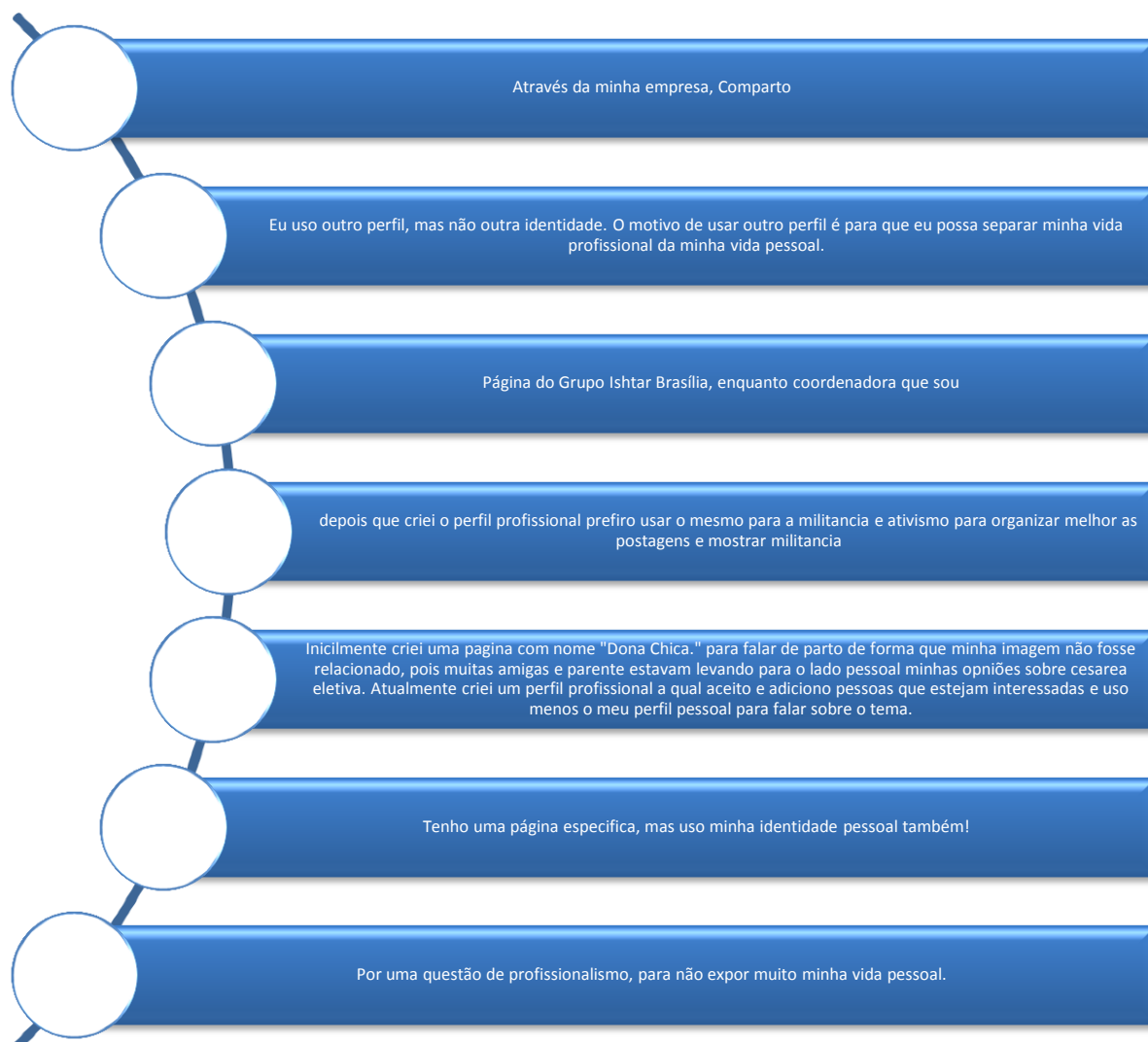
**Gráfico 34 – Sobre usar outra identidade nas redes sociais para defender a causa do parto ativo.**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

Nesse quesito, 83,4% dos respondentes disseram que não usaram outra identidade nas redes sociais para defender a causa do parto ativo, enquanto 17,1% responderam afirmativamente. Para elucidar esses resultados percentuais, apresentamos, de maneira sequencial, a tabela 9, que traz algumas falas que demonstram com clareza os motivos pelos quais o grupo usa outra identidade. Isso ressalta as razões que levaram essas pessoas a se “disfarçarem” perante um público-alvo disperso ou não, ainda que interessado ou não, quando da necessidade de usar as redes sociais.

Vejamos a seguir:

**Gráfico 35 - Justificativa dos que usaram/usam outra identidade nas redes**

**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

Para além do infográfico disposto acima, também estamos elencando mais três falas que julgamos importante destacar, por trazerem elementos e preocupações de ordem mercadológica voltadas para os clientes, ou de ordem política, para preservar a imagem pessoal da profissional.

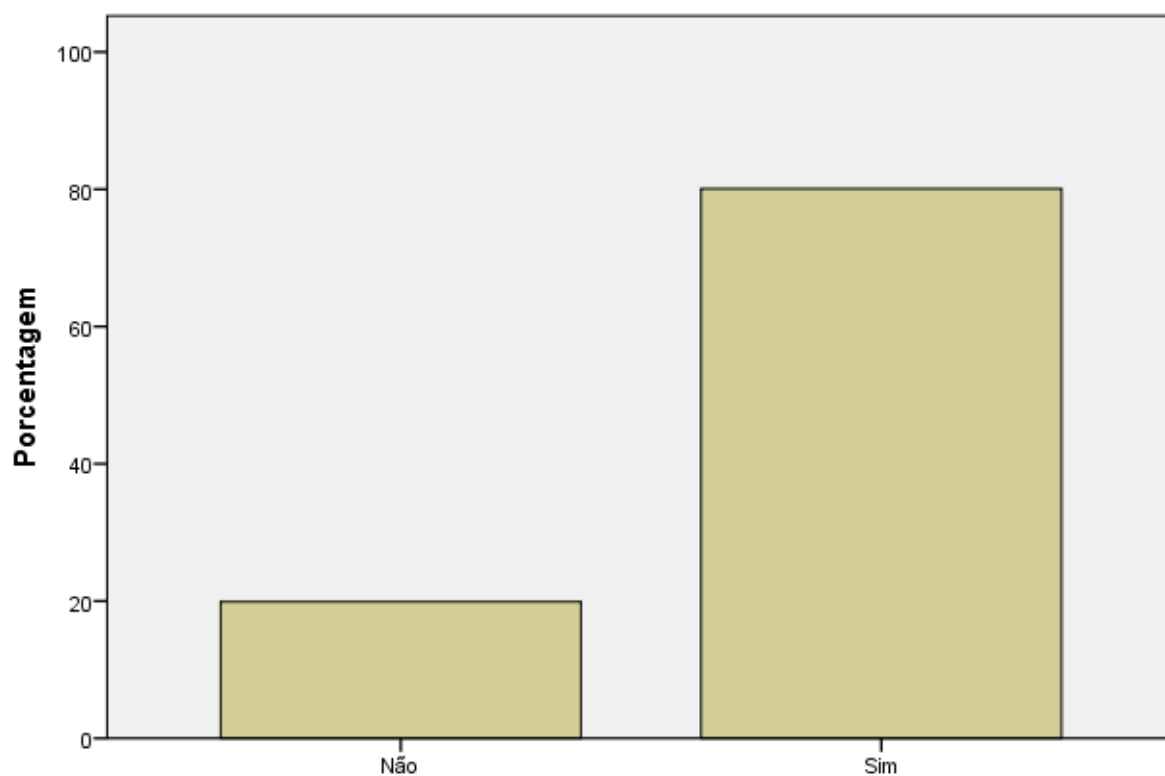
Vejamos a seleção das falas na próxima página:

- a) *“Não gosto de pôr postagens de parto no meu perfil pessoal, pois tenho amigos que não se interessam por isto. E também por que não coloco questões políticas no perfil de doula, por receio de dificultar ainda mais que eu consiga clientes”.*
- b) *“Outra identidade não, mas o faço em um grupo fechado. Grupo no qual se discute a maternidade ativa. Acredito que gera maior interesse do que no meu perfil pessoal”.*

Ainda sobre a possibilidade de terem dado instruções, fizemos um cruzamento das respostas para saber se essa intenção de “educar” se coloca de maneira incipiente, até mesmo, despretensiosa, ou se existe uma estratégia mais formal e articulada nesse sentido.

Vejamos os resultados no gráfico 36:

**Gráfico 36 – Sobre terem dado instruções a mulheres pela internet de como deveriam parir ativa e naturalmente**

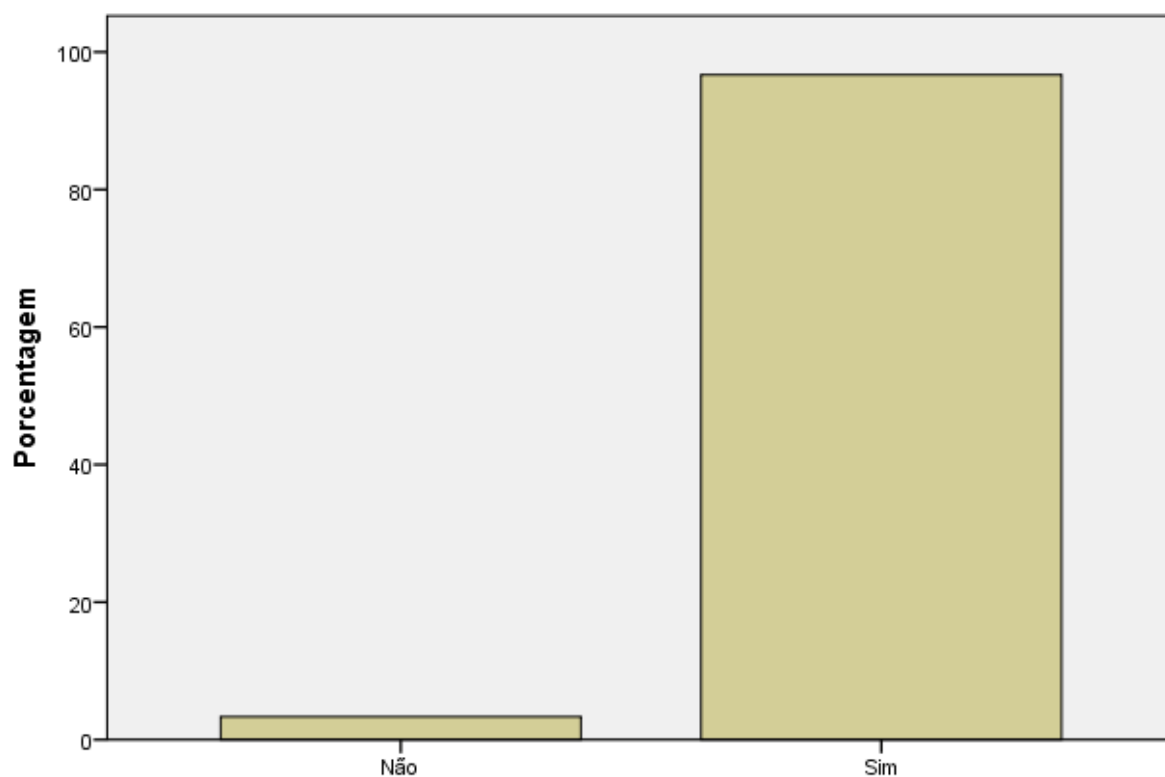


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico acima, 80,1% dos respondentes afirmam que já deram instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente; enquanto 19,9% disseram que não fizeram isso.

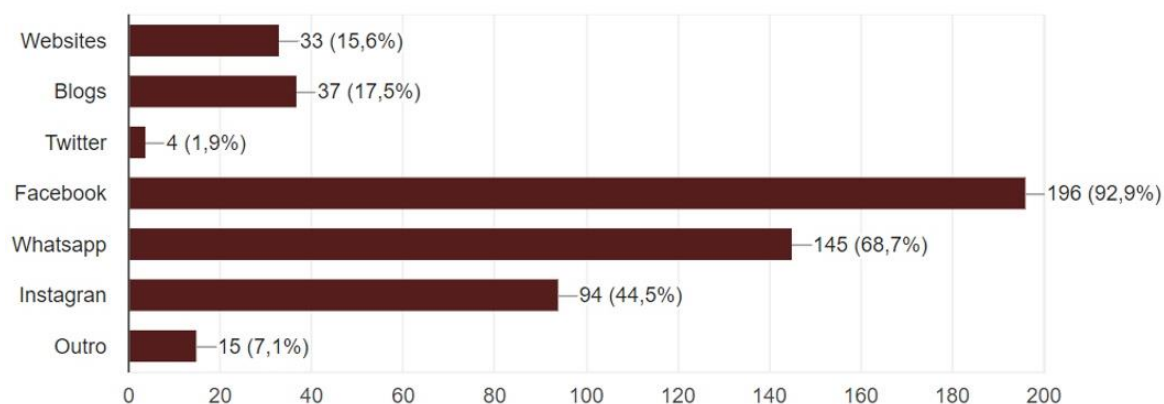
No que se refere à aferição da expectativa do grupo sobre a real opção pelo modelo de assistência ao parto ativo, tão exposto e discutido nesta pesquisa, o gráfico 36 aponta que quase, que predominante, o/s grupo/s acreditam na potencialidade das mulheres. Podemos deduzir que esperam não só uma espécie de mudança de comportamento ou mentalidade, mas também uma postura de conscientização em relação ao contexto sociocultural que vivem hoje no país, além de efetivamente “comprarem” a ideologia que permeia a causa.

**Gráfico 37 – Expectativa em relação às mulheres optarem pelo modelo de assistência aos partos ativos**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com os dados devidamente representados acima, 96,7% dos respondentes afirmam que esperam que as mulheres optem pelo modelo de assistência aos partos ativos; 3,3% não esperam isso. Isso demonstra que os respondentes são detentores de um efetivo sentimento de esperança em relação à mudança de consciência por parte das mulheres, optando pelo modelo de assistência aos partos ativos.

**Gráfico 38 – Da escolha de canais para postar informações**

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico acima, dos canais listados, a grande parcela se concentra em postar informações pelo Facebook. O segundo lugar ficou para o uso do Whatsapp, e o terceiro, para o Instagram, que são, efetivamente, os *media* mais usados no momento, pelo menos na realidade brasileira, com destaque para o Facebook, a rede mais utilizada pelos brasileiros no mundo.

Nossa pesquisa se valeu da existência do Facebook em duas importantes situações: tanto no mapeamento de possíveis grupos existentes no espaço, quanto quando buscamos contactar os sujeitos da pesquisa que estavam dispersos. E quando em razão da construção do próprio campo de pesquisa, ele nos foi bastante útil. Já os *websites*, juntamente com os *blogs*, ficaram praticamente equiparados em termos de uso e de postagens de informações relacionadas à causa.



Tabela 5 – Sobre o motivo da escolha destes canais

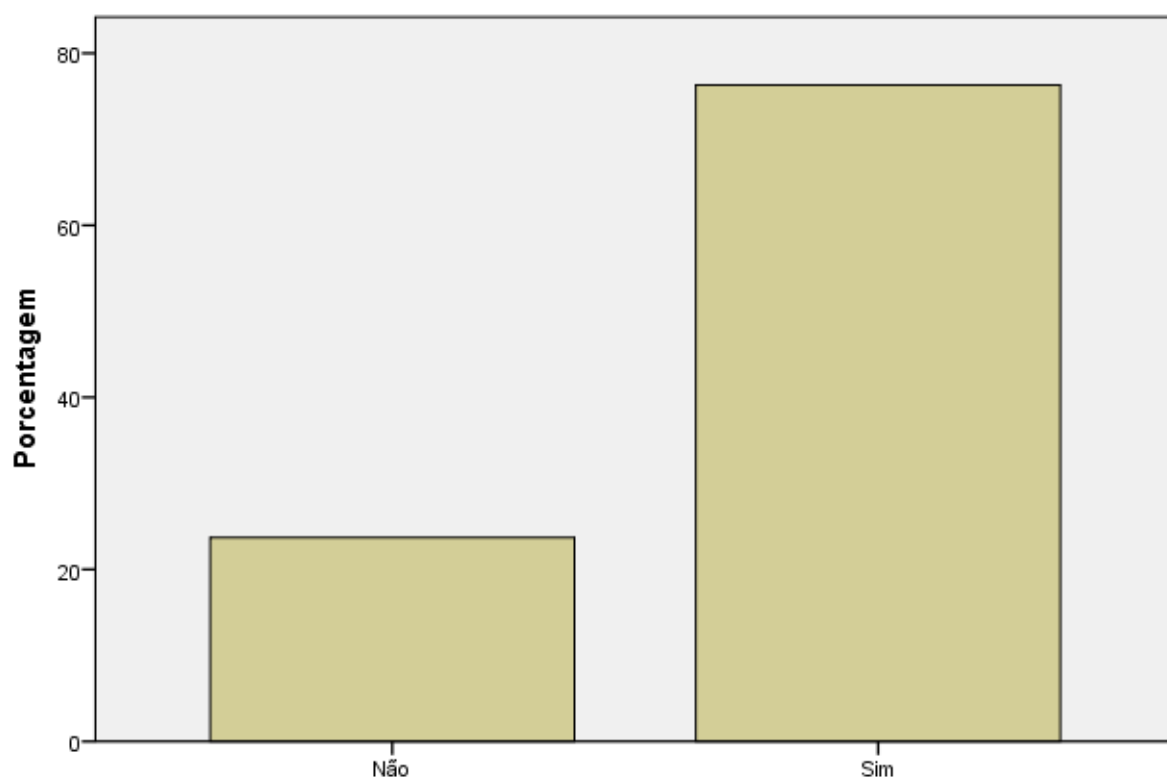
Categoria	Subcategoria	Motivo (ação)
Compartilhamento em rede ( <i>media digitais</i> )	Acesso	Fácil acesso
		Propagação
	Uso	Alcance
		Disseminar
	Busca	Praticidade
		Familiaridade
		Expansão
		Difusão
	Estratégia	Repercussão
Ações <i>ciber</i> (ativistas)		Visibilidade
	Afinidade	Gerir
		Viralização
	Saber	Maior impacto
		Conexão
		Avaliação

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Há que se considerar a intenção estratégica dessas mulheres/profissionais em não só se tornarem relevantes através de uma suposta ação política vinculada à causa, como também de promover uma sustentação no que se refere à profissionalização do campo e por consequência delas. Assim, fomos averiguar como elas utilizam os canais para divulgar seu trabalho por meio dos atendimentos que realizam, especialmente, em domicílios.

Vejamos os resultados no gráfico 39.

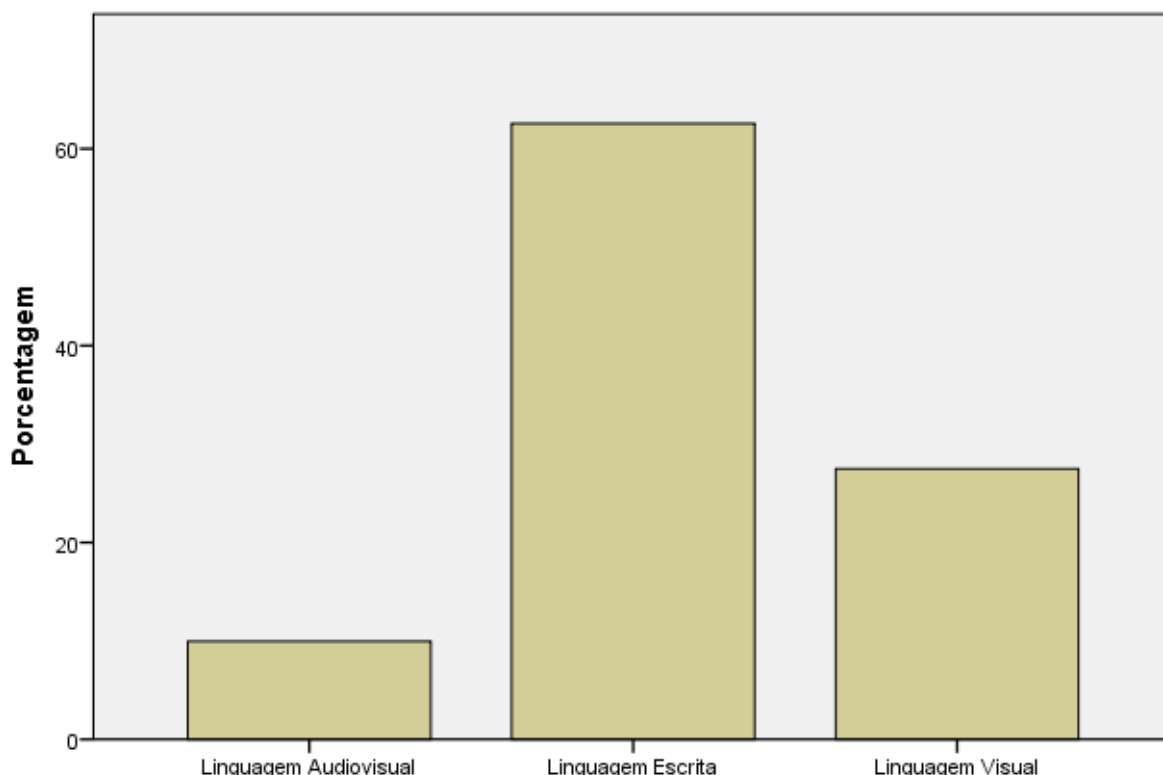
**Gráfico 39 – Sobre a utilização de algum/ns canal/is para divulgar os atendimentos profissionais**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os resultados desse gráfico demonstram que 76,3% dos respondentes afirmaram que utilizam ou já utilizaram algum canal dos citados na resposta anterior para divulgar seus atendimentos; e 23,7%, que não.

Outro aspecto que julgávamos importante conhecer dizia respeito à linguagem utilizada nas redes sociais pelos grupos de parteiras e/ou doulas. O gráfico 39 confirma essa assertiva.

**Gráfico 40 – Linguagem predominantemente utilizada nas redes sociais**

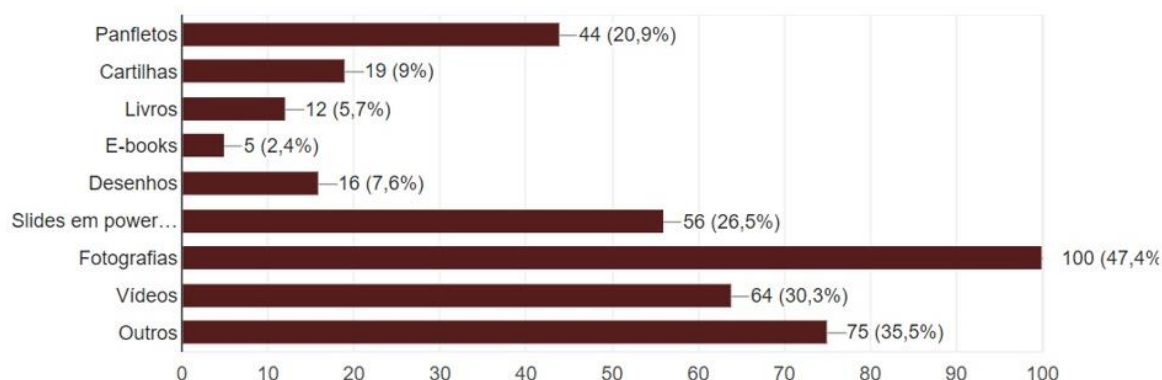
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico abaixo, 62,3% dos respondentes afirmaram que utilizam linguagem escrita nos canais nas redes sociais; apenas 27,5% utilizam linguagem visual, e somente 10% utilizam a linguagem audiovisual. Portanto, a linguagem escrita foi a que predominou no uso dos respondentes, para nossa surpresa, pois nossa suposição era a de que a linguagem do audiovisual seria a mais valorizada, em virtude de uma significativa quantidade de vídeos<sup>113</sup> brasileiros produzidos e postados pelo Youtube, evidenciando momentos da hora do parto dentro do modelo de assistência ao parto ativo/ humanizado.

Depois procuramos saber como se dava o formato das produções desses grupos relativas à causa do parto ativo no Brasil. Os dados estão expostos no gráfico 40 a seguir:

---

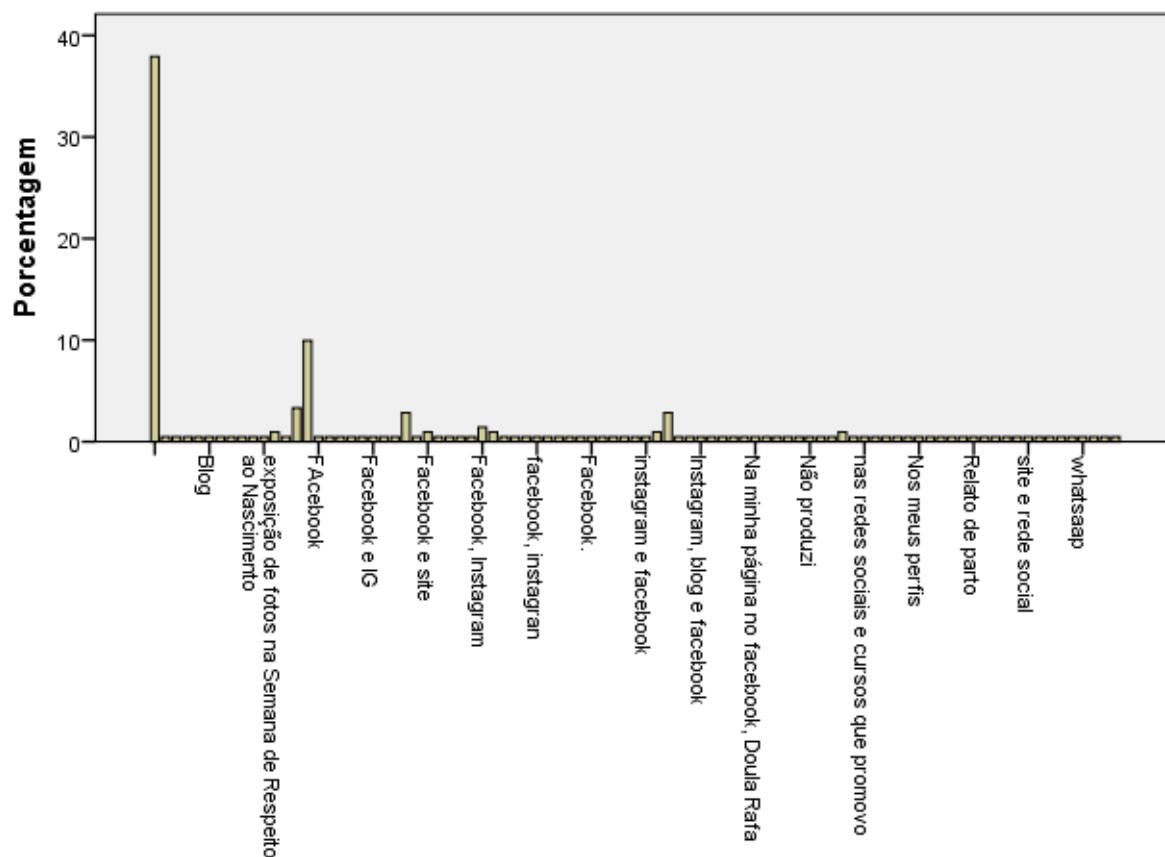
<sup>113</sup> Ver imagem, através da figura 7, alocada nos anexos, ao final deste trabalho.

**Gráfico 41 – Formato de produção das informações relacionadas à causa**

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

Nesse caso, vários formatos foram valorizados, através dos percentuais distribuídos na representação gráfica acima. O destaque ficou para a fotografia, que saiu, em primeiro lugar, com um percentual de 47,4% da produção; já como segundo lugar, afirmaram ter produzido muito em vídeos, com 30,3% do percentual. Como maiores percentuais, restaram os outros, que ficaram com 35,5% do total.

Daí, aponta-se uma incoerência com o que vinha sendo identificado nos dados gráficos apresentados anteriormente, ora se a linguagem escrita foi a mais mencionada até então, por que razão vêm agora nos primeiros lugares fotos e vídeos?

Gráfico 42 – Identificação dos *medias* digitais

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Reforçando a importância da apresentação dos dados e resumindo as informações dispostas no gráfico acima, apontamos o detalhamento que retrata a escolha dos respondentes pelos *medias* e/ou redes que usam/usaram.

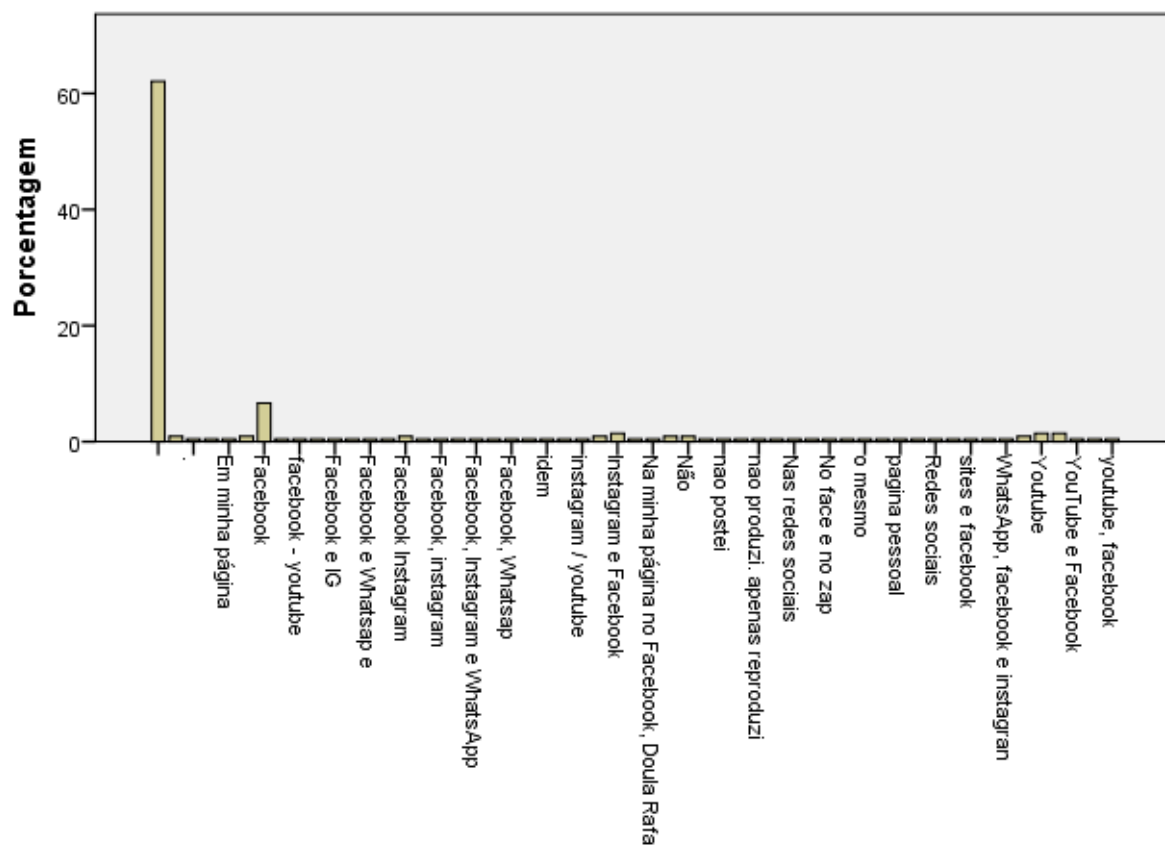
**Quadro 9 – Onde postou informações sobre a causa em formato de fotografias**

<b>Posts em <i>medias</i>/redes</b>	<b>Quantidade</b>
Facebook	98
Instagram	50
Whatsapp	14
You Tube	1
Tumblr	1
IG	1
Blogs	6
Sites	8
Redes sociais (generalizando)	7

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Para apresentar detalhadamente a compreensão do tipo de ação sobre as fotografias postadas, elaboramos o quadro 7, com o quantitativo de pessoas que se identificaram/alinharam com essa operação e os *medias* encontrados devidamente elencados.

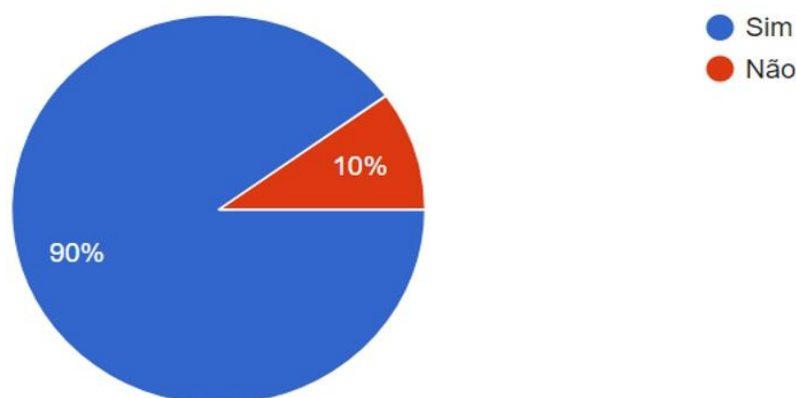
**Gráfico 43 – Onde postou informações sobre a causa em formato de vídeos**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No que diz respeito à produção e ao uso em formato de vídeos, os resultados indicaram que a maior distribuição foi realizada pelo Facebook, o que não nos causou surpresa, uma vez que o uso de Facebook pelos brasileiros, via de regra, é muito exacerbado.

**Gráfico 44 – Sobre ter usado/usar sites pela internet para ler ou estudar o modelo de assistência ao parto ativo**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

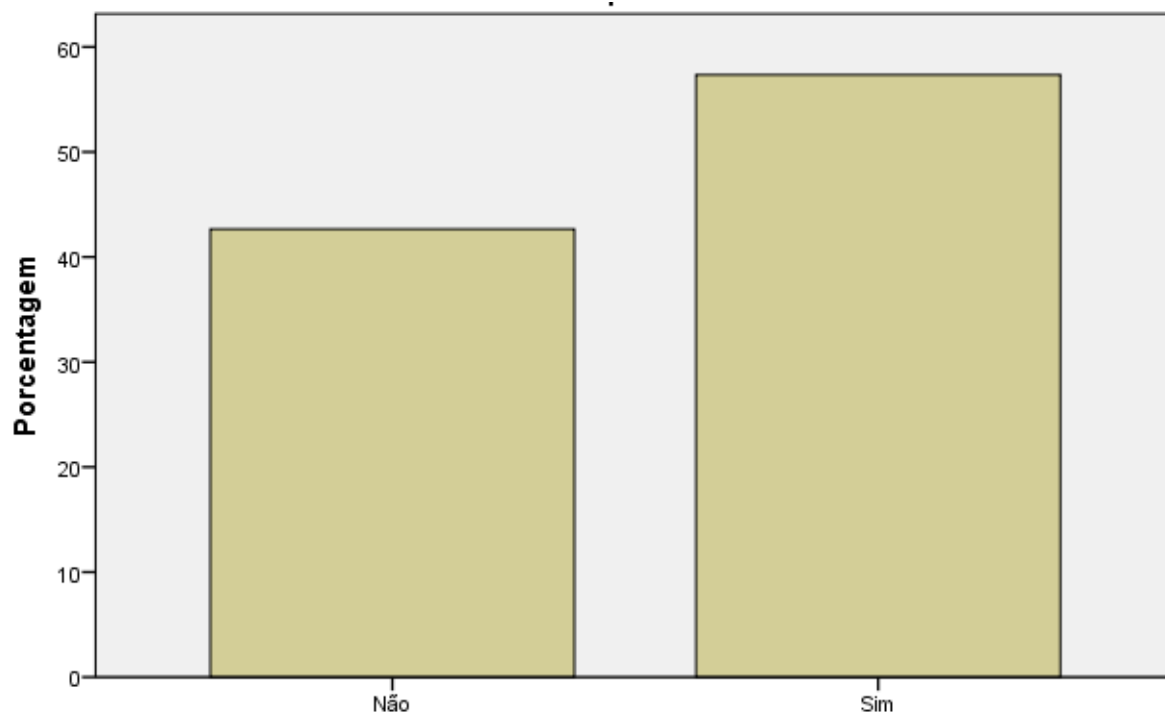
O gráfico 44 demonstra que 90% dos respondentes afirmaram que usam ou já usaram sites na internet para ler ou estudar sobre o modelo de assistência ao parto ativo; enquanto 10% afirmaram que nunca o fizeram. Isso denota um/a usuário/a que se predispõe não só a se informar como também a conhecer/estudar as questões que permeiam a produção de conhecimento sobre o modelo de assistência ao parto ativo.

A partir de algumas correlações que foram realizadas, acreditamos que é uma característica que diz respeito ao grau de escolaridade da maioria dos respondentes. No gráfico 1, que abre este capítulo, revela que um grupo de doulas se destaca justamente por ter formação em nível superior, inclusive, com pós-graduação, em muitos casos. Entendemos que, naturalmente, venha daí o interesse por leitura e/ou estudo sobre esse tão discutido modelo de assistência ao parto ativo.

Ainda dentro dessa seara de análise acerca de temas como instrução, leitura e/ou estudo realizados pelos grupos estudados, temos o gráfico 40, que apresenta os percentuais relativos a terem orientado pelas redes outros/as colegas, no quesito sobre como atender a uma mulher que se encontra em trabalho de parto no modelo humanizado de assistência.



**Gráfico 45 – Sobre ter orientado pelas redes outra/os colegas em relação a como atender a uma mulher que se encontra em trabalho de parto no modelo humanizado de assistência**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com esse gráfico, 57,3% orientam outras parteiras/doulas pelas redes, enquanto 42,7% disseram que não o fazem. Com base nessa compreensão e para desenvolver e aprofundar as análises, procuramos identificar os inúmeros tipos de sites usados para acesso ao conhecimento gerado sobre o modelo de assistência ao parto ativo no Brasil.

A tabela 12 apresenta a tipologia e a identificação de cada um deles, de acordo com as respostas dos entrevistados.

Tabela 6 – Tipos de sites usados para se conhecer o modelo de assistência ao parto ativo

Tipologia/Websites	Identificação
<b>Blogs/Vlogs</b>	De doulas/parteiras
	De médicos/as
	Dra. Melânia Amorim
	Estuda Melânia
	De enfermeiras
	De outros profissionais
	De mães
<b>Facebook</b>	Páginas pessoais de mães, ativistas, parteiras, doulas e outros profissionais
<b>Whatsapp</b>	Grupos privados de doulas
<b>Portais</b>	Portal da maternidade ativa
	Parto ativo no Brasil
	Active birth
	Pubmed
	Web of Science
	ReHuNa
	UNICEF
	OMS
	Despertar do parto
	Instituto GAMA
<b>Sites de grupos ativistas/feministas</b>	GVA - Grupo Virtual de Amamentação
	Morada interior da Alaya Dullius
	Vila Mamífera
	Artigos acadêmicos
<b>Google acadêmico</b>	Bibliotecas virtuais

<b>Outros sítios</b>	Primal Health Research
	Biblioteca Cochrane
	Ministério da Saúde
	Parto humanizado
	<a href="http://www.cienciadoiniciodavida.org/">www.cienciadoiniciodavida.org/</a>
	De pesquisa e de depoimentos maternos
	Websites de programas públicos
	Sites de profissionais que apoiam a causa
	Periódicos e portais científicos
	Sites com evidências científicas
	Indicações de amigas
	Rede de apoio nacional de assistência às mulheres

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De todas as informações dos respondentes, resolvemos selecionar e transcrever para analisar três respondentes cujas falas são interessantes e nos auxiliam a entender bem mais como surgiu o interesse em aprofundar os conhecimentos pré-existentes acerca desse modelo de assistência. São elas:

*“Tudo começou num grupo do face chamado parto natural. Depois a partir de lá fui seguindo referências de Melânia Amorim e Ana Cris e ampliando horizontes para diversos outros sites. A partir de livros, depois de um tempo eu já tinha uma crítica para saber se o que era escrito era verdade ou falso (na internet)”.*

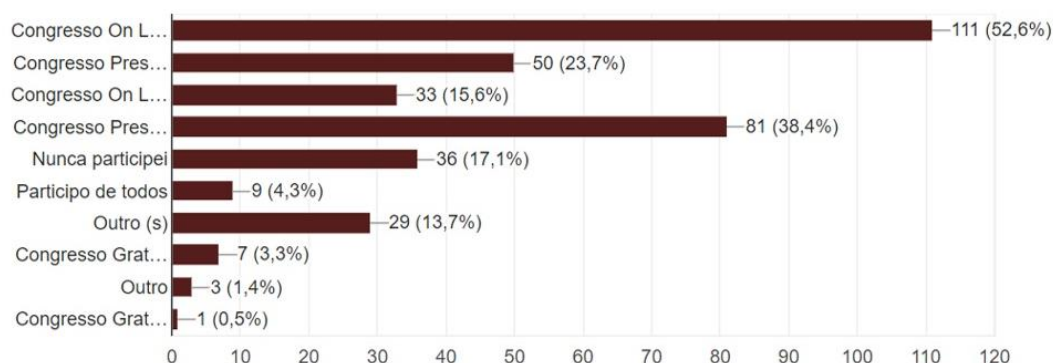
*“Sites baseados em evidências, mas também alguns que tratam do lado mais espiritual do processo de gerar-parir-maternar”.*

*“Todos disponíveis de profissionais que defendem o parto ativo, principalmente Janet Balaskas., fiz 3 módulos de cursos dela em 2012 quando estive no Brasil, no Rio, Curitiba e São Luís de Paraná”.*

O interesse de uma delas surgiu a partir das próprias redes, devido à interação promovida e ao contato com livros, inclusive na tentativa de desenvolver um exercício de leitura crítica acerca do que encontrava postado nas redes e o que encontrava nos livros tradicionais impressos.

A outra já revelou uma postura mais científica, ao adotar para si a constatação baseada em evidências. Vale salientar que essa é uma metodologia que sustenta todo o discurso, portanto, é muito valorizada pela causa e pelos grupos que a apoiam.

Por fim, a terceira e última advém de uma lógica de capacitação que já se relaciona com o conhecimento de maneira mais formativa/educativa.

**Gráfico 46 – Participação em eventos relacionados à causa do parto ativo**

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2017)

Destacamos, aqui, uma significativa participação em congressos virtuais. De acordo com a etapa exploratória desta pesquisa, constatamos que são promovidos alguns eventos de caráter virtual e gratuito<sup>114</sup>, com o fim de agregar o máximo de interessados na causa, ainda que indiretamente.

Essa é uma estratégia bem viável para o campo e a atividade profissional, que gera muitas trocas de informações e de conhecimentos entre os participantes, serve de socialização das questões que permeiam a bandeira/causa e promove uma articulação rápida e extensa, considerando que, como é realizado via internet, consegue reunir o maior número de pessoas, de dentro e de fora do país.

Outro ponto a ser evidenciado tem a ver com a tática de disponibilizar a gratuidade do evento, pois, dessa forma, conseguem-se veicular as mensagens e/ou os discursos (in)formativos acerca da bandeira de luta, com suas audiências, e em termos de públicos interessados, um público seleta acaba por ser atingido. No que se refere ao pós-evento, essa modalidade de eventos oferece aos interessados que tenham participado daquela edição ou não, todos os conteúdos debatidos no primeiro momento de realização do evento. É nesse momento, que eles passam a cobrar pagamento por estes conteúdos.

<sup>114</sup> O Congresso Nascer Melhor, já vai em sua terceira edição anual, e tem foco maior nas gestantes, nas mulheres ou casais que estão mais inclinados a “consumir” esse modelo de assistência ao parto, como também, para as famílias brasileiras, num sentido mais amplo. Ver imagem, através da figura 8, disposta ao final deste trabalho, no corpo dos anexos.

O ComParto<sup>115</sup> também realizou estratégias nesse sentido. A plataforma inicial era um blog de uma doula, que agora tornou-se um Portal. Nascido como parte do projeto "#Cada Nascimento Importa", o portal tem o objetivo de empoderar mulheres grávidas, garantir sua autonomia em saúde e parto, fortalecer, multiplicar e conectar toda a rede de apoio ao parto. Oferece às mulheres o acesso à informação e apoio essenciais para que se sintam seguras e confiantes quanto a sua capacidade de parir, firmes em suas convicções quanto à própria experiência de parto que desejam e amparadas física e emocionalmente por toda sua rede.

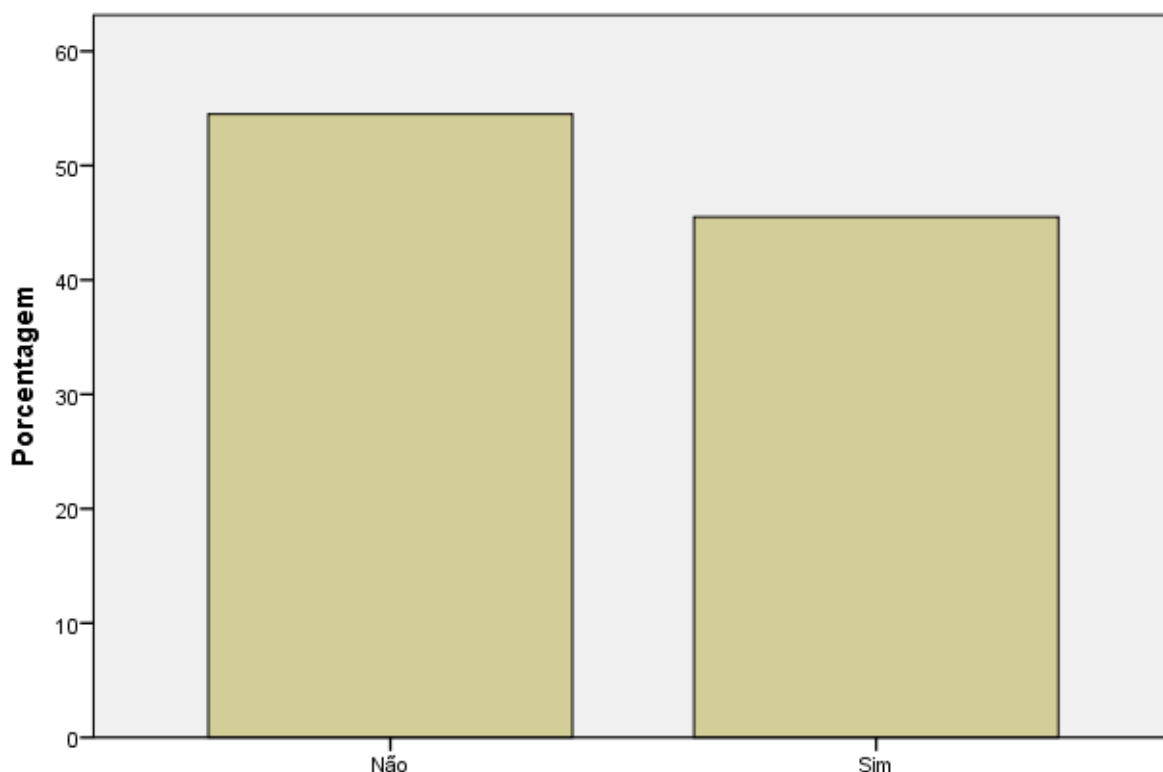
A doula responsável pelo Portal, opera com a ideia de colaborar e refletir na melhoria do sistema obstétrico no Brasil e de seus indicadores. Para ela, este acesso não pode ser um privilégio de poucos, mas um direito garantido e efetivamente disponível a todos, por isso a decisão de fazer este movimento através da internet. Ela acredita que dessa forma, ela está a democratizar o acesso à informação real, sem manipulações.

Essa participação também foi aferida, por outros prismas, à modalidade de grupos de discussão, por exemplo, também nos interessou saber esse possível desempenho acontecia. Vejamos os dados, na próxima página, através do gráfico a seguir.

---

<sup>115</sup> O evento ComParto foi uma primeira Conferência On Line de Doulas, foi promovido pela Comunidade Comparto, criada pela doula e naturóloga, Raquel Oliva. Esse evento foi direcionado a profissionais da área, com um especial destaque, ao público das doulas. Ver imagens, através da figura 9, disposta ao final deste trabalho, no corpo dos anexos.

**Gráfico 47 – Participação em grupos de discussão com a finalidade de aproximar as realidades culturais e distintas do país**



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com o gráfico acima, 54,5% dos respondentes informaram que participam ou já participaram de grupos de discussão, com a finalidade de aproximar as realidades culturais e distintas do país; enquanto 45,5% disseram que não.

No que se refere à atuação das parteiras e/ou doulas nesses grupos, também tem sua importância e seu efetivo nível de participação, pois, apesar de a maior parcela ter respondido que não participa desses grupos com esse objetivo, uma significativa maioria se coloca alinhada com esse objetivo, o que denota minimamente foco e tática pré-definidos, no sentido de avançar em termos de causa/militância.

Essa suposta militância poderia se apresentar com várias interfaces, mesmo que, para ser entendida como uma ação de ‘(ciber) militância’, seriam necessárias mais bases de cunho estrutural, tático e estratégico. Afinal, é preciso mais articulação, planejamento e outras ações, eminentemente próprias do campo da atuação política e que estivessem além de uma mera presença. A tabela 13 confirma essa assertiva:

**Tabela 7 – Demonstrativo de participação (virtual) em grupos de discussão**

<b>Grupos de discussão</b>	<b>Quantidade</b>
Facebook	20
Whatsapp	14
E-mail	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Vale ressaltar que nela se aponta apenas a quantidade de participantes distribuídos e que desempenham um papel de discutir em grupos virtuais, através de três canais de interação/comunicação/informação.

Na tabela 7, desmembramos as informações levantadas acerca desse ponto e os grupos que participam de forma presencial nas diversas localidades do Brasil.



**Tabela 8 – Demonstrativo de participação (presencial) em grupos de discussão**

<b>Identificação dos grupos</b>	<b>Quantidade</b>
Na própria cidade e região	2
Instituto Bem Nascer	1
Rodas de Conversas	5
Grupos Ishtar de Apoio ao Parto	2
Meu próprio grupo	2
Movimento de Humanização do Nascimento	7
Grupos de doulas	7
Grupo de Apoio à Maternagem	1
Universidades	3
Grupo Narrativas do Nascer	2
Casas de Parto	1
Curso de Preparação para Parto e Nascimento	1
Congresso Internacional de Parteiras	1
Movimento Parto da Gente	1
Movimento Nascer Melhor	1
Ong Bem Nascer	1
Grupo Coaracy	1
SIA Parto	1
Cofen	1
Fenadoula BR	1
Conadoula	1
Parto de Gente	1
Parto na Praça	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A tabela 7, disposta na página anterior, apresenta um grupo/evento denominado de “Parto na Praça”. A atividade faz parte do projeto “Parto na praça”, idealizado em abril de 2017, pela enfermeira da obstetrícia do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA), Gisele Bezerra, e despertou nossa atenção por ser um grupo formado com atuação na cidade de Parnaíba, estado do Piauí, Região Nordeste.

O grupo/evento “Parto na Praça<sup>116</sup>”, organizado pela disciplina ‘Promoção da Saúde’ (que visa discutir, de forma abrangente, sobre as implementações das estratégias de políticas públicas de saúde preconizadas pelo Ministério da Saúde e pelo SUS), orientado pelo Prof. Anderson Mendes, do Mestrado Profissional em Saúde da Mulher pela Universidade Federal do Piauí, leva muita gente à Praça Mandu Ladino, na cidade de Parnaíba. O projeto foi criado para aproximar o HEDA da comunidade e melhorar a imagem do serviço público, especialmente da obstetrícia, e conta com a participação de 30 voluntários, entre profissionais e estagiários do HEDA, alunos de outras instituições de Parnaíba e ex-alunos.

Um grande número de mulheres grávidas e não grávidas se juntou aos alunos do Mestrado, na praça, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o parto natural e humanizado e as atividades físicas que podem realizar. O grupo se encontra uma vez ao mês, em praça pública, e organiza-se para tratar das mais diversas questões que circundam o universo da causa do parto ativo no Brasil.

A proposta da atividade na praça convergiu com a ideia de apresentar técnicas inovadoras que possam melhorar a qualidade de vida e beneficiar a saúde e o bem-estar do ser humano. Como a temática do Mestrado é direcionada à saúde da mulher, os alunos planejaram uma ação social com mulheres para discutir sobre a gravidez e ensinar técnicas que podem favorecer uma gestação saudável e diminuir o risco de intercorrências cirúrgicas e complicações do parto.

Enfim, essa atividade é uma oportunidade ímpar para aquela população, pois as técnicas apresentadas são consideradas terapias alternativas de baixo custo e podem ser executadas no SUS.

---

<sup>116</sup> Ver fotografias 1 e2, dispostas ao final deste trabalho no corpo dos anexos.

#### 4.4 Correlacionando as principais variáveis em torno do ‘uso’ da (s) rede (s)

Caminhando agora para a finalização do capítulo 4, fizemos um cruzamento das principais variáveis que elegemos, com vistas a elucidar, de forma mais objetiva, as questões que representam a espinha dorsal deste trabalho, norteadas basicamente pelas ações ou atuação (em) rede.

Os quadros elencados abaixo têm a função de ampliar um pouco mais a compreensão das questões levantadas, o que corrobora a tarefa de comprovação, ou ainda, refutação de nossa tese levantada, que será realizada logo mais adiante, no capítulo das considerações finais.

#### Quadro 10: Correlação entre o uso de internet e a mudança de comportamento

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 36 - É possível mudar comportamentos e mentalidades através do compartilhamento de informações nas redes sociais? Tabulação cruzada

		36 - É possível mudar comportamentos e mentalidades através do compartilhamento de informações nas redes sociais?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 1 8,3%	11 91,7%	12 100,0%
	Sim	Contagem 2 1,0%	197 99,0%	199 100,0%
Total		3 1,4%	208 98,6%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O quadro 1 mostra que a maioria usa internet e acredita que é possível mudar comportamentos ao compartilhar informações via redes sociais (197 dentre 211) e que, entre os que não usam internet (12), a maioria (11 ou 91,7%) acredita que isso é possível. Esse último comportamento é mais evidente ainda entre os que usam internet - 197 (99%) dentre 199.

No que se refere às medidas simétricas relativas ao quadro 1, obtivemos um coeficiente de contingência igual a 0,142, o que indica um leve nível de associação entre as variáveis ‘uso de internet’ e ‘crença de mudança’ (o coeficiente de contingência varia de 0 a 1; de 0,5 a 1, forte associação; de 0,3 a 0,50, associação moderada; 0,10 a 0,30, leve; e entre 0,0 e 0,10, falta de associação).

#### **Quadro 11: Correlação entre usar a internet e sentir-se moralmente recompensados**

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 28 - Sente-se pessoal/moralmente recompensada em apoiar a causa do parto ativo? Tabulação cruzada

		28. Sente-se pessoal/moralmente recompensada em apoiar a causa do parto ativo?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 0 0,0%	12 100,0%	12 100,0%
	Sim	6 3,0%	193 97,0%	199 100,0%
Total		6 2,8%	205 97,2%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A indicação, no caso acima, é de não associação.

### Quadro 12: Correlação entre usar a internet e esperar ser reconhecido socialmente

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 29 - Espera ser reconhecida ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil? Tabulação cruzada

		29 - Espera ser reconhecida ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 7 58,3%	5 41,7%	12 100,0%
	Sim	Contagem 82 41,2%	117 58,8%	199 100,0%
Total		Contagem 89 42,2%	122 57,8%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

### Quadro 13: Medidas simétricas A

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de Nominal contingência	,080	,243
Nº de casos válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A indicação é de não associação.

**Quadro 14: Correlação entre o uso da internet e o comprometimento com a causa**

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 30 - Mesmo que não haja reconhecimento social, é seu dever ajudar na causa do parto ativo? Tabulação cruzada

		30 - Mesmo que não haja reconhecimento social, é seu dever ajudar na causa do parto ativo?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 2  16,7%	10  83,3%	12  100,0%
	Sim	Contagem 2  1,0%	197  99,0%	199  100,0%
Total		Contagem 4  1,9%	207  98,1%	211  100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 15: Medidas simétricas B**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de contingência	<b>,257</b>	,000
Nº de casos válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A indicação aqui é de leve associação (coeficiente de contingência entre 0,1 e 0,30; de fato é de **0,257**).

**Quadro 16: Correlação entre o uso da internet e a garantia dos direitos das mulheres**

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 32 - Em sua atividade profissional, você contribui para garantir os direitos das mulheres? Tabulação cruzada

		32 – Em sua atividade profissional, você contribui para garantir os direitos das mulheres?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 0 0,0%	12 100,0%	12 100,0%
	Sim	Contagem 3 1,5%	196 98,5%	199 100,0%
Total		Contagem 3 1,4%	208 98,6%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 17: Medidas simétricas C**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de Nominal contingência	,029	,668
Nº. de casos válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A indicação, nesse caso, é de não associação.

**Quadro 18: Correlação entre usar a internet e sentir-se motivado a “educar”**

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 38 - Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil? Tabulação cruzada

		38. Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil?		Total
		Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem 8 66,7%	4 33,3%	12 100,0%
	Sim	Contagem 8 4,0%	191 96,0%	199 100,0%
Total		Contagem 16 7,6%	195 92,4%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 19: Medidas simétricas D**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de contingência	<b>481</b>	,000
Nº. de casos válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Trata-se, aqui, de associação moderada (coeficiente de contingência entre 0,30 e 0,50; de fato é de **0,481**).



**Quadro 20: Correlação entre usar a internet e ter dado instruções pela rede**

37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \* 43 - Você já deu instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente?

Tabulação cruzada

			43. Você já deu instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente?		Total
			Não	Sim	
37. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	Não	Contagem % em 37 - Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	9 75,0%	3 25,0%	12 100,0%
	Sim	Contagem % em 37 - Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	33 16,6%	166 83,4%	199 100,0%
Total		Contagem % em 37 - Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo?	42 19,9%	169 80,1%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 21: Medidas simétricas E**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de Nominal contingência	<b>,321</b>	,000
Nº. de casos válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A indicação de associação, nesse caso, é moderada (coeficiente de contingência entre 0,30 e 0,50; de fato é de **0,321**).

**Quadro 22: Correlação entre uso da internet e linguagem mais utilizada**

39. Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo? \* 48 - Dos canais utilizados nas redes sociais, que tipo de linguagem você mais usa? Tabulação cruzada

			48 - Dos canais utilizados nas redes sociais, que tipo de linguagem você mais usa?			Total
			Linguagem audiovisual	Linguagem escrita	Linguagem visual	
39. Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo?	Não	Contagem % em 39 - Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo?	2 5,3%	26 68,4%	10 26,3%	38 100,0%
	Sim	Contagem % em 39 - Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo?	19 11,0%	106 61,3%	48 27,7%	173 100,0%
Total		Contagem % em 39 - Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo?	21 10,0%	132 62,6%	58 27,5%	211 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 23: Medidas simétricas F**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de Nominal contingência N de Casos Válidos	<b>,078</b> 211	,522

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nesse caso, a indicação é de não associação (coeficiente de contingência igual a **0,078**).

**Quadro 24: Correlação entre ter dado instruções pela rede e usar a internet para “educar”**

38. Sente-se motivada/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil? \* 43 - Você já deu instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente? Tabulação cruzada

			43 - Você já deu instruções a mulheres pela internet sobre como deveriam parir ativa e naturalmente?		Total
			Não	Sim	
38. Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil?	Não	Contagem % em 38 - Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil?	9  56,3%	7  43,8%	16  100,0%
	Sim	Contagem % em 38 - Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil?	33  16,9%	162  83,1%	195  100,0%
Total		Contagem % em 38 - Sente-se motivado/a a usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil?	42  19,9%	169  80,1%	211  100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

**Quadro 25: Medidas simétricas G**

	Valor	Aprox. Sig.
Nominal por Coeficiente de Nominal contingência	,252	,000
N de Casos Válidos	211	

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Aqui a indicação de associação é leve (0,252).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria substância.  
(Simone de Beauvoir)*

Fomos despertados pela necessidade de descobrir mais, quando identificamos falas que revelaram a ideia de usar as redes digitais/sociais como uma forma de militar em prol da causa do parto ativo. Neste trabalho de investigação, nosso intuito foi o de compreender o parto ativo sob a da ótica e a atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos *medias* digitais. Procuramos os elementos que compunham a visão dessas mulheres associada a ações ciberativistas, pois imaginávamos que essas ações de caráter mais ciberativista poderiam estar sendo realizadas por elas.

Nesta investigação, traçamos um percurso em que discutimos sobre correntes teóricas, desde o surgimento das TICs, o advento da sociedade da informação, da sociedade em rede (Castells, 2016), o feminismo, os estudos de gênero e da cibercultura, com certo destaque para a ciberdemocracia, além da dinâmica da atividade militante pelas redes através dos *medias*, numa associação ao mito do ciborgue em Haraway (2013). Nesse sentido, “saber o que os ciborgues serão é uma questão radical, e respondê-la é uma questão de sobrevivência. E se tanto os chimpanzés quanto os artefatos têm uma política, por que não a teríamos nós?” (Waal, 1982; Winner, 1908, in: Donna Haraway, 2013: 43).

Também entendemos, tal como o pesquisador, que, “para além do capital, o ciborgue é uma manifestação da cultura tecnocêntrica, mais especificamente, da cibercultura e suas raízes digitais. O ciborgue não é fruto do processo de maquinização do mundo, ele é parte desse processo, como via migratória, da era analógica para a era digital – e quem sabe, pós-digital?” (Figueirêdo, 2017: 175)

Então, consideramos o ciborgue como uma ‘entidade’, construída em determinado contexto e que, como tal, expressa valores, códigos, simbolismos e busca total identificação em virtude da garantia de sobrevivência. Nessa realidade de redes, este trabalho materializou as parteiras e as doulas como figuras ciborguianas, que se assemelham miticamente à deusa

Ilítia e que não habitam somente o mundo real, mas também o virtual, em que elas projetam toda a necessidade de emancipação humana (uma nova vida), sobretudo de emancipação feminina, observando e usando as redes como o grande lócus para que suas novas vidas aconteçam, suas atuações possam se realizar. Assim, tal como o ciborgue, elas surgem como “um híbrido de orgânico e inorgânico” (Figueirêdo, 2017).

Sociologicamente falando, acreditamos que as mudanças na ordem política diferem do que tínhamos, e o desafio agora consiste em pensar no pós-digital com todas as incertezas que ele traz. Como afirma Latour (2012, p.49), “não há grupos, apenas formação de grupos”. Por outro lado, “uma perspectiva de rede reconhece o papel central das relações entre os indivíduos, mais do que dos indivíduos isolados, nos estudos da sociedade”, refere Recuero (2015: 10).

Portanto, aqui, trabalhamos com a perspectiva da pesquisadora Raquel Recuero (2015: 11), quando afirma que “a compreensão da opinião pública é, por si só, um processo social. O uso de redes sociais como lentes para compreender a mídia social revela que muitas redes estão divididas em subgrupos divergentes entre si”. Por isso, o alinhamento com os objetivos desta pesquisa que, basicamente, direcionou-se a produzir um conteúdo que visava introduzir as Ciências da Comunicação no debate sobre as questões que permeiam a política de humanização do nascimento no Brasil.

A comunicação é uma ciência interdisciplinar por natureza (Lopes, 2005), portanto, entendíamos, naturalmente, o caminho da interdisciplinaridade como propulsor dessa jornada de pesquisa e pensávamos na multiplicidade de opções. Mas era na exploração dos conhecimentos e na coleta de pistas que nos encontrávamos realizando nossos objetivos. A interdisciplinaridade também esteve presente de forma recorrente, quando permeou os rodapés deste trabalho, pois nossa intenção era de situar didaticamente o leitor e de lhe dar os subsídios necessários para que possa compreender essa reflexão como um todo que ora se realizava.

Para que a inspiração criativa fluísse, ficamos atentos às pistas que o próprio campo ia nos dando, e elas vieram de vários lugares. Aprendemos com um querido amigo, antropólogo experiente, que o “campo fala”. Então, tudo servia de suporte para que pudéssemos avançar. Nossas estratégias metodológicas versaram, basicamente, sobre o principal instrumento desta pesquisa: o questionário. A partir daí, extraímos dos grupos de respondentes as respostas que buscávamos e agregamos às nossas análises os conceitos fundados na análise de conteúdo, para dar conta dos aspectos quantitativo e qualitativo que o estudo pedia.

Os estudos da inteligência coletiva (Lévy, 2015) com a magia dos mundos virtuais permitiram diversos tipos de relações conceituais, o que só ampliou nossa articulação e visão panorâmica do contexto de investigação. Elegemos como etapa da pesquisa o espaço que daria conta de duas grandes discussões teóricas: a cibercultura, que visava relacionar o ciberativismo e a atuação social no ciberespaço; e outra, que privilegiou mais a relação entre o movimento do parto ativo pelas redes e a atuação das parteiras e doulas brasileiras. Já na última etapa do trabalho, analisamos essa atuação, partindo da descrição das ações que supostamente tinham relação com o caráter ciberativista.

Isso ratifica nossa tese de que “o parto ativo é, sim, uma causa, que fomenta a atuação de parteiras e de doulas brasileiras nos *medias* digitais, mas que não se caracteriza como ciberativismo”. Foi por meio dessa principal questão de investigação: *Como o parto ativo se constitui a partir da atuação de parteiras e doulas brasileiras nos medias digitais?* que nos tornamos impelidos a realizar o primeiro movimento, no sentido de refutar a tese para saber se ela se validava ou não.

Assim, podemos afirmar que a tese levantada neste trabalho de investigação foi validada, porque, de acordo com as análises realizadas no capítulo 4, apesar de a maioria das parteiras e das doulas demonstrarem uma satisfação pessoal ao ajudar outras mulheres, de estar satisfeitas com a atividade profissional que exercem e de trazerem em suas falas palavras como empoderamento, luta contra o sistema, encorajamento, vontade de fazer a diferença, construção de um mundo melhor, revolta, indignação, agente de mudança, visão política de ser mulher, elas revelaram intenções que poderão ser trabalhadas de forma mais estruturada e politicamente mais organizada. Porém, nesse momento, as supostas articulações parecem um tanto frágeis.

Apesar, ainda, de quase todas se sentirem, pessoal e moralmente, recompensadas em apoiar a causa do parto ativo no Brasil, esperam ser reconhecidas por isso e julgam que, mesmo sem reconhecimento social, devem ajudar a causa do parto ativo, porquanto são conscientes de que, por meio de sua atividade profissional, podem contribuir para garantir os direitos das mulheres. Some-se a isso o fato de conhecerem outras colegas parteiras ou doulas que executam ações de conscientização/mobilização semelhantes às delas e acreditam na possibilidade de transformar comportamentos e mentalidades compartilhando informações nas redes sociais, usando a internet para auxiliar a causa do parto ativo no Brasil.

Nesse contexto, entendemos que, embora toda essa conjuntura revele uma real intenção, não existe um contexto de ação, coordenada e em rede, que possamos considerar como uma

ação cibermilitante. Assim, na perspectiva ciberativista, podemos afirmar que **a missão de Ilítia acaba por não se cumprir**, porque a Ilítia ciborguiana perde a capacidade potencial de “servir” aos interesses coletivos, quando a missão que se vislumbra diante de um ideal cibermilitante da causa não acontece.

No que concerne aos resultados, a produção deste trabalho de investigação resultou na reflexão de alguns pontos importantes sobre a relação entre as parteiras, as doulas e as *medias* digitais, dos quais elencamos três:

- a) *“O ciborgue dilata a tecnontologia, ele produz fluxos de informações que coabitam espaços entre o orgânico e o metal, ele é um ser de fronteira, existindo na linha tênue das realidades, atualizando-se e se virtualizando na tentativa de se inscrever na história da humanidade como produto de um tempo dilatado, acelerado e, por vezes, instantâneo”*. (Figueirêdo, 2017: 255). Para esse autor, *“a cibercultura é o resultado de um longo processo que envolve uma nova geografia dos espaços virtuais no ciberespaço, a construção de um conhecimento em rede e a produção de uma tecnontologia. O ciborgue é o arauto dessa cultura, desta forma, só é possível compreender a dinâmica da cibercultura pelo mapeamento cartográfico das relações imágéticas e reais de produção da existência ciborguiana”*. (Figueirêdo, 2017: 254).

O ciborgue passa a ser um “onipresente” mensageiro dessa cultura, que cristaliza a imagem das parteiras e das doulas através da projeção com o arquétipo da deusa Ilítia.

- b) *“Enquanto a sociedade adota a mídia social como um novo fórum para o discurso público, criando uma praça pública virtual, há uma necessidade crescente de ferramentas e métodos que possam dar conta de documentar esses espaços”* (Recuero, Bastos e Zago, 2015: 10-11).

A tese, por exemplo, passa a ser uma dessas ferramentas, a considerar que vivemos imersos na era da informação e do conhecimento.

- c) Em tempos de ciberespaço, surge como uma realidade outra, virtualizada e que se manifesta com um *ethos*<sup>117</sup> específico. O *ethos* retoma da retórica antiga a trilogia aristotélica

---

<sup>117</sup> O termo *ethos* passou “a existir” a partir de Aristóteles (1967), nos estudos sobre retórica, e corresponde a um meio técnico de persuasão. O filósofo acreditava que, por meio da maneira de dizer,

dos meios da prova, que designam, respectivamente, três significados: instrui-se pelos argumentos (*logos*); comove-se pelas paixões (*pathos*) e insinua-se pelas condutas (*ethos*). Assim, reforça Sodré (2002, p.22), que chama esse ethos específico de ethos midiaticizado. Para o autor, a presença dos *medias* digitais nas sociedades contemporâneas “*implica uma nova qualificação da vida, um bios virtual. Sua especificidade, em face das formas de vida na criação de uma eticidade (costume, conduta, cognição, sensorialismo) estetizante e vicária, uma espécie de terceira natureza*”.

É justamente na composição dessa terceira natureza, de que fala o pesquisador brasileiro Muniz Sodré, que percebemos a existência da alma ciborguiana. Sobre isso, Souza (2009, p. 20-21) enuncia: “Partimos do pressuposto de que o mundo ético é ativado a partir da leitura. [...] E a noção de *ethos* vem para nos ajudar a refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a certa posição discursiva”. Enfim, em matéria de persona (s), Fairclough (2001, p. 209) adequa-se mais ao nosso pensamento, por dizer que “o ethos constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma versão particular do eu”.

Agora é pertinente dizer o quanto estamos cientes no que se refere a nossa revisão de literatura que eventualmente pode ter apresentado alguma lacuna, visto que, possivelmente, podem nos ter escapado estudos importantes que colaboraram com o desenvolvimento do tema, especialmente, em países fora do eixo Brasil-Portugal. Ressaltamos esses países, porque estávamos mais conectados, por ter sido possível realizar os estudos em Portugal, e como a pesquisa foi realizada no Brasil, estamos cientes de que as metodologias escolhidas para esta investigação têm, inevitavelmente, suas limitações. Apesar disso, acreditamos que este trabalho propõe um novo olhar sobre o tema e poderá contribuir para os estudos no campo da relação entre parteiras, doulas e *medias* digitais, proporcionar mais visibilidade a esses grupos e amplificar suas vozes, seus pontos de vista, sua compreensão acerca de sua inserção própria social, suas percepções, e, sobretudo, sobre sua participação em um nível mais engajado, politicamente falando.

Por fim, tal como afirma Michel Beaud (2014, p. 23), “a tese é um trabalho longo, exigente, restritivo e que pesa, durante vários anos, sobre a vida pessoal, familiar e a

---

o orador poderia conquistar a confiança do público e tornar crível o seu discurso. Para Aristóteles, o orador que mostrava em seu discurso um caráter honesto pareceria ter mais credibilidade aos olhos de seu auditório. Então ele deu ao *ethos* uma conotação de honestidade.



disponibilidade para os outros”. Esperamos que o trabalho ora apresentado possa se encaminhar mais adiante com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema, com novas angulações que não tenhamos contemplado, pois, ao longo da própria jornada, percebemos vários outros elementos que não puderam ser incorporados neste momento.

Como professora do ensino superior brasileiro, acreditamos que ainda possamos nos dedicar muito mais e fazer outras investigações que se derivem das lacunas deixadas por esta investigação. Podemos até afirmar que um dos espaços mais apropriados atualmente seria na própria universidade, instituição federal da qual fazemos parte e onde exercemos a atividade de docência desde 2009. Nossa base estrutural e didático-pedagógica se traduz numa forte triangulação pautada não só na atividade de ensino, mas também nas atividades de pesquisa e de extensão.

## REFERÊNCIAS

Alves, Jayne. (2015). *Partos cesáreos estão acima da meta estabelecida pelo MS*. Publicado em Jornal da Paraíba, 21 de julho de 2015, Sessão: Cidades.

Alves, Eloyna. (2015). *Parto humanizado vem atraindo mais mulheres*. Publicado em Jornal da Paraíba, 06 de setembro, Sessão: Cidades.

Alves Salgado, Ana Paula, dos Santos, Iraci, Progianti, Jane Márcia. (2013). *Revelando arquétipos ativos na vivência de mulheres no parto hospitalar: estudo sociopoético*. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, 5. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750897017>>

Amaral, Camila Manni Dias do. (2015). “*Se não fosse a internet, eu tinha ido pra faca*”: *considerações sobre ciberespaço e parto “humanizado*. Revista Eletrônica Ensaaios. Publicação de graduação da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.22409/re.v8i0.1762>>

Andrade, Ivna Silva. (2016). *Validação de um vídeo educativo para o conhecimento, a atitude e a prática de gestantes na preparação para o parto ativo*. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Balaskas, Janet. (1992). *Parto ativo*. São Paulo: Ed. Ground.

Barros, Leheld. (2007). *Fundamentos da Metodologia Científica*. Ed. Pearson, São Paulo.

Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70.

Bauer, Martin W. e Gaskell, George. (2008). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

Burger, Luciana. (2016). *O Brasil digital do futuro*. Evento: ComScore Webinar. Disponível em: <<https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2016/O-Brasil-Digital-do-Futuro>>

Brasil. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

Brasil. Ministério da Saúde. (2001). Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília.

Beaud, Michel. (2014). *A arte da tese – como elaborar trabalhos de pós-graduação, Mestrado e Doutorado*. 1ª edição (de bolso). Bestbolso, Rio de Janeiro.

Braga, Adriana. (2008). *Personas materno-eletrônicas – feminilidade e interação no blog Mothern*. Ed. Sulina: São Paulo.

Brennand, Edna G. de G., et al. (2014). *Espaços-mundo e Educação: desafios no Brasil e em Portugal*. João Pessoa, PB, Editora da UFPB.

*Cesáreas tem que ser pagas*. (2015). Matéria publicada em Jornal da Paraíba, 07 de julho, Sessão: Últimas (nota).

Castells, Manuel. (2000). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, Manuel. (2016). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança*. São Paulo: Zahar.

Certeau, Michel de. (1994). *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.

Corrêa, E. (2008). *Reflexões para uma epistemologia digital*. Observatorio Journal, 4.

Dalmoro, Marlon e Vieira, Kelmara Mendes. (2014). *Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?* Revista Gestão Organizacional. Vol. 6. Ed. Especial.

Enning, Cornelia. (1995). *O parto na água – um guia para pais e parteiros*. Ed. Manole, São Paulo.

Fairclough, Norman. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

Fígaro, Roseli. (2008). *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. Ed., São Paulo. Annablume

Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.

Fragoso, Suely, et. al. (2015). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre, Sulina.

Freitas, Fernando. *Rotinas em Ginecologia*. (2011) In: Anticoncepção. p. 270 – 289. 6ª Edição. Editora Artmed. São Paulo, SP.

- Felice, Massimo di, et. al. (2008). *Do público para as redes – a comunicação digital e as novas formas de participação social*. Vol. 1. São Caetano do Sul, SP, Difusão Editora.
- Felice, Massimo di. (2013). *Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas*. Revista Matrizes. Ano 7 – número 2- (Jul-Dez). São Paulo, SP, Brasil, págs. 49-71.
- Fioretti. B, Reiter. M, Betrán A, Torloni M. (2014). *Googling caesarean section: a survey on the quality of the information available on the Internet*. BJOG. Sep. 11.
- Foucault, Michel. (1988). *História da Sexualidade - A vontade de saber*, Vol. 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. Ed. São Paulo, Atlas.
- Gohn, Maria da Glória. (2008). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, Maria da Glória. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gonçalves, Aline de Oliveira. (2014). *Da Internet às ruas: a marcha do parto em casa*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Setor de Artes, Comunicação e Design.
- Haraway, Donna, et. al. (2013). *Antropologia do ciborgue - as vertigens do pós-humano*. Ed. Autêntica: Belo Horizonte.
- Inventário Nacional de Referências Culturais INRC. (2000). Manual de Aplicação. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_do\\_INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf)>
- Januário, Soraya Maria Bernardino Barreto. (2013). *Gênero e media: estereótipos das masculinidades na publicidade das revistas masculinas em Portugal*. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Jenkins, Henry (2009). *Cultura da Convergência*. São Paulo, Aleph.
- Jucá, Luiza e Moulin, Nilson. (2002) *Parindo um mundo novo: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá*. São Paulo, Cortez.
- Kellner, Douglas. (2001). *A cultura da mídia*. Bauru: SP, EDUSC, 2001.
- Klujza, Stephania Gonçalves. (2014). *“Nascer sorrindo”: reflexões acerca da gravidez enquanto rito de passagem e os modelos de assistência ao parto no Brasil*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, p. 83-85.

- Latour, Bruno. (2012). *Reagregando o social - uma introdução à teoria do ator-rede*. Edufba-Edusc, Salvador, Ba-Bauru, SC.
- Lamúrias, Patrícia. *Parteiras ao poder! O papel das parteiras junto da mãe e do bebê*. Disponível em <https://lifestyle.sapo.pt/familia/gravidez/artigos/parteiras-ao-poder>
- Leal, M. C. e Gama, S. G. N. (2012). *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento*. Sumário Executivo Temático da Pesquisa: a mãe sabe parir, e o bebê sabe como e quando nascer. Disponível em: <[http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/wp-content/uploads/2014/11/sumario\\_executivo\\_nascer\\_no\\_brasil.pdf](http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/wp-content/uploads/2014/11/sumario_executivo_nascer_no_brasil.pdf)>
- Lemos, André. (2003) *Cultura das redes*. Salvador, Edufba.
- Lemos, André e Lévy, Pierre (2010). *O futuro da Internet – em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo, Paulus.
- Lévy, Pierre. (1993). *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- Lévy, Pierre. (2000). *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.
- Lévy, Pierre. (2015). *A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo. 10. Ed. São Paulo, Edições Loyola.
- Luzes, Eleanor Madruga. (2007). *A necessidade do ensino da Ciência do início da vida*. Tese de Doutorado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Luz, Lia Hecker & Gico, Vânia de Vasconcelos. (2015). *Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 475-484. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0622>>
- Marques, R. A. (2013). *Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.6.2013.tde-04092014-124720. Disponível em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Martino, Luís Mauro Sá. (2015). *Teoria das mídias digitais – linguagens, ambientes e redes*. 2ª Edição. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Malini, Fábio e Antoun, Henrique. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre, Sulina.
- Martins, Carina. *A mãe sou eu*. Publicado em 25.07.2015. Disponível em: Tab da UOL: <http://tab.uol.com.br/parto/>

- Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria. (2011). *Metodologia Científica*. Ed. São Paulo, Atlas.
- Marcuschi, L. A. & Xavier, A. C. (orgs.). (2014). *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Martín-Barbero, Jesús. (2004). *Ofício do cartógrafo – travessias latino-americanas de comunicação na cultura*. São Paulo, Loyola.
- Medeiros, Lidiele Berriel. (2014). *Rotas de fuga no Ciberespaço: itinerários de mulheres em busca do parto desejado*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem.
- Melo, Carolina. *No Tempo Errado*. Matéria publicada em Revista Veja, 29 de junho de 2016. Edição 2484, ano 49, nº 26.
- Miller, Elaine e Pimentel, Camila (2013). *Relatos da Partolândia: as narrativas em primeira pessoa e os novos sentidos possíveis para o parto*. Anais do grupo de trabalho do evento: Desafios atuais dos feminismos. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373489716\\_ARQUIVO\\_MullerePimentel.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373489716_ARQUIVO_MullerePimentel.pdf)>
- Minayo, M. C. S. e Souza, E. R. S. (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2005.
- Morin, Edgar. (2007) *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Morais, Roberto Magliano de. *Sobre as cesáreas e a autonomia da mulher*. Publicado em Informativo da Associação Médica de Campina Grande, agosto de 2015, p. 78.
- Mulheres fazem marcha pelo parto em casa e contra a violência obstétrica*. Matéria publicada pela Folha de São Paulo On Line, em 05.08.2012. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1132284-mulheres-fazem-marcha-pelo-parto-em-casa-e-contra-violencia-obstetricia.shtml>>
- McLuhan, Marshall. (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Nascimento RRP, Arantes SL, Souza EDC, Contrera L, Sales APA. (2015). *Escolha do tipo de parto: fatores relatados por puérperas*. Revista Gaúcha de Enfermagem. p. 119-126. Disponível em: <[www.scielo.br/rgenfwww.seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem](http://www.scielo.br/rgenfwww.seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem)>

Odent, Michel. (2000). *A cientificação do amor*. Associação Brasileira para o Estudo do Psiquismo Pré e Perinatal (ABREP). São Paulo.

Oliveira, Daniel Figueirêdo de. (2017). *Sobre humanos e máquinas: marcos epistêmicos, ontológicos e éticos para compreensão do ciborgue e aprendizagem humana na cultura digital..* Tese de Doutorado pelo Programa Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Oliveira, Sílvio Luiz de. (1997). *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo, Pioneira.

Oliveira, Rafael Santos de & Pinto, Gabriela Rousane. (2016). *Mães de suas decisões: o papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação*. Revista da Universidade Católica de Brasília. Disponível em: DOI: <<http://dx.doi.org/10.18840/rvmd.v10i2%20Jul/Dez.7660>>

Parry, Roger. (2012). *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro, Elsevier.

Pernisa, Carlos Jr. (2002). *Mídia Digital*. Lumina - Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.4, n.2, p. 175-186, jul./dez. Disponível em: <[www.facom.ufjf.br](http://www.facom.ufjf.br)>

Perovano, Dalton Gean. (2014). *Manual de Metodologia Científica*. Brasil, Jurua Editora.

Pires, Denise. (1989). *Hegemonia médica na Saúde e a Enfermagem*. São Paulo, Cortez.

Postman, J. (2009). *Social Corp: Social Media Goes Corporate*. New riders.

Primo, Alex. (2012) *O que há de social nas mídias sociais? Reflexões a partir da teoria ator-rede*. Revista Contemporânea - comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez – p. 618-641.

Rattner, Daphne, et. al. (2014). *Humanização do parto e do nascimento no Brasil*. Universidade Estadual do Ceará. Brasília: Ministério da Saúde (Cadernos Humaniza SUS; v. 4)

Recuero, Raquel da Cunha. (2004). *Redes sociais na internet: considerações iniciais*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-redes-sociais-na-internet.pdf>>

Recuero, Raquel. (2008). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.

Recuero, Raquel, et. al. (2015). *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina.

Rede Feminista de Saúde. (2002). *Dossiê – Humanização do Parto*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>>.

Ribeiro, Darcy. (1995). *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. Companhia das Letras, São Paulo.

Richardson, R. J. e colaboradores (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. Ed. São Paulo, Atlas.

Rodrigues, Gilda de Castro. (2008) *O dilema da maternidade*. São Paulo, Ed. Annablume.

Rodríguez, B. y Durán, K. (2016). *Desempeño de las doulas en la atención de la mujer y su familia durante el período gestacional, parto y post parto en Costa Rica*. Revista Enfermería Actual de Costa Rica, número 30, p. 1-21. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i30.22112>>

Rodrigues, Rui Martinho. (2007). *Pesquisa acadêmica – como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo, Atlas.

Rovai, Renato. (2009). *Uma contribuição sobre o conceito de mídia livre*. Artigo publicado em 26 de janeiro, no Blog do Rovai. Disponível em: <[https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2009/01/26/uma\\_contribuicao\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_midia\\_livre/](https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2009/01/26/uma_contribuicao_sobre_o_conceito_de_midia_livre/)>

Rudiger, Francisco. (2002). *Ciência Social Crítica e Pesquisa em Comunicação – trajetória histórica e elementos de epistemologia*. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos.

Rudiger, Francisco (2013). *As Teorias da Cibercultura – perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina.

Rheingold, H. (2003). *Smart Mobs*. Milano: Raffaello Cortina.

Sarmiento, Daniel; Piovesan, Flávia (Coord.). (2007). *Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Santa Catarina. (2003). *Legislações sobre o exercício da Enfermagem*. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: COREn-SC.

Santos, Marcos Leite dos. (2002). *Humanização da assistência ao parto e nascimento. Um modelo teórico*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Stachuck, Mayra. (2014). *Guerra entre parto natural e cesárea – O direito à escolha*. Publicado em Revista Marie Claire, número 278, p. 114-120.



- Santaella, Lúcia. (2001). *Novos desafios da Comunicação*. Lumina - Facom/UFJF - v.4, n.1, p.1-10, jan/jun. Disponível em: [www.facom.ufjf.br](http://www.facom.ufjf.br)
- Sena, Lígia Moreiras e Tesser, Charles Dalcanale (2016). *Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências*. *Interface (Botucatu)* [online]. 2017, vol. 21, n. 60, pp. 209-220. Epub Nov 03. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0896>>
- Sodré, Muniz. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Souza, Danielle. Andrade. (2009). “*Eu sou brasileiro e não desisto nunca*” – a dimensão discursiva da publicidade. Campina Grande, PB. Ed. Krause.
- Scherer-Warren, Ilse. (2005). *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado. v. 21, n.1. Brasília, Editora da UnB, p. 109-130.
- Sfez, L. (1994). *Crítica da comunicação*. São Paulo, Loyola.
- Takahashi, Tadao. (2000). *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>
- Terra, C. A. (2009). *Comunicação bidirecional, direta e instantânea como o padrão dos relacionamentos organizacionais com seus públicos*. Revista Eletrônica Prodam Tecnologia.
- Tornquist, Carmen Susana. (2005). *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Florianópolis, Santa Catarina.
- Vattimo, Gianni. (1989). *A sociedade transparente*. Lisboa, Portugal, Ed. Relógio D’água.
- Vasconcelos, Eduardo Mourão. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar - epistemologia e metodologia operativa*. São Paulo, Ed. Vozes.
- Wolf, Mauro. (1987). *Teorias da comunicação*. Ed. Presença. Lisboa.
- Zuckerman, Ethan. (2015). *New Media, New Civics?* Revista Policy and Internet. Published by Wiley Periodicals, Inc., 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA, and 9600 Garsington Road, Oxford.

## Apêndice

### Modelo de Questionário

Este questionário faz parte da pesquisa de Doutorado de Danielle Andrade Souza, do Programa de Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. O objetivo é entender como o parto ativo se constitui através da ótica de parteiras e doulas, nas redes digitais. Solicitamos sua colaboração, e destacamos que os dados serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos. Desde já, agradecemos pela participação.

**Endereço de e-mail \***

---

**1. Idade \***

---

**2. Grau de Escolaridade \***

- ☐ Não tenho estudo
- ☐ Nível Fundamental
- ☐ Nível Médio
- ☐ Nível Superior
- ☐ Pós-graduação Lato Sensu
- ☐ Pós-graduação Stricto Sensu

**3. Situação trabalhista ou vínculo empregatício\***

- ☐ Autônoma (o)
- ☐ Assalariada (o) com  
☐ carteira de trabalho
- ☐ Assalariada (o) sem  
carteira de trabalho Outro

**4. Se respondeu "outro", informe qual:**

---

---

---

---

---

**5. Mora em qual cidade/estado? \***

---

**6. Você é: \***

- Parteira
- Doula
- Outro

**7. Se respondeu "outro" na questão anterior, informe qual:**

---

---

---

---

---

**8. Sente-se bem quando ajuda outras mulheres?**

\*

☐

S

☐

N

**9. Há quanto tempo você trabalha no campo da saúde materna? \***

---

**10. Já trabalhou como parteira (o)/doula para alguma instituição? \***

☐

S

☐

N

**11. Se respondeu "sim" na questão anterior, informe o nome da instituição:**

---

**12. Você gosta de sua atividade profissional? \***

☐

S

☐

N

**13. Se respondeu sim ou não, explicita o por quê você gosta ou não de sua atividade: \***

---

---

---

---

---

**14. O que te levou a escolher essa profissão? \***

---

---

---

---

---

**15. Você conhece o Projeto de Lei nº 2354/03, que regulamenta o exercício da atividade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)? \***

☐

S

☐

N

**16. Você sabia que na cidade de São Paulo, foi sancionada a lei nº 380/2014, que permite a presença de doulas em maternidades e hospitais públicos e privados, e que hoje, outras cidades/estados do País, igualmente se posicionaram? \***

☐

S

☐

N

**17. Você conhece a expressão “parto ativo”? \***

☐

S

☐

N

**18. Se respondeu “sim ou não” à pergunta anterior, o que significa essa expressão para você? \***

---

---

---

---

---

**19. O parto ativo é uma atitude mental e instintiva por parte da mulher. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

**20. O parto ativo é um parto sem intervenções cirúrgicas. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

**21. O parto ativo é um parto sem recursos analgésicos. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Discordo parcialmente

**22. O parto ativo é um parto sem medicalização. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Discordo parcialmente

**23. O parto ativo corresponde ao processo normal da ação natural de parir. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Discordo parcialmente

**24. O parto ativo é um parto em que a mulher dá a luz de modo espontâneo, por meio de sua vontade e determinação. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Discordo parcialmente

**26. O parto ativo é um parto onde a mulher deve ter a completa liberdade de usar o seu corpo como bem entender. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Discordo parcialmente

**27. Sente-se pessoal/moralmente recompensada em apoiar a causa do parto ativo? \***

☐

S

☐

N

**28. Espera ser reconhecida ao apoiar a causa do parto ativo no Brasil? \***

☐

S

☐

N

**29. Mesmo que não haja reconhecimento social, é seu dever ajudar na causa do parto ativo? \***

☐

S

☐

N

**30. Há repercussão/punição em apoiar esta causa no Brasil? \***

☐

S

☐

N

**31. Na sua atividade profissional você contribui para a garantia dos direitos das mulheres? \***

☐

S

☐

N



**32. A resolução dos problemas de saúde materna no Brasil depende dos esforços da sociedade civil. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

**33. Não adianta se preocupar com a questão da violência obstétrica no Brasil, pois não há nada que se possa fazer. \***

- ☐ Concordo totalmente
- ☐
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

**34. É possível mudar comportamentos e mentalidades através do compartilhamento de informações nas redes sociais? \***

- ☐ S
- ☐ N

**35. Você usa a internet como uma ferramenta de apoio à causa do parto ativo? \***

- ☐ S
- ☐ N

**36. Sente-se motivada (o) em usar a internet como forma de “educar” para a causa do parto ativo no Brasil? \***

- ☐ S  
☐ N

**37. Você dedica seu tempo às redes sociais em prol da causa do parto ativo? \***

- ☐ S  
☐ N

**38. Se respondeu "sim" na questão anterior, quanto tempo em média você dedica?**

---

---

---

---

---

**39. Você usa/usou outra identidade nas redes sociais para defender a causa do parto ativo? \***

- ☐ S  
☐ N

**40. Caso use outra identidade nas redes sociais, explique o porquê.**

---

---

---

---

---

**41. Você já deu instruções a mulheres pela internet de como deveriam parir ativa e naturalmente? \***

☐

S

☐

N

**42. Você espera que as mulheres optem pelo modelo de assistência aos partos ativos? \***

☐

S

☐

N

**43. Dos canais abaixo, qual (is) você escolheu para postar informações? \***

☐

Websites

☐

Blogs

☐

Twitter

☐☐

Facebook

☐☐

Whatsapp

Instagram Outro

**44. Por quê você escolheu este (s)? \***

---

---

---

---

---

**45. Você utiliza/utilizou algum canal (is) citado (s) acima para divulgar seus atendimentos?\***

☐

S

☐

N

**48. Dos canais utilizados por você nas redes sociais, que tipo de linguagem você mais usa? \***

☐

Linguagem Escrita

☐☐ Linguagem Visual☐ Linguagem Audiovisual

**49. Você produz/produziu informações relacionadas à causa no formato de: \*.**

**50. Se você produz/produziu informações relacionadas à causa, no formato de fotografias, onde postou?**

---

---

---

---

---

**51. Se você produz/produziu informações relacionadas à causa, no formato de vídeos, onde postou?**

---

---

---

---

---

**52. Se você produz/produziu informações relacionadas à causa, em outro formato que não foi referenciado aqui, informe qual:**

---

---

---

---

---

**53. Você usa/usou sites na internet para leitura e/ou estudo sobre o modelo de assistência ao parto ativo? \***

☐

S

☐

N

**54. Se respondeu "sim", na questão anterior, que tipo de sites?**

---

---

---

---

---

**55. Qual (is) eventos participa/participou relacionados à causa do parto ativo? \***

☐

Congresso On Line Gratuito

☐

Congresso Presencial Gratuito

☐

Congresso On Line Pago

☐

Congresso Presencial Pago

☐

Nunca participei

Participo de todos

☐

Outro (s)

**56. Você participa/participou de grupos de discussão com a finalidade de aproximar as realidades culturais e distintas do País? \***

☐

S

☐

N

**57. Se você respondeu "sim", na questão anterior, onde participa/participou?**

---

---

---

---

---

---

**58. Outras colegas parteiras (os) /doulas executam ações de conscientização/mobilização semelhantes às suas? \***

☐

S

☐

N

**59. Você orienta outras (os) parteiras (os)/doulas pelas redes, de como devem atender uma mulher que se encontra em trabalho de parto dentro do modelo de assistência ao parto ativo? \***

☐

S

☐

N

## Anexos



Figura 4 – Modelo de Plano de Parto (disponibilizado pela Ong Amigas do Parto)

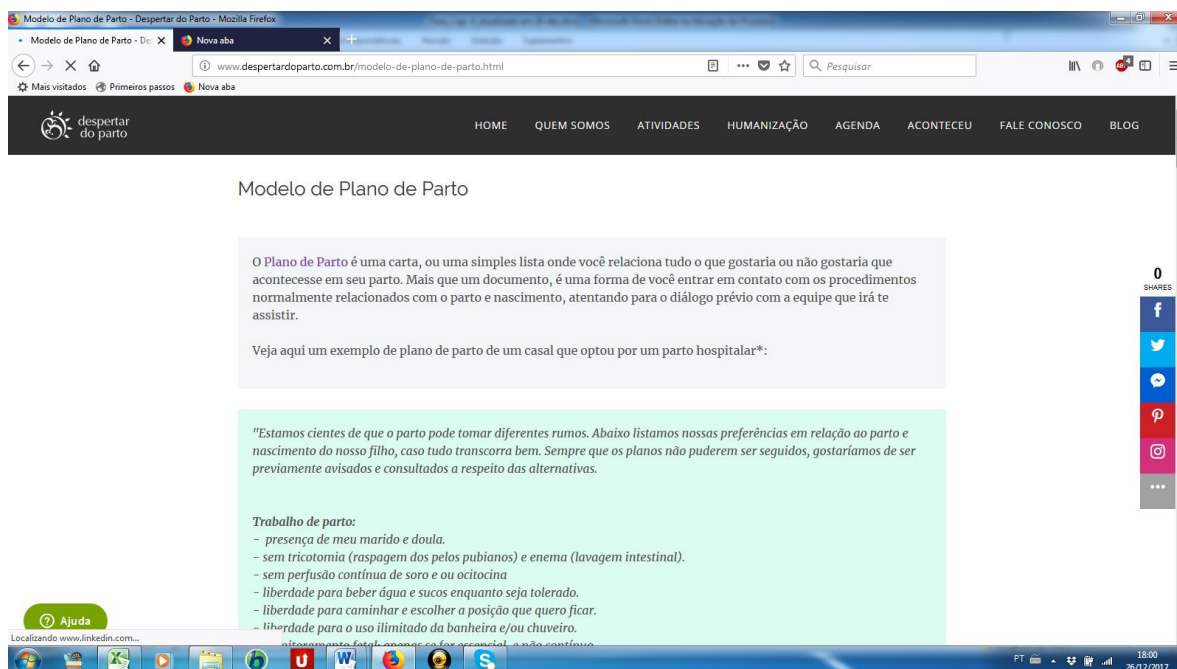


Figura 5 - Modelo de Plano de Parto (disponível para download no site da empresa)

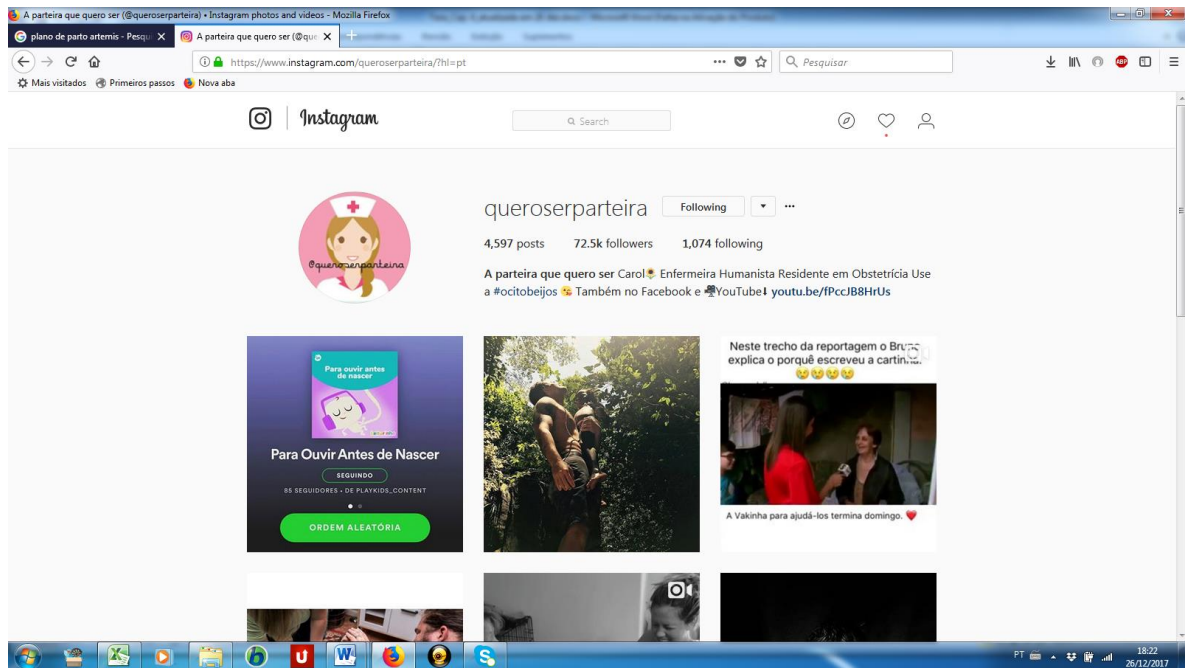


Figura 6 – Interface da página principal do “queroserparteira” no Instagram

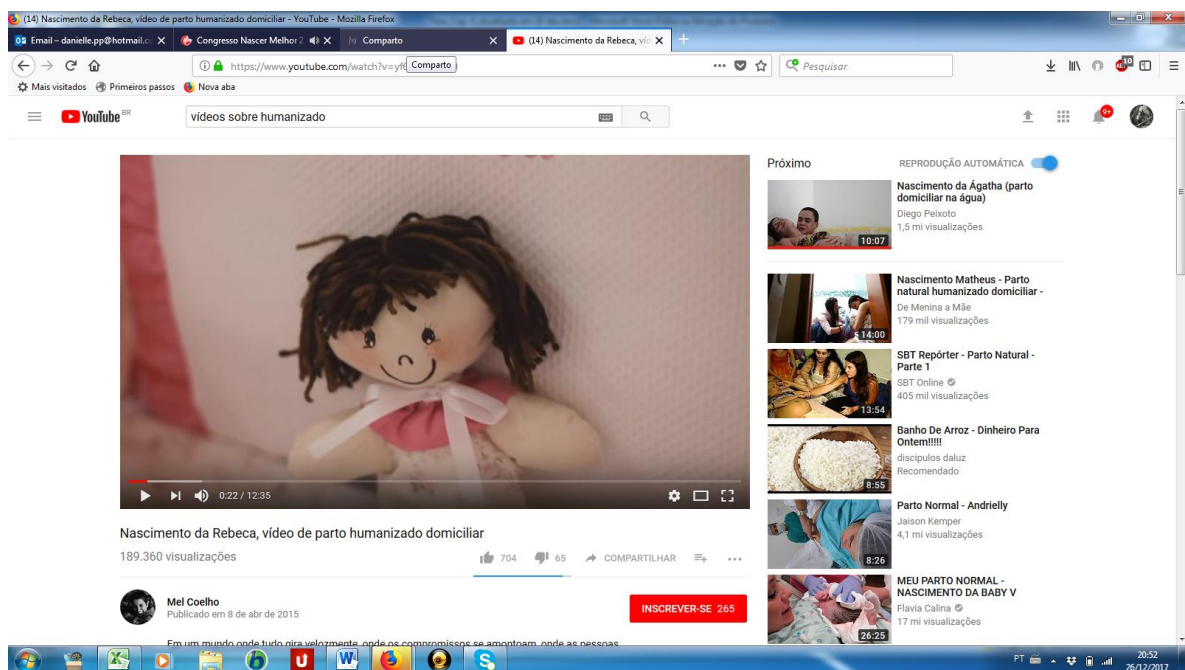


Figura 7 – Interface do Vídeo do Nascimento de Rebeca postado pelo YouTube



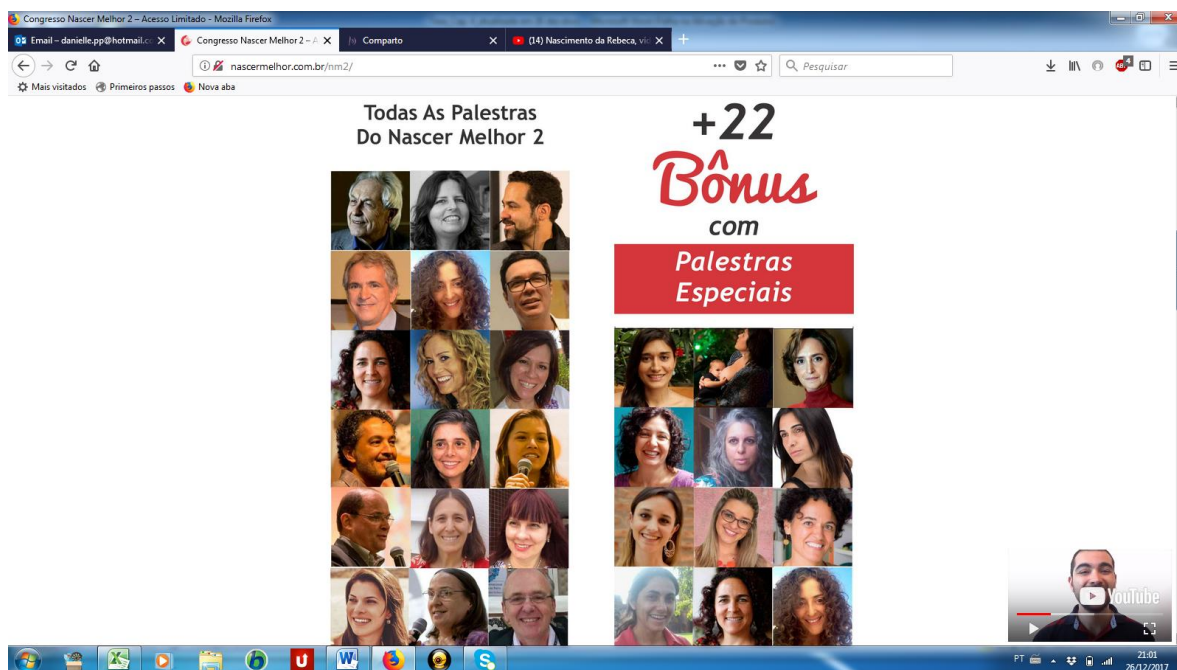


Figura 8 – Interface da página principal do Congresso Virtual (Nascido Melhor)

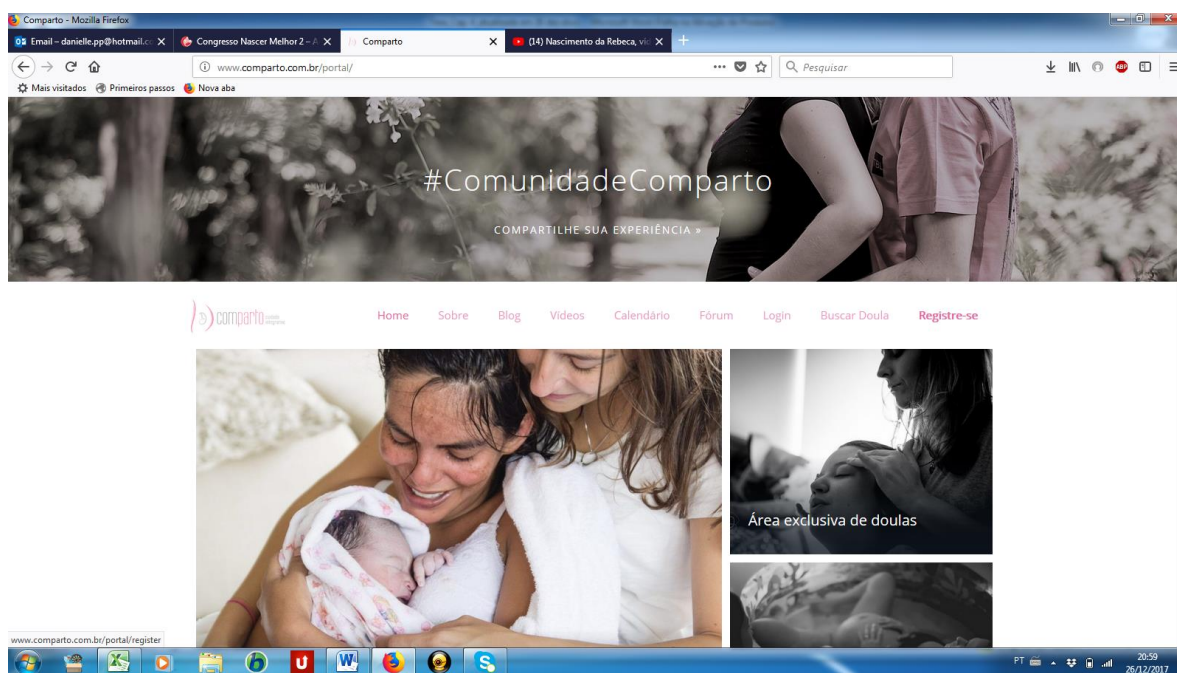


Figura 9 – Interface da página principal do Portal Comparto

Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/9166-mulheres-fazem-marcha-pelo-parto>



Figura 10 - Marcha das mulheres pelo parto natural e contra a violência obstétrica

Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR73518>

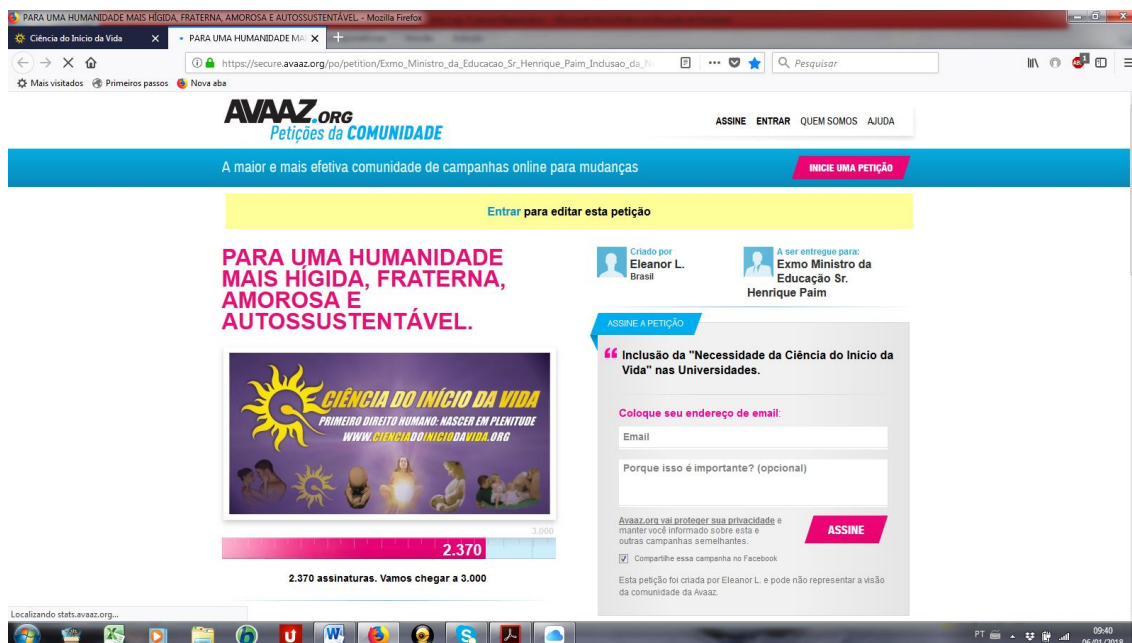


Figura 11 - Petição pública em favor da inclusão da Ciência do Início da Vida nas Universidades



*Fotografia 1 – Atividade ao ar livre do Grupo Parto na Praça junto a comunidade*



Fonte: <http://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/20340-mestrado-profissional-em-saude-da-mulher-realiza-atividade-parto-na-praca-em-parnaiba>

*Fotografia 2 – Dinâmica de trabalho do Grupo Parto na Praça junto à comunidade*



Fonte: <http://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/20340-mestrado-profissional-em-saude-da-mulher-realiza-atividade-parto-na-praca-em-parnaiba>